

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURAS BRASILEIRA, PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA

**A REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE ALEMÃO
NO ROMANCE SUL-RIO-GRANDENSE: *A DIVINA PASTORA, FRIDA
MEYER, UM RIO IMITA O RENO, O TEMPO E O VENTO E A FERRO E
FOGO***

IVÂNIA CAMPIGOTTO AQUINO

ORIENTADOR: PROF. DR. LUÍS AUGUSTO FISCHER

Tese de Doutorado em Literaturas Brasileira, Portuguesa e Luso-Africanas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2007**

Ao Henrique, à Pietra e à Júlia, meus filhos, pelo amor genuíno correspondido e pela ternura que me ofertaram nesta etapa de meus estudos.

Ao Moacyr, que, compreensivo, com amor, renova o sentido de tudo.

Aos meus pais e irmãos, pelos bons exemplos, pelo interesse, pela torcida.

AGRADECIMENTOS

No tempo em que me dediquei ao doutorado, foi fundamental o apoio das instituições a que estive ligada e das pessoas que me permaneceram próximas.

Meu agradecimento à Universidade de Passo Fundo e a seu curso de Letras, meu local de trabalho, que, além de criarem as condições práticas para prosseguir nos estudos, me motivaram com a expectativa que alimentam em relação à formação de seus professores; à Prefeitura Municipal de Passo Fundo e à sua Secretaria Municipal de Educação, meu outro local de trabalho, por preverem uma organização de horários que me possibilitou freqüentar as aulas; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a seu Programa de Pós-Graduação em Letras, pela qualidade do curso.

Aos professores do programa com quem tive aulas expresso um muito obrigada especial, pois foram excelentes socializadores do conhecimento que detêm e sérios mediadores da minha construção de novos conhecimentos.

Ao Luís Augusto Fischer, meu professor e meu bom orientador, que me orientou e se fez presença constante em todos os momentos da escrita da tese, com a exigência devida, a idéia certa e a compreensão de que eu precisava, dizer obrigada é pouco. Pelo seu empenho como professor atualizado teoricamente, cujos procedimentos metodológicos facilitam a aprendizagem do aluno, e pela vivacidade contagiante ao tratar de assuntos literários, manteve-me segura e motivada no desenvolvimento deste importante trabalho acadêmico.

Sou muito grata a três pessoas especiais que leram este meu trabalho e me ajudaram a torná-lo melhor com os conhecimentos que possuem. Uma delas é a Maria Emilse, que fez a revisão gramatical, outra é o Luciano, que me ajudou a fazer os mapas literários, e a outra é o Cristiano, que se dispôs a descrever vários espaços de Porto Alegre citados nos romances. Foi uma bela manifestação de carinho.

Obrigada aos professores que constituíram a banca examinadora desta tese: Dr. Antonio Marcos Sanseverino (UFRGS), Dr. René Ernaini Gertz (PUCRS), Dr. Homero José Vizeu Araújo (UFRGS) e Dr. Márcia Helena Saldanha Barbosa (UPF).

Agradeço aos meus pais, Vitalino e Therezinha, e aos meus irmãos, Elcinira, Claudionei e Jeane, pelas palavras de incentivo e pela confiança que têm em mim. Foram todos sempre ternos e carinhosos.

Aos meus três filhos e ao meu esposo, minha profunda e amorosa gratidão. Durante o tempo em que cursei o doutorado, todos souberam esperar, silenciar e, também, me distrair na hora certa. Esta minha busca de novos conhecimentos e esta minha vontade de realizar mais uma etapa de formação profissional só se completam em significado e importância porque eles existem em minha vida.

RESUMO

Este é um estudo da representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense. Analisa cinco romances que tratam do tema: *A divina pastora*, de Caldre e Fião (1847), *Frida Meyer*, de Vivaldo Coaracy (1924), *Um rio imita o Reno*, de Clodomir Vianna Moog (1939), *O tempo e o vento* (sete volumes/trilogia), de Erico Verissimo (1949-1962), e *A ferro e fogo* (dois volumes), de Josué Guimarães (1972 - 1975). A análise das obras foi orientada pelas categorias Família, Trabalho, Religião, Espaço e deslocamento e Contatos. Para cada uma das categorias é feito um levantamento minucioso das informações correspondentes encontradas nas narrativas. Por meio desse processo investigativo são explicitadas as visões sobre a imigração alemã construídas por escritores diferentes em épocas diferentes, formulando-se compreensões sobre assimilação e preservação da identidade étnica e participação dos imigrantes na formação do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: romance – imigração alemã – etnia – assimilação – identidade étnica

ABSTRACT

This is a study of the portrayal of German immigrants in romance written in Rio Grande do Sul. An analysis of five literary works addressing the theme is provided. The works are *A divina pastora*, by Caldre e Fiação (1847), *Frida Meyer*, by Vivaldo Coaracy (1924), *Um rio imita o Reno*, by Clodomir Vianna Moog (1939), *O tempo e o vento* (seven volumes/trilogy), by Erico Verissimo (1949-1962), and *A ferro e fogo* (two volumes), by Josué Guimarães (1972-1975). The analysis was directed by the following categories: Family, Work, Religion, Space and dislocations and Contacts. A thorough assessment of the corresponding information found in the narratives was made for each category. The views on German immigration as constructed by different writers at different times are made explicit through such investigative process, which has raised understanding about the assimilation and preservation of ethnical identity and the participation of immigrants in the formation of the state of Rio Grande do Sul.

Key-words: romance – German immigration – ethnicity – assimilation – ethnical identity.

SUMÁRIO

1 - QUESTÕES INTRODUTÓRIA	09
1.1 – Apresentação do tema da pesquisa: a questão do romance	09
1.2 - Estudos anteriores sobre os romances	13
1.3 - Características dos romances estudados	17
1.4 - O que busco nos romances	25
1.5 - Estrutura da tese	29
2 - DADOS HISTÓRICOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL	32
2.1 - Os primeiros grupos de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul	42
2.2 - A colonização provincial	55
2.3 – Alemães nas colônias do Rio Grande do Sul	59
2.4 – Alemães na capital do Rio Grande do Sul	66
2.5 - Os <i>brummers</i>	68
3 – OS IMIGRANTES ALEMÃES NO ROMANCE SUL-RIO-GRANDENSE	70
3.1 – <i>A divina pastora</i>	70
3.1.1 – Família	73
3.1.2 – Trabalho	76
3.1.3 – Religião	77
3.1.4 - Espaço e deslocamento	79
3.1.5 – Contatos	80
3.2 – <i>Frida Meyer</i>	
3.2.1 – Família	
3.2.2 – Trabalho	
3.2.3 - Espaço e deslocamento	
3.2.4 – Contatos	

3.3 – *Um rio imita o Reno*

3.3.1 – Família

3.3.2 – Trabalho

3.3.3 – Religião

3.3.4 - Espaço e deslocamento

3.3.5 – Contatos

3.4 – *O tempo e o vento*

3.4.1 –Família

3.4.2 – Trabalho

3.4.3 – Religião

3.4.4 - Espaço e deslocamento

3.4.5 – Contatos

3.5 - *A ferro e fogo*

3.4.1 – Família

3.5.2 – Trabalho

3.5.3 – Religião

3.5.4 - Espaço e deslocamento

3.5.5 – Contatos

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 – Contextualização dos romances

4.2 - Mapas literários

4.3 - Idéias conclusivas

4.4 – Questões que persistem

REFERÊNCIAS

1 - QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1.1 - Apresentação do tema da pesquisa: a questão do romance

De um tempo para cá, tem me interessado e me entusiasmado estudar o romance, sem prejuízo, é claro, de meu gosto pelos demais gêneros literários. Acontece que a natureza do romance é a de ser uma leitura totalizante da realidade. O romance é a forma da totalidade, na versão de Lukács, e isso me estimula na medida em que, pela leitura, vou tomando posse do mundo construído no discurso. Também a verdade que mora na história narrada num romance me fascina, por me levar a experimentar um outro mundo, bem estruturado, com as dimensões de um todo, um mundo que se deixa comparar com aquele que chamamos de “real” e que serve de contraponto a este real.

É o romance, dentre as outras formas literárias, que consegue expressar melhor o embate entre o homem e o mundo real a que pertence, bem como entre indivíduo e sociedade, e entre o ser e o existir, explica Georg Lukács em sua obra *A teoria do romance*, de 1916. Nesse sentido, a experiência do homem como sujeito da história é o que alimenta o romance.

Na minha dissertação de mestrado, realizei um estudo sobre romances e livros de história, evidenciando, pela análise das técnicas discursivas utilizadas pelos escritores e historiadores, a proximidade existente entre as narrativas de ficção e de história. Logo após, na universidade onde sou professora e pesquisadora, passei a desenvolver o projeto de pesquisa “Narrativa: a relação literatura e história”, por meio do qual analisei romances que representam histórias envolvendo os principais movimentos messiânicos brasileiros: *Mucker* no Rio Grande do Sul, Canudos na

Bahia e Contestado em Santa Catarina. Assim, nesta tese de doutoramento, não foi outro meu interesse senão construir mais conhecimentos sobre o romance.

O gênero literário romance é bem recente, se pensarmos que se faz literatura desde Homero e de Safo. Contudo, foi somente no final do século XVIII que o termo se consagrou, segundo Ian Watt em *A ascensão do romance* (1990). Desde que o romance surgiu, afirma o autor, trouxe como característica essencial o realismo, o qual se revela na maneira como representa determinada experiência humana, e não no tipo de experiência representada.

Amplamente, no gênero romance está implícita a premissa de que “constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias” (WATT, 1990, p. 31). Dessa forma, pratica-se o realismo formal, “o mínimo denominador comum do gênero romance como um todo” (p. 33).

Assim caracterizado, o romance foi importado para o Brasil, o que se deu como uma forma de conhecimento, ou seja, desempenhou o papel importantíssimo de ir apresentando o país aos habitantes. Esse começo do romance coincidiu com o começo da história do Brasil como nação autônoma. Assim, depois da independência, sob o domínio da expressão romântica, os escritores empenharam-se em criar a nação por meio da abstração, da simbolização, processo no qual a imagem do índio, da natureza era a força maior. Em conjunto, colocaram em cena questões históricas, vivificando épocas e sujeitos da formação nacional.

Com esses primeiros romancistas, atentos ao momento de formação que o Brasil estava vivendo, surgiu a produção de um tipo de romance que ainda hoje permanece como um dos mais praticados, o romance histórico, como relata Regina Zilbermam (2000, p. 33):

O romance histórico constitui provavelmente o projeto mais antigo e contínuo da ficção brasileira. Os românticos adotaram-no porque correspondia a um gênero de vanguarda na primeira metade do século XIX, criação exclusiva do período, que cabia transplantar para o Brasil, pois o país em formação, logo após se separar de Portugal, precisava de narradores de seu passado. Tanto melhor que fossem romancistas, que poderiam recorrer à imaginação para conferir heroicidade aos episódios da conquista do território, nem sempre conhecidos, nem sempre dignos de tratamento épico.

Entenderam os introdutores do gênero no Brasil que o romance histórico era a forma por meio da qual melhor poderiam “fazer acontecer” o projeto nacionalista da nação que se formava, no qual estavam empenhados. Foi, portanto, a forma que encontraram para fortalecer o sentimento nacional e construir a identidade entre os brasileiros.

Entretanto, a referência sobre a forma de fazer o romance vinha da Europa. Antes de aqui se começar a escrever romances, já se conhecia o gênero pela leitura de obras vindas de lá. Por isso, quem leu romances no Brasil - e quem depois escreveu, na época do romantismo principalmente - leu escritores e obras europeus. Eram estes os grandes modelos e que traziam o molde geral de como fazer, como Roberto Schwarz explica em *Ao vencedor as batatas* (2000). Assim, escrevendo romances, os intelectuais dotavam o recém-independente país de mais uma expressão importante do espírito moderno, como registra Antonio Candido na *Formação da literatura brasileira*, de 1959.

Machado de Assis escrevia romances na segunda metade do século XIX e início do século XX e, ao mesmo tempo, refletia sobre o gênero fazendo considerações acerca da valorização desta forma literária no Brasil e de sua caracterização, focado na recente experiência dos escritores nacionais na época. No ensaio “Instinto de nacionalidade”, encontrado no volume III de *Obra completa* (1992), afirma que o romance se constituía na forma mais apreciada então no país, e descreve como era enquanto romance brasileiro:

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer, busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência européia, trazem já uma feição mista e ademanos diferente. Por outro lado, penetrando no tempo colonial, vamos achar uma sociedade diferente, e dos livros em que ela é tratada, alguns há de mérito real (ASSIS, 1992, p. 804-805)

No desenvolvimento do processo, foi necessário encontrar o jeito brasileiro do romance, pois o molde europeu, se aplicado à matéria local, produzia desajuste, contra-senso (Schwarz, 2000). Assim, seria Machado que encontraria a forma adequada para representar o que era brasileiro: “Caberia ao escritor, em busca de sintonia, reiterar esse deslocamento em nível formal, sem o que não fica em dia com a complexidade objetiva de sua matéria – por próximo que esteja

da lição dos mestres. Esta será a façanha de Machado de Assis” (1992, p. 36). Efetivamente, com Machado de Assis, o Brasil tem um novo romance, portador de uma nova estrutura, na qual a parte narrativa diminui e cede espaço para a reflexão. Além disso, não bastasse o bom uso da língua portuguesa, encontramos o aproveitamento da realidade brasileira nas suas obras.

No Rio Grande do Sul, o gênero seria bem prestigiado, iniciando com a obra *A divina pastora*, de Caldre e Fião, em 1847. Uma das marcas do romance gaúcho foi produzir o que alguns chamam de “regionalismo”, ou seja, narrar histórias condicionadas ao meio social, evidenciando o que é experiência própria da região – a relação do homem com a terra, o trabalho que realiza, a tradição que o forma, a cultura que ele produz.

Assim compreendido, o regionalismo ainda persiste. Considerando a temática das obras selecionadas para este estudo, constato que está havendo um regionalismo étnico no estado, por meio da literatura. No contexto sul-rio-grandense, as diferenças locais e regionais não sucumbiram. São, antes, matérias vivas para a produção romanesca.

O meu curso de doutorado nasceu justamente dessa constatação e afirma-se na idéia de que o romance é uma forma estável e ainda hoje reconhecível de fazer literatura. Assim, este trabalho analisa obras que se particularizam no conjunto de romances que fazem a literatura do Rio Grande do Sul por tratarem de fatos e sujeitos históricos que participaram da construção da sociedade rural e urbana do estado, no caso, especificamente, os imigrantes alemães.

Selecionei, para tanto, como *corpus* de pesquisa *A divina pastora*, de Caldre e Fião, *Frida Meyer*, de Vivaldo Coaracy, *Um rio imita o Reno*, de Clodomir Vianna Moog, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, *A ferro e fogo: tempo de solidão* e *A ferro e fogo: tempo de guerra*, de Josué Guimarães. São esses romances representativos da literatura sul-rio-grandense que trazem na história narrada representações do imigrante alemão que viveu no Rio Grande do Sul e de seus descendentes. Todos nos dão a impressão de fidelidade à experiência da imigração, cumprindo, assim, a função primordial do gênero apontada por Watt (1990, p. 15).

1.2 - Estudos anteriores sobre os romances

Guilhermino Cesar, em *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1956), livro no qual registra uma ampla pesquisa sobre a literatura produzida no estado e seus respectivos autores, bem como contextualiza o momento histórico de cada fase literária, relata que Caldre e Fião iniciou o romance gaúcho ao escrever *A divina pastora* em 1847.

Entretanto, no longo tempo que se passou desde a escrita da obra até pelo menos quase o final do século XX, não foi possível estudá-la, porque permanecia desaparecida. O romance foi redescoberto, mas nem Guilhermino Cesar o conhecia quando a ele se referiu; apenas mencionou sua existência e lamentou seu desaparecimento. Contudo, o fato de informar sobre a existência do livro instigou à sua busca, tanto que, anos depois, um exemplar seria achado no Uruguai.

Colocada novamente em circulação a partir de 1992, num trabalho de publicação da RBS, *A divina pastora* passaria a receber a atenção de estudiosos. Flávio Loureiro Chaves foi o primeiro a se envolver com a análise da obra, produzindo um texto que foi incluído na edição citada. Posteriormente, na revista *Letras de Hoje*¹ foram publicados alguns ensaios sobre *A divina pastora*, abordando, no geral, a importância deste romance para a literatura rio-grandense e brasileira. Não há, no entanto, um estudo que focalize as personagens alemãs da obra. Assim, a análise que faço neste trabalho, por ser dirigida ao universo germânico nela representado, acrescenta uma outra visão da obra ao conjunto dos estudos que a tomam como foco.

Por sua vez, o romance *Frida Meyer* não foi ainda estudado. Poucas pessoas têm notícias dele e, dessas, apenas algumas o leram. Há um exemplar na Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas tudo indica que é livro esquecido na prateleira. Luís Augusto Fischer, trabalhando no projeto de recolocar a obra em circulação, prepara uma segunda edição. O capítulo desta tese dedicado à análise deste livro é, portanto, o primeiro estudo acadêmico referente à obra.

Sobre *Um rio imita o Reno*, constatei que, paralelamente às suas primeiras edições, surgiram comentários críticos de intelectuais renomados na época, especialmente em jornais, os quais explicitaram as suas visões do romance. O próprio Vianna Moog refere-se a eles e transcreve suas opiniões em “Breve história de um romance”, texto que trata sobre este seu romance e acompanha a edição de 2005. Trata-se de Moysés Vellinho, Nelson Werneck Sodré,

¹ Uma publicação do curso de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Rubem do Amaral, Ascendino Leal. Também faz menção a João Batista Souza Filho (*Gazeta de São Paulo*), Luiz Forjaz Trigueiros (*Diário de Notícias* de Lisboa) e Plínio Barreto (*Estado de São Paulo*). Edgar Cavalheiro, José Lins do Rego, Reinaldo Moura, Clóvis Ramallete, Oscar Mendes, Tullo Hostillo Montenegro também são referidos. A todos esses o livro agradara. Todavia, Vianna Moog também registra opiniões de quem não gostara do livro, como um artigo publicado na *Gazeta de Notícias* e um artigo de Carlos Lacerda publicado na revista *Diretrizes*.

Victorino Serra e Alcides G. Mendonça Lima escreveram dois textos sobre o romance, elogiando-o quanto à abordagem das questões relativas à comunidade germânica, que vinham ao encontro das diretrizes do Estado Novo iniciado em 1937. Os textos foram publicados nos meses de outubro e novembro de 1939, no mais importante jornal do Rio Grande do Sul na época, o *Correio do Povo*.

A repercussão que o romance teve foi algo incomum para uma obra de literatura daqueles anos e o mérito disso é a sua temática, apresentada num contexto de atritos e incluindo na abordagem da comunidade germânica questões sobre o racismo e outros temas de interesse geral da população gaúcha e brasileira nos tempos de atuação do Hitler e da iminência da Segunda Guerra Mundial. Contudo, a expressão maior do impacto da obra apresentou-se no romance-resposta que Bayard de Toledo Mercio escreveu em 1940, chamado *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*, contrariando, como já indica o título, a idéia formulada em *Um rio imita o Reno* sobre os alemães de São Leopoldo, portanto com uma outra leitura da situação que envolvia imigrantes e brasileiros.

Um dos estudos mais recentes sobre *Um rio imita o Reno* é de autoria de Luís Augusto Fischer, que em 2005 escreveu a “Apresentação” da edição do romance publicada nesse ano. Além da visão crítica sobre o tema, formulada com o devido distanciamento de tempo e dos fatos, o texto de Fischer traz uma leitura baseada em compreensões teóricas atualizadas sobre o gênero romance e sua relação com o social, demonstrando, assim, o lugar importante ocupado pela obra de Vianna Moog no conjunto da produção romanesca gaúcha, especialmente por ser um trabalho dedicado a um debate contemporâneo ao seu surgimento. Para o autor, Vianna Moog foi um escritor corajoso, por ter debatido o assunto do racismo, do preconceito étnico, da resistência à miscigenação, no momento mesmo em que aconteciam os fatos citados. Fischer identifica em *Um rio imita o Reno* um romance de tese, tanto que Dreher, historiador que também vem estudando a obra, faz debate ideológico com base na história narrada.

Martin N. Dreher relaciona o conteúdo de *Um rio imita o Reno* com dados históricos, como podemos perceber em seu texto de 2006, “*Um rio imita o Reno* ou *Longe do Reno* também se é feliz: considerações sobre uma obra de Clodomir Vianna Moog e uma resposta de Bayard de Toledo Mercio”. Propõe que, no romance, Vianna Moog é favorável à miscigenação e critica-o por não prever a hipótese da preservação da diferença. Por meio desta interpretação, podemos entender que o romance é tão vivo ainda hoje que um historiador lê a ideologia existente por trás da literatura. No entanto, é preciso perceber que o fato de Dreher criar debate ideológico sobre a ficção de Vianna Moog faz sentido, porque se trata de um romance de tese.

Continuando com as obras objetos da minha análise, é de salientar que a importância de *O tempo e o vento* para o debate crítico da literatura já está devidamente consolidada por trabalhos de estudiosos gaúchos, nacionais e internacionais. A questão mais investigada diz respeito ao aspecto romance histórico e seu tema principal: a formação social, política e econômica do Rio Grande do Sul. Todavia, mesmo que já se tenha observado que os imigrantes alemães ocupam um lugar proeminente na narrativa, ainda são poucos os estudos que colocam na centralidade a abordagem da etnia alemã feita por Erico Verissimo.

Encontramos isso na obra de Renate Schreiner, *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul* (1996), na qual analisa, além de *O tempo e o vento*, os romances *A ferro e fogo* de Josué Guimarães e *Videiras de cristal* de Luiz Antonio de Assis Brasil, dirigindo sua atenção para a imagem do imigrante alemão que aparece em cada um desses romances.

Também encontramos trabalhos de análise da representação do imigrante alemão no livro organizado por Robson Pereira Gonçalves, *O tempo e o vento: 50 anos*, que comemora cinquenta anos de lançamento da primeira parte da trilogia, *O continente*. Ao todo são vinte textos: dezoito artigos de análise da obra, um do próprio Erico (reúne várias páginas originais do autor e uma explicação ao texto feita por Vitor Biasoli) e o “Posfácio”. Os dezoito estudiosos focalizam diversos aspectos de *O tempo e o vento*, porém os alemães que aparecem no romance são tema central apenas de um dos textos, o de Lúcio Kreutz, “A imigração alemã em *O tempo e o vento*”. O autor apresenta uma análise da maneira como Erico retrata a imigração, enfocando questões que teriam sido referência para o autor criar as personagens e seus discursos naquele momento histórico (entre 1947 e 1962). Segundo seu ponto de vista, a vivência cotidiana de Erico com descendentes de alemães, tanto no círculo de amigos quanto na própria família - a esposa,

Mafalda Volpe, tinha ascendência alemã -, possibilitou-lhe a criação das imagens do grupo étnico alemão em *O tempo e o vento*.

Além dessa razão, Kreutz também aponta a observação que Erico fazia da vinculação dos imigrantes às transformações sociais e econômicas por que passava o estado e aproxima a evolução da escrita do romance, dada pela sucessão das partes que o constituem, da evolução histórica da colonização alemã, desenhando o processo de instalação das famílias, de ocupação de espaços territoriais, de convivência com os nacionais e de crescimento econômico. Aborda, ainda, a descrição que Erico faz da diferença ética dos imigrantes e a repercussão dessa diferença junto ao grupo étnico dominante, o luso-brasileiro, centrando a observação na expressão cultural, na construção familiar e na concepção de trabalho, aspectos de destaque da identidade dos imigrantes.

Em “O ciclo de Vargas segundo Veríssimo”, mesmo não colocando os alemães na centralidade, René E. Gertz analisa a representação que Erico faz de um dos períodos políticos de maior projeção sobre a comunidade alemã do Rio Grande do Sul, o período Vargas. Gertz demonstra como os acontecimentos do governo Vargas são assuntos importantes em *O tempo e o vento*, tanto que ocupam parte de *O retrato* e todo *O arquipélago*. O autor observa que inúmeros aspectos correspondentes às transformações econômicas, sociais, religiosas, culturais e políticas ocorridas no período estão refletidos no romance.

O último romance em estudo, *A ferro e fogo* de Josué Guimarães, à semelhança de *O tempo e o vento*, também já possui uma bem consolidada fortuna crítica, a qual focaliza, inevitavelmente, a representação que neles existe da imigração alemã no Rio Grande do Sul, que é o tema central da obra. Destaco, nesse sentido, o já citado livro de Renate Schreiner, que faz uma leitura das questões identitárias da etnia com o objetivo de interpretar as imagens que o escritor cria dos imigrantes, evidenciando que a figura do alemão é percebida pelas suas diferenças culturais em relação aos nacionais.

Vidas a ferro e fogo: um diálogo entre a história e a literatura, de Elisa Maria Klajn, é um livro inteiramente dedicado aos dois volumes de *A ferro e fogo*, apresentando uma leitura da caracterização do imigrante alemão feita pelo escritor por meio do entrecruzamento da literatura e da história na construção da narrativa.

No livro *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*, organizado por Maria Luiza Ritzel Remédios, também há ensaios com significativas análises de *A ferro e fogo*. Dos dezoito textos

que compõem a obra, quatro se referem exclusivamente ao romance: “Colonização a ferro e fogo”, de Terezinha Barbieri; “Josué Guimarães: o resgate da solidão”, de Lucia Helena; “A trama dos tempos: um conceito de história em *A ferro e fogo*”, de Pedro Brum Santos e “Uma perspectiva protestante da colonização do Rio Grande do Sul”, de Antonio Hohlfeldt. Encontramos no primeiro uma interpretação da postura crítica que Josué assume diante da história e da ficção já existentes sobre a imigração. No segundo há uma apresentação do texto *Tempo de solidão* e uma reflexão sobre as relações entre a literatura e a configuração nacional com base nas questões que Josué tematiza no romance. No terceiro é analisada a composição entre o ficcional e o histórico que se constrói em *A ferro e fogo*, evidenciando a categoria do tempo para situar a história ficcional dentro da história factual. Por fim, o quarto texto interpreta *A ferro e fogo* como uma narrativa, do ponto de vista protestante, da formação do Rio Grande do Sul, contrapondo-o a *O tempo e o vento*.

1.3 - Características dos romances estudados

Os romances estudados foram escritos no período dos 150 anos da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul², entre 1824 e 1974, sendo estas as datas de sua publicação, em ordem cronológica: 1847 - *A divina pastora*; 1924 - *Frida Meyer*; 1939 - *Um rio imita o Reno*; 1949 a 1962 - *O tempo e o vento*, cujas partes assim se distribuíram: 1949, Parte I, *O Continente*; 1951, Parte II, *O Retrato*; 1961-1962, Parte III, *O Arquipélago*; 1972 - *A ferro e fogo - tempo de solidão* e 1975 - *A ferro e fogo – tempo de guerra*.

Estudo, portanto, o caminho até Josué Guimarães; sem desconsiderar que há outros romances posteriores, o meu ponto de chegada é ele. Ocorre que *A ferro e fogo*, em seus dois volumes, dentre todos os que analiso, é “O” romance. Mesmo em comparação ao que já se escreveu depois dele, continua a ser “O” romance sobre o tema. Afirmo isso com base na pesquisa feita em cada um dos romances, na qual realizei detalhadamente as questões relativas ao tema, buscando ser precisa em termos de referência ao texto literário. Com esse procedimento,

² 1824 é o ano inicial da imigração/colonização alemã no Rio Grande do Sul, quando chegou a São Leopoldo o primeiro grupo de germânicos, atendendo à política do governo imperial para colonizar a então província do Rio Grande de São Pedro. Completaram-se, portanto, cento e cinquenta anos em 1974.

descobri que, enquanto nos demais romances eu procurava e destacava elementos sobre os imigrantes alemães, ou encontrava a representação de uma questão mais localizada dentro de toda a história dos imigrantes alemães, o de Josué me surgia como um verdadeiro veículo exclusivo de elementos sobre eles, uma vez que na história imaginada há uma ampla totalidade, uma completude no que se refere à representação da chegada e fixação dos sujeitos históricos imigrantes; há um tempo histórico longo através do qual as personagens constroem suas vidas, que é de 1824 até o início do movimento dos *Mucker*, e há um narrador em terceira pessoa que nos dá uma notícia impactante, como que vinda de alguém muito próximo da comunidade representada.

Na verdade, *A ferro e fogo* é o romance que me levou a produzir este trabalho: depois de me decidir por ele como tema da tese, me dei conta de que poderia fazer um estudo de romances escritos antes, descrevendo a representação dos alemães em cada um. O ponto de chegada do recorte temporal que estabeleci para esta tese, que é a publicação do segundo volume de *A ferro e fogo*, coincide, historicamente, como já mencionei, com a comemoração do sesquicentenário da imigração alemã. Nesse sentido, avalio que até 1974 há um material de ficção suficiente e com significativas abordagens que permitem tornar consistente este estudo.

Se continuasse investigando os romances escritos a partir de Josué - portanto, de 1980 para cá - que eu chamo de “presente”, eu encontraria todo um outro contexto social e econômico a desenhar a época do escritor, pois a região, nesses tempos, começou a passar por significativas modificações, dadas, sobretudo, por uma notável modernização. Agora, por exemplo, a velocidade da passagem da população e da economia do campo para a cidade é mais acelerada, como nos mostra Charles Kiefer, um dos romancistas que atualmente narram histórias envolvendo personagens da etnia alemã. Ao contrário, no tempo dos romances pesquisados, a referida passagem era mais vagarosa. Erico Verissimo, por exemplo, por meio da história dos Spielvogel, permite-nos perceber que se passam duas gerações até que a atividade agrícola iniciada pelos primeiros imigrantes na colônia seja substituída pelo comércio na cidade.

Dentre as modificações principais que marcam o tempo aqui considerado “presente” estão o crescimento populacional das cidades e a luta por emprego e moradia, o abandono do campo, os movimentos pela propriedade de um pedaço de terra. O sujeito histórico de origem alemã já passou por um longo processo de assimilação e é, hoje, um dos agentes principais da forma de ser rio-grandense e, por isso, sua imagem circula no imaginário popular, e até mesmo entre as

instâncias políticas e econômicas, como mais um gaúcho a figurar como comerciante, industrial, colono, sem-terra. Assim, pouco é notado o seu pertencimento a uma etnia que não seja a luso-brasileira. Como é próprio do escritor fazer sua literatura influenciado pelo contexto que o envolve, é diferente ficcionalizar a comunidade alemã e a formação do espaço sulino a partir da presença do alemão num tempo assim, no qual as relações interétnicas já construíram várias similitudes, do que num tempo em que qualquer pessoa destacava a produção agrícola, o comércio e a indústria como atividade dos alemães ou herdada deles.

Kiefer, por exemplo, não vai mais falar desde as “Colônias Velhas” formadas pelos imigrantes, nem das cidades industrializadas por eles ou de bairros repletos de casas de comércio germânicas. O escritor posiciona-se num terceiro espaço, aquele onde a identidade étnica e as atividades agrícola, comercial e industrial já não são mais tão definidoras de comportamentos e tratamentos sociais.

No período que contemplo no estudo a visão sobre o imigrante e a ação do imigrante ascendiam, visto que a colonização e a industrialização do estado eram ações reconhecidas quase que totalmente como trabalho dos alemães. É possível, mesmo, dizer que os autores que escreveram até o sesquicentenário conviviam com a afirmação e os de 1980 para cá, com a diluição da identidade. Busco, pois, a imagem de algo diluído para pensar que, desde o século XIX, aos alemães foram se avizinando de muitos outros imigrantes, de muitas outras etnias, como nos mostra a Tabela 1.

Tabela No.1 - Origem dos colonos no Rio Grande do Sul na década de 1920

Origem dos colonos	Número de propriedades	Área
Alemanha	6.887	545.413
Áustria	4.292	214.892
Bélgica	82	12.306
Dinamarca	51	16.064
França	335	163.873
Espanha	4.725	449.024
Hungria	138	4.918
Inglaterra	110	9.349
Holanda	91	120.861
Itália	35.894	2.743.178
Noruega	9	4.070

Portugal	9.552	3.629.383
Rússia	4.471	197.508
Suécia	120	5.917
Suíça	386	57.591
Turquia	429	83.501
Outros países	7.764	297.435
Argentina	197	125.401
Bolívia	7	2.061
Estados Unidos	87	361.348
Paraguai	156	323.712
Peru	34	286.243
Uruguai	1.365	763.883
Venezuela	9	265
Outros países da América	33	15.923
Japão	1.167	43.239
China	771	1.498
Outros países	771	2.698.897
Total	79.169	10.748.987

Fonte: CHICERO, Lorenzo. *L'imigrazione agli Stati del Brasile*. Cinquantenario della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud:1875-1925. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1925. p. .313.

Desde há muito tempo, provavelmente ainda no início da imigração, pois que havia habitantes de outras etnias, especialmente a lusa, no mesmo espaço onde se fixaram os germânicos³, instalava-se um processo capaz de alterar a diferença da identidade dos imigrantes alemães. O restante das alterações deu-se por conta da força da organização social, política e econômica do estado e do país e das ações governamentais e legais, construindo, assim, a assimilação.

Quanto à participação do governo nesse processo, nada foi mais eficiente do que a campanha de nacionalização aplicada aos teuto-brasileiros durante o mandato de Getúlio Vargas, na vigência do Estado Novo, mais de cem anos depois da chegada dos primeiros colonos alemães ao Rio Grande do Sul. A este respeito há uma posição de parte dos historiadores que assegura ter

³ No livro de Marcos Justos Tramontini, *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*, encontramos informações sobre a relação social entre os germânicos e os de outra etnia nos primeiros anos da imigração.

sido um projeto luso-brasileiro imposto com o objetivo de, sem mais tolerar a diferença visível na história social do país, fazer acontecer a assimilação dos ainda “estrangeiros”. Pelas determinações da campanha, era obrigação dos alemães, por exemplo, falar a língua portuguesa e expressar-se por meio da cultura dita “nacional”. Assim, conforme sustenta essa visão da história, o projeto do governo era unidirecional, visto que não previa a integração do que era identidade da etnia alemã, como o idioma e a cultura.

Com as práticas nazistas em desenvolvimento na nação alemã, a política do governo brasileiro acentuou-se e os conflitos entre os cidadãos brasileiros tidos como nacionais e os teutos, vistos como estrangeiros, aconteciam rotineiramente e, com frequência, marcados por sérias agressões.⁴ Uma visão crítica sobre a questão da nacionalização, e que está de acordo com a visão histórica descrita, encontramos em artigo de Flávio R. Kothe (1998, p. 206-207), no qual o autor aproxima-se de Martin Dreher no que se refere à idéia do direito à diferença:

A solução histórica imposta foi – de parte da oligarquia luso-brasileira – a assimilação à sua identidade lingüística e cultural; a minoria teuto-brasileira somente pôde contemplar impotente a derrocada paulatina de sua proposição, de uma política de integração, preservando a língua e as tradições dos antepassados. Aquela fez de conta que o problema estava solucionado, em prol de uma integração nacional, e esta tratou de esquecer seu passado, especialmente com a vergonha histórica que o povo alemão atestou ao permitir a ascensão do militarismo prussiano e do nazismo, com todas as suas seqüelas.

As diferenças étnicas, os conflitos entre teutos, brasileiros e governo, as exigências de assimilação em diferentes períodos históricos são temas abordados em quatro dos cinco romances estudados, com exceção apenas de *A divina pastora*. No que se refere à relação da história narrada com o contexto externo representado, dividi os romances pesquisados em dois grupos distintos: um, *A divina pastora*, *Frida Meyer* e *Um rio imita o Reno* foram escritos na época mesma em que a ação ocorria, sendo, portanto, romances sobre o presente, no sentido de serem contemporâneos aos fatos narrados; outro, *O tempo e o vento* e *A ferro e fogo* foram produzidos num tempo posterior ao dos fatos, apresentando-se como romances históricos, no sentido de tratarem de imagens de um tempo passado, distante em relação àquele em que foram escritos.

Os dois últimos são romances históricos, segundo a aceção de Seymour Menton, crítico estadunidense que teoriza sobre esta forma literária em *La nueva novela histórica de la América*

⁴ Em *O tempo e o vento* existem cenas de agressões dos luso-brasileiros contra os teuto-brasileiros durante o período do ciclo de Vargas. Descrevo as cenas na parte onde analiso esse romance. Também no romance *Um rio imita o Reno* há referência à questão da nacionalização.

Latina: 1979-1992. Baseado na definição de Anderson Imbert, Menton reserva a categoria "novela histórica para aquellas novelas cuya acción se ubica total o por lo menos predominantemente em el pasado, es decir, um pasado no experimentado directamente por el autor" (p.32). Seguindo este conceito, os escritores Erico Verissimo e Josué Guimarães, distanciados cronologicamente dos eventos dos quais tratam, retornam a eles por meio da narração, reinterpretando os acontecimentos e renovando as imagens das figuras históricas que os viveram, além de construírem uma leitura dos problemas sócio-históricos existentes no processo de colonização do estado desenvolvido pelos imigrantes alemães e contextualizarem os movimentos de comportamentos dos homens e suas implicações. Dessa forma, alcançam uma visão de conjunto maior, pois conseguem formar uma idéia da colônia, da cidade e do mundo; enfim, redescobrem uma imagem da história da formação do Rio Grande do Sul impregnada de atitudes humanas que servem à caracterização de uma etnia e à identificação de um espaço social e de um tempo histórico.

O que implica ser romance contemporâneo aos fatos e ser romance histórico? Implica o comportamento do romancista no momento da composição da obra. É pelas condições que o tempo (presente ou passado) fornece a cada escritor que ele estabelece ou não o distanciamento do que é narrado, apresenta ou não uma visão de conjunto e constrói sua interpretação do mundo. Os três romances que dizem algo sobre o presente estão mergulhados no mesmo horizonte histórico dos fatos, o que significa que os escritores observam tanto quanto suas personagens. Ocorre o contrário com os dois romances históricos, pois seus autores já observaram os fatos que suas personagens estão vivendo. Nesse sentido, aparecem três romances de cidade, os do tempo contemporâneo, porque, no fundo, seus autores se sentiam urbanos em razão da força que o surgimento das cidades estava exercendo sobre a sociedade, uma vez que se apresentavam como o mundo futuro, e dois romances do meio rural e da transição para a cidade, os chamados romances históricos, porque seus autores conviviam com o registro histórico e a análise da experiência da construção do campo e da cidade.

Os três primeiros romances analisados, que não são históricos, caracterizam-se por uma forma de narrativa que podemos chamar de "local", ou seja, os espaços onde as ações acontecem são uma pequena cidade – São Leopoldo, no caso de *A divina pastora* e *Um rio imita o Reno* – ou uma região dentro de uma grande cidade - a Praça XV e seus arredores, no caso de *Frida Meyer*. Nesses espaços recriados são colocadas as estradas, as casas dos moradores (*A divina pastora*), as

ruas, as casas comerciais, as moradias dos alemães, os bares freqüentados, os clubes (*Frida Meyer*), as indústrias, a hidráulica, o curtume, a igreja protestante, o rio dos Sinos (*Um rio imita o Reno*). Os últimos dois romances têm uma forma de narrativa cujo espaço é bastante ampliado, panorâmico, contemplando o rural além do urbano.⁵

Os cinco romances privilegiam o narrador em terceira pessoa, ligando-se a esse tipo de narração algumas outras opções formais dos escritores. São as opções de cada um que lhes permitiram fazer a recuperação de quadros, de contextos do mesmo objeto - o imigrante alemão - de maneira própria, por vezes aproximando-se em certos aspectos e, em outras, distanciando-se. Assim, a forma de Josué colocar na centralidade de seu texto os alemães inclui não só a voz do narrador em terceira pessoa - quase sempre onisciente -, como também, em alguns momentos, discursos diretos das personagens. Essas duas formas de comunicar a história resulta na revelação dos sentimentos, dos desejos, das opiniões sobre o mundo que circunda os imigrantes, ficando desvendados os mundos externo e interno das personagens.

Diferentemente de Josué, Erico privilegia o olhar de fora para se referir aos alemães, seja o do narrador em terceira pessoa ou o das personagens nativas. Encontramos a narração de acontecimentos, a descrição das casas, do vestuário, da alimentação, a observação do modo de trabalhar, da língua falada, do comportamento político, enfim, de inúmeros aspectos que compõem o mundo externo das personagens alemãs, porém do seu mundo interno ficamos sabendo algo somente sobre o Doutor Winter, que é a personagem construída com um propósito especial dentro da narrativa, conforme o próprio autor declara em *Solo de clarineta* (1976, p. 299):

A certa altura comecei a sentir a necessidade de criar uma personagem que pudesse fazer o papel de coro daquela comédia provinciana. Devia ser uma personagem não só alfabetizada, mas também lida e com pontos de referência geográficos e culturais que a tornassem capaz de comparar aquela agreste e incipiente civilização sul-americana com a européia, comentar consigo mesma ou com outras aquela gente, a vida de Santa Fé, em particular, e a da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em geral.

Querendo isso do doutor Winter, Erico lhe dá voz na narrativa para que ele mesmo, em discursos diretos, expresse seu modo de pensar e seus sentimentos, como também o narrador em terceira pessoa revela sentimentos, pensamentos e comportamentos dessa personagem. Além

⁵ É interessante destacar que, dos escritores, o único de descendência alemã é Clodomir Vianna Moog e o único que não nasceu no Rio Grande do Sul é Vivaldo Coaracy, que era carioca. Caldre e Fião, Erico Verissimo e Josué Guimarães são de origem lusa e nascidos no estado. Etnicamente, os autores são afastados dos alemães, até mesmo Vianna Moog, que também é descendente de lusos (Vianna).

disso, o escritor inclui Winter no mundo de referências lusas desde a sua chegada a Santa Fé, onde viria a influenciar a vida íntima do Sobrado, principalmente por suas longas conversas com Bibiana sobre a nora Luzia. À força das relações que constrói, essa personagem é também influenciada pelos hábitos e pela cultura dos que são do local, deixando muito daquele universo santa-fezense guiar-lhe as atitudes.

Não são muito diferentes das de Erico as opções de Vianna Moog, apesar de em *Um rio imita o Reno* a ficção ter os alemães na centralidade, o que não acontece em *O tempo e o vento*. Quase na totalidade da narração é o narrador em terceira pessoa a relatar os fatos e a apresentar o que são, o que fazem, o que pensam, como se comportam os moradores de Blumental. Em alguns momentos, a reforçar o olhar de fora sobre a comunidade germânica, é o brasileiro Geraldo Torres que dialoga com seus amigos ou tem seus pensamentos e ações revelados pelo narrador. Assim, o amazonense observa e descreve o local, analisa, julga, revolta-se por ser rejeitado na cidade e expressa o que ele mesmo rejeita. Blumental é germânica pelo olhar de Geraldo, que tem em sua memória um dos melhores lugares do Brasil para fazer comparações, a Amazônia.

Por sua vez, Vivaldo Coaracy, que, como Vianna Moog e Josué Guimarães, compõe uma história exclusiva sobre alemães, também privilegia a voz do narrador em terceira pessoa para apresentar as personagens, narrar os fatos de suas vidas e descrever os espaços por onde se movimentam. Ao invés de usar discurso direto para que as personagens se expressem em todas as circunstâncias, já que o universo constituído é germânico, ele prefere limitar a expressão delas e conduzi-las mais como objetos de observação do narrador. Freitas, um brasileiro, é quem dialoga em vários momentos, fazendo-se um interlocutor naquele ambiente, o qual consegue discutir questões históricas que envolveram os imigrantes no Brasil, como o “perigo alemão”. Freitas é o que vem de fora, como o foi Geraldo Torres, mas não rejeita os alemães nem é rejeitado; ao contrário, apaixona-se por aquele universo, convive bem nele, tem amantes alemãs, é aceito no clube sem questionamentos, é sustentáculo econômico da família protagonista, e isso tudo sem ser porta-voz dos possíveis defeitos que circundavam as personagens, como o faz muitas vezes o narrador.

Encontramos, em primeiro lugar, no romance a narração da história de uma personagem feminina teuto-gaúcha, por meio da qual é apresentada a sociedade germânica urbana que se formava na capital. Em *Encontros com a vida* (memórias) (1962), Coaracy, ao contar sobre como

a obra nasceu, explica que Frida foi inspirada em uma moça que ele conhecera quando morava em Porto Alegre:

(...) passou de repente pelo quadro das lembranças a sombra de uma alemãzinha de Porto Alegre. Era a figura miúda daquela 'Teuta, teuta franzinha, teuta da pele clara' cantada por um dos poetas do Sul. Não lhe direi o nome verdadeiro, naturalmente. Alguém havia me contado, mexericando, certa aventura meio escandalosa em que a moça andara envolvida. Ocorreu-me que esse caso, bem disfarçado, temperado com os acessórios de outros episódios e personagens, poderia servir de tema de novela (COARACY, 1962, p. 189-190).

Dessa forma surgiu a primeira história ficcional sobre alemães em Porto Alegre, como o escritor acreditava ter feito: “Que eu soubesse, ninguém ainda havia se ocupado em descrever a intimidade da sociedade germânica de Porto Alegre vivendo, com as suas peculiaridades, em relativo isolamento voluntário” (COARACY, 1962, p. 190).

Caldre e Fião, por sua vez, idealiza as duas principais personagens alemãs sem recorrer tanto ao contexto da realidade a que os imigrantes estavam submetidos nos primeiros anos da colonização, este descrito por historiadores. Os dados reais recuperados no romance e que se relacionam aos imigrantes referem-se à situação histórica, social e geográfica de São Leopoldo e a uma possível questão que envolvia os habitantes estrangeiros, a assimilação. Contudo, pelo fato de as personagens alemãs não expressarem conflitos com os luso-brasileiros no processo que as levou a aceitarem e adotarem costumes, a sentirem-se felizes com um casamento interétnico, é possível que o autor tenha criado os acontecimentos ficcionais mais como expressão de uma vontade sua e, quem sabe, daqueles com quem convivia na corte (RJ), do que por uma observação direta da realidade.

1.4 - O que busco nos romances

A experiência histórica dos imigrantes alemães e seus descendentes é tecida nos romances em estudo a partir dos (des)encontros da ficção e da história. O entrelaçamento de dados que se forma dessa união vem a ser a consistência das histórias narradas. É o que chamo de “consistência” que elejo colocar em evidência ao fazer o levantamento dos índices do tema imigração alemã nos romances selecionados, dirigindo o olhar para o modo como neles se apresentam os dados referentes à Família, à Religião, ao Trabalho, ao Espaço e deslocamento e

aos Contatos entre personagens da mesma etnia e, destas, com as brasileiras, abordando essas categorias ao longo do tempo conforme os escritores as foram registrando. Tais categorias investigativas flagram modos de vida específicos pelos quais os alemães se mostram e, portanto, formam o centro da identificação das personagens e suas ações em cada narrativa. Com elas traço uma linha imaginária de investigação que unirá todas as obras do *corpus* da pesquisa.

As categorias escolhidas constituem, para este estudo, o núcleo da identidade alemã, em razão do meu entendimento de que os imigrantes, em novo país, submetidos a novas necessidades, ficam propensos a, geográfica e culturalmente, se distanciarem cada vez mais da sua origem. Assim, necessariamente, a preservação da cultura de origem, quando do interesse dos sujeitos, e a assimilação da cultura do local onde moram passam pela família, pela religião e pelo trabalho, determinam a ocupação de certos espaços e a necessidade de deslocamento, bem como são reflexos dos contatos que estabelecem. Os próprios romances sugerem esse entendimento, visto que todos, à parte o tempo do escritor e o tempo da matéria narrada, estruturam o enredo com essas categorias.

Eventualmente, busco na historiografia informações sobre a constituição familiar, a religião, o espaço ocupado, os deslocamentos acontecidos no processo e os contatos mantidos para melhor analisar o que está representado nos romances. Orientada pelas categorias estabelecidas, minha atenção volta-se para o que os dados permitem afirmar. Assim, é preciso deixar claro que este é um estudo empírico e, como tal, pretende, em primeiro lugar, fazer uma descrição detalhada do que se apresenta em cada romance sobre os imigrantes alemães e trazer para dentro do conjunto dos dados as informações históricas que se relacionam com os fatos ficcionais. Com esse privilégio à descrição dos romances, focalizada no que dizem sobre alemães, construo um texto que faz o papel de uma fotografia, o papel da presentificação, e a leitura interpretativa surge dessa relação. Com esse propósito, as categorias também se justificam em sua razão de ser por permitirem o acesso à descrição da intimidade do mundo do imigrante, intencionando apreender os centros da vida descrita.

Ao longo do trabalho, desenho um quadro histórico duplo: uma de suas dimensões contará a história da imigração alemã em si e a outra posicionará os romancistas em seus respectivos momentos. Nesse quadro se relacionam o tempo do autor e o que aparece no seu romance, numa reconstituição da imagem do imigrante alemão fixada pela história na época da escritura de cada obra.

Recorro também à geografia para descrever e analisar os espaços físicos representados pelos romances. Para tanto, os recentes estudos do teórico italiano Franco Moretti são a base. Moretti, com base em leituras de romances europeus referenciais na literatura ocidental, constrói uma íntima relação entre geografia e literatura. Seu olhar sobre a literatura é um olhar de conjunto, buscando abranger, portanto, uma totalidade ampla. Ele olha documentalmente para os romances e suas idéias sobre isso encontram-se em *Atlas do romance europeu 1800-1900* (2003), onde propõe construir uma geografia literária a partir de uma seleção de romances. Essa geografia pode se referir a dois aspectos muito diferentes, conforme explica Moretti (2003, p. 13): "Pode indicar o estudo do espaço na literatura; ou ainda, da literatura no espaço. No primeiro caso, a dominante é ficcional. (...). No segundo caso, é um espaço histórico real". Trata-se de usar mapas sistematicamente para interpretar o enredo de um romance. Para este autor, os mapas são ferramentas analíticas "que dissecam o texto de uma maneira incomum, trazendo à luz relações que de outro modo ficariam ocultas. Um bom mapa vale mil palavras, dizem os cartógrafos, e eles estão certos: porque ele produz mil palavras: levanta dúvidas, idéias. Coloca novas questões e nos força a buscar novas respostas" (MORETTI, 2003, p. 14).

Os mapas que construo com base na análise de romances não se explicam por situarem um acontecimento do enredo ou um fenômeno literário em seu espaço específico; são, sim, importantes como recurso visual que leva o estudioso a pensar sobre o que se formou no mapa, que padrão se desenha, tentando compreender como determinados elementos originam uma história. A questão principal é descobrir como a geografia configura a estrutura narrativa do romance. Para isso, o caminho consiste, primeiro, em selecionar um aspecto textual; depois, em encontrar no romance os dados sobre esse aspecto, colocá-los no papel e, finalmente, examinar o mapa, tecendo uma interpretação da construção visual.

Primeiramente, as idéias de Moretti servem-me como técnica para descrever os espaços e deslocamentos de cada romance, colocando em evidência, dessa forma, a sua especificidade; após, sustentam a criação dos mapas apresentados e o sentido a eles atribuído. Em síntese, realizo um estudo do espaço na literatura pelo qual são explicitadas versões da colônia⁶ e da cidade onde os alemães dos romances se encontram: São Leopoldo, Chuí, Porto Alegre, Santa Cruz, Cruz Alta, Missões, Panambi, Ibirubá. Esse é o espaço onde a dominante é a ficcional, como diferencia

⁶ O termo "colônia" será usado constantemente neste trabalho para designar a área rural em sua totalidade na qual os imigrantes alemães se fixaram como pequenos proprietários. Não se refere, portanto, ao lote particular de cada família.

Moretti (2003) ao dizer que também há o espaço histórico real quando o estudo é da literatura no espaço.

Com o detalhamento dos aspectos presentes em cada romance, busco identificar questões que são trabalhadas nos textos ficcionais analisados, apesar de terem sido escritos em tempos históricos diferentes e ambientarem o narrado em espaços diferentes (urbano e rural). Uma das questões é a caracterização de fortes personagens femininas na constituição da família alemã. No capítulo da análise das obras procuro demonstrar concretamente como certas mulheres se mostraram tão fortes aos olhos dos romancistas, especialmente de Vivaldo Coaracy em diante, que chegaram a merecer registro especial.

Outra questão é a noção de trabalho, que é um termo definidor para se pensar a questão da figura do imigrante. Com exceção de Caldre e Fião, os demais romancistas apresentam os alemães vinculados a uma noção de trabalho diferente daquela que construiu a história do mundo do trabalho no Brasil até a chegada dos estrangeiros para serem pequenos proprietários rurais, artesãos, comerciantes. Da tradição de senhores e escravos até o final do século XIX na prática das charqueadas, os alemães diferenciavam-se por serem os donos da terra e, ao mesmo tempo, os executores do trabalho nesta mesma terra e por produzirem outros produtos na parte do país onde o dominante econômico era o charque dos estancieiros.

O trabalho manual, exemplarmente praticado pelos colonizadores alemães, era ausente na sociedade dos proprietários de negócios ou de terras, onde o esforço manual era tarefa dos escravos. Nesse sentido, a sociedade nativa valoriza, mas também se espanta, se admira diante da força de trabalho do imigrante. O trabalho em si e a relação do homem com o trabalho aparecem como acréscimos dos alemães à sociedade gaúcha, por não ser algo que estava inserido numa lógica de rotina dos gaúchos.

Há constâncias também nos espaços e deslocamentos descritos: os romances são ambientados nos lugares onde realmente aconteceu a colonização alemã e onde o desenvolvimento do comércio e da indústria gaúchos foi obra maior dos alemães. Nesses espaços são retratadas as principais referências visuais que indicam a presença alemã, como as lavouras, as casas, as lojas, as fábricas, os bares com venda de cerveja, o templo luterano. Da mesma forma, os contatos que as personagens imigrantes alemãs estabelecem na história narrada evidenciam relações pessoais, comerciais e de outra natureza, com os da mesma etnia e com os luso-brasileiros, que resultam tanto em progresso e harmonia quanto em conflitos.

Enfim, descubro uma relação orgânica que se constrói entre as obras no tratamento de questões importantes envolvendo os imigrantes alemães.

1.5 - Estrutura da tese

A estrutura desta tese é formada pelo capítulo 1, onde se encontram as questões introdutórias, pelo capítulo 2, que constitui a parte da história da imigração, pelo capítulo 3, que contém a parte do estudo dos romances, pelo capítulo 4, com as considerações finais e, por fim, as referências.

No capítulo 2 faço a compilação de dados históricos sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, contemplando a chegada dos primeiros imigrantes e as características da então província que conduziram o governo imperial a instalar colonos germânicos aqui, transformando-os em proprietários de terra. Dentro deste capítulo contextualizo a indefinição das fronteiras do sul do Brasil, um dos problemas nacionais ainda colocado ao país que recém havia se tornado independente de Portugal. Fixar os colonos alemães no Rio Grande do Sul foi também uma estratégia para ocupar o território de vez e forçar a acomodação dos castelhanos em seus limites fronteiriços legais, como estabelecido em acordos entre Portugal e Espanha anteriores à independência do Brasil.

Abordo também a questão da necessidade de desenvolver a agricultura para suprir as necessidades alimentícias dos centros urbanos como outra preocupação do governo e da sociedade sul-rio-grandense, a qual passou a ser atendida com os imigrantes. Nesse sentido, começar a colonização alemã por São Leopoldo, local próximo a Porto Alegre, já capital da província, onde havia terras cultiváveis, encontra aí uma das suas justificativas; outra era a distância a separar a colônia das grandes estâncias, que mantinham a economia gaúcha com apenas uma atividade, a criação de gado e o charque. Historiadores afirmam que essa distância e a atividade econômica diferenciada que os alemães adotaram evitariam possíveis conflitos em decorrência, sobretudo, do exercício do poder político, que estava completamente nas mãos dos estancieiros e assim ainda se manteria por vários anos mesmo após a chegada dos imigrantes.

Além disso, o desenvolvimento do processo imigratório do ponto de vista das leis de terra criadas pelos governos imperial e provincial é mais um questão abordada. Sobre isto são destacados os períodos de maior fluxo de imigrantes alemães e a formação de outras colônias além da de São Leopoldo.

Informações sobre os alemães da cidade também estão contempladas no capítulo 2, destacando a constituição do núcleo de Porto Alegre, identificando o espaço geográfico ocupado preponderantemente por eles e o desenvolvimento da atividade comercial da qual foram agentes principais na capital. Por último, apresento algumas informações sobre os *brummer*, destacando a figura do Koseritz, que veio para o Brasil no grupo dos *brummer* e, aqui permanecendo, tornou-se um grande nome no meio intelectual do Rio grande do Sul.

No capítulo 3 analiso a representação do imigrante alemão nos romances selecionados com base nas cinco categorias elaboradas: Família, Trabalho, Religião, Espaço e deslocamento e Contatos. Aqui, realizo uma reconstrução detalhada dos elementos que existem no narrado e que se enquadram nestas categorias, qualificada pelo acréscimo de informações históricas que se relacionam a fatos descritos ou vividos pelas personagens. A seqüência dos entretítulos indica a ordem cronológica do surgimento das obras, estando assim organizados: *A divina pastora*, *Frida Meyer*, *Um rio imita o Reno*, *O tempo e o vento*, incluídas as três partes da trilogia, e *A ferro e fogo*, também incluídas as duas partes da obra - *Tempo de solidão* e *Tempo de guerra*.

Neste capítulo 3 incluo acontecimentos narrados pela história que envolveram os imigrantes e que estão representados nos romances. Dessa forma, construo uma das dimensões do quadro histórico duplo a que me referi anteriormente, a dimensão que dá conta da história acontecida no tempo em que o romance está ambientado. A outra dimensão do quadro, a do tempo do autor, está indicada nas partes introdutórias de cada texto de análise dos romances, além de informações incluídas ao longo da análise.

Devo ressaltar que a forma de abordagem dos romances foi sendo construída conforme cada obra exigia, num processo em que aparece como característica comum a todos um apego à matéria-prima da ficção, mantendo o texto centrado na descrição dos aspectos que se relacionam a cada categoria de análise, ao mesmo tempo em que insiro informações históricas a que são remetidas as construções ficcionais. Por força desse procedimento metodológico, convivem no mesmo texto a criação, a idéia do autor e as situações históricas representadas.

No capítulo 4 apresento as considerações finais da tese. Faço uma contextualização dos romances, situando-os no tempo e relacionando o seu aparecimento a situações históricas e a visões que tais situações permitiram produziram sobre os alemães no Rio Grande do Sul. Além disso, crio dois mapas literários: no Mapa 1 é visualizada a representação dos espaços geográficos incluídos nos romances, localizando os atuais municípios que correspondem aos locais recriados pelos escritores; no Mapa 2 é traçado o movimento das personagens alemãs do campo para cidade, enfatizando a representação que há nos romances desta questão histórica que fez parte do processo de colonização do estado. Os dois mapas, devidamente explicados, não se constituem em meras imagens, mas são recursos interpretativos dos espaços nos romances.

São esses, enfim, os elementos que sustentam o presente estudo da representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense.

2 - DADOS HISTÓRICOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

*Uma verdade que nas coisas anda,
Que mora no visível e invisível.*

Camões

Mesmo depois de mais de trezentos anos de colonização portuguesa no Brasil, a maior parte das terras do sul ainda estava por ser ocupada e acomodada dentro da fronteira nacional. Essa extensão territorial inerte era potencial para o desenvolvimento integral do país, pois, uma vez havendo pessoas produzindo nas terras e convivendo em sociedade, suas ações poderiam contribuir com a economia, a política e a cultura nacionais, além de justificar a delimitação de fronteiras. Da mesma forma, tendo em vista o conhecimento que a Europa tinha das grandes dimensões do Brasil, havia interesse de países daquela parte do mundo de dar colocação a parcelas de suas populações que, submetidas a crises políticas, disputas internas e externas, escassez de alimentos, criavam problemas sociais de difícil solução para os seus governos.

A historiografia sobre a definição do Rio Grande do Sul como um território português na época do Brasil Colonial e como uma província brasileira depois da independência registra muitas disputas entre Espanha e Portugal e, mais tarde, entre castelhanos moradores da bacia do Prata e brasileiros do extremo sul. Diante disso, o primeiro governo do Império, criado em 1822, com a independência, tendo à frente dom Pedro I, adotou a estratégia política e econômica de criar colônias nessa região, visando impedir a tomada do território rio-grandense pelos castelhanos, desenvolver a agricultura com vistas a fornecer alimentos às populações urbanas que já estavam aumentando as cidades e promover o desenvolvimento social e econômico.

Com base nessas determinações governamentais, criaram-se muitas colônias para estrangeiros. Como registra Emília da Costa Viotti, (1977), mais de 170 colônias oficiais e particulares foram criadas no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1822 e 1914, superando o número de qualquer outra região do país: do total das colônias oficiais criadas, aproximadamente 48% situavam-se na província, o que demonstra o interesse que o governo central tinha nas terras conquistadas pelos portugueses, razão por que queria impedir a tomada destas pelas repúblicas platinas.

Esse interesse se manifestava há tempos, ainda pela Metrópole portuguesa, tanto que o governo do Brasil colonial proporcionou a imigração de açorianos para o território gaúcho, concedendo-lhes lotes de terra para o cultivo e formação de povoados. A idéia primeira ainda se mantinha quando se iniciou outro processo de imigração, desta vez com populações germânicas, já no início do século XIX, no Brasil independente: ocupar regiões de valor estratégico no país, como as zonas fronteiriças da então província do Rio Grande, atual estado do Rio Grande do Sul, sempre ameaçadas pelo domínio espanhol. Essas medidas atenderam, com os açorianos, especialmente, objetivos nacionais de caráter político e militar de Portugal, que se preocupava com a extensão territorial do Brasil meridional, indefinido ainda quanto ao seu dono: se a Coroa portuguesa ou a espanhola.

Tratando da questão, Paul Singer (1968, p. 145) afirma:

Até meados do século XVIII, era bastante fraca a ocupação do Rio Grande do Sul pelo colono brasileiro e português. A criação, principalmente extensiva, como se a praticava, se caracteriza por condicionar uma dispersão, por vastas áreas, da população nela ocupada. Ao governo português interessava, no entanto, constituir no Rio Grande do Sul uma população mais concentrada e, portanto, mais aproveitável, do ponto de vista militar, pois tratava-se de assegurar a soberania lusitana no território (e estendê-la, se possível, até a embocadura do Prata) face às pretensões castelhanas. Resolve-se, portanto, criar à ilharga da sociedade pastoral em formação, uma outra constituída por pequenos agricultores, dedicados à lavoura, desentários, capazes de propiciar a urbanização dos pontos fortificados. O elemento escolhido para esta tarefa foi o açorita.

Os açorianos chegaram logo após o Tratado de Madrid, em 1750, ocupando o vale do Guaíba e as terras de Rio Grande, Viamão, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo (1752) e Porto Alegre (1753). Em 1763, ocorreu a invasão castelhana, com o que e a população espalhou-se para o estreito de Santo Antônio da Patrulha, de Taquari e de Cachoeira (IVOTTI, 1997, p. 111). Todavia, não era grande o número de açorianos fixados: em 1780 havia apenas 10.053 deles, o que não atendia plenamente aos objetivos traçados para a sua instalação (LAYTANO, 1969, p.

408). Na verdade, a povoação existente era reduzida, pois os açorianos, com este número, representavam 55% do total da população gaúcha; os demais eram negros e índios.

Mesmo cerca de vinte anos depois, ainda seriam poucas as terras ocupadas e a população existente. Segundo Viotti (1977), em 1801, na região missioneira, onde já havia existido uma população de quase cem mil habitantes até o final do século XVIII, encontravam-se estes números: San Miguel, 1.900 habitantes; San Juan Batista, 1.600; San Lorenzo, 960; Santo Angel, 1.960; San Luis Gonzaga, 2.350; San Nicolas, 3.940; San Francisco de Borja, 130. Esse quadro passaria a se alterar de forma programada após a independência (1822), seguindo os planos governamentais de ampliar a ocupação, definir fronteiras, aumentar a população e os sujeitos disso seriam buscados nas nações européias.

Entretanto, em virtude da Independência de Portugal, como afirmam Loraine Slomp Giron e Vania Beatriz Merlotti Herédia (2006, p. 5), “não mais podiam ser importados colonos portugueses. Tornara-se vedada a entrada de estrangeiros, como: portugueses, franceses, holandeses, espanhóis e ingleses, em especial súditos de impérios que possuíssem colônias na América. Os portugueses que vivem no Brasil são levados a se naturalizar, os demais são considerados inimigos do império brasileiro”. Diante disso, criaram-se as condições para importar imigrantes de outras nações e os primeiros viriam dos Estados germânicos.

Cabe lembrar que o processo de colonização dessa região apontava, desde os seus primeiros sinais no século XVIII, a possibilidade de outras etnias serem admitidas para esse empreendimento que não só a lusitana, como explica Porto (1934, p. 35):

Vem de longe, de épocas bastante afastadas, a idéia, mais tarde posta em execução, de colonizar o extremo sul, na falta de casais de ilhéus, com elementos oriundos de países estrangeiros. Quando em 1725 interessou-se o Governo da Metrópole pela fundação do Rio Grande do Sul, para o qual se havia mandado João de Magalhães estabelecer povoação, tratou logo o Conselho Ultramarino, em suas consultas, de sugerir a El Rei remessa de açorianos para a nova terra que se ia fundar. Objetaram-se, porém, certas dificuldades a fim de recrutar um número de casais desta origem para a Colônia, e em seu despacho de 22 de junho de 1729 achou o Conselho conveniente que se não instalados no sul, nas povoações da Colônia, e outras, casais de ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos.

O intento de atrair famílias dos Estados germânicos para o Brasil permaneceria no século seguinte, motivado, dentre outras razões, pela idéia que já circulava na época sobre a diferença entre aquelas e as negras trazidas da África, diferenças marcadas especialmente pela qualificação

e disposição para o trabalho, pelas profissões exercidas e constituição familiar. Entre os líderes políticos fortificava-se, então, a visão de que a imigração estrangeira agiria como um enxerto a dar vigor à população nacional, como afirma Paulo Pinheiro Machado (1999). Para ilustrar esse fato, nas primeiras décadas do século XIX, quando já se discutia no governo a forma de efetivar a emigração de europeus para o Brasil, José Bonifácio, em 1821, manifestava-se a favor da vinda de alemães para substituir a mão-de-obra escrava em São Paulo, “com o objetivo de amalgamá-los aos nacionais, para imprimir maior atividade e moralidade à população local” (apud MACHADO, 1999, p. 66).

Essa preocupação também foi manifestada por outro líder governamental, o marquês de Abrantes, que foi ministro da Fazenda em 1827 e 1828. Em 1846, já tendo, portanto, uma visão mais objetiva dos alemães trabalhando no Brasil, ele os qualificou como uma gente disciplinada e conservadora: “Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, são as qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens”⁷ (apud MACHADO, 1999, p. 66).

Notemos como essa idéia ficou profundamente enraizada na historiografia sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, ou seja, fixou-se no registro de todo o processo a visão de que os alemães primam pela ordem, são exemplarmente empenhados no trabalho, empreendem o progresso. Possivelmente, ajudaram a construí-la aqueles que vieram para o Brasil desde o século XVI, como a história registrou. Carlos Henrique Oberacker Jr, em seu livro *A contribuição teuta à formação da nação brasileira* (1985, p. 55), informa que há registros da chegada de alemães ainda em 1532, trazidos na companhia de Martim Afonso de Sousa, conforme consta do diário de bordo, cujo fragmento o autor transcreve: “Eu trazia comigo alemães e italianos e homens que estiveram nas Índias e franceses.”

Ferdinand Schröder (2003, p. 34-35) faz menção a alguns nomes que ingressaram aqui:

O mais famoso do período colonial é certamente Hans Staden, de Homburg, no Hesse, que esteve 1547/48 e 1549/55 no Brasil Central e descreveu seu próprio destino. Ele próprio deparou-se em São Vicente com conterrâneos alemães, os comerciantes Peter Roessel e Heliodorus Eobanus Hesse. (...). Por volta de 1600 encontra-se no Brasil uma firma Schatz, sendo Paul Werner diretor de sua feitoria. Em São Paulo residem o artesão alemão Joseph Pranta, pai de sete filhos, e diversos engenheiros de minas: Jacob Calte (Palte, Walter), Gerhard Betting e Wilhelm Glimmer. Este último escreveu um roteiro sobre o caminho de São Paulo até o rio São Francisco. Também é conhecido o

⁷ A obra de Abrant está indicada no livro citado de Paulo Pinheiro Machado: ABRANTES, Visconde de (Miguel Calmon du Pine e Almeida). *Memórias sobre os meios de prover a colonização*. Berlin: Typographia de unger & Irmãos, 1846. CORSBHBC – Unicamp.

fato de que nas aldeias jesuítas na margem esquerda do Uruguai se encontravam diversos padres jesuítas alemães: Karl Linges, Schwartelberger, Strobel, Johann Hermes, Anton Sepp, Dominicus Meyer, Joh. Ph. Bettendorf e Samuel Fritz.

Também Maurício de Nassau trouxe alemães para aqui trabalhar, quando este era governador da Companhia das Índias, de 1637 a 1644, os quais se fixaram em Pernambuco. Dentre os do grupo o autor destaca “Zacharias Wagner, de Dresden, Joh. Georg Oldenburgk, de Coburg, e Georg Markgraff, de Liebstadt na Saxônia, cuja *‘Historia naturalis Brasíliæ’* foi publicada em 1747, em Amsterdan” (SCHRÖDER, 2003, p. 35). Era o período do domínio holandês no nordeste do Brasil e muitos imigrantes alemães vieram para atuar no exército, como relata Oberacker (1985, p. 79): “Entre os imigrantes que vieram para Pernambuco, durante o domínio holandês, havia muitos alemães. Unidades militares completas compunham-se de mercenários teutos, e também quase toda a oficialidade era alemã. Foi então que se registrou na história brasileira pela primeira vez, a chegada no Brasil de germânicos às centenas.”

A exemplo desses, até o século XVIII muitos outros alemães para cá vieram, alguns para exercer papéis importantes nas lutas e organização da Colônia na época. Schröder cita Manuel Beckmann, considerado um mártir no processo de libertação do estado do Maranhão, por ter lutado e ter sido levado à forca; também o conde Wilhelm von Schaumburg, organizador do exército português no período de 1761 a 1764, bem como diversos oficiais trazidos por ele para compor as tropas, um dos quais era o general Heinrich Boehm, que de 1774 a 1778 lutou contra os espanhóis no sul do Brasil. Ainda vieram com o conde, Karl August von Oeynhausen, último capitão-geral de São Paulo e embaixador brasileiro junto à corte de Viena; Daniel Pedro Muller, um general; Konrad Jacob Niemeyer, oficial engenheiro e Wilhelm Von Varnhagen e Ludwig Wilhelm von Eschwege, engenheiros de minas. Ainda, em 1820, muitos mineiros vieram para o Brasil por intermédio de Vernhagen (SCHRÖDER, 2003).

Ainda na era colonial, alemães também fizeram parte da Companhia de Jesus, que passou a trabalhar pela religião no Brasil em 1549. Segundo Oberacker, muitos foram os padres de origem germânica que atuaram nas reduções brasileiras:

O primeiro jesuíta alemão no Brasil consta ter sido o irmão Pedro de Gouveia, cujo nome alemão é ignorado e que veio da Alta Alemanha para o Brasil. Trabalhou anteriormente a 1598, na aldeia de São Barnabé, perto do Rio de Janeiro e é mencionado ainda em 1607. Em 1609, seguiu-lhe o irmão João Hermes, de Hamburgo. A partir de 1616, enviaram as casas das províncias da ordem, na Baixa Renânia, na Alta Alemanha e na Áustria religiosos para a América do Sul (1985, p. 110)

A história confirma, portanto, que a etnia alemã fazia-se presente no Brasil há tempos. Como vimos, as razões para tanto não se encontravam apenas no trabalho em nova terra e o deslocamento nem sempre dependia da devida combinação entre os governos ou algum seu representante. Muitas vezes, eram interesses particulares que moviam os germânicos a visitar ou a morar na ainda Colônia de Portugal na América. Alguns desses vieram com interesses voltados à ciência, como foi o caso da expedição científica de 1817, que acompanhou a princesa e futura imperatriz dona Leopoldina da Áustria (1797-1826). Dentre os que se destacaram nesta missão estavam Johann Baptist Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, cujos estudos ficaram conhecidos.

Spix, que era zoólogo, faleceu logo depois de ter retornado à Alemanha, em 1826. Martius, no entanto, com vida mais longa, dedicou anos de pesquisa e produção de obras sobre o Brasil. Erwin Theodor, no artigo “Martius e seu único romance” (2005), sintetiza a atuação de Martius no Brasil como pesquisador, dando-nos uma idéia do interesse que as características naturais do recente país despertavam nos alemães. Theodor destaca que Martius era um importante botânico da Baviera, que se incorporara à comitiva austríaca por instruções do rei Maximiliano José I, o qual recomendara a realização de pesquisas na América do Sul, visando ampliar o mundo das ciências e da cultura da época. A oportunidade de concretização de tal missão surgiu com o Congresso de Viena, quando foi acertado o casamento da princesa austríaca com o herdeiro do trono português.

A viagem iniciara em Trieste, em 10 de abril de 1817, e Martius ficaria no Brasil até 1820. Ele empreendeu seu trabalho de investigador científico da flora brasileira numa área territorial bastante grande: iniciou no Rio de Janeiro, foi a São Paulo, Minas Gerais, Bahia, seguiu por vários outros estados do Nordeste, chegando até o Pará e Amazonas. A experiência aqui vivida e o material encontrado foram bases de suas pesquisas para até o fim de sua vida e o Brasil passou a ser para ele a “segunda pátria”, pois sentia-se “como afilhado do Brasil”. Este naturalista publicou em livros, na Europa, os resultados de suas pesquisas no Brasil, as impressões obtidas desta terra, os conhecimentos adquiridos junto aos índios, enfim, numerosas obras de Martius ocupam-se do nosso país, tais como *O estado de direito entre os autóctones do Brasil* (1832); *O passado e o futuro dos seres americanos* (1839); *Natureza, doença, medicina e remédios dos índios brasileiros* (1844), *Os nomes de plantas na língua Tupi* (1858); *Glossaria*

linguarum brasiliensium (1863), *Observações a respeito da composição de uma história do Brasil* (1845). Do contato com a fauna e flora, surgiu-lhe a inspiração para um romance de formação, romântico, que retrata a selva amazônica e seus habitantes, abordando o tema da preservação da natureza. Chama-se *Frey Apollonio, um romance do Brasil* e foi escrito em 1831.

Com isso, Martius ajudou a difundir imagens do Brasil junto aos alemães e outros europeus, tanto que podemos pensar que dentre os que vieram a se estabelecer aqui haveria leitores de suas obras, os quais, pelas informações encontradas, já não viam o país como uma terra completamente estranha. A exemplo de Martius, outros alemães que realizaram empreendimentos particulares, recomendados pelo governo ou por iniciativa individual, aproximaram a distante terra da América à idéia de nova vida, com outras e melhores condições, àqueles que mais tarde, em consequência dos acertos dos dois governos, rumariam para cá.

Certamente, não foram essas as ações que determinaram o interesse dos imigrantes alemães pelo Brasil, mas podemos considerar que, de alguma forma, exerceram influência no processo. O certo é que as relações entre o Brasil e os Estados germânicos tomaram força a partir da união, pelo casamento, da princesa dona Leopoldina da Áustria e dom Pedro de Alcântara, o imperador dom Pedro I. Essa ação, com fortes laços políticos, institucionalizou a abertura para negociações de diversas naturezas. A de maior expressão social e econômica, e que até hoje mantém estreitos vínculos, a ponto de se terem no Brasil cidades que parecem “partes” da Alemanha, foi a imigração, que se transformou numa corrente a se desenrolar por muitos anos.

Com a proposta dirigida pelo governo imperial de buscar pessoas de outros países europeus, o povoamento de regiões brasileiras ainda a descoberto e a colonização de terras passaram a refletir uma política intencional do governo que buscava não só a demarcação de território, mas também a produção agrícola e industrial, que viria a trazer o crescimento econômico do país. Essa mudança na forma de conduzir o desenvolvimento do Brasil teve seu marco principal na vinda da corte portuguesa ao Brasil, que promoveu a abertura dos portos a outras nações e iniciou a constituição de uma nova composição de forças produtivas. Em 28 de janeiro de 1808, por meio desta medida, permitiu-se a entrada legal de estrangeiros no Brasil, embasando, assim, um processo político-administrativo com vistas ao desenvolvimento econômico e social, o qual teria no europeu o agente mais importante. Um passo a mais nessa direção foi dado em novembro daquele ano, quando dom João “franqueou a posse de terras aos estrangeiros residentes no Brasil. Até então, apenas os súditos portugueses possuíam tal direito. A

medida era necessária para promover a imigração não-lusitana para o Brasil”, explica Mario Maestri (2000, p. 15). Assim, logo estaria instalada uma empresa de imigração com vistas à colonização de várias regiões.

A colonização a ser praticada objetivava “a diversificação da atividade econômica e do perfil da sociedade, tendo como base econômica a produção de alimentos para os núcleos urbanos e a criação de um viveiro de força de trabalho para os outros setores da economia”, como relata José Vicente Tavares dos Santos (1992, p. 137).

Temos de considerar que ao processo de mudança de investimentos no Brasil por parte da Metrópole portuguesa ligam-se, de forma evidente, pressões econômicas. São conhecidas, por exemplo, as imposições da Inglaterra nos acordos firmados com Portugal. Uma destas foi a extinção do sistema escravista, por se constituir num obstáculo à expansão comercial programada pelos ingleses, que, para se manterem como a principal nação capitalista da Europa, o que ocorreria durante os séculos XVIII e XIX, necessitavam conquistar um maior mercado de consumo para os produtos fabricados.

A postura da Inglaterra em relação a Portugal e suas colônias é justificável no contexto de expansão em que aquele país se encontrava, cuja expressão mundial já conquistada permitia-lhes considerar todos os demais países como parte sua, prestando-lhe serviços. Essa idéia foi transmitida por muitos intelectuais da Inglaterra que acompanhavam o desenvolvimento do país, como foi o caso do economista Jevons, que escreveu na segunda metade do século XIX:

As planícies da América do Norte e Rússia são nossos campos de trigo; Chicago e Odessa, nossos celeiros; Canadá e o Báltico são nossas florestas madeireiras; a Australásia contém nossas fazendas de carneiros, e na Argentina e nas pradarias ocidentais da América do Norte, estão nosso rebanhos de gado; o Peru nos manda sua prata, e o ouro da África do Sul e Austrália flui para Londres; os indianos e chineses plantam chá para nós e nosso café, açúcar e especiarias estão plantados por todas as Índias. Espanha e França são nossas vinhas e o Mediterrâneo, nosso pomar; e nossos campos de algodão, que por muito tempo ocuparam o sul dos Estados Unidos, estão agora sendo estendidos a toda parte cálida da Terra (apud KENNEDY, 1991, p. 151).

Segundo o texto, a interligação entre os países seria estabelecida por meio da dominação e do fluxo de mercadorias; portanto, a busca de lucratividade dessa então potência mundial passava pela reorganização econômica das demais nações. É o que verificamos no Brasil. Ora, o principal passo a ser dado era transformar os habitantes desta vasta terra em consumidores potenciais e escravos, praticamente, inviabilizavam essa ação, pois não desfrutavam de poder aquisitivo, logo,

não consumiam. Assim, como os negros eram em grande número, constituindo o mundo do trabalho na época no Brasil, os ingleses não obteriam os lucros desejados ao expandirem aqui seu mercado.

Devemos registrar que à Inglaterra, principal nação capitalista da época, interessava acabar com a escravidão onde quer que fosse praticada, forçando, com isso, a implementação do trabalho assalariado ou a instituição de pequenos proprietários. A esse respeito, Lilia Moritz Schwarcz explica: “A luta contra o tráfico inicia-se em 1807, a partir do momento em que a Inglaterra o proíbe entre seus súditos e começa uma longa campanha para eliminá-lo em outros países sujeitos à sua influência. O Estado brasileiro já nasce sob essa pressão, visto que vários tratados – 1810, 1815, 1817 – tinham sido impostos a Portugal” (1999, p. 571).

Proclamada a sua independência política de Portugal, o Brasil teve de ser mais objetivo na evolução do seu sistema econômico e social, visto que era necessária a afirmação desta monarquia dos trópicos, marcada pela presença étnica e cultural de mestiços, negros e índios, perante as tradicionais nações européias. Nesse contexto, buscava-se, com empenho, diálogo com a cultura e o progresso industrial da Europa, procurando dar forma à nação que acabava de nascer. Nesse sentido, a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre era determinação que precisava ser levada a cabo. Assim, aconteceu em 1850 a extinção do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queirós, medida importante dentro do contexto de ampliação da capacidade consumidora da população. Seguiram-se outras leis e outras pressões externas e internas a alargar o caminho para a abolição, que resultou de um processo gradual, cujos passos principais foram, além da lei citada, a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888).

Apesar da evidente ligação entre imigração e escravidão, apontada pela maioria dos historiadores, do que é referência Sodré (1976, p. 245), o qual diz que “a questão da imigração européia do século passado está intimamente ligada à escravidão”, outras análises históricas propõem que o processo imigratório de europeus não lusitanos sustentou-se, a curto e médio prazo, em outras razões, pois, como indicam as datas, iniciou seis décadas antes da abolição, “quando os amos lutavam para ampliar, e não para pôr fim à introdução de africanos. Mesmo após o fim do tráfico, em 1850, os senhores mantiveram o cativo ainda por 38 anos” (MAESTRI, 2000, p. 16).

Considerando a importância das interpretações históricas, o interesse primordial deste estudo consiste em buscar o entendimento sobre a instalação dos imigrantes no Rio Grande do Sul. Para isso, convém relativizar a idéia da relação próxima entre imigração e escravidão no quadro deste estado brasileiro. Aqui, a mão-de-obra escrava era em menor proporção em relação aos outros estados. O espaço para o trabalho livre do imigrante estava, portanto, mais aberto, e não se atrelaria à substituição do trabalho escravo. Com isso, o imigrante alemão encontrava-se em melhores condições de se lançar à atividade que viesse a escolher, pois poderia ser proprietário, não empregado; além da condição de dono da terra, por doação ou financiamento, ocuparia terras devolutas e não substituiria o negro junto aos latifundiários ou aos grandes fazendeiros. Concretizar o estatuto de dono do território e garantir a manutenção por meio do povoamento, bem como fazer agricultura, eram os principais objetivos do governo para com os imigrantes dirigidos ao sul, não a substituição da mão-de-obra cativa simples e diretamente.

Portanto, o imigrante alemão instalou-se no Rio Grande do Sul seguindo uma política de colonização dirigida, que se subordinava à política geral de imigração no Brasil, em tempos em que dom Pedro I estava empenhado em desenvolver uma prática expansionista em direção ao Prata. Da mesma forma, a necessidade de fazer a terra sul-rio-grandense produzir com mão-de-obra branca era compreensão comum aos presidentes da província da primeira metade do século XIX, que clamavam ao imperador que dedicasse atenção a esta região. Como exemplo, o senador Manoel Antônio Galvão, ao tratar da colonização durante a abertura da Assembléia Legislativa provincial em 5 de outubro de 1847, deixou clara a necessidade de trazer imigrantes, pois considerava não ser possível povoar esta região com o crescimento natural da população existente, e dizia ser desaconselhável recorrer ao elemento negro. Também Francisco José de Souza Soares de Andréa, em 1849, afirmou ser necessária a instalação de colonos agricultores na província para que fossem cultivadas as grandes extensões de terra existentes.

É assim que, determinada, nas primeiras décadas do século XIX, uma política de recebimento de estrangeiros europeus para trabalhar na terra e já bem consolidado o fluxo migratório, com várias comunidades de imigrantes estabelecidas, teve andamento um outro sistema de mão-de-obra, o do trabalhador pequeno proprietário de terra, o qual visava não só a sobreviver, mas também a investir, lucrar e crescer economicamente. Com isso, o governo tornava prática a sua meta de formação de núcleos agrícolas produtivos, que se consolidaram

como componentes decisivos na diversificação da estrutura econômica exigida pelo sistema capitalista que se desenhava.

2.1 - Os primeiros grupos de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul

Era 1824. 25 de julho. Trinta e oito⁸ pessoas das famílias Bentzen, Hammel, Höpper, Jacks, Krämer, Pfingst, Rust e Timm deram início à experiência de colonização alemã no Rio Grande do Sul, colocando em prática o que os governos brasileiro e alemão haviam acordado. A decisão nutria-se da esperança de aplacar as necessidades e as carências enfrentadas na terra natal. Assim, recém chegados de uma viagem por mar, seus olhos moviam-se curiosos prescrutando a paisagem desafiante.

Depois de longo tempo no navio “Anna Louise”⁹ - de 24 de março de 1824, quando partira de Hamburgo, até 4 de junho do mesmo ano, quando chegava ao Rio de Janeiro -, capitaneado por Johann Heinrich Knaack, tendo como comandante do transporte M. Sulz, estavam nas terras da Real Feitoria de Linho Cãnhamo¹⁰, na província do Rio Grande de São Pedro, Brasil, país recém-independente de Portugal, onde se tornariam pequenos proprietários de terra.

Apenas para ilustrar, reproduzo a casa para onde os primeiros imigrantes foram encaminhados logo depois de chegarem, que ficava a 4 km do local do desembarque. É uma construção de 1788 que pertenceu à Feitoria. Restaurada, existe até hoje, em São Leopoldo, localizada na avenida Feitoria, no bairro de mesmo nome.¹¹

⁸ Alguns historiadores da imigração alemã informam que o primeiro grupo de imigrantes era formado por 39 pessoas. Telmo Lauro Müller, por exemplo, no seu texto “A memória dos teuto-gaúchos” (1998, p. 244) afirma: “E a primeira leva de imigrantes, trinta e nove pessoas, chega à Feitoria do Linho-Cãnhamo, hoje São Leopoldo, nas barrancas do rio dos Sinos, naquele afastado 25 de julho de 1824.”

⁹ Informação disponível no site www.mluther.org.br. Acessado em: 04 dez 2006.

¹⁰ As terras da feitoria eram de propriedade da Coroa. O trabalho desenvolvido ali antes da colonização alemã, o do cultivo do linho, era realizado com mão-de-obra servil (ROCHE, 1969).

¹¹ Dados atuais desta casa foram encontrados em www.sindileo.com.br/museu. Acessado em: 10 dez 2006.



Figura No.1. Moradia dos primeiros imigrantes alemães, após sua chegada em São Leopoldo.

Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p.2.

À altura da vida em que se encontravam, envolvidos quase todos como vítimas num contexto social e econômico excludente, que os submetia a sérias dificuldades de sobrevivência, os germânicos emigrados de seus reinos tiveram vida e pátria alteradas. Deviam reconstituir vida e pátria em nova terra. Segundo o que a história nos mostrou, eles não deixaram para trás a contribuição anteriormente recebida da nação que os gerava, especialmente a cultura, a religião e a língua; ao contrário, na nova terra ergueram um mundo revelador do contexto sociocultural que os fizera na Alemanha.

Neste ponto é preciso esclarecer um problema conceitual: embora encontremos na historiografia o termo “alemão” para designar os imigrantes que se instalaram em São Leopoldo e nas colônias criadas posteriormente, de 1824 a 1870, o termo mais adequado é “germânico”, porque nesse período da imigração não existia a Alemanha como país, e, sim, pequenos reinos com povos germânicos, locais de onde aconteceu a emigração para o Brasil, tais como Prússia, Hesse-Darmstadt, Oldenburgo, Hamburgo, Mecklemburgo, Pomerânia, Boêmia, dentre outros. A

Alemanha passou a existir a partir de 1870, depois da unificação, que desfez os diferentes reinos e criou um só governo e um só reino, a Alemanha.¹²

Em todas as épocas, escritos de diversas áreas do conhecimento, como literatura, história, sociologia, antropologia, esforçaram-se para garantir a esses imigrantes germânicos o reconhecimento de seu empenho pelo desenvolvimento do lugar que ocuparam. Fez-se, assim, a afirmação do seu valor como verdadeiros desbravadores e empreendedores, principalmente pelo papel que exerceram na consolidação do modo de produção baseado na pequena propriedade e no trabalho livre.

Os germânicos emigraram, conforme contrato com o governo brasileiro, para se fixar no campo e ali trabalhar. Assim, somaram-se a uma população não muito numerosa na época na província, como já mencionado. Conforme o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire relata em sua obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*, em 1820 havia no campo, onde estavam as estâncias, um total de 66.665 habitantes, assim distribuídos quanto à etnia: “a população sobe a 32.000 brancos, 5.399 homens de cor livres, 20.611 homens de cor escravizados e 8.655 índios” (SAINT HILAIRE, 1974, p. 46). Essa realidade pode ser visualizada na Tabela 1, a qual demonstra também os percentuais da população do Rio Grande do Sul em 1820.

Tabela No.2 – População do Rio Grande do Sul em 1820

População	Número	Percentual
Branços	32.000	58, 00
Pretos livres	5.399	8, 09
Índios	8.655	12, 98
Pretos escravos	20.611	30, 91
Total	66.665	–

Fonte: SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. De Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, USP, 1974. p.46.

A etnia alemã, nesse cenário, constituiu um novo povoamento, que se defrontou com uma sociedade já organizada, a da província da Campanha, onde se encontrava a população contada pelo naturalista Saint Hilaire, formada por luso-brasileiros, negros e bugres. Estes últimos

¹² Neste estudo, todavia, utilizo os termos “alemão” e “germânico” indistintamente, uma vez que, em verdade, um não é menos exato do que o outro para referir as pessoas da etnia estudada. Eles cumprem uma função maior de diferenciação quando atentamos para tempos históricos de definições territoriais e políticas dos reinos ou, mais tarde, país de origem dos imigrantes.

formavam uma província à parte e figuravam, como registra a historiografia, como seres ameaçadores, que surgiam inesperadamente de qualquer lugar para intimidar ou atacar os novos moradores da terra, que, certamente, representavam esta mesma ameaça àqueles.

Aos poucos, o enfrentamento das situações que se apresentavam permitiu aos imigrantes o distanciamento das dificuldades iniciais, marcadas, segundo muitos discursos históricos, pela força humana e escassez de recursos, e ao desenvolvimento da produção de bens, da organização social e religiosa, do progresso da família, da comunidade e do estado. As terras silentes e misteriosas que os receberam foram se deixando explorar e, não muito tempo depois, no imaginário social já eram “terras dos alemães”, pois que refletiam o modo de vida destes imigrantes, formando os núcleos coloniais.

Contribuindo para a diferença entre o seu modo de vida e o dos nacionais estava também a filiação à religião protestante, que trouxeram de sua região de origem e praticavam em meio à sociedade provincial essencialmente católica, dada a determinação constitucional do Brasil. Nos romances analisados, é dada ênfase à religião protestante, ao passo que a católica aparece como uma exceção entre os imigrantes.

Sobre a religião praticada pelos alemães no Brasil, cabe considerar que os protestantes foram, de fato, maioria, e isso representou uma mudança no aspecto religioso numa região de um país que admitia em sua Constituição apenas o catolicismo. Todavia, essa maioria não era absoluta, como muitas vezes sugere a historiografia, esquecendo-se de que havia também católicos entre os imigrantes germânicos. É importante destacar também os católicos, sobretudo, a questão de que a germanidade está muito presente também no catolicismo. Talvez aqui caiba uma crítica àqueles autores que em suas pesquisas se esquecem disso, apresentando, portanto, limites na abordagem que fazem da religião praticada pelos alemães no Rio Grande do Sul.

O significado da presença dos alemães católicos no conjunto dos imigrantes pode ser dimensionado por meio de algumas obras existentes atualmente. Foi um padre católico, Theodor Amstadt, quem criou a sociedade que viria a ser uma das maiores potências econômicas do Rio Grande do Sul, a União Popular. O início da atuação do padre Amstad na organização dos colonos católicos e de seu progresso econômico deu-se em 1902, quando fundou a Cooperativa de Crédito Rural em Linha Imperial – Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Sua intenção era que os colonos depositassem na entidade o dinheiro que sobrava para que outros colonos pudessem utilizá-lo, em forma de empréstimo, e, assim, desenvolver suas propriedades. Dez anos depois

(1912), o religioso fundou a Sociedade União Popular, que passou a assistir comunidades de origem germânica do Rio Grande do Sul e Santa Catarina quanto às necessidades religiosa, educacional, cultural, social e profissional. A evolução desta sociedade gerou o Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi, um importante banco cuja origem está nas caixas rurais.¹³

O trabalho idealizado na Sociedade União Popular não deixava de ser uma forma de praticar a germanidade, especialmente na educação, visto que nas escolas criadas o ensino era realizado em alemão, isso até ocorrer a proibição do governo brasileiro na campanha de nacionalização. Além do sistema escolar particular, a germanidade era cultivada por meio de publicações em língua alemã que circulavam nas comunidades.

O padre Amstadt foi quem assinou e editou o livro comemorativo aos cem anos da imigração alemã no estado, que se chamou *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*, o qual foi recentemente traduzido por Arthur Blasio Rambo como *Cem anos de germanidade*. O livro é uma deferência que atesta a expressividade da ala católica da etnia. Outra indicação de que os alemães católicos eram expressivos em número e importância na comunidade imigrante é a denominação que a Igreja São José de Porto Alegre recebeu: chamava-se Igreja São José dos Alemães, como René E. Gertz lembra (2002),¹⁴ e apresenta-se como uma das igrejas principais da capital. Essas obras se constituem em evidências do grande número de alemães católicos e da sua participação efetiva, não só dos alemães protestantes, na consolidação do processo de colonização do Rio Grande do Sul.

Entretanto, no que concerne à minha análise, apesar de existir grande número de imigrantes alemães católicos no Rio Grande do Sul, eles receberam representação positiva apenas num dos romances analisados, que é *A divina pastora*, de Caldre e Fião. Em *O tempo e o vento*, Erico Verissimo refere-se aos católicos, mas o faz com uma representação negativa de seus papéis na Igreja e na comunidade, especialmente quando descreve as personagens padre Kolb e o sacristão da matriz de Santa Fé, Jacob Geibel. Os demais romances não destacam os alemães católicos entre suas personagens.

No mundo real, como os historiadores relataram, entre os pioneiros havia protestantes e católicos e ambos foram responsáveis pelo povoamento de importantes regiões gaúchas. Suas

¹³ Informações disponíveis em www.brasilalemanha.com.br. Acessado em: 08 fev 2007.

¹⁴ Nesta obra, Gertz também apresenta um estudo sobre a atuação do conhecido arcebispo de Porto Alegre, o alemão dom João Becker, um católico que exercia muito poder sobre a sociedade do estado e até mesmo do país, praticando um catolicismo político com vistas a sustentar a causa do nacionalismo brasileiro.

terras doadas pelo governo foram partilhadas entre as famílias, conforme consta na obra *Cem anos de germanidade no Brasil* (1924). Assim, a região compreendida como a Depressão Central, ao longo do vale do rio dos Sinos, foi dividida em 13 picadas, num total de 1.025 lotes, que tinham, em média, 75 ha, numa área aproximada de 73 mil hectares (162 000 braças). Entre 1824 e 1849, entraram na província cerca de 7.491 imigrantes alemães, sendo assentados nos vales dos rios Caí e dos Sinos.

Os alemães vieram para esta região do Brasil inseridos no projeto de ação colonizadora da província organizado pelo Império, o qual lhes prometeu condições que os levariam à concretização de seus sonhos de se tornarem donos de terra. O compromisso assumido previa que, uma vez ocupando o espaço destinado pelo governo, a vinda e a instalação seriam subsidiadas, ou seja, seus lotes seriam doação e não precisariam pagar as passagens de navio nem as despesas originadas da medição das terras e da administração da colônia. Esse quadro promissor conduziu a que se procedesse à maior colonização oficial do país no Rio Grande do Sul, com a fundação, em especial, da colônia de São Leopoldo¹⁵.

A esse respeito, Aldair Marli Lando e Eliane Cruxên Barros (1992, p. 21) salientam que, “com a colonização oficial, visava o governo garantir a posse e a exploração de regiões menos povoadas, conturbadas por questões de limites. Por outro lado, este sistema convinha às províncias, cuja produção era essencialmente a de gêneros alimentícios.” Essa produção abasteceria de imediato os centros urbanos próximos às colônias.

A política traçada pelo governo para a colonização deste espaço no sul do país pelo imigrante pretendia, de fato, garantir a produção de gêneros necessários ao consumo interno e uma das formas de estimular isso foi transformar os recém-chegados em proprietários de terras, assentados próximos a centros urbanos e longe das grandes propriedades. Assim, os imigrantes produziam de modo independente, visando não só à sobrevivência, mas também ao crescimento econômico familiar e da comunidade, e, ainda, conforme uma visão da historiografia, não representavam ameaça ao poder político e econômico dos grandes proprietários já há tempos estabelecidos em suas terras. Estes se dedicavam à criação de gado; aqueles, à agricultura e à manufatura. Essa atividade diferente representou mais um incremento do estrangeiro à economia regional, num primeiro momento, e, mais tarde, à nacional, do que uma concorrência ao que já

¹⁵ A oficialidade do nome deu-se pela ordem de serviço de 18 de abril de 1824, denominando-a “Colônia Alemã de São Leopoldo”.

existia. É, pois, uma clara razão do êxito da colonização alemã no Rio Grande do Sul, cuja marca foi a instituição da pequena propriedade.

O interesse do governo brasileiro pelos trabalhadores alemães chegava até estes por intermédio dos agentes da imigração. Dentre estes, o major Jorge Antônio de Schaeffer foi o recrutador dos primeiros grupos que vieram para São Leopoldo. No Brasil desde 1814, Schaeffer conseguiu tornar-se amigo de dona Leopoldina pelo interesse que ambos tinham pelas ciências naturais, como explica Egídio Weissheimer no texto “Imigração Alemã ao Brasil e Rio Grande do Sul – I”.¹⁶ Na sua relação com o governo brasileiro, ele acertava a procura de pessoas tanto para a colonização quanto para a guerra.

Na verdade, seu trabalho para formar o exército brasileiro iniciou mesmo antes da imigração de colonos. Em 1822, quando dom Pedro I quis ampliar as forças militares para segurança do Brasil e enfrentamento aos portugueses no processo da independência, Schaeffer seguiu para as cortes alemãs com uma procuração que o nomeava de "Agente de afazeres políticos do Brasil" (WEISSHEIMER, 2006) e com as propostas do governo brasileiro aos interessados em emigrar para cá e se tornarem colonos. Como sabemos, na época em que se iniciava o processo de emigração para o Brasil, a Alemanha era formada por diversos Estados, cuja unificação ocorreu em 1871, formando-se o país Alemanha. Nem todos os Estados germânicos permitiam a emigração, o que causou certas dificuldades ao agente no momento de fazer o recrutamento, mas maiores dificuldades ele teria para enviar ao Brasil os soldados solicitados. Dentre os estados que concediam aos cidadãos o direito de emigrar estavam os da atual Renânia,

onde, pela proximidade com a França, a destruição tivera sido maior, e onde mais se fizeram sentir os efeitos do fim do feudalismo. Os camponeses, que agora podiam abandonar o campo, não encontravam trabalho nas cidades, também já repletas de artesãos desempregados pela explosão demográfica. A revolução industrial estava substituindo a mão-de-obra humana pelas máquinas que produziam mais e melhor.

Os minifúndios criados pelo direito hereditário, aliado às terras exauridas por sua contínua exploração, foram fatores que determinaram a expulsão dos camponeses que, por não encontrarem ocupação nas cidades, tinham apenas uma saída: a emigração (Weissheimer, 2006).

¹⁶ Texto disponível em www.mluther.org.br/Imigracao. Acessado em: 25 nov 2006.

A oferta de terras do governo brasileiro a quem desejasse ser proprietário e nelas produzir era de que cada família receberia 77 ha, o que corresponde a 160.000 braças quadradas, além de ferramentas, gado e outros animais domésticos, sementes, auxílio financeiro durante os dois primeiros anos, sendo 160 réis diários no primeiro ano e a metade desta importância no segundo ano; passagens financiadas, isenção de pagamento de impostos nos primeiros dez anos, liberdade religiosa e concessão imediata da cidadania brasileira. Tudo isso tornaria a missão de Schaefer grandemente facilitada.

Assim, cumpria-se a missão do major na Alemanha, colocando em prática a estratégia governamental para formar uma agricultura de pequenos proprietários, que produzisse gêneros alimentícios, e, ao mesmo tempo, fornecer recrutas para o exército imperial. Por um certo tempo, colonos e soldados embarcavam em navios rumo ao Brasil, embora estes últimos de forma velada. Schaefer, “amparado sob o nome de colonização, recrutava soldados para formar os batalhões estrangeiros contratados desde 1823 pelo I Império. Essa tarefa era de caráter secreto, e encoberta pela promessa de trazer agricultores para colonizar o Brasil” (LANDO; BARROS, 1992, p.26-27).

O trabalho dos agentes de imigração passou para a história identificado com acusações de proveitos pessoais, pois, como eram remunerados conforme o número de pessoas que conseguiam trazer, visavam a altos lucros. Na verdade, criaram-se várias companhias de imigração, que “transformaram o deslocamento demográfico em uma fonte de lucros, acenando com as imagens de um ‘novo mundo’, no qual a existência de terras abundantes aparecia como condição de possibilidade de recompor a situação social arruinada dos camponeses e artesãos emigrantes.” (SANTOS, 1992, p. 136).

Muitos historiadores retratam Schaefer como uma figura que enganou os imigrantes por visar, sobretudo, a lucros e benefícios pessoais. Liene Maria Martins Schütz (1974, p. 277), por exemplo, ratifica a idéia corrente de que ele “usou, muitas vezes, de expedientes inescrupulosos, criando o seu próprio elenco de vantagens para atrair imigrantes para o Vale do Rio dos Sinos”. A autora refere-se às vantagens que o major incluía por sua conta nas promessas do governo, que eram a cidadania brasileira, a liberdade religiosa e o não-pagamento dos impostos por dez anos, todas descartadas pelo governo brasileiro após tê-las concedido a outros grupos anteriores de imigrantes, os situados em Nova Friburgo, visto que contrariavam a Constituição da época, tornando, portanto, impossível o seu cumprimento. Essas promessas, portanto, eram enganosas e

iludiam os alemães, servindo apenas para recrutar um número maior deles. Eles recebiam uma proposta de garantia de boas condições para alicerçar a vida nova a que dariam início, no entanto tão logo chegavam já descobriam que não passavam de promessas vãs.¹⁷

Conforme os estudos de Lando e Barros (1982), apenas o primeiro grupo que chegou a São Leopoldo recebeu a maior parte dos benefícios que lhes foram anunciados antes de emigrar. Já os colonos do segundo grupo, que chegaram também em 1824, sentiram de imediato o engano a que tinham sido expostos, pois nem a demarcação de terras foi realizada.

Esses fatos não foram minimizados no interior da colônia nem os colonos aceitaram ignorar a falta de seriedade com que haviam sido tratados. Assim foi que suas reclamações constituíram-se em problemas para instâncias governamentais, a ponto de o governo alemão intervir a favor dos seus junto ao imperador. Então, revistos os acordos, dois anos depois os colonos tiveram as passagens pagas, receberam o subsídio diário e os lotes de terra gratuitos.

O acerto na política de imigração, entretanto, ainda demoraria a acontecer. Por um período considerável a iniciativa imigrantista foi suspensa, por meio de uma decisão que buscava também ajustar as coisas. Foi quando o Parlamento votou a Lei de Orçamento do Império, de 15 de dezembro de 1830, a qual não permitia ao governo gastar com imigração, impedindo-o de trazer colonos e soldados para atender aos interesses brasileiros, como explica Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 21): “A política de colonização é interrompida ainda em 1830, antes da abdicação de Dom Pedro, como uma derrota imposta pela elite política do País ao Imperador. Uma semana após a votação da lei que proibia a existência de regimentos estrangeiros, ocorreu a votação da lei orçamentária para os anos de 1831/1832, que não previa nenhum gasto com a colonização estrangeira.”

Essa lei não só interrompia o fluxo migratório de alemães como não permitia que o governo dispendesse recursos com aqueles que já estavam fixados em São Leopoldo; portanto, o governo deixou de cumprir os contratos, atingindo diretamente os colonos, como explica Jean Roche (1969, p. 99): “Em São Leopoldo, os colonos agitaram-se em consequência do prejuízo que sofriam, porquanto nem as indenizações vencidas, nem as que lhes haviam sido prometidas para os dois primeiros anos de estada, lhes eram pagas. Essa lei, para eles retroativa, inspirou-lhes

¹⁷ Nem todos os historiadores, entretanto, acusam Schaeffer de ter sido um agente desse tipo. Carlos Hunsche, por exemplo, em *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1975), apresenta a imagem do major como um mero cumpridor de ordens.

redobrada desconfiança a respeito do Estado brasileiro e não lhes deixou senão uma única oportunidade de sobreviver: a solidariedade étnica.”

Durante os seis primeiros anos de imigração (entre 1824 e 1830), embora os registros não sejam unânimes, sabemos que não foi alto o número de alemães que entraram no país, que não chegou a sete mil, contando os colonos e os soldados contratados para os batalhões de estrangeiros formados dentro do exército brasileiro. A interrupção da imigração durou até 1844. Os documentos não registram entrada de imigrantes na Província de 1831 a 1844. Depois disso reiniciar-se-ia a imigração européia para o Rio Grande do Sul, conforme relata Tramontini (1999, p. 289):

Já os primeiros ofícios de Caxias para Hillebrandt notificavam sobre a chegada de novos colonos alemães, 53 famílias, que se estabeleceriam em São Leopoldo, ordenando que se lhes entregassem “terrenos e ferramentas”. Em janeiro de 1845, o secretário do Governo, Domingos José Gonçalves, avisa que seguiriam para São Leopoldo mais 38 colonos alemães, que acabavam de chegar à Província, e que Hillebrandt deveria providenciar terras e ferramentas.

Entretanto, mesmo nesse período da interrupção da imigração houve expansão da colônia alemã, com a ocupação de terras em direção às bordas da Serra Geral (MACHADO, 1999). Embora houvesse esse alargamento territorial da colônia, os alemães tinham em haver do governo imperial dinheiro e muitas outras coisas, como instrumentos de trabalho e animais, recursos prometidos quando de sua vinda. Além disso, as demarcações, que haviam se iniciado pela pressão dos colonos, foram interrompidas, pois a lei em vigor excluiu qualquer possibilidade de dispender dinheiro com os imigrantes. Vivia-se então o período bastante conturbado da Regência (1831 – 1840).

A Revolução Farroupilha também foi motivo de não ter sido dada continuidade ao movimento imigratório, visto que as atenções e recursos do governo da província dirigiram-se, sem escolha, ao combate aos revolucionários. Que espaço haveria, então, para exigir mudança de postura do imperador quanto ao processo de imigração para o Rio Grande do Sul? Além disso, os desdobramentos do conflito atingiram diretamente os estrangeiros de São Leopoldo, que se envolveram no conflito participando de combates.¹⁸

¹⁸ Marcos Justo Tramontini, no livro *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 / 1850*, apresenta e analisa diversos documentos sobre a participação dos imigrantes alemães na Revolução Farroupilha.

A revolução interferiu na economia dos imigrantes, pela proibição do comércio dos produtos coloniais, uma prática lucrativa já em desenvolvimento pouco tempo depois da chegada à província. Foi uma determinação que vigorou quando a capital sofreu o cerco dos farroupilhas em junho de 1836, como explica Tramontini (2003, p. 255): “Nesse novo cerco da Capital, outra conseqüência para São Leopoldo foi a interrupção total do comércio colonial.” A retomada dar-se-ia somente no início da década de 1840, quando voltou a acontecer o intercâmbio comercial com Porto Alegre, “o que implicou, igualmente, em medidas que garantiriam a segurança da navegação no Rio dos Sinos” (p. 272).

Joahann Carl Dreher registra em suas memórias (WEIMER, 1988) episódios que envolveram os alemães, explicando que o transporte entre Porto Alegre e São Leopoldo era realizado por lanchões (pequenos barcos), sem toldos, cuja força motriz eram remadores, pertencentes a alemães; eram estreitos e carregavam, além dos passageiros, caixas e sacos. A viagem, certamente, era incômoda.

Na época da Revolução Farroupilha havia um rigoroso controle das embarcações, as quais só podiam fazer a viagem depois da inspeção da Marinha. Dreher lembra: “Ninguém podia ousar deslocar-se de um lugar para outro sem uma licença por escrito da autoridade máxima da Província” (apud WEIMER, 1988, p.22), Além disso, aconteciam saques aos lanchões: “Era necessário fazer uma cara bonita para uma desfeita, atracar e assistir calmamente ao saque” (p.23). “O caminho por Sapucaia era, naquele tempo, bastante inseguro por causa dos diversos bandos que, sob o rótulo de um ou outro partido, roubavam e assassinavam” (p.28). O autor também registra que havia tropas imperiais acampadas com a Companhia Alemã em Triunfo, sob o comando do major Kersting, enquanto que, em São Jerônimo, que fica do outro lado, fazia-se notar, de tempos em tempos, um corpo de forças revolucionárias dos “farrapos” (denominação dada ao Partido Republicano).

Apesar dessas observações dos estudiosos citados sobre a interferência da guerra civil no andamento da produção agrícola, artesanal e dos negócios dos alemães imigrantes, há informações sobre o comércio entre São Leopoldo e Porto Alegre no período dos dez anos da Revolução Farroupilha que indicam não ter sido o prejuízo a marca maior e, sim, o desenvolvimento, que era estimulado pelas necessidades de produtos criadas pelo conflito. Dois importantes autores tratam dessa questão. Paul Singer não enfatiza a idéia de que a revolução foi prejudicial ao comércio de São Leopoldo; ao contrário, na sua interpretação o período significou

o início da segunda fase da evolução de São Leopoldo, em seqüência à primeira, que se restringira ao desmatamento e à agricultura de subsistência. Assim ele explica: “Com a Guerra dos Farrapos, Porto Alegre é isolada de grande parte da província em mãos dos rebeldes, passando a ser abastecida por São Leopoldo. É a partir deste período que se desenvolve a agricultura comercial da colônia. As exportações triplicam entre 1842 e 1853 e setuplicam entre 1854 e 1860” (SINGER, 1968, p. 157). Jean Roche, por sua vez, destaca o lado positivo da revolução, e não só para o comércio como também para a concessão da nacionalidade brasileira aos alemães: “Não se deve, aliás, pintar demasiado negro o quadro da colônia durante a guerra civil. Esta desenvolveu um frutuoso comércio de São Leopoldo com Porto Alegre e teve conseqüência direta sobre o estatuto dos colonos alemães: receberam eles, em 1846, a nacionalidade brasileira mediante simples declaração ao Conselho Municipal, e sem custas” (1969, p. 100).

No interior da colônia, a Revolução Farroupilha separou os imigrantes em dois grupos partidários: de um lado, os legalistas; do outro, os farrapos. Ambos os partidos arregimentaram colonos para combater, mediante promessas semelhantes, “como o pagamento dos subsídios atrasados e a naturalização, com exceção da separação da Igreja do Estado e da liberdade de culto acenadas apenas pelos revolucionários” (TRAMONTINI, 2003, p. 242).

Os moldes em que se havia iniciado o processo imigratório estavam, então, revistos. Tal revisão não significou, de imediato, organização quanto à execução dessa meta do Brasil. Quando se reiniciou o movimento imigratório alemão em outubro de 1844, por exemplo, os governos central e provincial ainda não dispunham de “um organismo que determinasse a entrada e localização desses novos imigrantes” (LANDO; BARROS, 1992, p. 28). Disso resultava que muitos grupos tinham de se arranjar por conta própria, jogados que eram num contexto estranho, desprotegido e imersos em inúmeras dificuldades. Tudo isso facilitava práticas de alheios que vislumbravam nos recém-chegados uma fonte para aumentar seus lucros. Assim, alguns imigrantes já instalados na colônia colocavam limites em pedaços de terra por conta própria e vendiam-nos aos compatriotas.

Aos poucos, o governo foi fazendo chegar à Constituição as necessidades dos imigrantes. Uma delas era a naturalização, que começou a ser garantida a partir da lei de 24 de outubro de 1832, considerada bastante exigente para tal, pois concedia este direito ao imigrante que estivesse morando no Brasil há, no mínimo, quatro anos e cumprisse “formalidades complicadas e

dispendiosas” (ROCHE, 1969, p. 705). Para quem era colono, este prazo foi reduzido, em 1843, para dois anos. Logo após o término da Revolução Farroupilha, em 3 de setembro de 1846, criou-se mais uma lei que favorecia a naturalização, por meio da qual foi concedida a naturalização imediata a todos os colonos de São Leopoldo, conforme mencionado anteriormente. Esse direito foi estendido aos colonos de Petrópolis e São Pedro de Alcântara pela lei de 31 de janeiro de 1850. Ainda, o decreto nº 1.950, de 11 de julho de 1871, representou um importante avanço nesse processo ao permitir a naturalização de todo imigrante com menos de 21 anos de idade residente no Brasil há, pelo menos, dois anos; em troca, o solicitante deveria prestar serviços na Guarda Nacional.

Nesse processo de reorganização da política de imigração, foi definidora de rumos a lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, que delegou às províncias do país a responsabilidade nas definições e trâmites da imigração. A expressão maior desta lei era a destinação, por parte da província, de 6 léguas de quadras de terras devolutas à imigração com vistas à colonização do espaço territorial. Segundo Roche (1969, p. 101), “a introdução e o emprego dos escravos, nelas, eram proibidos, e os colonos não se tornariam proprietários das terras concedidas senão depois de as haverem desbravado e explorado num prazo máximo de cinco anos. A intenção do legislador era desenvolver a agricultura, através da exploração direta. Foi essa lei que permitiu a criação de colônias provinciais e que regeu, até a Proclamação da República, o domínio territorial da província.”

A partir dessa lei, criou-se, em 4 de dezembro de 1851, a lei nº 229, do governo provincial, em cujo texto eram claras novas disposições para reger a imigração, como podemos verificar nestes artigos:

Art. 1º - O Presidente da Província mandará medir, demarcar, levantar mapas e arbitrar o valor das colônias existentes, em que não tenha sido feito esse serviço, e das que de novo forem estabelecidas.

Art. 2º - Outrossim, mandará explorar terras devolutas que forem apropriadas para colônias e pedirá ao Governo Geral a concessão das de que trata o artigo 16 da lei de 28 de outubro de 1848, sob número 514.

Art. 3º - É também o Presidente autorizado a nomear um ou mais agentes na Europa para promoverem a imigração alemã para esta Província.

Art. 4º - Estes agentes perceberão a gratificação de três patações por cada indivíduo de 7 a 35 anos, que fizerem emigrar, e pelos maiores de 35 que forem chefes de família, e receberão mais um conto e quinhentos mil réis por cada mil indivíduos que enviarem dentro do prazo que for designado no contrato.

(...)

Art. 7º - Cada colono que, com guia de agente, se apresentar ao Presidente da Província, receberá 100 mil braças quadradas de terras na Colônia de Santa Cruz, ou em outras

que de novo forem estabelecidas, e nos títulos que lhes serão logo dados se inscreverá o valor das terras, e não só as obrigações a que são sujeitos os colonos, como os favores a que os mesmos têm direito.

(...)

Art. 9º - As terras serão concedidas gratuitamente. (PORTO, 1934, p. 162-3)

Portanto, por essas leis, o governo do Império mantinha o interesse na imigração para proceder ao processo de colonização de áreas estratégicas do Brasil, mas num período não assumiu plenamente a responsabilidade para tanto, repassando a função para as províncias. Assim, no período compreendido entre 1848 a 1874, a colonização do Rio Grande do Sul foi praticada pelo governo provincial, não mais pelo governo central. Conforme dado da Estatística Geral da Imigração no Rio Grande do Sul, transcritos por Ernesto Pellanda (1925), durante esses anos ingressaram nas colônias 19.607 germânicos. Esse período, segundo Roche (1969, p. 100-101) “foi mais propício à colonização e viu-a provida do estatuto legal de que necessitava.”

2.2 - A colonização provincial

A província do Rio Grande buscava facilitar a vinda dos alemães, determinando a concessão de vantagens por meio de leis próprias, porém as despesas tornara-na impraticável e afetavam o orçamento provincial; desse modo, a legislação seria modificada novamente. Criou-se, assim, em 1854 a lei provincial nº 304, que determinou a venda de terras aos colonos interessados, deixando de existir a concessão gratuita de lotes aos alemães a partir de então. Esta lei embasou o processo imigratório para a província até o final do Império e, em síntese, eram estas as suas disposições: as terras passaram a ser vendidas para os colonos dentro de um prazo de cinco anos, podendo ser pagas em três parcelas, sem juros, nos finais do terceiro, quarto e quinto anos; de forma gratuita, oferecia transporte, hospedagem e manutenção dos colonos do porto de Rio Grande até o lote colonial; além disso, os imigrantes poderiam receber, como adiantamento reembolsável, 50 mil-réis por pessoa como auxílio nos tempos iniciais antes da primeira safra e o valor mínimo dos lotes era de 300 mil-réis. O artigo 7º previa também o estabelecimento de famílias brasileiras agrícolas e laboriosas, sujeitas às mesmas condições dos colonos estrangeiros, e o artigo 8º proibia a presença de escravos nas colônias. Desse modo, o governo contava ter um retorno financeiro programado em termos de valores e prazos sempre que

entregava terras da província a um imigrante alemão, que, por sua vez, agregava ao seu processo de estabelecer-se no novo local a dívida a ser paga.

A continuidade da colonização da província com alemães viria a exigir do governo outras medidas legais, como a organização da educação escolar. Embora provenientes de um contexto marcado pela exclusão social e econômica, os imigrantes já haviam desenvolvido a consciência de que ler e escrever eram atividades vitais e tinham a ver com poder. Não existia entre eles a idéia, ainda em pleno vigor no Rio Grande luso-brasileiro, de que escola e educação eram privilégios dos elitizados. Portanto, sendo uma das características dos recém-chegados a preocupação com a escolarização dos filhos, logo o governo foi solicitado a dar condições para que isso acontecesse nas colônias. Assim, promulgou-se a lei provincial nº 579 em 1864, da qual destaco os seguintes artigos:

Art. 1º - Fica o Presidente da Província autorizado a contratar professores particulares quer nacionais quer estrangeiros para lecionarem primeiras letras dentro das colônias provinciais, devendo o professor saber o idioma dominante nas colônias.

Art. 2º - Serão preferidos para estes contratos aqueles que se acharem habilitados para ensinar a língua nacional aos seus alunos; porém, na falta destes poderão ser engajados mestras que lecionem na língua que predominar no distrito em que houver de funcionar.

Essa lei pretendia ampliar o ensino público nas colônias, uma vez que, em 1854, conforme relatório de João Daniel Hillebrand, diretor-geral das colônias da província, das trinta escolas existentes na vila de São Leopoldo, apenas três eram públicas. Hillebrand também apontava para a necessidade de se ensinar o português aos imigrantes, função esta das escolas e de caráter essencial para se desenvolver o processo de integração dos estrangeiros à nova pátria. O fato é que, uma vez constante na lei a legitimidade do ensino da língua alemã nas escolas, a mencionada integração por meio da aprendizagem da língua portuguesa retardava a acontecer. Juntava-se a essa ação a inoperância do governo da província em relação ao acompanhamento da educação:

Um fato que veio agravar a dificuldade de assimilação dos imigrantes foi a inexistência de órgãos próprios de supervisão do ensino por parte do Governo Estadual, o que, por sua vez, levou os colonos a criar uma “União das Escolas Particulares Alemãs”. Partiam dessa união os princípios que orientavam o ensino ministrado nas colônias. Por outro lado, os professores para suas escolas vinham da Alemanha, o mesmo acontecendo com os médicos. Buscavam, desta forma, os alemães dar continuidade à cultura de origem, sem assimilar os valores e padrões de vida que a cultura de adoção lhes oferecia (LANDO; BARROS, 1992, p. 32).

Nesse processo pensado e desenvolvido pelo governo provincial entre 1848 a 1874, com o fim de continuar atraindo imigrantes alemães para colonizar as terras, verificamos que certas medidas passaram a ser referências ao governo central quando, na década de 1870, retomou para si a promoção da imigração:

Neste período, definiram-se as linhas principais do sistema oficial de colonização. Definiu-se um espaço para o imigrante na Província e toda uma forma de tratamento para que o mesmo pudesse alcançar e reproduzir a condição de pequeno proprietário. A construção de um sistema de autofinanciamento e, paralelamente, da própria infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos núcleos coloniais, infraestrutura esta que vinha ao encontro dos interesses das elites pecuaristas locais, foram elementos importantes da experiência provincial incorporada pelo Governo Central no Regimento das colônias do estado. A estrutura colonizadora da Província, pequena, mas profissionalizada, com atividade contínua através de diferentes governos e identificada com os interesses dos colonos e a superação dos problemas ligados às dívidas por preço dos lotes e auxílio foram também incorporados pelo Governo Central. Nesse sentido, a colonização imperial será a continuidade deste processo (MACHADO, 1999, p. 125-126).

As dívidas a que Machado se refere foram contraídas pelos imigrantes com o Império e com a Província por conta da lei que estabelecia a venda dos lotes, não mais a doação praticada pelo governo imperial nos primeiros anos do processo colonizador e também com passagens e adiantamentos. Então, muitos impasses se criaram entre os colonos e o Tesouro da Província por causa das dívidas que cresciam e não eram pagas:

Com o tempo, a dívida aumenta: em 1862, há 5.581 colonos inscritos nos registros do tesouro Provincial, suas dívidas (1847-1862) elevam-se a 195:905 mil réis (alimentos, 25:126; transporte, 43:520; auxílios, 76:008; ferramentas, 5:693; sementes, 132; diversos 1:802), ou seja, a média de 28 mil réis por imigrante. Dessa dívida, 1:306 mil réis foram reembolsados, isto é, apenas 0, 8%. Em 1865, a dívida monta a 201:973 mil réis no que concerne somente às colônias de Santo Ângelo e Nova Petrópolis (ROCHE, 1969, p. 148).

Na síntese estatística de Roche observamos, além do volume da dívida, a sua natureza e complementando essa informação Machado (1999) explica que, de toda a dívida, 40% correspondiam ao valor das terras. As dívidas vencidas foram motivo de amplas discussões na Assembléia Legislativa Provincial, que, em 1866, ordenou o pagamento imediato. Como tal não

se realizou, em 1869 os valores correspondentes a auxílios e adiantamentos foram anistiados, ficando os colonos obrigados a pagar apenas os valores das terras (MACHADO, 1999).

Apesar dessas discussões, novas levas de alemães continuavam chegando no período. Pelos registros de Pellanda (1950, p. 39), de 1859 a 1875 entraram 8.412 imigrantes alemães no Rio Grande do Sul.

Quando chegou a década de 1870, a verba provincial para a colonização das terras rio-grandenses era bastante reduzida. Mesmo assim, no período de 1867 a 1875 foram assentados 750 imigrantes, em média, a cada ano (MACHADO, 1999). Contudo, acumulados os problemas provenientes das limitações de verbas, da pouca estrutura para receber imigrantes e da vinda de um número menor de estrangeiros do que o esperado pelo governo, a província deixou de administrar a sua colonização e o processo passou, novamente, para as mãos do governo imperial (1876).

Embora houvesse descontinuidade na política de imigração traçada pelo Império a partir de 1824, persistiu com significativa renovação na década de 1870, quando se pensava em definir ações que proporcionassem a vinda de estrangeiros para o Brasil em grande escala. Assim, o investimento em núcleos oficiais de pequenos proprietários teve continuidade depois de 1875 com a administração do governo imperial, pois, nessa época, como já mencionado, o governo provincial havia abandonado a imigração e a colonização em razão, principalmente, “dos limites orçamentários impostos pela Assembléia Provincial” (MACHADO, 1999, p. 80) e do débito acumulado com as despesas feitas no período em que administrava a imigração.

Por meio do Aviso 56, de 20/10/1875, a Província devolveu o projeto de colonização ao Império (PELLANDA, 1950). Foi quando chegaram os primeiros imigrantes italianos (1875), a outra etnia de maior expressão na colonização do Rio Grande do Sul. E em 1879 suspendeu-se a imigração oficial. A partir de então, por um breve período de tempo a imigração aconteceu de forma espontânea, como há muito o governo desejava. Na verdade, a esperança do governo de que viessem a ocorrer entradas maciças de imigrantes alemães de forma espontânea, não sob contratos de recrutamento, só se realizaria com maior expressão no período da Primeira Guerra Mundial, como relata Roche (1969, p. 124): “O princípio da espontaneidade da colonização, que o Governo rio-grandense há muito tempo quisera aplicar, não teve êxito senão às vésperas da guerra de 1914-1928.”

Entretanto, em 1885 a política de colonizar as terras foi retomada pelo governo, que já tinha como certa a abolição da escravatura e necessitava ampliar a participação da mão-de-obra livre no mundo do trabalho, bem como a formação de pequenas propriedades, visando ao desenvolvimento do país. Em 1895, já na República, o Estado recebeu novamente a incumbência de promover a imigração e são representativas desta nova etapa as “Colônias Novas”.

Iniciado o século XX, com ele o fluxo de imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul continuou, e de forma intensa, pois são dessa época os maiores números registrados de entradas - mais de um terço da totalidade - desde o início do processo, com maior concentração em dois momentos significativos historicamente: um pouco antes da 1ª Guerra Mundial e no início da década de 1920, quando a crise da República de Weimar atingia o seu auge.

Carneiro (1950) e Willems (1946) apresentam as estatísticas sobre o total de alemães que emigraram para o Brasil durante mais ou menos cem anos (séculos XIX e XX). O primeiro registra que ocorreram 235.846 entradas no período de 1819 a 1947 e o segundo estima que o Brasil recebeu cerca de 280 mil entre 1886 e 1936. Mesmo que as estatísticas informem números diferentes, indicam que a imigração deu-se com uma certa constância desde 1824 até quase a primeira metade do século XX.

2.3 - Alemães nas colônias do Rio Grande do Sul

De 1824 a 1830, segundo registros de João Daniel Hillebrand, 4.838 imigrantes, em sessenta e uma levas, chegaram à colônia alemã de São Leopoldo. Além desses, 72 imigrantes, em novembro de 1824, foram para São João das Missões e outros 54, em outubro/novembro de 1826, para Torres. No período indicado, muitos germânicos também se estabeleceram em Porto Alegre e em alguns outros locais.

Retomada a imigração (1844), formaram-se várias colônias alemãs na província. O projeto de ocupar mais território com povos germânicos, empreendido tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada, passou a se desenvolver após 1846, ano em que chegaram 1.515 colonos, pois nos dois primeiros anos (1844 e 1845) o movimento fora modesto (SINGER, 1968). Assim, além da colônia de São Leopoldo, em 1824, no vale do rio dos Sinos foram fundadas as seguintes: colônia Mundo Novo em 1847, a leste de São Leopoldo, pelo comerciante Tristão José

Monteiro, cujos lotes foram vendidos para colonos de São Leopoldo e imigrantes novos; no vale do rio Pardo foi fundada a colônia Santa Cruz em 1849, pelo governo provincial, do qual era presidente o barão de Caçapava, e a colônia Monte Alverne, a partir de 1860; no vale do Jacuí, a colônia de Santo Ângelo, em 1857, ano em que chegaram os primeiros alemães destinados a ela, no entanto sua existência legal data de 1855, quando foi criada pela lei provincial de 30 de novembro; criou-se, ainda, a colônia de São Lourenço em 1858, em terras compradas por Jacob Rheingantz no município de Pelotas (SCHRÖDER, 2003).

Além dessas, fundaram-se também no Vale do Taquari a colônia Conventos em 1853, por Antônio Fialho, a colônia Teutônia em 1858, por Carl Arnt, a colônia Estrela em 1846, por Vito Barreto e a colônia Neu Berlin em 1868.

Na continuidade da ocupação de outros espaços do interior da província pelos imigrantes alemães, foram criadas colônias também no vale do Caí. Em 1854, a Sociedade Montravel, Silveiro & Cia fundou a colônia de Santa Maria da Soledade, e o governo imperial, a colônia de Feliz em 1846. Sellin e Bartolomay fundaram a colônia Nova Petrópolis em 1858, considerada uma ampliação da de São Leopoldo em direção ao norte. Montenegro, São Sebastião do Caí, Pareci, Pareci Novo, Harmonia, Bom Princípio e mais algumas localidades do vale, cidades já existentes, receberam grupos de germânicos nessa época. Para o sul da província também foram encaminhados grupos de imigrantes à colônia de São Lourenço do Sul, fundada em 1857 por Jakob Rheingantz.

Desde as primeiras colônias, os alemães foram assentados próximos a grandes rios navegáveis - Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e Pardo - o que facilitava o transporte de seus produtos coloniais e manufaturados. Estas regiões eram distantes das ocupadas pelos estancieiros, o que foi positivo, relatam vários historiadores, para o desenvolvimento do estado, visto que eram atividades econômicas diferentes das praticadas nas estâncias (o charque).

Para as colônias, no período de 1844 a 1874 a navegação fluvial assumiu importância crucial, conforme explica Singer (1968, p. 159): “É o único meio de transporte economicamente viável.” O mapa da Figura 3 mostra as antigas colônias alemãs.

No final do século XIX, com as regiões próximas a Porto Alegre já bastante povoadas, sem mais haver terras suficientes para serem adquiridas por novos imigrantes e pelos descendentes daqueles já instalados, começaram a ser buscados outros espaços para assentar colonos. Iniciava-se, assim, mais uma fase de colonização sob a administração do governo estadual. Fundaram-se, então, as novas colônias na região do Planalto gaúcho, onde havia vastas extensões de terras devolutas. Cruz Alta apresentava-se como o maior município com áreas a serem colonizadas, estas de mata, pois que os campos pertenciam aos estancieiros, categoria ali instalada desde 1800, quando se iniciara a ocupação do local. Essas colônias passaram a receber habitantes de diferentes nacionalidades.

Da última década do século XIX até 1914 foi mais rápida a formação dos núcleos coloniais do que nos tempos anteriores da colonização. Para isso colaborou a iniciativa privada. Em 1890, o governo fundou a primeira colônia oficial na região, Ijuí, com pessoas de diferentes etnias, não só da alemã. Roche (1969) registra que Ijuí foi a colônia que mais se desenvolveu dentre as que foram criadas nesse período da colonização rio-grandense. Em 1891 foi criada a colônia Guarani, que muito se desenvolveu após a estrada de ferro ser prolongada até Santo Ângelo. Nesta, em 1914 viviam 4.200 alemães, e dentre outras etnias que ali se fixaram estavam a russa, a polonesa e a italiana (ROCHE, 1969). Foram várias as colônias particulares povoadas essencialmente por germânicos fundadas na época no Planalto. Tomemos o resumo de Roche (1969, p. 130):

As colônias particulares de povoamento essencialmente germânico penetram no Planalto subindo o Alto Jacuí ou acompanhando a via férrea. São assim fundados, de um lado, os núcleos de Santa Clara (1896), Alto Jacuí (1897), Não-Me-Toque (1897), General Osório (1898), Dona Ernestina (1900), Selbach (1906), na bacia superior de Jacuí; de outro lado, no Município de Cruz Alta, barra do Colorado (1897), Boi Preto (1897), Neu Württemberg (1899); no de Santo Ângelo, Ijuí Grande (1892), Vitória (1900), Buriti (1908), Timbaúva e Boa Vista (1912), Steglich (1914); no de São Luiz Gonzaga, Cerro Azul (1902); no de Passo Fundo, Bela Vista (1903) e Dona Júlia (1912); no de Erechim, Rio do Peixe (1911).

Favorecia o trabalho dos colonos na região, especialmente o comércio, não um rio, como nas outras colônias anteriormente fundadas, e, sim, a viação férrea, que também facilitava o transporte dos produtos para outras cidades.

Valorizando a atuação do alemão no Rio Grande do Sul, Arthur Blasio Rambo assim se refere à transformação que ocorreu nos espaços de terra mencionados a partir da fixação dos colonos:

Os vales do Sino, do Caí, do Taquari, do Prado e do Jacuí, as Missões e o Alto Uruguai tiveram suas fisionomias transformadas em menos de cem anos. No lugar das matas quase impenetráveis, instalara-se por toda a parte uma paisagem humanizada sem paralelo em todo o Brasil. Nela vivia e lutava uma estirpe de homens e mulheres que haviam cruzado o Atlântico, para ficar. Estavam a construir o seu futuro e participavam na edificação de uma nova pátria (RAMBO, 1998, p. 196-197):

A abertura de estradas de ferro foi uma das mais expressivas medidas estruturais tomadas pelo governo na época da ampliação de área a ser colonizada e do investimento na continuidade do processo imigratório, assim apresentadas por Singer:

Para que a colonização pudesse prosseguir, avançando para áreas mais afastadas dos cursos navegáveis, era preciso um meio de transporte terrestre de maior eficiência que o carro de boi. A estrada de ferro veio resolver o problema. Em 1869 foi iniciada a construção de ferrovia que, partindo de Porto Alegre, alcança São Leopoldo em 1874, Novo Hamburgo em 1876, Taquara em 1903 e Canela em 1924. Outra linha importante começou a ser construída em 1877, ligando Margem (no Taquari) a Cachoeira em 1883, a Santa Maria em 1884 e a Alegrete e Uruguaiana em 1907. Outra linha avançando de Santa Maria, alcança Cruz Alta em 1894, Carazinho em 1898, Passo Fundo em 1900 e Erechim em 1910. Ao mesmo tempo o sul da província também recebe sua estrada de ferro: entre 1881 e 1884 são interligados Rio Grande, Pelotas e Bagé. Em 1896 completa-se a interligação de Bagé e Cacequi, unindo-se a linha Porto Alegre-Cacequi, na Depressão Central com a linha Rio Grande-Bagé no sul, ambas avançando reunidas até Uruguaiana, na Campanha (1968, p. 159).

Essa estruturação de meios para promover o comércio desde as unidades produtivas dos alemães possibilitou a formação de uma classe junto ao grupo, a dos comerciantes, que ascendeu por meio da compra e venda dos excedentes produzidos pelos colonos. Em seus estudos, Roche (1969) identifica esta classe como a única que enriqueceu nas colônias, originando o capital acumulado que viria a possibilitar a criação de indústrias nas cidades.

Depois de 1914, colônias mistas continuaram a ser criadas nas terras devolutas, evidenciando o interesse do governo em aumentar a área colonizada do estado. O número de colônias foi menor do que o do período de 1890 a 1914, mas, mesmo assim, significativo. De modo geral, luso-brasileiros foram estabelecidos ao lado dos descendentes dos antigos colonos (ROCHE, 1969). Em 1915, foi fundada Santa Rosa. O projeto de povoamento e produção agrícola também se estendeu para Porto Lucena, Tucunduva e Laranjeiras; ao norte fundaram-se

as colônias Guarita de Iraí, Capão Grande, Três Passos, Criciumal e Alto Uruguai. A esses núcleos seguiu-se a instalação de colonos no município de Palmeira das Missões, nos arredores de Erechim e de Lagoa Vermelha. Dentre essas colônias, as que tiveram alemães como a maioria de seus habitantes foram apenas Santa Rosa e Alto Uruguai (ROCHE, 1969). Reproduzo na Figura 4 o mapa das novas colônias de preponderância germânica.

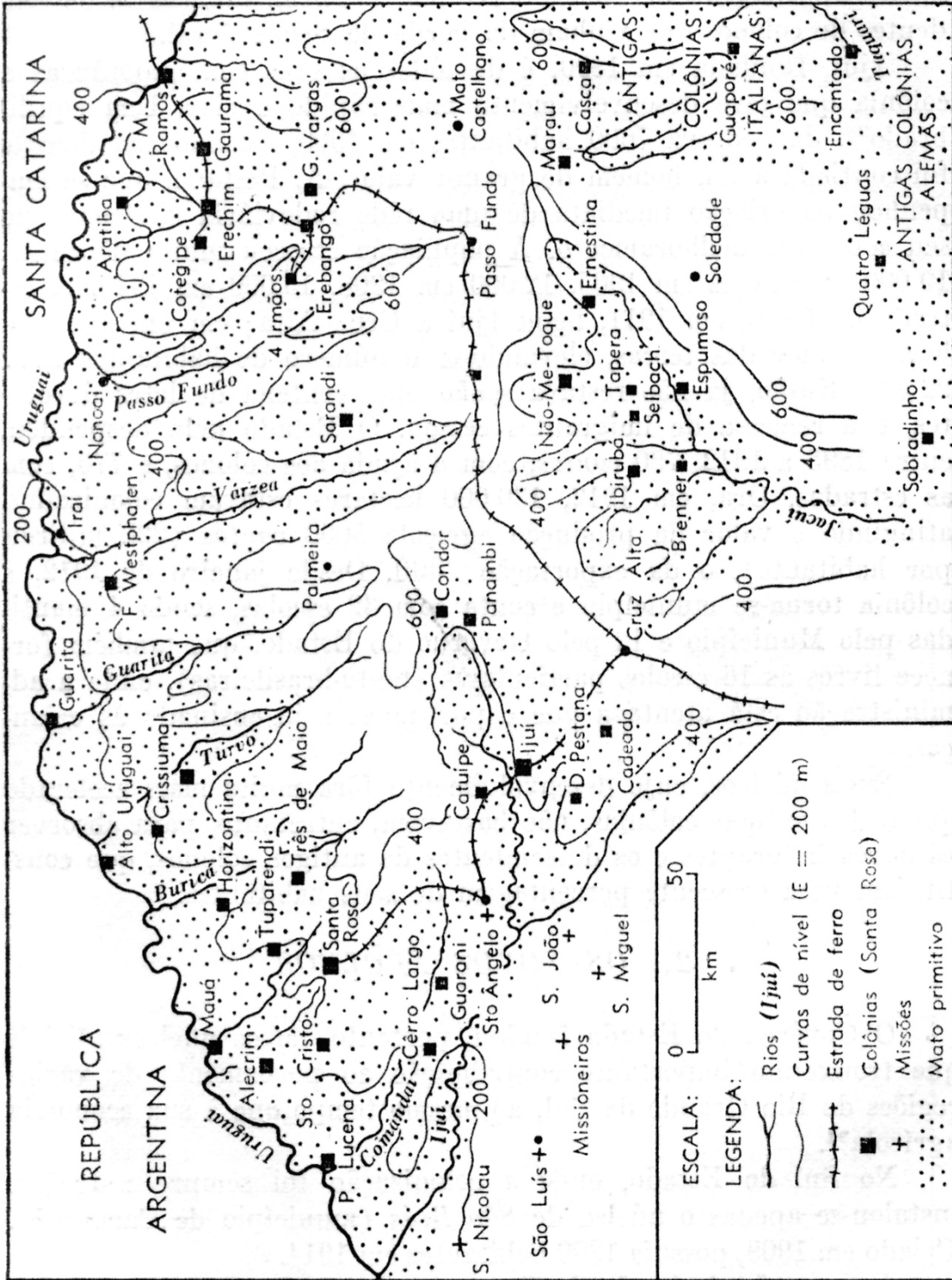


Figura No.3. Localização das colônias de preponderância germânica no Rio Grande do Sul.
Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p.128.

2.4 - Alemães na capital do Rio Grande do Sul

A concentração dos primeiros grupos de alemães nas colônias serviu de base para a vinda de outros interessados em exercer atividades na capital; assim, a população teuta foi, aos poucos, também se estabelecendo em Porto Alegre. Nos primeiros anos da década de 1840, o comércio de importação já estava se realizando, tendo à frente duas casas de alemães, a de João Diedrichs e de Hermann Cordes. Duas casas de artigos coloniais (secos e molhados) já eram, naquele tempo, firmas importantes, Friedrich Bier e Bormann & Cia, representada por Bormann & Scheller.

Recorrendo, mais uma vez, às memórias de Joahann Carl Dreher, ficamos sabendo que ainda não havia um grande número de pessoas da etnia alemã fixadas na capital. O autor informa que “o elemento teuto ainda estava fracamente representado no início dos anos 1840 em Porto Alegre e a gente conhecia pelo nome todas as famílias que aqui moravam” (apud WEIMER, 1988, p. 25). Contudo, a afluência dos alemães à cidade aumentava e a organização desta sociedade de estrangeiros passou a ser de maior interesse de seu antigo governo, tanto que, em 1850, vários consulados de Estados germânicos já estavam estabelecidos em Porto Alegre e aproximadamente dois mil alemães viviam ali, conforme registros de Joseph Hörmeyer (1986).

Magda Roswita Gans (2004) contrapõe esses dados de Hörmeyer ao informar que, naqueles anos, ainda não eram muitos os alemães em Porto Alegre. A autora apresenta uma pesquisa sobre os teutos existentes na capital entre 1850 e 1889, fazendo um inventário da sua presença por nomes, lugares onde moravam, profissões que exerciam e locais de trabalho, níveis econômicos e até certas situações com que alguns se envolviam, como processos na Justiça, dentre outras informações. Tudo isso foi buscado em registros reais, contados um a um.

Com essa amostragem que constitui a base de análise da pesquisadora, foi-lhe possível afirmar que o número de teutos que viveram em Porto Alegre durante os quase trinta anos considerados na pesquisa era de 2.093 e que em 1850 não eram tantos quanto afirmara Hörmeyer. Contudo, também ressalta que o núcleo urbano de teutos já era visível em Porto Alegre nesta década.

O total indicado por Gans foi formado principalmente pela imigração direta da Europa, mas não só. Muitos que haviam se instalado nas colônias já se deslocavam para o centro urbano, formando um grupo de emigrantes do campo para a cidade. Outra parcela, embora pequena, identificada pela autora, era dos já nascidos na capital e ainda havia aqueles que tinham vindo de

outros lugares da província, de outras regiões do Brasil e, mesmo, de outros países da América Latina.

Havia alemães pobres, médios e ricos. Gans (2004) assim os classifica quanto ao nível socioeconômico tomando por indicativos o trabalho que realizavam e o meio em que viviam. Se na colônia tornaram-se referência no cultivo da terra e na produção de gêneros alimentícios, na cidade não foi diferente quanto à notoriedade daquilo que realizavam, especialmente como grandes comerciantes, industriais, donos de pequenos negócios, mas também no exercício de profissões especializadas, como alfaiates, ferreiros, marceneiros, e, ainda, como executores de tarefas mais populares e pouco qualificadas, como criadas em casas de família (mulheres), afiadores e reparadores de guarda-chuva.

Como acontecia nas colônias, os alemães concentravam-se em núcleos urbanos na capital. Dentre os bairros, no Floresta ficava um grupo maior da ala pobre ou popular, na classificação de Gans (2004), mas não só ali esta camada se concentrava. Segundo a autora, “não há indicação de uma área específica em que se encontrasse a população teuta de nível socioeconômico baixo. Os teutos pobres pareciam distribuir-se de acordo com suas oportunidades de trabalho tanto no centro como nos arredores” (GANS, 2004, p. 37). No centro concentravam-se a ala de nível médio e a afortunada. A rua Voluntários da Pátria, antigo Caminho Novo, chegou a ser conhecida como a “rua dos alemães”, porque nela, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, existia grande número de casas comerciais de propriedade de alemães, principalmente os ricos importadores. Outra rua que se fez notar pelo grande número de teutos ricos instalados profissionalmente, mais do que a Voluntários, foi a rua da Praia ou dos Andradas e outra, ainda, com expressiva concentração deles foi a Sete de Setembro. Por sua vez, os setores teutos médios ocupavam a rua de Bragança, hoje Marechal Floriano, onde instalaram suas casas comerciais, oficinas e estabelecimentos de prestação de serviços diversos; ocupavam também as atuais avenida Otávio Rocha, rua Dr. Flores, Senhor dos Passos, Vigário José Ignácio, General Vitorino, da Conceição e Riachuelo. Outro espaço central onde a presença teuta foi marcante – os de nível médio e afortunados - é o que hoje corresponde aos arredores das praças Uruguai e XV de Novembro, incluindo a rua José Montauri. Há, ainda, registros de teutos que moravam na atual avenida Cristóvão Colombo, na rua Fernando Machado e no campo da Redenção

Assim, nucleados em ruas importantes, os alemães foram partícipes da identidade urbana que se construiu na capital. Suas ocupações profissionais, especialmente suas relações com o

comércio exterior, com a consolidação do comércio interno e industrialização de produtos e a cultura foram as principais marcas de sua presença. Para Singer, no estabelecimento das relações comerciais que caracterizavam Porto Alegre, notabilizaram-se os alemães,

que não somente expandem a agricultura como também se encarregam das atividades comerciais dela decorrentes. São alemães os “vendistas” que reúnem os excedentes da produção de subsistência dos colonos, por meio do escambo na fase anterior à generalização da agricultura comercial. São alemães os exportadores e importadores sediados em Porto Alegre, que adquirem os produtos coloniais dos “vendistas” e lhes fornecem artigos importados. São alemães ainda os que organizam a navegação fluvial no Jacuí (Becker), no Rio dos Sinos (Irmãos Diehl e Blauth), no Caí (Keller, Jann, Schaan, etc) e no Taquari (Jaeger, Ruschel, Arnt). É um alemão (Becker) que organiza o primeiro estaleiro, em 1856, em Porto Alegre (SINGER, 1968, p. 164)..

O desenvolvimento da colonização do campo fez ressurgir a função comercial em Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX, afirma Singer (1968), num movimento econômico que compreendia um processo circular no qual a produção da colônia era adquirida pelos comerciantes da cidade e por eles negociada, ao mesmo tempo em que forneciam aos colonos produtos industrializados. Tal movimento não se limitava às instâncias internas do estado e do país, mas também envolvia as externas, pois já eram intensas as exportações e as importações promovidas pelos alemães.

2.5 - Os *brummer*

Além dos imigrantes que aqui chegaram para trabalhar como agricultores, comerciantes ou artesãos, instalando-se nos locais mencionados, em 1851 também vieram homens contratados pelo governo de dom Pedro II, especialmente para formar o exército que lutaria contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), em mais um envolvimento do Brasil com questões platinas (1851-1852). Dos Estados germânicos veio o grupo que ficou conhecido como os *brummer*,¹⁹ uma tropa mercenária que atuaria no Brasil como tantas outras que estiveram presentes em favor de países europeus (CESAR,1971). Para essa missão, explica Bento (1974, p. 333), foi encarregado “o deputado por Pernambuco, Sebastião do Rego Barros. Essa autoridade, após algumas gestões, contratou uma Legião Alemã composta de cerca de 1.800 homens, através de agentes alemães,

¹⁹ A história dos *brummers* pode ser encontrada no livro de Aurélio Porto, *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, publicado em 1934.

aproveitando em grande número veteranos do exército do Schleswig-Holstein que havia sido mobilizado para uma guerra contra a Dinamarca.”

Quando a guerra terminou, em 2 de fevereiro de 1852, na batalha de Monte Caseros, tendo sido vitorioso o Brasil, o corpo militar foi dissolvido e a maioria dos *brummers* permaneceu no Rio Grande do Sul: “Poucos regressaram à pátria ou saíram do Sul. Tornaram-se colonos, artífices, industriais, espalhando-se por todo o Rio Grande” (CESAR, 1971, p. 249). Dentre os *brummers* estava um alemão que, permanecendo no estado, veio a ser a voz referencial dos imigrantes de sua etnia e reconhecido como o mais importante dos componentes da Legião Alemã: Carlos von Koseritz (Carlos Júlio Cristiano Adalberto Henrique Fernando von Koseritz). De origem nobre – era filho do barão von Koseritz, do ducado de Anhalt (CARNEIRO, 1959).

No Rio Grande do Sul, Koseritz foi uma referência da maturidade da colonização alemã como um todo. Foi político (deputado) de grande expressão, jornalista, escritor, consagrando-se como grande intelectual da época, empenhado em construir a relação da população germânica com o Estado brasileiro. Segundo Reinhard Köhne, que estudou a obra e a vida de Koseritz, ele

foi o primeiro que compreendeu a situação peculiar do elemento alemão imigrado no sul do Brasil e pode por isso ser denominado o pai do teuto-brasileiro. Isso significa em termos negativos uma delimitação em relação aos alemães do Império Alemão, mas também em relação aos outros brasileiros; em termos positivos, significa a aceitação do Estado e da nova pátria brasileira, bem como o reconhecimento da velha pátria alemã, com a qual o teuto-brasileiro continua a sentir-se ligado pela etnia (*Volkstum*) (apud GERTZ, 1999, p. 7).

A divulgação das suas idéias era feita especialmente por meio dos jornais do Rio Grande do Sul, escrevendo em alemão e em português. Fundou o *Brado do Sul*, colaborou no *Jornal do Comércio*, o *Rio-Grandense*, *A Reforma*. Fundou também a *Koseritz Deutsche Zeitung*, o espaço onde mais expressou seu germanismo. Dele também eram a *Gazeta de Porto Alegre* e o *Koseritz Deutsche – Kalender*, um almanaque em alemão. Fazia, em todos esses veículos, um germanismo espontâneo e familiar (CESAR, 1971, p. 255).

Todos os *brummers* que permaneceram na comunidade alemã imigrante são apontados como “importantes agentes na divulgação do germanismo” (SCHREINER, 1996, p. 43), mas Koseritz tornou-se o mais reconhecido nesse papel.

3 – OS IMIGRANTES ALEMÃES NO ROMANCE SUL-RIO-GRANDENSE

3.1 – A divina pastora

*Vinde para o nosso teto que ansioso vos espera, porque ele se tem
acostumado a ouvir os vossos nomes ligados um com o outro!
Vinde, meus filhos!*

Caldre e Fião

Minha proposta de trabalho levou-me a estudar o primeiro romance gaúcho, *A divina pastora*. Foi interessante descobrir que já na obra que inicia o gênero entre os literatos do Rio Grande do Sul encontra-se uma visão sobre os germânicos moradores de São Leopoldo.

O romance é do escritor José Antonio do Vale, que mais tarde se designaria simplesmente Caldre e Fião²⁰. É o seu primeiro livro de ficção, tendo sido publicado em 1847. Pouco tempo depois publicaria outro, *O corsário*, em 1851. O autor era um gaúcho que vivia na corte, no Rio de Janeiro, e foi lá que publicou *A divina pastora*. A primeira edição manteve-se como a única edição até o ano de 1992, quando a RBS promoveu a segunda, num trabalho do qual participaram o professor Flávio Loureiro Chaves, que fez o ensaio crítico, notas e fixação do texto, e o jornalista Carlos Reverbel, que fez o ensaio biográfico.

O fato de a segunda edição da obra ter demorado tanto tem a ver com a história incrível que cerca esse romance pelo seu desaparecimento. Havia notícias de que ele existira, porém não

²⁰ Segundo Reverbel (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 237), “em fins de 1849, ele acrescentaria ao nome de família os apelidos Caldre e Fião, palavras de feição inusitada, mas com raízes na toponímia lusitana.”

se conseguia encontrar nenhum exemplar. Guilhermino Cesar bem que o tentou quando pesquisou a literatura gaúcha para escrever o livro *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, publicado em 1956, todavia não o localizou. Por isso, na introdução de sua obra fez um apelo aos leitores como mais uma tentativa de achar o romance:

E o que me pesa é ainda ter escrito esta história antes de encontrar, após alguns anos de afanosa busca, certos livros de alto valor documental ou histórico. Por exemplo, não consegui sequer localizar o primeiro romance rio-grandense, *A Divina Pastora*, de Caldre e Fião, sem embargo de ter feito o impossível para isso. Espero que algum leitor magnânimo me dê esse prazer (CESAR, 1971, p. 22 -23).

Tempos depois, a história desse romance seria modificada e o responsável por isso seria o livreiro Adão Fernando Monquelat, de Pelotas, Rio Grande do Sul, talvez um leitor sensibilizado por Guilhermino. Ele resgatou um exemplar do romance que se encontrava em Montevideú, no Uruguai, o qual pode ser o único existente, pois, caso exista no Brasil algum volume em algum acervo, ainda não se tornou público. Flávio Loureiro Chaves, no seu texto que consta na segunda edição do romance, diz que por cento e quarenta e cinco anos foram inúteis os esforços de bibliófilos e pesquisadores para encontrar *A divina pastora*.

Caldre e Fião escreveu *A divina pastora* numa época em que o romance ainda principiava como gênero no Brasil. Por essa razão, encontramos um estilo bastante distanciado do que verificamos na evolução da escritura dos romances, como a inclusão insistente de notas de rodapé explicando vocábulos próprios da linguagem gaúcha, situações e comportamentos peculiares ao povo, características da terra, do clima, do relevo, fatos históricos, enfim, conferindo uma estrutura didática ao romance, sem deixar de mergulhar, efetivamente, no universo ficcional.

Explica-se esse fato em razão de o romance ser uma experiência muito recente no Brasil naquela época. E a história da literatura brasileira nos mostra que o Brasil, Estado-nação jovem quando o gênero se iniciou, ainda demoraria para encontrar sua forma no romance. Só com Machado de Assis este amadureceu, ficou pronto. Por conta disso, provavelmente, *A divina pastora* revele uma certa imaturidade do gênero, mostrando uma falta de separação entre os campos da arte e história do real.

Ao dirigirmos nosso olhar para o processo de construção do gênero, o que encontramos nesta obra, em termos de estrutura e de conteúdo informativo, pode ser um defeito em relação ao

paradigma do romance do mundo urbano plenamente configurado. No entanto, é preciso dirigir-lhe o olhar de uma perspectiva histórica: quando ele foi escrito, lia-se de tudo e havia poucos livros para se ler num Brasil que ansiava por construir seus próprios padrões culturais. Nesse sentido, o romance, que seria um espaço para narrar, também servia de espaço para dissertar, opinar, informar. Além disso, notemos que, pela descrição do espaço, pelo uso do nome “pastora” e pela construção das personagens, especialmente as femininas, o romance também se caracteriza pelo aspecto pastoral, tributário da tradição classicista pré-romântica.

A época de ambientação da história narrada é a da Revolução Farroupilha, episódio histórico do Rio Grande do Sul ocorrido de 1835 a 1845. Na representação dessa imagem do passado, há uma visão sobre o modo de ser da sociedade da província de São Pedro do Rio Grande naqueles tempos, incluindo a etnia alemã, uma descrição da paisagem, um desenho dos caminhos de acesso que formavam a região compreendida entre São Leopoldo e Porto Alegre, bem como uma exaltação à bravura, à consciência de nacionalização e à virtude dos habitantes da província. Nesse sentido, é um romance escrito sobre o presente na época, visto que a escritura acontece quando as coisas ainda existem e o tempo dos fatos históricos representados, embora acontecidos alguns anos antes, é o tempo de existência do escritor. Assim, diferencia-se do romance histórico, tipo de narrativa que traz algo não experimentado pelo autor, algo que não é do seu tempo.

Predominam no enredo as ações de pessoas de origem lusa, porém, atento ao novo que se apresentava no processo de colonização da terra, dado pelos germânicos ali instalados há pouco mais de vinte anos, o autor coloca uma família de imigrantes em relação direta com as personagens do plano principal, como o Almênio, um destemido guerreiro farroupilha, e Edélia, a própria divina pastora. Nesse sentido, observamos que o pouco tempo da presença alemã na província rio-grandense já havia sido suficiente para, na visão de Caldre e Fião, serem os alemães considerados moradores integrados ao sul tanto quanto os demais. Assim, o primeiro romance gaúcho, e um dos primeiros nacionais, já representa o imigrante alemão como parte integrante da sociedade e do espaço territorial do Rio Grande do Sul.

A divina pastora é Edélia, uma jovem muito bela que ocupa a centralidade da história. Apaixonada pelo primo Almênio, um tenente republicano que, depois de uma revisão de

consciência, resolve passar para os lados dos imperiais²¹, não vem a tê-lo como marido, porque ele conhece Clarinda, filha do velho Hendrichs, imigrante alemão no vale do Sinos, e passa a amá-la, casando-se com esta.

Além de Clarinda atuar na história como definidora do rumo da relação amorosa entre as personagens principais, Edélia e Almênio, ocupando ela mesma o lugar da protagonista no coração do militar, o autor ainda atribui importância aos imigrantes alemães pela apresentação que faz da família do velho Hendrichs, das menções a Werner, açougueiro em São Leopoldo, e a Rosinha, moradora de São Leopoldo, a qual também vem a desejar casar-se com Almênio, e da incorporação ao enredo de uma história narrada por Almênio sobre um menino campeiro punido por um alemão proprietário de terras nas redondezas de São Leopoldo. Segundo o episódio narrado, este alemão, dono de um terreno sem cerca, mas divisado por ele, considera uma invasão indevida a entrada de um menino de nove anos em suas terras para campear o gado de seu patrão e manda açoitá-lo cruelmente. Anos mais tarde, o menino, que já se tornara um homem, volta ao local para vingar-se, matando o seu agressor.

Apesar da importância evidente de todos os assuntos abordados no romance, destaco neste texto o mundo germânico nele presente.

3.1.1 - Família

Caldre e Fião coloca-nos diante de uma família alemã de origem nobre que se fixa em São Leopoldo e passa a viver na maior simplicidade possível, integrando-se sem demora ao meio, também simples.

A família é a Hendrichs, constituída pelo pai, a filha Clarinda e o filho Antonico. A mãe já havia morrido, estando os filhos, portanto, a cargo do pai. Contudo, não lhe davam maiores trabalhos, pois eram “ambos parcós pela boa educação recebida” (CALDRE E FIÃO, 1992, p.

²¹ Assim Almênio explica sua mudança: “Entre no exército do Imperador, liguei-me à causa da minha pátria, porque a liberdade não está naquele que a pronuncia todos os dias mas no mais reto e naquele que sabe melhor fazer respeitar e sustentar os seus deveres e os seus direitos”(CALDRE E FIÃO, 1992, p. 144). Caldre e Fião, a julgar pelo seu romance, posiciona-se contrário aos ideais e à luta dos revolucionários farroupilhas. Assim, promove essa passagem de Almênio do lado dos farroupilhas para o lado dos imperiais, tratando isso como uma atitude correta, que eleva o caráter do guerreiro, uma vez que reconhece o dever e o direito de lutar pela sua pátria, no caso o Brasil.

158)²². Emigrado da Prússia, Hendrichs era “amigo e companheiro de dois grandes reis da Prússia, tinha sido galardoado com o título de Marquês e servira com uma devoção nobre e sem exemplo” (p. 85). Vítima de intrigas, conflituara-se com seu amo, razão por que julgara por bem expatriar-se com sua família e seus poucos bens. Já estabelecido em São Leopoldo, esquecera-se da vida na corte e concentrava-se na educação de seus dois filhos.

Os germânicos não eram nobres, nem nobreza era a experiência da província. Então, por que Caldre e Fião apresenta assim a família Hendrich?. Talvez essa questão esteja relacionada com o fato de o autor, ao escrever o romance, estar na corte, no Rio de Janeiro, exercendo sua profissão de médico e com boas relações com os intelectuais, portanto, mais próximo do imperador. Era lá que queria ser lido, visto que era o centro cultural de então. Por isso, de acordo com as características do gênero romance na época e do contexto em que vivia, fala de nobreza.

Culturalmente, atribuem-se à nobreza os melhores conceitos de civilidade. No Brasil da época de Caldre e Fião, a corte representava a civilidade e o Rio de Janeiro abrigava hábitos, costumes, modas, europeus, distinguindo-se marcadamente das províncias, como registra Schwarcz (1999, p. 111): “A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses”. Nesse sentido, é bem possível que o escritor tenha imposto para si a tarefa de justificar sua origem provincial, apresentando o Rio Grande do Sul como um espaço civilizado e afinado culturalmente com o da corte.

Dentre os primeiros imigrantes alemães que se instalaram em São Leopoldo não havia pessoas de origem nobre. Assim, apresentar personagens que pertenciam à nobreza prussiana é, além de livre criação do autor, uma forma de considerar na história uma discussão em aberto na corte brasileira, ainda bastante recente, de elevar os níveis social e cultural da população. Afinal, dom Pedro II pretendia que seu Império fosse quase europeu (SCHWARCZ, 1999, p. 117).

Ora, caracterizando os alemães assim, sugere o autor que, com a imigração, o imperador dava um importante passo rumo à transformação da nação, pois a experiência européia estava a se misturar com a dos nativos, podendo, assim, influenciá-los no modo de ser e de viver. A verdade é que a nação brasileira ainda era considerada bárbara aos olhos europeus, especialmente aos ingleses, porque se mantinha o tráfico de escravos, “imagem esta bem oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou passar” (SCHWARCZ, 1999, p. 101).

²² A identificação das demais citações do romance neste capítulo será feita apenas pelo número da página, sendo que todas pertencem à segunda edição, de 1992.

Portanto, apesar da vontade de dom Pedro II, o Brasil estava longe de ter a pretendida nobreza nos moldes europeus.

Na primeira referência a Clarinda, Caldre e Fião sugere algumas características familiares que orientavam a relação entre pai e filha, do que podemos depreender o anúncio de comportamentos construídos segundo um padrão educacional de nobres, por certo idealizado, que faz da jovem um modelo de heroína romântica: “Virgem que levantara-se aos primeiros anúncios da aurora e aos cantos do canário que cativara com seus lacinhos de retrós e que conservava em gaiola de arame feita pelas destros mãos de seu pai. Era Clarinda. Bela como a beleza, dardejava, sem querer, a vida, o encanto e o prazer a todos os entes e ainda mesmo aos insensíveis” (p. 31). Ao se dirigir, bem cedo, para o vale do moinho pela planície, ao convite do rumor das águas, ela se depara com Almênio sendo tomada de imediato por sentimentos desconhecidos. Fica apaixonada, sente o amor despertar e, pela relação harmoniosa com o pai, confia-lhe o que se passa em seu íntimo. Assim é narrado: “dirigiu-se pois a ele, e abriu-lhe o mais recôndito interior de seu coração. Hendrichs já tinha, antes de ouvi-la, tudo adivinhado” (p. 31).

Almênio é um rapaz “magro, de longos cabelos louros caídos em cachos sobre seus ombros”(p. 29). Nascendo o amor também em Almênio, este passa a visitar a casa e a ter momentos de convívio com os moradores. O narrador, em certo momento da história, retrata o pensamento de Almênio relativo à família de Hendrichs: “Seria feliz, se unir-se pudesse, em laços sagrados e indissolúveis, a essa família nobre, honrada e sem a menor mancha do aviltado opróbrio” (p. 68). Esta família logo o considera um novo filho, dispensando-lhe o amor e o carinho próprios de uma relação dessa natureza.

Tanto entre o pai e Clarinda como entre estes e os demais habitantes do local, a língua usada pelos alemães no romance é o português padrão. Portanto, não é mencionado qualquer problema relativo à comunicação verbal entre as personagens em ação. O elemento lingüístico é, pois, um dos indicadores da integração imaginada pelo romancista da família imigrante à sociedade gaúcha.

Outro elemento a sugerir isso é a comida servida na casa de Hendrichs. Em certa ocasião, ocorre um almoço típico gaúcho: “(...) Clarinda punha o almoço sobre a mesa, que compunha-se de churrasco, de um frango ensopado, de algumas ervas, de abóbora com leite e do indispensável mate. Era uma refeição frugal, um alimento rio-grandense” (p.80). Também o mate, bebida tradicional dos gaúchos, é um hábito na casa. Clarinda o serve a Almênio na primeira visita que

este lhes faz. Diz o narrador que “ela obedecia aos usos do país hospitaleiro que recebera em seu seio sua exilada família” (p. 35).

Nessa família, a filha aprende dotes artísticos comumente repassados às moças de famílias mais refinadas, como o desenho e o bordado. Ao apresentar-se por esses meios ao futuro marido, Clarinda expõe uma leitura de importantes regiões e fatos históricos do Rio Grande do Sul na época. Dentre os quadros, há um desenho que representa a cidade de Porto Alegre submetida à Revolução Farroupilha, contendo a inscrição *Dia 15 de junho de 1836 – Reação contra os rebeldes*. Em outro encontra-se a vila de Rio Pardo, com seus rio Jacuí e rio Pardo, também em momento de guerra, quando, em 30 de abril de 1838 o exército brasileiro, comandado pelo marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto e pelos brigadeiros Calderon e Cunha, foi derrotado pelo exército republicano rio-grandense, que estava a mando do general Neto e do brigadeiro Bento Manoel Ribeiro. Outro mostra a cidade do Rio Grande, com seu porto, suas poucas ruas, a população e a igreja de São Pedro; ainda outro, incompleto, representa as Missões. Nisso está sugerida mais uma evidência de que os alemães, no modo de pensar do autor, interessavam-se, com empenho, pelas coisas daqui, valorizando-as e interpretando-as.

3.1.2 – Trabalho

Pelos discursos do velho Hendrich, a idéia de trabalho é relacionada à de dever. Como por exemplo, prestes a casar-se com Clarinda, Almênio, ainda na casa da noiva, recebe esta ordem: “Por ordem de Sua excelência, o Sr. General Comandante-em-Chefe do Exército, tem o corpo a meu comando de marchar para a fronteira, a fim de entrarmos em operação com as forças rebeldes; o que comunico a Vossa Mercê para apresentar-se quanto antes neste quartel e seguir o dito destino com a sua companhia”(p. 165).

Para se apresentar e lutar pelas tropas imperiais, que é o seu trabalho no momento, visto ser um capitão do exército, Almênio ouve estas palavras do alemão: “Todo homem está subordinado ao dever; e o dever do soldado lhe impõe a obrigação de correr imediatamente ao primeiro grito da pátria em perigo; aquele que não satisfaz o dever não tem jus aos privilégios e garantias que a ele seguem”(p. 166). A esse dever ficam submetidas outras vontades e até mesmo

o dever de família, ao qual assim se refere o Hendrichs: “A família está contida na pátria!”(p. 166), que quer dizer, naquelas circunstâncias, no trabalho.

Essa vinculação do dever (trabalho) ao chamado do exército pode ser entendida como um elemento que caracteriza a construção da personagem Hendrichs, porque é oriunda de um Estado germânico (Prússia) no qual o exército era forte e bem constituído, e, ainda, participava da nobreza, a quem o exército servia.

Não há maiores referências ao trabalho alemão no romance. A família Hendrichs vive no povoado, onde cultivava uma horta para uso próprio. Não são apresentados nem como colonos nem como artesãos, as categorias que mais se sobressaíram dentre os primeiros imigrantes alemães que se fixaram em São Leopoldo.

3.1.3 - Religião

O casamento de Clarinda com Almênio fornece-nos a informação de que a família alemã segue a religião católica. É o vigário da vara de Porto Alegre, cônego Thomé Luiz de Sousa, quem dá a licença, em nome do Juízo Eclesiástico, para os dois se casarem. No contexto histórico da época, em São Leopoldo isso era uma exceção, pois a religião mais seguida pelos imigrantes germânicos era o protestantismo.

Num dos quadros feitos por Clarinda, mostrado ao noivo em sua casa, está a pequena cidade de Rio Grande, com sua praia, navios, muitas pessoas circulando e a igreja de São Pedro, de onde sai uma família, “mostrando em suas faces a mais pura hospitalidade que caracteriza os bons habitantes deste lugar e os torna amados de todos os estrangeiros”(p. 163). Podemos perceber que essas características atribuídas aos habitantes rio-grandenses representados ligam-se à prática da fé católica, segundo a leitura da personagem Clarinda, que as fixa em seu trabalho artístico.

Uma cena de devoção acontece quando Almênio sai da casa do velho Hendrichs para cumprir ordens do Exército Imperial de lutar na fronteira contra os farroupilhas. Então, a jovem alemã ajoelha-se em frente a uma imagem de Jesus Cristo crucificado, faz preces e chora, no que é acompanhada pelo seu pai. O comportamento pio reflete-se na postura familiar que orientava a

vida desses imigrantes, sempre dedicados um ao outro, convivendo em harmonia e cultivando um clima de respeito e apoio mútuos.

Aos de fora também são dispensadas essas atitudes, na medida em que são bem recebidos os que chegam àquela casa; mesmo quando o visitante demonstra não ter caráter, o velho Hendrichs, ainda que seja de seu direito praticar algum ato de justiça, apela à religião para que conceda ao aventureiro um castigo merecido. Assim o faz quando Francisco, conhecido homem de má fé para com as famílias e, principalmente, com as moças, entra na casa dos alemães e passa a ser cortesmente tratado, até que Ávila, o amigo da família, chega para uma visita de domingo, encontra-o e expulsa-o dali à força, como castigo à audácia do famoso aproveitador. Então, o velho Hendrichs: “- Deixai-o ir em paz e Deus que o julgue!” (p. 168).

O casamento dos jovens alemães Rosinha e Teodoro também é realizado segundo os rituais da religião católica, sob as bênçãos de um padre, como nos informa o narrador: “Eram dez horas do dia, depois da missa de Domingo, quando o Reverendo Pároco lançou a benção nupcial aos dois noivos. Rosinha suspirou neste momento profundamente e Teodoro cheio de alegria levantou-se para abraçar sua esposa como se não acreditasse na felicidade que tinha, como se temesse que a realidade lhe fugisse” (p. 156).

Como aparece num dos fragmentos do romance copiados no próximo item deste capítulo, que tratará dos espaços e deslocamentos, existiam em São Leopoldo, além da igreja católica, que é a referência de fé das personagens, duas casas onde se realizavam os cultos protestantes. De fato, na época do Império os protestantes só podiam realizar seus cultos e outras cerimônias religiosas em casas particulares, não em templos como os que havia em seus reinos germânicos de origem. Essas casas não podiam ter nenhuma sinalização de igreja (torre, sino, cruz), nenhum sinal externo de lugar de culto, o que era reservado à Igreja Católica. Tal determinação estava expressa na Constituição imperial, como explica Telmo Lauro Muller (1998, p. 246), que também transcreve o artigo da lei disciplinadora:

Antes de 1824 toda a Província professa a religião católica, a religião oficial estatuída no artigo 5º da Constituição Imperial de 25 de março de 1824: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casa para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. Com esse artigo já foi confrontada a primeira leva de imigrantes, porque, dos 39 componentes 33 eram evangélicos.

Nenhuma personagem é protestante, ou seja, o catolicismo orienta a sua vida espiritual. Nesse sentido, seguem a oficialidade religiosa do país que os recebeu, sendo esse mais um dos elementos que os distanciam de conflitos com os luso-brasileiros. Além disso, a piedade com que agem no dia-a-dia fá-los bons e amigos de todos.

3.1.4 - Espaço e deslocamento

Os espaços principais onde os fatos narrados acontecem são em São Leopoldo e Porto Alegre, havendo deslocamentos para Viamão, Passo da Cavalhada e Belém Velho. No entanto, o espaço onde os alemães estão ambientados é apenas São Leopoldo.

Na primeira referência aos alemães há a apresentação realista de um espaço, a rua do Paço, onde havia um açougueiro chamado Werner. O narrador, no dia 10 de fevereiro de 1832, ao final da tarde, acompanha Rosinha, jovem alemã, até a vila: “No dia 10 de fevereiro de 1832, quando o sol declinava em sua marcha, vi a bela Rosinha, e acompanhei-a até São Leopoldo, onde morava, na Rua do Paço, de frente de um açougueiro chamado Werner” (p. 30).

Caldre e Fião inclui em seu discurso a explicação sobre a criação de São Leopoldo, retomando a história do local onde se fixaram, em 1824, os 38 alemães que deram início ao processo de colonização da província do Rio Grande de São Pedro, assistida, então, pelo governo imperial. O lugar chamava-se “Feitoria do Linho-Cânhamo”, mas, com a destinação das terras aos recém-chegados da Alemanha, passa a se chamar “colônia alemã de São Leopoldo”, por determinação do imperador dom Pedro I e em homenagem à imperatriz dona Leopoldina, sua esposa. O autor assim descreve a colônia:

Na margem oposta em que ela está assentada começam as habitações dos colonos alemães que, estendendo-se por uma vasta porção de terreno, vai terminar na encosta da serra geral e para as bandas do Fachinal e Pinhal, tomando o nome de Colônia de São Leopoldo. As línguas alemã e portuguesa são faladas simultaneamente até pela baixa classe do povo. Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana; duas escolas alemãs, uma das quais freqüentei pelo curto espaço de dois meses; e uma aula nacional. A indústria alemã, aí levada pelos colonos, prospera sem entraves, no meio de uma liberdade constante que é partilha dos brasileiros e que a ele bafeja agradavelmente. A agricultura, essa primeira mãe da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos estados novos, é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns dos colonos, expatriados de sua terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência; conversei com muitos que conheciam de perto as ciências físicas, as

matemáticas, a história natural, as ciências morais e muitas aplicações desses conhecimentos abstratos aos usos da vida, como, por exemplo, um que tão bem me desenvolveu a causa da elasticidade dos gases e de sua aplicação às máquinas de navegação e outros princípios da mecânica que me maravilhou a ponto de acreditar ser ele, como apregoavam, filho de um conde alemão, cujo nome é bem conhecido nos gabinetes políticos da Europa (p. 153).

Essa descrição pormenorizada ainda inclui a localização geográfica da vila, à margem do rio dos Sinos, quinze léguas acima da boca que o deságua no Guaíba. Suas casas são de estilo gótico, possui uma pequena igreja católica (notemos a referência ao espaço usado pelos protestantes, as casas, como mencionei no item anterior: “Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana”). Não há edifícios públicos e São Leopoldo caracteriza-se pela simplicidade e alegria.

Num dos momentos da narrativa em que o autor se preocupa mais com o real do que com a ficção, confirmando o caráter didático que convive com a imaginação na história construída, Caldre e Fião faz uma nota de rodapé (p. 153) para acrescentar dados referentes a São Leopoldo: “Esta povoação foi elevada à categoria de vila em virtude da lei provincial nº 4 do 1 de abril de 1846, cujo Projeto foi apresentado sob nº 7 à Assembléia Provincial desse mesmo ano, assinado pelos deputados – J. Rodrigues Fagundes, Dr. Luís da Silva Flores, Patrício Corrêa da Câmara, Manoel José de Freitas Travassos Filho, Jacintho da Silva Lima, Oliveira Bello, João Capistrano de Miranda e Castro, Ignacio Joaquim de Paiva Freire de Andrade.”

Como mencionei no início deste capítulo, a existência de tantas notas do autor a explicar o mundo real sobre o qual ele assentou a história imaginada revela que *A divina pastora* é uma forma imatura de romance do ponto de vista da fidelidade histórica. Há uma indistinção entre ficção e jornalismo ou texto informativo, algo eloqüente da sua condição, da maturidade ou imaturidade do sistema, da recepção.

Na vila enfocada no romance mora a família Hendrichs, a principal de origem alemã representada nesta narrativa, para a qual Almênio se dirige quando ainda guerreiro farroupilha e, adormecido, é encontrado pela jovem Clarinda próximo do moinho. Acolhido na casa do velho alemão, este o convida a repousar e esconder-se de um grupo de caramurus - soldados do imperador.

A casa fica no topo de um grande morro e parece ser simples, como seus moradores. É pequena e tem uma laranjeira e uma horta, “onde couves, alfaces e ervilhas recebiam a pequena cultura de seus habitantes’ (p. 34). Nada ali excede ao necessário, representando a sobriedade do

estrangeiro que acompanha a colonização alemã. Os móveis também são simples e mostram um gosto diferente, esquisito. Chamam a atenção dos que ali entram a boa ordem dos objetos e o asseio do lugar.

O lugar dos imigrantes fica, como vimos, restrito a São Leopoldo, que se apresenta com a arquitetura e a organização dadas pela cultura dos alemães. A atmosfera que por ali paira, no entanto, não é um exclusivismo dos estrangeiros, pois suas relações são construídas com os luso-brasileiros e os modos de ser de ambas as etnias se aproximam e se harmonizam.

Tramontini (2003) apresenta dados referentes à povoação de São Leopoldo na década de 1830, os quais indicam que uma parte significativa da população era formada de luso-brasileiros. Do ofício que o piloto Miguel Gonçalves dos Santos envia ao presidente da província em 1833, quando lá está trabalhando na medição e coordenação do arruamento da povoação, retira a informação de que São Leopoldo contava “com 108 casas brasileiras, das quais 86 estavam arruadas e 22 eram dispersas, e 113 casas de alemães, com 90 arruadas e 23 dispersas, possuía ainda uma igreja católica e outra protestante, oficinas com muito bons mestres, na povoação, e bons lavradores, na colônia. Chamam atenção os dados que afirmam ser expressiva, na povoação, a população de nacionais” (p. 208).

3.1.5 - Contatos

O contato dos alemães com as pessoas originárias do local é revelador de integração harmoniosa, visto que são corteses, admiradores dos comportamentos dos outros e desprovidos de preconceitos. No reencontro de Almênio e Clarinda observamos isso: “Clarinda apenas viu que os dois cavaleiros se tinham apeado junto à sua casa e reconheceu Almênio, correu para ele e precipitou-se em seus braços, apertou-o com efusão de ternura e deu-lhe um beijo na face” (p. 157).

O pai de Clarinda, Hendrichs, caracterizado como um generoso ancião, não cultivava nenhum preconceito em relação ao brasileiro Almênio, fazendo questão que sua amada filha se case com ele: “- Meu pai me ensinou a amar-vos. (...). Ele me assegurou que havíeis de ser meu marido” (p. 157). O próprio Hendrichs, aproximando-se dos dois que estão abraçados, diz: “ – Meus filhos! (...). Deus vos lance a sua santa bênção! Deus vos guie à virtude que unicamente faz

a felicidade da gente! Vinde para o nosso teto que ansioso vos espera, porque ele se tem acostumado a ouvir os vossos nomes ligados um com o outro! Vinde, meus filhos! Minha testa enrugada se expande pela alegria que me causa a vossa felicidade” (p. 157-158).

Assim, o casamento de Clarinda com Almênio, um brasileiro, é motivo de completa felicidade para a família alemã. Na casa de Bernardo, pai do noivo, ocorre a festa, que dura três dias e para a qual é convidada toda a vizinhança, incluindo na comemoração uma forma típica do gaúcho se divertir: um fandango, proporcionando, assim, grande alegria a todos. Todos se alegravam com Clarinda, “a inocente menina filha do velho Hendrichs, que neste dia solene havia dado a mão de esposa ao generoso Almênio” (p. 206). Almênio, por sua vez, “era feliz havendo realizado o pensamento mais nobre de sua alma, isto é, casando com a interessante Clarinda”(p. 206).

Clarinda é uma mulher virtuosa, inocente, terna, caridosa. Com esses atributos, seus contatos são sempre amigáveis, seja ao receber amigos, seja ao colocar-se ao lado de Edélia, que sofre na solidão por não ter se casado com Almênio.

Com Edélia constrói fortes laços de amizade, a ponto de visitá-la, com o marido e a filha, na aldeia onde passara a morar depois de se decidir pela reclusão em virtude da não-realização no amor. Chega a inventar, juntamente com Almênio, uma festa de aniversário para Edélia, para a qual todos da aldeia são convidados, até mesmo o sacerdote, que reza missa para a aniversariante. Nessa ocasião, Clarinda distribui “chitas e algodões tecidos para roupa, ajuntando em nome de sua filhinha brincos, lenços de seda e muitos objetos miúdos às raparigas e outros aos rapazes”(p. 231). Isso tudo recebem os pobres da aldeia, num gesto caridoso da alemã.

Edélia reconhece em Clarinda a sua melhor amiga e do velho Hendrichs recebe também muita atenção. Este, numa atitude típica de quem se sente familiar, visita-a na aldeia. Vendo todas as obras que Edélia faz no local, tanto de estrutura quanto de caridade, diz-lhe: “- deus vos recompense, minha menina, por todos os vossos atos... Ele há de recompensar-vos... Há de lançar-vos a sua infinita e misericordiosa benção...”(p. 232). Filha e pai, assim desprendidos de interesses, demonstram ser exemplos de pessoas regradas pela sinceridade, humildade e altruísmo, guiadas por uma forte religiosidade que as leva a se empenharem a estar em conformidade de sentimentos com os outros.

Rosinha é outra alemã moradora de São Leopoldo, que vem a nutrir também amor por Almênio. Ela espera “dois anos, cinco meses e dois dias! Tanto te esperei! Pensei que não

voltasses!” (p. 154), mas não se revolta diante da opção do gaúcho de casar-se com outra sua patrícia. Mostra-se compreensiva e deseja o bem do casal. Esta jovem alemã também é virtuosa e sua família deseja que se case com um moço alemão de sua aldeia. Como Almênio se casaria com Clarinda, Rosinha aceita o apelo dos pais e casa-se com Teodoro. A festa realiza-se na casa do alemão Asmus.

O sobrenome Asmus faz referência direta a pessoas que de fato existiram na colônia. Carlos Henrique Hunsche, em seu livro *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*, registra que chegou a São Leopoldo em dezembro de 1825, avulso, João Frederico Asmus, que fora chamado para ser soldado do Império, mas foi recusado para o serviço militar. Então, servira como voluntário na Guerra Cisplatina em 1825.

A família do velho Hendrichs é amiga também dos Ávila, uma tradicional família de portugueses. O jovem Ávila é quem providencia a documentação para o casamento de Clarinda: “- Estão dadas as justificações, acudiu Almênio, o nosso amigo Ávila de tudo se encarregou, durante o tempo que esteve em Porto Alegre; eu fui esperá-lo perto da cidade e, quando veio, tudo trazia pronto”(p. 161). Chega à residência dos alemães em companhia de Almênio, quando este fica noivo de Clarinda. A confiança que se estabelece entre Ávila e os Hendrichs é tamanha que este faz visitas, a pedido insistente de Clarinda, à família enquanto Almênio permanece lutando com as tropas imperiais, para as quais tinha sido convocado no momento em que acertava o casamento com Clarinda: “Vinde, senhor Ávila, disse Clarinda, tornar menos amarga a longa ausência do virtuoso Almênio” (p. 166). Numa dessas visitas de domingo, surpreende o covarde Francisco, que chegara à casa dos Hendrichs com a intenção de se aproximar como amigo mas aproveitar-se da jovem filha, como já o fizera com tantas outras famílias. Dessa forma, Ávila passa a cuidar da habitação de Clarinda.

O velho Hendrichs mantém bom relacionamento com o velho Ávila, pai do jovem Ávila; com o velho Lessa, antigo conhecido de Almênio; com Paulo, pai de Edélia, e com Bernardo, pai de Almênio, todos senhores de famílias tradicionais luso-brasileiras da região de Porto Alegre. Após a festa de casamento de sua filha, estes permanecem juntos, na casa de Bernardo, por mais alguns dias. Numa ocasião em que passeiam no campo, decidem fazer algo para simbolizar a sólida amizade que existe entre eles. É o alemão que sugere, para tanto, plantar árvores, e assim o fazem, dando ao local plantado o nome de “Pomar da Amizade” e, à estrada que conduz a casa, “Caminho dos Amigos”.

Se houve intenção do autor de representar a hostilidade a que o mundo real, possivelmente, assistia entre o estrangeiro e o nativo, ele julgou por bem distanciar o fato do enredo principal, fazendo aparecer como um caso destes “que se conta por aí”. Dessa forma, por meio de um outro discurso é formulado um conceito negativo sobre o alemão, ficando subentendidas as idéias de grosseria, de não-familiaridade com os costumes e códigos dos estancieiros gaúchos. Trata-se da história contada por Almênio do menino de nove anos que entra nas terras de um alemão e é por este castigado:

- Se o víssemos, continuou Almênio, nós que somos Rio-Grandenses compreendê-lo-íamos e o respeitá-íamos; mas um estrangeiro!... Oh! Um estrangeiro não o podia compreender. Ele estava a serviço de um seu parente e, no empenho de recolher-lhe o gado que se derramava na extensão das planícies e matas, esforçava-se com o maior zelo em cumprir a sua missão. Um dia atravessou além dos marcos de divisa do campo de seu amo e penetrou na estância de um alemão. (...) O alemão estranhou-lhe um ato bem indiferente entre nós que jamais suscitaria uma dúvida entre estancieiros da nossa nação. (...), mandou amarrá-lo pois a uma árvore e deu-lhe nove vergalhadas. (p. 109)

Como vemos, é uma diferença de culturas que o autor não se esquece de representar, algo inerente a uma sociedade partilhada por nativos e estrangeiros. No entanto, são os aspectos relativos ao que não difere, mas que se soma à formação dessa sociedade, que recebem a atenção principal no enredo.

3.2 – Frida Meyer

Frida recapitulava a sua existência e previa-a agora mais áspera e árdua.

Vivaldo Coaracy

Frida Meyer, obra de Vivaldo Coaracy, conta uma história sobre alemães moradores de Porto Alegre, cuja publicação se deu em 1924, o ano do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Pelo que sabemos, foi o único romance que, na ocasião, abordou a temática da presença alemã no estado. Curiosamente, o autor não tinha origem gaúcha. Era do Rio de Janeiro, onde nascera em 1882, e veio para Porto Alegre em 1905, depois de ter frequentado a Escola Militar, aqui permanecendo por quinze anos. Seu interesse era trabalhar no sul, ganhar a vida.

Em Porto Alegre, conviveu de forma próxima com o núcleo teuto-gaúcho: “Eu tivera ocasião, por circunstâncias especiais, de manter contato direto com aquele meio, de conhecê-lo de perto, de observar pelo avesso muitos de seus aspectos” (COARACY, 1962, p. 190). As fortes impressões que essa convivência lhe deixou na memória levariam-no, mais tarde, a tomar a sociedade germânica que conhecera na capital como assunto de sua ficção. Disse ele: “Possuía todos os elementos para construir o romance que imaginara. (...). Foi assim que nasceu *Frida Meyer*” (COARACY, 1962, p. 190).

O que lemos em *Frida Meyer* é, efetivamente, a subjetividade criada com base na observação direta que o escritor fez do real, como ele mesmo testemunha:

Sou dotado, felizmente, de faculdade de observação fotográfica e possuo boa memória. O cenário material eu o tinha bem presente. Os personagens, criei-os fundindo num só as características, que não fossem incompatíveis, de dois ou três indivíduos reais; o entrecho, formei-o coordenando em cadeia episódios distintos, casos esporádicos. A isto se limitou o trabalho de imaginação, porque minha fantasia criadora é fraca. Aproveitei a oportunidade para inserir observações pessoais, minhas, sobre essa peculiar sociedade teuta da capital rio-grandense. (COARACY, 1962, p. 190).

O romance foi escrito e editado, mas não circulou entre a população. Não obteve nenhum êxito, nem alcançou repercussão, confessa Coaracy (1962). Foi publicado pela editora do Monteiro Lobato às vésperas da falência da empresa, o que se constituiria na causa do aniquilamento do projeto literário de Coaracy, como ele mesmo explica:

O meu romance foi, creio, a última publicação da Editora Monteiro Lobato antes da falência em que submergiu a empresa. O trabalho nem chegou a ser lançado propriamente no mercado. A quase totalidade da edição foi arrolada entre os bens da massa falida (...). Além disso, era livro de autor desconhecido. O seu desaparecimento em meio do fragor da falência sensacional passou despercebido. A crítica dele não tomou conhecimento. Apenas Sud Menucci, em rodapé do *Estado de São Paulo*, dele se ocupou muito favoravelmente, apontando-lhe qualidades. Caiu sobre a obra um silêncio sepulcral e a edição desapareceu não sei como. Muitos anos mais tarde, por acaso, no Rio de Janeiro, descobri meia dúzia de exemplares, já puídos pelo tempo, numa liquidação de alcaides da Livraria Freitas Bastos. Comprei-os (COARACY, 1962, p. 192-193).

Depois disso, houve apenas mais uma manifestação de interesse pelo romance, de parte de uma editora paulista, que procurou Coaracy e expôs o desejo de reeditar a obra, a qual faria parte de uma de suas coleções. No entanto, quando o escritor já havia preparado os originais para o novo trabalho, a editora comunicou-lhe que havia decidido incluir na coleção somente obras inéditas (COARACY, 1962). Por esses fatos, *Frida Meyer* foi uma aventura terminada em naufrágio, analisa o escritor. Apesar da reduzida circulação, um e outro exemplares de *Frida Meyer* ainda existem. Seria um romance quase desconhecido não fossem algumas poucas pessoas o terem lido.

O tema abordado na obra eram fatos e modos de vida que ainda, até as primeiras décadas do século XX, não haviam sido incluídos com assiduidade na historiografia, apresentando-se, então, como ineditismo na literatura gaúcha. A respeito, há o próprio testemunho de Coaracy afirmando não conhecer outra obra sobre a sociedade germânica de Porto Alegre que antecedesse a sua. Eram, portanto, senão ausentes, esparsas as representações da etnia alemã povoando o imaginário gaúcho formado pela escrita artística.

Cronologicamente, pelas informações que obtive, *Frida Meyer* é o segundo romance da história da literatura sul-rio-grandense a narrar acontecimentos imaginários de alemães, antecedido, como vimos, por *A divina pastora*. Diferencia-se deste seu antecessor por focar personagens de origem alemã, com suas ações, seus modos de ser e de agir, na centralidade do enredo. Nesse sentido, Caldre e Fião fez a personagem feminina alemã se destacar pelo

relacionamento amoroso com um nativo, numa história sobre gaúchos, ao passo que Vivaldo Coaracy salienta a personagem masculina nativa pelo relacionamento amoroso com uma estrangeira, numa história sobre alemães. Temos, então, entre os dois primeiros autores a tratar da temática uma inversão de papéis exercidos pelas personagens representativas do nacional e do estrangeiro, com uma bem definida focalização praticada pelo segundo no que se refere à construção de uma imagem do universo urbano alemão no estado.

Além disso, *Frida Meyer*, da mesma forma que *A divina pastora*, é um romance sobre o presente, já que, escrito em 1924, trata sobre poucos anos antes.

A análise deste romance apresentará uma diferença em relação às análises dos demais romances deste estudo. Na leitura que fiz de *Frida Meyer* não encontrei referências à religião das personagens, razão por que a categoria “Religião” não será trabalhada. Para refletir sobre esta ausência, formulo duas hipóteses que podem explicar o fato de Vivaldo Coaracy não se preocupar em inserir sua história e personagens no universo religioso – católico ou protestante - que circundava os alemães na capital. Apresento simplesmente tais hipóteses, sem optar por uma ou outra como a mais provável de ser a razão real do fato, pois, até o momento, não tenho elementos precisos que me possibilitem definições.

A primeira hipótese surge das relações pessoais e profissionais que Vivaldo Coaracy estabeleceu no sul. Ele foi professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 10 de agosto de 1896, na qual foi expressiva a participação da elite germânica da capital, desde a criação até a formação do corpo docente e do grupo de técnicos.²³ Dentre seus colegas de trabalho, ele cita professores alemães: João Ferlini, João Lüderitz, Diógenes Tourinho, Luís Englert, Alfredo Wiltgen, Manuel Itaquy, Adolfo Stern, Egydio Hervé, Hans Goetze, Jorge Porto, Pereira Neto, Coussirat de Aajújo, Rasmussen, Celeste Gobbato, Pita Pinheiro, Pereira Parobé e João Simplício (COARACY, 1962, p. 147).

²³ Gertz (2002) explica que a presença alemã na criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre vai além da participação de fundadores com sobrenomes alemães (Miller/Müller). Ela está nítida no delineamento da característica educacional da instituição, que foi pensada “uma escola prática, inserida no contexto social circundante” (GERTZ, 2002, p. 152). Essa definição veio do modelo da Technische Hochschule alemã e de algumas referências norte-americanas. Nas primeiras décadas que se seguiram à sua fundação (1896), a educação que nela se desenvolveu contou com a atuação de vários técnicos e professores alemães, especialmente convidados para melhor colocar em prática o tipo de escola pelo qual se havia optado. Além disso, a instituição enviou professores à Alemanha para estudar o ensino naquele país. Não só no ensino, mas também na administração da Escola encontramos sobrenomes alemães. O Conselho Escolar que atuava em 1908 contava com a participação de 36 membros, dos quais quatro eram de sobrenomes alemães. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi considerada, pelo menos até 1930, “a mais germânica das unidades de ensino superior que mais tarde vieram a compor a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.” (GERTZ, 2002, p. 159).

O grupo da Engenharia, segundo os estudos de René Gertz, especialmente em *O aviador e o carroceiro* (2002), era um centro positivista e de protestantes. São vários os nomes alemães que o autor relaciona e identifica como luteranos. Esses homens protestantes eram, provavelmente, mais ou menos crentes ou fiéis²⁴, ou, dito de outra maneira, eram pouco protestantes. Então, possivelmente, Coaracy ignorou em seu romance tal questão porque não se discutia religiosidade nesse meio ao qual ele pertencia. A Igreja a que se ligavam era vista mais como uma instância de sociabilidade do que como uma instituição de exercício e aprofundamento da fé. Além disso, a elite protestante – pensamos que eram da elite os que atuavam na Engenharia - era filiada à loja maçônica de Porto Alegre. Nesse sentido, a opção do autor é pertinente e justifica-se uma vez que o mundo onde ele convivia não era um mundo religioso, apesar de ser um mundo germânico-protestante.

A outra hipótese diz respeito ao momento histórico da vivência da religião por parte dos alemães e às relações da religião com as ações governamentais e populacionais contrárias à etnia que vigentes na época em que se passa a história do romance, que é da Primeira Guerra Mundial. Pode ser que no ambiente social no qual Coaracy se inseria (ambiente germânico) não lhe surgiram propósitos definidos para expor uma visão sobre a religião dos alemães no Rio Grande do Sul. Acontece que uma das características da religião era estar atrelada à política e ser praticada como uma das principais fontes de cultivo da germanidade; por isso, passara a ser uma instância vigiada pelas autoridades gaúchas durante a guerra.

Embora a história tenha registrado um certo isolamento religioso nos núcleos coloniais nas primeiras décadas da colonização, atribuído à insuficiência de líderes religiosos oficiais (pastores e padres), nas primeiras décadas do século XX, tendo em vista o grande número de alemães instalados no Rio Grande do Sul, a religião fortaleceu-se e buscou atuar de forma mais incisiva junto às comunidades para alimentar a fé dos imigrantes e seus descendentes, buscando mantê-las firmes nos preceitos elaborados pelas doutrinas das Igrejas a que pertenciam, que eram a Luterana e a Católica, e defender a vivência da germanidade.

No caso da Luterana, esse papel se revela na atenção que a pátria-mãe, através de sua Igreja forte e que desejava crescer mais, dispensava aos seus cidadãos que aqui estavam instalados: por longo tempo, todos os pastores com formação teológica vinham da Alemanha e eram remunerados com recursos de instituições eclesiásticas de lá. Muito do crescimento e da

²⁴ No livro *Protestantismo no sul do Brasil*, de Carlos Henrique Hunsche, também encontramos dados e reflexões sobre a Igreja Evangélica de Porto Alegre.

organização dessa religião esteve vinculado a uma entidade fundada pelo pastor Wilhelm Rotermund em 1886, a qual se chamou Sínodo Riograndense. Segundo Gertz (2002, p. 20), o Sínodo “veio a tornar-se, por muitos anos, a organização eclesiástica que congregou a maior parte dos luteranos do Rio Grande do Sul, e que em 1949 se associou a sínodos de outros estados brasileiros, na Federação Sinodal, denominada desde 1952 Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; em 1968, os sínodos se fundiram, definitivamente, numa só igreja nacional brasileira luterana, com o mesmo nome (IECLB).”

Na época da I Guerra Mundial, quando as Igrejas Luteranas já estavam amplamente fortalecidas no estado, os pastores tiveram de atuar sob o controle das autoridades brasileiras às comunidades luteranas. O fato de todos os pastores serem alemães reforçou a perseguição, como também fortificou a prática da doutrina luterana que inter-relacionava evangelho e germanidade.

A religião dos teutos apresentava-se como um caminho para a conservação da germanidade, meta essencial a quem era de sangue alemão, segundo muitos líderes das comunidades. Gertz (2002, p. 30) relata que “Rotermund²⁵, por exemplo, defendia uma vinculação inseparável, condicionando uma existência recíproca, entre igreja e germanidade. Segundo o religioso, “abandonando a germanidade, começando a usar a língua portuguesa na família, os membros das comunidades se perdem para a igreja evangélica; deixando de ser evangélico, negligenciando a igreja, sua germanidade também desmorona” (apud GERTZ, 2002, p. 30).

Aos olhos dos brasileiros em geral e mesmo de parte do governo, os alemães eram articulados e influentes o suficiente para exercerem domínio sobre os demais e reverter qualquer situação a seu favor. Assim, em razão de um bem arraigado pensamento suspeito em relação a essa etnia, especialmente aos grupos de luteranos, como lembra Gertz (2002), pois que se faziam ainda mais diferentes e enigmáticos ao se orientarem na fé com outros princípios que não os da religião oficial do país, a Católica, instalou-se um processo de vigia e espionagem por parte do

²⁵ Wilhelm Rotermund – Estudou teologia e atuou como professor na Alemanha. Secretário do Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil, “uma instituição surgida no contexto de um movimento de reavivamento das associações protestantes alemães” (GERTZ, 2002, p.28), decidiu vir para o Brasil e atuar junto aos imigrantes e descendentes. O presidente do Comitê “recomendou que ele se doutorasse antes de fazer a viagem, pois o título de doutor lhe conferiria maior autoridade em seu trabalho no Brasil” (p. 29). Já doutor, viajou para o Brasil com a incumbência de assumir o pastorado na comunidade evangélica de São Leopoldo. Aqui desenvolveu longo e conseqüente trabalho pastoral até 1925, quando faleceu. Fundou o conhecido Sínodo Riograndense em 1886, “que veio a tornar-se, por muitos anos, a organização eclesiástica que congregou a maior parte dos luteranos do Rio Grande do Sul, e que em 1949 se associou a sínodos de outros estados brasileiros, na Federação Sinodal, denominada desde 1952 Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil” (p. 29).

Exército Brasileiro na época da I Guerra Mundial. Uma das atitudes tomadas foi designar oficiais para que, disfarçados, viajassem pelo interior do Rio Grande do Sul, conhecessem a prática das alemães em todas as instâncias para, com base nisso, serem planejadas ações de repressão ao germanismo. O temor era de um levante, visto que os alemães se apresentavam, por óbvio, cordatos com as ações de sua pátria-mãe, orgulhando-se publicamente dela. Um dos que andaram entre os alemães a pesquisar foi o

coronel Amaro de A. Villanova, oficial da artilharia, que fizera curso em Erfurt, na Alemanha, ajudante-de-ordens do general Mesquita, comandante da 7ª região militar, que abrangia os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Era loiro, falava fluentemente alemão, e assim se fez passar por caixeiro-viajante em sua missão pelo interior do estado. Em seu relatório, datado de 20 de fevereiro de 1918, afirmou que todos os teutos eram fanaticamente pró-Alemanha, mas não acreditava num levante, porque, apesar dessa postura ideal, eram todos muito egoístas e pensavam basicamente só em ganhar dinheiro; em segundo lugar, eram muito inteligentes e saberiam muito bem que, se tentassem um levante, seriam massacrados – qualquer tentativa de rebelião daria lugar a uma terrível carnificina, onde eles seriam fatalmente liquidados (GERTZ, 2002, p.31).

Rotermund propagava: “Nós cristãos evangélicos alemães só podemos evitar o destino de sermos pisoteados por concidadãos de outra origem na medida em que mantivermos a pureza de nosso sangue e nos ativermos ao Evangelho.” (apud GERTZ, 2002, p. 33).²⁶ Etnia e luteranismo eram instâncias associadas na organização social dos indivíduos e procuravam garantir a união, a sobrevivência e a permanência das comunidades. Daí também advêm causas da segregação da população teuta denunciada muitas vezes, como a história não deixou de apontar e a literatura, de espelhar.

3.2.1 - Família

Histórias sobre filhos que, por certos comportamentos dos pais, adversos a um conceito tradicional corrente de hierarquia familiar e de responsabilidade no sustento dos membros da família, são levados a assumir a manutenção do lar, financeira e afetivamente, já foram tantas vezes contadas. Mais uma destas está na vida pensada por Coaracy para a jovem Frida Meyer, a personagem principal do romance.

²⁶ Gertz cita Dohms, “Rotermund und die neuere kirchliche Entwicklung in Rio Grande do Sul”, p. 151.

O autor contempla uma vivência dessa ordem, que envolve uma família de origem alemã moradora de Porto Alegre, nos arredores da praça Quinze de Novembro, nas primeiras décadas do século XX. Representa as conseqüências disso na vida de uma moça que se percebe como a única do núcleo familiar a fazer algo concreto visando a obter dinheiro para prover as despesas da casa.

É uma família que se formara sendo proprietária de casa comercial num dos pólos mais importantes dos negócios de alemães, o Caminho Novo, no ramo de fazendas. Havia sido herança da mãe, o que indica que a família pertencera à burguesia alemã da capital, a qual liderava o comércio e a indústria local. Porém, passa por um processo de desagregamento, o qual se acentua depois da morte da mãe. Falidos, pai e filho empregam-se como funcionários nas firmas de seus compatriotas, e a filha, a protagonista da história, obtém algum dinheiro com o aluguel de três quartos da residência, negócio substituído, mais tarde, pelo relacionamento com um amante, que lhe dá o dinheiro necessário para as suas despesas e as da família. Nessas circunstâncias, o declínio financeiro é acompanhado por uma mudança de valores familiares.

Frida é a filha mais velha do casal Meyer, tendo Ernesto, Olga e Elsa como irmãos. “Desde pequenina vira-se sempre entre a figura silenciosa da mãe tristonha e o egoísmo feroz do pai violento e acre” (COARACY, 1924, p. 2)²⁷. Dessa mãe que externava sofrimentos sempre dependera a sobrevivência financeira da família, pois que a casa comercial de onde vinha o ganha-pão de todos era capital dela. O pai nunca construíra nada, apenas administrava a herança da esposa: “Mayer desposara-a por interesse, pela pequena fortuna que possuía. Tudo o que tinham era dela” (p. 3).

A mãe tivera uma vida de amarguras. Na família, coubera-lhe o papel de provedora e submissa, o que a levava ao “choro silencioso e triste” (p. 2), sempre mergulhada em mágoas. Energia de sua parte só surgia para impedir o marido de se desfazer da loja. Nesses momentos, protagonizava uma “oposição calma, mas tenaz e irredutível” (p. 3). Com a sua morte, os filhos, especialmente Frida, ficam a refletir sobre a existência da mãe e “a imagem que dela guardavam e que agora havia de permanecer pelo resto de suas existências era a duma mulher magra e pálida, sempre triste, criatura apagada que não sorria nunca, tibia e sem vontade, com explosões intermitentes de afeto pelos filhos, sem interesses na vida” (p.2).

²⁷ As citações do romance que seguem serão identificadas apenas pela página, uma vez que todas são retiradas do mesmo volume, qual seja, o que está sendo preparado por Luís Augusto Fischer e será a segunda edição da obra.

O pai é uma figura desprezível e incapaz de transmitir afeto aos seus, como nos sugerem as características gravadas no pensamento de Frida: “Sempre assim o conheceu, rude, autoritário, apagando toda a família diante da sua personalidade, despido de afetuosidades, temperamento azedado pelo meio doméstico, filhos que não desejara e que lhe haviam tratado sem ser chamados, como dizia calmo e brutal quando a ocasião se apresentava” (p. 2).

Sem a mãe, os filhos passam a sofrer ainda mais com o pai. Uma vez vendida a loja, este gasta seus dias em diversão, numa atitude egoísta de satisfazer-se ao invés de primar pelo bem-estar dos filhos. Com estes, mantém-se numa irritabilidade contínua: “era todo espinhos, mais rude e mais grosseiro, exigente e rixento, semeando de azedumes a alma da filha” (p.5).

O dinheiro que lhe resta só quer usá-lo para si “e todo apelo ao mesmo para a vida da família provocava nele erupções de cólera. Multiplicavam-se as recriminações, começando pela acusação de gastos exagerados e desperdícios e terminando sempre por perguntar até quando julgavam os filhos que era obrigação dele os sustentá-los. Que trabalhassem! Tratassem de ganhar a vida!...” (p. 5). O que em outro contexto poderia ser uma forma de educação, despertando a independência dos filhos, nesta narrativa, marcada por ações do pai que não são outras senão a prática de um descaso, de uma revolta íntima e de uma insatisfação com o meio, é a sugestão da troca de papéis no meio familiar e da irresponsabilidade paterna. Com um pai assim, dado a um aborrecimento constante, a filha vai se construindo a partir de suas possibilidades de lidar com as exigências diárias impostas pelas situações.

Nesse sentido, cresce em Frida o desejo de fugir àquela existência, e o casamento apresenta-se como a única saída. Diante da responsabilidade que toma para si, de garantir a sobrevivência da família, faz da residência um meio de ganhar dinheiro, uma casa para hóspedes, criando, assim, o seu próprio trabalho. Com isso, transforma-se na figura referencial da família Meyer.

Apesar de ser uma solução para as dificuldades financeiras de todos, o pai não lhe facilita os momentos iniciais da abertura do negócio: quer ser consultado, exige submissão da filha, numa clara imposição parcial do poder patriarcal. Como a filha não retrocede, ele “bufava, num afrontamento de indignação real, e desandou, em dramática tirada, uma série de recriminações sobre a ingratidão dos filhos e os desaforos que era obrigado, na sua idade, a ouvir duma filha sem respeito a quem tinha faltado em tempo o rigor de que era merecedora” (p. 6).

Frida não mais dá ouvidos ao mau humor do pai, pois urge-lhe criar melhores condições aos seus. Não tarda, pois, a aparecer o anúncio no *Correio do Povo*, divulgando que “família alemã, ‘de tratamento’, dispondo de alguns cômodos, lá pelas bandas da Independência, oferecia-se a aceitar como pensionistas dois ou três cavalheiros distintos” (p. 7).

A localização da residência dos Meyer numa região que, de fato, existe em Porto Alegre, a da avenida Independência, ambienta a história no espaço que foi povoado na realidade por famílias de origem alemã, conferindo maior veracidade à narrativa, que tem muito de romance realista documental.

Pouco tempo depois, a família Meyer passaria a conviver com três outras pessoas, um brasileiro, Henrique de Freitas, uma estrangeira, sem nacionalidade esclarecida, Mme. Servine, e um teuto-brasileiro, Germano Weiss. Este é agente de outra mudança na vida familiar da casa, o primeiro namoro de Frida. Diz o narrador que era “namoro franco, e à alemã, com intimidades grandes e disfarçadas sensualidades hipócritas, incompletas excitações de excessiva proximidade” (p. 10).

Por meio de Germano estão apresentados aqueles inúmeros teuto-brasileiros mencionados por Jean Roche (1969) que foram atraídos pela capital, saindo da colônia de seus pais alemães e, muitos com estudos e diplomas, desempenhando uma profissão na cidade. Como explica Luís Augusto Fischer em nota que se encontra na preparação da reedição do romance *Frida Meyer*, que está sendo preparada por ele, com a expressão *à alemã*,

o narrador diz, sem meias palavras, que o namoro à moda alemã é tipicamente mais permissivo do que o que se praticava no Brasil, entre as camadas educadas. Essa de fato foi uma impressão forte que a colonização alemã causou na América, provavelmente porque na experiência dos imigrantes havia muito maior igualdade entre homens e mulheres do que na experiência das populações luso-brasileiras (e latinas em geral), como o atesta o fato de que desde o século 16 as mulheres de língua alemã aprendiam a ler e escrever, direito este vetado às mulheres dos países latinos, em regra.

Na família de Frida Meyer fala-se a língua alemã tanto entre seus membros quanto com os seus patrícios. A língua portuguesa é buscada apenas em ocasiões especiais de comunicação com os brasileiros - especiais porque a região onde vivia era habitada quase que exclusivamente por alemães: a praça XV, em Porto Alegre

No interior da casa, com a presença de dois hóspedes de outras raças, a questão da língua é tratada com cuidado por Frida, como acontece numa ocasião em que ela e seu namorado

Germano conversam: “Foi por uma destas ocasiões que eles descobriram, com surpresa, que ela (Mme. Servine) não só compreendia como falava com fluência o alemão. Tomou-os de começo certo vexame, pensando em quanta frase comprometedora não teria apanhado; mas depois, como falar o idioma da raça era um passaporte, tornaram-se mais confiados e lhe entreabriram as portas da sua intimidade” (p. 12). Também fica claro que a família usa a língua de sua pátria-mãe e dispõe da portuguesa quando necessário numa passagem que indica uma decisão de Frida quanto à comunicação dentro de casa: “por uma cortesia para com Freitas que não falava alemão ela impusera a regra de só se conversar em português” (p. 18).

Frida deseja casar “e não ia embarcar em aventura de cujos resultados não estivesse segura: marido que lhe servisse houvera de ser um com energias capazes para vencer, com ambições que igualassem as suas, sem delicadezas que só representam tropeços” (p.12). Por isso, seu namoro é guiado mais pela razão; busca, sempre que conversa com Germano, descobrir seus projetos de vida, suas possibilidades de futuro promissor. Para ela, sair da família onde nascera e construir outra é projeto para ascender social e economicamente, não apenas para realizar-se no amor.

Com esse espírito mais racional do que afetivo, nota que Freitas a olha com certo interesse. Então, surge-lhe

no cérebro afeito aos cálculos e a encarar o lado proveitoso dos acontecimentos uma idéia que talvez já de tempo lá estivesse semeada aguardando a hora de germinar. Aquele seria outro e mais gordo pescado em sua rede; não mais um futuro hipotético vencedor, mas quem já o era, assente de maneira firme na vida, com posição e dinheiro. O sentimentalismo dos seus dezoito anos não era freio bastante para a fazer hesitar um momento entre ambos (p. 13).

Empenha-se, portanto, no exame das duas possibilidades, pois, apesar da comunidade de etnia e de afinidade que lhe inspira Germano, Freitas é rico.

A julgar pelas expectativas de Frida, o casamento é apresentado como uma instituição de interesse econômico para os alemães. Não só Frida pensa assim, mas os homens também, como vemos pela descrição que o narrador faz dos motivos que uniram Meyer à sua esposa. A mesma questão está na referência ao casal Lang feita por Grimm a Freitas quando este vê a Erna Lang pela primeira vez: “- O de direito está bem de ver que é o Lang. / --De Busch & Lang? / --Isso. Ela em solteira era a Erna Busch; o Lang casou com a casa” (p. 14).

Na família Meyer as coisas tomam jeito: três hóspedes aumentam a renda mensal, o pai resolve trabalhar, o irmão mantém-se no emprego, e ambos são solicitados a colaborar com uma quantia mínima para as necessidades domésticas. Diz o narrador: “Tudo ia bem e Frida andava satisfeita” (p. 17). Ocupa-lhe a mente, no entanto, a ânsia pelo casamento bem-sucedido. Numa ocasião, em seu salão de beleza, madame Servine, atenta aos movimentos de Frida em relação aos dois rapazes por quem cultivava interesse, tenta alertá-la para o “bom negócio” que fará se admitir um homem como Freitas em sua vida para ser amante, pois homens como ele não se casam. Diz a madame:

O Freitas não é mais criança; deve andar pelos trinta e cinco. É a boa idade; a idade de encontrar uma mulher para fazer dele o que ela quiser, exceto casar... e talvez até casar... Já se tem visto disso. Porque, Fräulein, todos eles um dia, encontram a Mulher; então pagam tudo por junto... O sonho de todas as moças, o seu também, é naturalmente achar um rapaz do tipo do seu irmão ou do Weiss, que case. Mas, creia o que lhe digo, si uma rapariga inteligente -- isto é condição essencial, muito inteligente -- tivesse coragem bastante para meter os pés em todos os preconceitos e escrúpulos e agarrar um homem desses no momento justo, na idade de que estou falando, daria o mais acertado passo da sua vida (p. 32).

Frida não sabe o que dizer no primeiro instante. “Tudo o que ouvira era tão oposto a quantos princípios e idéias tinham procurado lhe inculcar, era tão novo e tão estranho que se sentia tonta, como que num começo de vertigem. Percebia vagamente que alguma coisa no seu ser moral fora atacada de forma violenta nos próprios alicerces, alguma cousa estava em risco de ruir...” (p. 33). Servine confirma que sua fala é um alerta, para o bem da moça, e que na vida a única moral válida é vencer.

Em detrimento das razões do amor e da comunhão, interesse econômico, traição, leviandade, falta de virtude são algumas das características atribuídas a famílias teutas representadas. O casal Lang é um exemplo: com o casamento, veio a consolidação dos negócios do marido; a mulher, Erna, tem amantes; ele, que parece não se importar com isso, também é um declarado infiel, como sugere a cena do final de uma festa no Germânia, clube que faz parte dos espaços citados no romance e que existiu no mundo real, tendo sido criado pelos alemães endinheirados de Porto Alegre:

No vestiário o Lang e o Moritz enfiavam os sobretudos preparando-se para sair com as duas artistas que lhes tinham feitos companhia. Moritz perguntou, de súbito:
 --E sua mulher?...
 --A Erna?... Ela sabe o caminho da casa: e encontrará alguém para acompanhá-la.

E lá se foram a rir, tomar o braço às companheiras alegres (p. 29).

Também na carta que Hans Lang envia a Freitas no dia seguinte à noite em que este fora encontrado no quarto do casal com Erna fica claro que o marido sabe da prática adúltera da mulher. Na carta,

o Lang procurava despertar em Freitas sentimentos de vergonha e remorso pela sua feia ação, a perversidade com que fôra perturbar a paz dum lar feliz. Não lhe doía a consciência de ter assim se apossado das afeições duma senhora casada? Pensasse bem na responsabilidade moral que lhe cabia, abusando da confiança que nele depositava a Sociedade. O ato que praticara não era digno dum cavalheiro. E depois de outras considerações de igual jaez, passava Lang a expor as conseqüências que por certo o outro não medira do feito vergonhoso: o abalo que podia ter introduzido na homogeneidade da família; a necessidade em que agora se via ele, marido, com grave prejuízo de seus negócios, em época tão inoportuna, de levar a esposa a viajar, afastá-la de Porto Alegre, distrair-lhe o espírito para que ela o esquecesse, ao Freitas, e da sua mente se apagasse a lembrança da lamentável ocorrência que lhe estava molestando a saúde (p. 50).

Da mesma forma, na mesma ocasião, *Frau Thaler* é caracterizada com tal comportamento: “No estreito cubículo, em apertado abraço, a Frau Thaler e o Voigt beijavam-se freneticamente” (p. 29). Também com os Fetter a moral é comprometedora: “Num dos sofás, muito agarrados, muito unidos, palestravam a Lise Fetter e o Grimm, ele a brincar-lhe com os anéis nos dedos delicados de unhas finamente manicuradas, enquanto na poltrona em frente, derreado, o Fetter dormia, de boca entreaberta, um sono pesado e tranqüilo” (p. 30).

O comportamento de Erna atinge Frida diretamente, pois um de seus amantes vem a ser Freitas. Os dois se encontram numa tarde na casa dos Meyer, no quarto alugado a ele, e Frida vê a mulher à saída. A essa altura, a convivência na casa já havia providenciado, entre Frida e Freitas, momentos de carícias, de insinuações. Com a ocorrência envolvendo Erna, o jogo de sedução que se armava é interrompido: “Isso acabou-se!...” (p. 39), diz Frida.

As palavras da madame Servine tornam a invadir o pensamento de Frida Meyer. Dois caminhos lhe haviam sido apontados: ser esposa ou amante de um homem. Mas Frida não admite fazer uma escolha. Sua condição é seguir as noções da moral transmitida de geração a geração, que leva ao casamento, à constituição familiar, mantendo-se, assim, incluída na ordem social dominante. Como vimos, ela não pensa em regrar a união apenas pelo amor, mas deseja melhorar sua situação ao casar-se. Isso não a afasta do respeito às convenções sociais. Contudo, não condena o modo de ser de suas patrícias:

Não a detinham escrúpulos morais; isso não. Olhava os desvios da Erna Lang, da Lise Fetter, da Irma Thaler e de tantas outras sem a mínima reprovação, apenas com uma curiosidade intensa. Pois se elas continuavam a ser admitidas dentro do círculo sagrado, do âmbito social, não eram passíveis de censura. Comparando-lhes o proceder, à conduta jamais suspeitada da Frau Ritter, da Wera Schmidt e de muitas mais, não via para lhes explicar as diferenças senão uma diversidade de temperamentos, provavelmente; nada mais. Pois não estavam umas e outras no mesmo círculo?... (p. 40).

Como Freitas é dos que não se casam, Frida se concentra, inicialmente, na vida a dois com Germano, apesar de este não lhe inspirar confiança suficiente para realizar seus planos ambiciosos. “Querida marido que a guindasse daquela existência para o ambiente mirífico de conforto, despreocupação e luxo onde se agitavam os Diedmann, os Schack, os Lang e os Thaler” (p. 41).

Inesperadamente, o núcleo familiar dos Meyer é atingido pelo desastre ocorrido por conta de uma malsucedida sociedade desonesta firmada entre o pai – o velho Meyer - e Germano em seus trabalhos, no ramo da construção civil, os quais substituíam o material comprado pelos clientes por materiais de péssima qualidade e de menores preços. Descobertos, ambos são demitidos. Nessa nova situação, o velho Meyer aumenta “a irritabilidade já grande, transformando-a numa cólera surda contra tudo e contra todos, a traduzir-se em explosões violentas à menor provocação real ou suposta. Em casa principalmente, tornou-se duma rudez grosseira ainda pior do que nos tempos subseqüentes à venda da loja” (p.55).

Na casa, então, o ambiente acre se renova: “Frida suportava essa intensificação da irritabilidade paterna num grande esforço de paciência, calada, sopitando a ebulição de íntimas revoltas. Mas a injustiça de tudo aquilo lhe azedava a alma e afastava-a mais e mais do pai, num crescer de desgosto feito de repugnâncias e que não poderia por muito tempo mais silenciar” (p. 56). Já sem muita resistência, “foi-se tornando taciturna, concentrada e triste” (p. 57).

Acontecem discussões cada vez mais agressivas entre ela e o pai, freqüentemente por causa do dinheiro que este lhe exige e que ela não mais está disposta a dar, pois o orçamento da família já se torna insuficiente para as mínimas despesas. Não tarda a explodir uma forma extrema de violência com agressão física do pai contra a filha: “Quando ela deixou escapar a interjeição de náusea, o pai ergueu o braço e assentou-lhe na face, em cheio, uma bofetada sonora e cáustica” (p. 59).

Momentos depois, Frida daria o primeiro passo rumo a uma nova fase da sua vida. Resoluta, vai ao quarto de Germano, interpela-o quanto aos seus sentimentos, ouve dele promessas de amor e de casamento, cede-lhe as economias que fizera com o aluguel dos quartos para que ele inicie um novo negócio de arquitetura e, crendo que ele a quer muito, mesmo de verdade, entrega-se: “Ele tomou-a nos braços, esmagando-lhe o corpo franzino contra o peito. E ela, sensual e felina, com uma ânsia de voluptuosidade a ferver-lhe no sangue, abandonou-se” (p. 61).

Por muitas e muitas noites Frida freqüenta o quarto de Germano, onde se amam e se envolvem em planos para o noivado, o casamento e o trabalho dele. Tudo verdade para ela, mas mentira para ele. A realidade que se concretiza é o abandono dela, grávida, e a fuga de Germano para Buenos Aires.

Um dos resultados práticos disso é o retorno de Frida “no mesmo ponto de escravidão à família em que antes se achava” (p. 65) e à gravidez. Esta é solucionada com a ajuda de Mme. Servine, que a conduz até a espanhola Joana Huerta, a qual lhe faz o aborto.

Daí por diante a moral familiar de Frida aproxima-se à das mulheres que ela, mesmo não condenando, não deseja para si. Para a sua vida, entra, definitivamente, Henrique de Freitas, como amante e provedor das despesas de todos na casa. Tudo se daria numa noite, quando Frida, em pleno exercício de sua praticidade para com a vida, envolve-o num clima de sedução. A partir daí, “todas as noites, descalça, envolta apenas num penteador, se esgueirava para vir meter-se no seu quarto” (p. 69).

Frida assume, então, definitivamente, o caminho apontado por madame Servine para vencer na vida, e sem atordoamentos e escrúpulos. “Frida era outra agora. Transformara-se. Ativa e alegre, não lhe restavam vestígios sequer da mórbida apatia em que se deixava afogar” (p. 70). Dessa forma de vida da Frida com Freitas, toda a família passa a sobreviver. Nenhum membro interfere na sua ação, pois que a lucratividade é coletiva.

Nem aos de fora Frida tem a intenção de esconder sua condição. “Da casa as familiaridades de Frida passaram para a rua onde, se o encontrava, ela o abordava e interpelava com ostensivo desplante” (p. 70). E numa noite em que passeiam de carro pela cidade e o automóvel se choca com um bonde, o acidente expõe a todos, com clareza, o caso amoroso dos dois.

Os encontros, a partir de então, exigem-lhes mais discrição. Freitas muda-se da casa dos Meyer e passa a residir num hotel. Aluga, novamente, o quarto na casa de dona Mariquinhas, antes usado com outra amante, casada, Erna Lang, e lá recebe Frida. Esta não aceita a condição de se esconder e incomoda o rapaz com suas atitudes de deixar sempre mais exposto o caso, procurando-o em seu trabalho, telefonando, abordando-o na rua. “Freitas em quem, como sempre lhe sucedera, a posse havia sido seguida pelo começo da saciedade, achava-a talvez já importuna” (p. 77). Além disso, está cansando de arcar “com todas as despesas da casa da rua Coronel Vicente, incluindo as das pequenas” (p. 77).

Em Frida, no entanto, acomoda-se a consciência de sua condição na vida. Nada mais é do que

a amásia do Freitas. Todo o seu jogo teria de se cifrar em enleá-lo, prendê-lo, comprometer-se cada vez mais com ele e de tal forma que o confiasse à obrigação moral de a manter como coisa sua, pôr-se com ela de cama e mesa. As suas ambições de futuro, os seus sonhos, os seus prospectos e planos estavam agora reduzidos a isso: uma concubinação vulgar que lhe proporcionasse uma aparência de lar e lhe desse uma existência fácil. Frida nunca fora tão sincera, nem consigo mesma (p. 78).

Alarmada com a possibilidade de ser abandonada por Freitas, aconselha-se com madame Servine, a qual lhe traça um plano de se fazer mais dependente: dizer-se maltratada em casa, mostrar-se como se estivesse à beira de um abismo existencial. “Diga-se mal tratada pela sua família; pinte-lhe a sua vida em casa como um verdadeiro inferno; queixe-se de que seu pai explora a sua situação; diga que as suas irmãs não a querem em casa, porque a sua presença lhes compromete o casamento...” (p. 79), diz-lhe a conselheira. Tudo isso para que Freitas se sinta deveras comprometido com a existência dela.

Entretanto, ele estava mesmo a projetar o rompimento daquilo tudo. E a solução vem com o retorno de Germano Weiss para Porto Alegre. Encontrado por Freitas, aceita a proposta deste para assumir Frida. Em troca, receberia dinheiro. Ela se deixa envolver e não se demora em decidir: “Não deixaria escapar esta oportunidade única de endireitar a sua vida, que lhe caía assim do céu” (p. 82). O casamento arranjado por Freitas é uma dívida contraída com o futuro casal germânico. Na verdade, Germano e Frida passam a explorar Freitas.

Dessa maneira, Frida galga alguns degraus na sociedade dos teutos e, passando a ser *frau* Weiss, é bem recebida no Germânia, integrando-se ao grupo de Erna Lang, cujo comportamento,

mesmo casada, também imita: vai encontrar-se com Freitas num quarto suspeito, na véspera deste viajar de volta para o Rio Janeiro.

Uma outra imagem de família alemã representada na obra é a de *frau* Baum: “Mãe de três filhas casadoiras, era infalível a todas as festas da Germânia, da Turner Bund e da Leopoldina, sempre amável, sempre de bom humor, numa jovialidade sadia, procurando cercar-se duma roda de rapazes solteiros” (p. 27). Busca, sem cessar, marido para a Ilsa, a Ema e a Sofia. “Baum, o marido, era uma figura apagada e imprecisa. Sabia-se-lhe da existência; era qualquer cousa na administração duma das fábricas de tecidos; mas não aparecia nunca” (p. 27).

Os clubes citados nesse fragmento do romance são reais, tendo sido criados pelos imigrantes alemães e seus descendentes para serem freqüentados especialmente por eles, pois preferiam organizar os espaços de convivência à sua maneira de viver. Foram bastante conhecidos entre a comunidade gaúcha a Sociedade Germânia, criada em 1855; a Sociedade Leopoldina, criada em 1865; a Sogipa, que nasceu com o nome de Sociedade Ginástica, em 1867, e a Associação dos Caixeiros-Viajantes, criada em 1885.

São marcantes as diferenças culturais propostas pelo autor que colocam a família teuto-brasileira em certo distanciamento em relação à luso-brasileira. O doutor Aguiar, antigo juiz, tem uma família que cultiva outros valores. Viúvo, “vivia com as filhas, Marieta casada com Fernando Lins, um médico moço mas já de nome, professor da Faculdade, e Alice, solteira, ainda quase menina” (p. 22). Neste grupo familiar, Freitas se sente acolhido e envolvido num “ambiente de carinho e franqueza, de gentil hospitalidade que se transformara breve em real estima. (...) O que mais atraía Freitas não o saberia dizer. Era tudo. Mais do que o resto talvez, a agir sobre o seu sub-consciente, a atmosfera de lar feliz, de repousante paz que ali se respirava; o halo de tranqüila espiritualidade que tudo pervadia e constituía um ambiente moral tonificador” (p. 22)

Ali ele presencia a virtuosidade feminina em Marieta; o recato, a timidez, a suavidade em Alice; o exercício dos papéis morais institucionalizados de um pai e de um esposo. O narrador eleva, notoriamente, as características desse lar, que tem à frente um pai de

cultura vastíssima, inteligência brilhante, a sua palestra ática onde chispavam às vezes finas ironias, lembrava ao moço certos personagens de Machado de Assis. Era desses belos espíritos que hoje só se encontram entre os representantes da geração passada, os que tiveram a mocidade nos últimos vinte anos do império. E sentia-se bem que sob aquele sardônico cepticismo havia uma grande bondade, um caridoso sorriso para todas as pequenas fraquezas da vida (p. 22).

Nos serões ouve-se boa música clássica, executada por Alice ao piano, como Beethoven e Schumann, a clássica alemã, portanto, o que sugere uma pequena ironia do autor: a casa, que é “cheia de alegria sadia” (p. 25), cultiva o gosto pela música do mundo alemão e muitos comportamentos das personagens desta etnia servem de motivo para pensarmos uma falta de algo sadio no interior das famílias teutas. E mais, pode indicar que a noção de alegria sadia está com os grandes mestres da cultura alemã e que seus descendentes estavam se distanciando disso. Em todo o caso, fica claro que o oposto da convivência da família de Frida se apresenta na do doutor Aguiar, estando ali o parâmetro para se atribuírem conceitos de boa e má estrutura.

No geral, nessa representação de uma constituição familiar dentro da etnia alemã, na qual se elevam os conflitos internos, se delineia uma moral comprometedora diante das convenções sociais, se anseia pela estabilidade econômica, encontramos, antes de tudo, reflexões sobre o sofrimento, seja gerado pela qualidade das relações íntimas, seja pela frágil constituição de valores humanos, pela volubilidade, pela pressão social, pela situação financeira ou por quaisquer outras razões.

3.2.2 - Trabalho

Sem a mãe e considerando as atitudes do pai, especialmente seu egoísmo e incapacidade para os negócios, os Meyer estão prestes a se destruir. Frida, com dezoito anos, entende que “lhe cabia agora, e não sabia como, manter a integridade do lar, ampará-lo contra a derrocada que sentia iminente” (p. 3). A loja, à beira da falência, é vendida a um outro alemão, antigo freguês. Pouco lucro resta, pois, pelas dívidas acumuladas, quase todo o estoque é deixado em pagamento do passivo.

Cabe, de imediato, ao irmão Ernesto trabalhar: “O moço, reconhecido inteligente e ativo, logo encontrou emprego em uma das firmas germânicas da rua Sete²⁸, grandes importadores de fazendas e miudezas” (p. 4). De fato, no mundo real, a rua Sete de Setembro ficou conhecida como o local de concentração dos comerciantes teutos que importavam fazendas, vindo a ser um dos pólos comerciais mais dinâmicos da capital, como lembra Gans (2004). Com sua pesquisa, a

²⁸ É a rua Sete de Setembro, localizada no centro de Porto Alegre.

autora informa que esta rua abrigava os negócios de importação dos alemães de alto poder aquisitivo, que começaram a ocupar o lugar a partir de 1860.

É nesse espaço, então, que o autor coloca o irmão da sua personagem protagonista, Frida, para trabalhar como empregado, fazendo, assim, a referência a um outro dado real: o de que os alemães empregavam outros alemães em seus estabelecimentos. Assim arranjado, o jovem passa a ser, em parte, o provedor da família. Para as despesas da família, Frida, diante da intransigência do pai, “recorria então a Ernesto, e este acudia-lhe às vezes, mas resmungando sempre: que já fazia demais; o seu ordenado era pequeno e não podia andar carregando toda a família às costas!...” (p. 5).

O pai não toma para si a responsabilidade de sustentar a família pelo trabalho. Não iria se submeter a ser empregado, visto que sempre fora patrão. Assim, “deixara-se ficar apático e inerte, revoltado à idéia de servir depois de haver sido patrão, tomado daquele desânimo tão comum entre os teutos pelo qual a um homem, depois da queda, não restam nem sequer energias para o esforço de reerguer-se” (p. 4). Passa a gastar o que sobrara do negócio com a loja em bares da redondeza: “À noite, após o jantar, derivava para o *bierstube*²⁹ de sua predileção, *Zum Heidelberg Fass*³⁰, onde, na sociedade das caixeiras sardentas e ásperas na caça às gorjetas, se animava um pouco e sacudia dos ombros a moleza que o dominava” (p. 5).

Frida decide agir. “E um dia, quando Meyer entrou para o almoço, surpreendeu-o no corredor um balde de cal; mais adiante uma escada de pintor deitada contra a parede; a um canto da sala de jantar uma desordem de móveis retirados dos quartos e para ali encostados” (p. 5). Esse é o ambiente que introduz Frida no mundo do trabalho com vistas a sustentar a família. Ela decide transformar a casa numa pensão, explicando ao pai que é “preciso fazer dinheiro para mantê-los a todos como vocês querem, não é? Mas com esse dinheiro vocês não entram! Tu não dizes sempre que preciso trabalhar, ganhar a vida? Vou fazer o que posso; só sei ser dona de casa e portanto é como dona de casa que tenho de me arranjar” (p. 6). Aquilo passa a ser o seu negócio.

Logo tem os três hóspedes para quem haviam sido preparados os três cômodos da casa. Assim, Frida passa a ter seu trabalho remunerado. Dali vem o dinheiro, por algum tempo, para as despesas da família. Ao velho Meyer, no entanto, ela não libera os valores que ele lhe pede, pois

²⁹ O bar-chope, estabelecimento semelhante ao boteco brasileiro, explica Fischer em suas Notas à edição já mencionada.

³⁰ Quer dizer “Ao barril de Heidelberg” (FISCHER, Notas)

sabe que serão usados tão-só para seus luxos. Diante da atitude da filha, ele resolve trabalhar. Consegue emprego numa empresa de materiais de construção, de nome alemão, a Keller & Cia, fazendo a fiscalização geral da serraria e do depósito de madeiras. Do que ganha contribui, por exigência da filha, com uma parcela mínima, restando-lhe valor suficiente para o seu habitual chope na companhia das caixeiras do *bierstube*. O velho muda um pouco seu comportamento em casa, pois, ao “ver a capacidade da filha para ganhar dinheiro, Mayer criara por ela certa soma de respeito, reconhecendo-a tacitamente como dona da casa” (p. 17).

Por essa idéia, o autor aborda uma forma de valorização do trabalho, especialmente por resultar em lucro, esta uma das características da forma de pensar dos germânicos que muito se fez notar aqui no Rio Grande do Sul. Observemos que, nesta história, a bem-sucedida iniciativa de trabalho de Frida traz-lhe valorização pessoal por parte do pai, de quem há muito recebia a indiferença.

Também os hóspedes da casa estão inseridos no mundo do trabalho. Freitas é gerente de uma firma, madame Servine possui um salão de beleza e Germano é desenhista num escritório de construção civil, o Grimm & Silva. Enquanto os dois primeiros se mantêm nas funções que desempenham, o último passa por transformações. Grimm, um dos sócios do escritório, “promovera o rapaz, aproveitando-lhe as aptidões. A Germano caberia agora fiscalizar e administrar algumas outras construções menores que a firma tinha em andamento, de empreitada. Essa promoção representava não só um aumento de vencimentos, mas a realização duma ambição de Germano que desejava de há muito assumir no escritório encargo de maior responsabilidade do que a de simples desenhista” (p. 19).

As novas funções de Weiss no trabalho dão-lhe abertura para que desenvolva uma prática de desonestidade, em comunhão com o velho Meyer, que, como aquele, vê uma forma fácil de aumentar sua renda por meio da provisão dos materiais à firma Grimm & Silva. Meyer insiste para que o outro arranje a negociação: “e explicou, piscando o olho: tenho uma comissão sobre as compras dos fregueses novos que obtenho para o Keller. Tal foi o início do conchavo a breve termo concluído entre Meyer e Germano para partilharem proventos a auferir das compras de materiais que para o depósito de Keller & Cia., fossem encaminhados pelo segundo” (p. 19).

De fato, os materiais de que Germano precisa para as construções passaram a ser fornecidos pela firma onde Meyer trabalha, o qual seleciona a mercadoria. Deflagra-se, então, a

falcatura: abastecimento de material de última categoria para as obras contratadas ao Grimm & Silva a preço de primeira. E o lucro era dividido entre os dois.

O caso torna-se público por meio da ação de Policarpo de Amaral Barbosa, um contratante dos serviços do escritório dos engenheiros. Ao vistoriar a construção da sua casa, este se choca com o que vê. Transtornado, vai à presença de Grimm e, aos berros, arma um escândalo: “bufava, bramia, pigarreava, gesticulava de pés e mãos, todo ele numa cólera bravia que às vezes o deixava sem palavras, entupidos os gorgomilos, a sapatear, agitando diante do rosto do engenheiro o contrato amarrotado apenso à cópia azul da planta” (p. 54). A substituição do material é algo inadmissível:

Pinho!... Pinho nacional!... Pinho da Serra é madeira de lei?! Diga, seu doutor Grimm, desde quando pinho é madeira de lei? E nem de segunda é! Refugo! Refugo de serraria!... Aqui (e amarrotava ainda mais o contrato) diz “madeira de lei!” E as bitolas?... As bitolas estão também aqui registradas!... Pinho de refugo! E canela branca! E açouta-cavalo!... Aqui diz “louro”, seu doutor!... Mas eu lhes mostro, olá se mostro! Tenho um contrato!... Hoje mesmo vou requerer uma vistoria!... E arrebeno com esta sua arapuca!... Hei de lhes ensinar a se aproveitarem da doença dum velho!... Pinho de refugo!... Terças de sete por doze!... Quem assalta na estrada é mais honesto. Esquadrias de açouta-cavalo!... Isto é um conto do vigário (p. 54)!

Descoberta a falcatura, Germano é demitido e torna-se pública sua reputação de desonesto nos negócios. Daí por diante, ele engana os conhecidos quanto a novos trabalhos, faz promessas falsas a Frida, que já era sua namorada, até abandoná-la grávida. Ruma, às escondidas, para Buenos Aires. Tempos depois retorna e, em novo arranjo escuso, desta vez com Freitas, que andava envolvido com Frida, sendo seu amante e mantenedor das despesas da família, engana-a novamente, dizendo-lhe que está trabalhando quando, na verdade, recebe dinheiro de seu comparsa para casar-se com ela e, assim, livrar o outro do compromisso.

O escândalo envolvendo o escritório Grimm & Silva altera também a situação do pai de Frida. O patrão, Keller, tendo seu negócio envolvido na prática desonesta, mostra-se intolerante e “Meyer foi despedido abruptamente pelo Keller, austríaco violento e rude, que dizia não conhecer dois nomes para designar um ladrão” (p. 54).

Com o tempo, Meyer consegue um outro trabalho, de pouca remuneração. Frida mergulha num mar de decepções, tanto no ambiente familiar quanto no namoro com Germano. Seu trabalho rendoso, mais tarde, seria ser amante de Freitas. No fim das contas, não bastasse tirar deste o dinheiro para quase todas as despesas da casa, do pai, dos irmãos e para seus luxos, une-

se com Germano novamente e casam-se às custas do Freitas. A autorização para isso vem do próprio Freitas, que oferece pagamento para o teuto assumir Frida, pensando, assim, livrar-se daquela relação. No início, Germano faz tudo segredando a Frida o combinado com o brasileiro, mas, como diz o narrador,

Germano não era homem que mantivesse por longo tempo a comédia. Eram ele e Frida feitos para serem um do outro com a máxima franqueza. Corriam rápidos os aprestos para o casamento que havia de realizar-se a breves dias e à socapa, sem estrondo, como convinha, quando uma tarde, inesperada, Frida voltou aos aposentos do Freitas. E sem longo preâmbulo passou a enunciar que as cousas eram difíceis para um casal que ia iniciar a vida, principalmente tendo Germano ainda que abrir o escritório e achar os primeiros trabalhos, sempre os mais demorados de encontrar. Afinal, o que Freitas lhe dava para capital não era muito; ele bem podia acrescentar um pouco mais, porque se era verdade que eles não tinham que montar casa, continuando na rua Coronel Vicente, sempre havia despesas extraordinárias... (p. 83).

Ao abordar o trabalho, Coaracy privilegia a representação dos alemães que desenvolveram o comércio e a indústria em Porto Alegre, exatamente na região geográfica em que se passa a história. Lembra os donos das empresas e os empregos que proporcionavam aos de sua mesma etnia. Nesse sentido, valoriza a idéia da dedicação ao trabalho como uma das principais características da identidade da etnia.

Entretanto, juntamente com a importância conferida ao trabalho como meio de garantir renda para sobreviver e prover certos luxos, também fica estabelecida, em primeiro plano, na narrativa a não-seriedade para com o trabalho, especialmente por parte dos homens alemães de uma camada socioeconômica baixa, representados aqui pelo velho Meyer e por Germano Weiss. Estes realizavam um trabalho urbano não especializado. Se um deles fosse oficial de carpintaria, de alfaiataria, de oficina artesanal, a visão sobre eles no mundo do trabalho talvez fosse outra, pois seriam profissionais com alguma especialidade, a exemplo de muitos imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul com profissão definida, aqui a praticaram e são tidos como os iniciadores do processo industrial.

3.2.3 - Espaço e deslocamento

O espaço social onde acontecem as cenas do romance é a Porto Alegre das primeiras décadas do século XX, ainda considerada aldeia, como dizem Freitas e dona Marieta neste diálogo: “Então, sr. Freitas, agora já está gostando mais da nossa terra? / Estou me convencendo, d. Marieta, de que Porto Alegre é uma deliciosa cidade. / Cidade, não; aldeia grande, como o

senhor a qualificou, logo de chegada. / Sim, tem ainda muita coisa de aldeia, lá isso é verdade que a senhora há de reconhecer; mas apesar de tudo...” (p. 21).

Notemos que Porto Alegre é vista como aldeia por um homem que veio do Rio de Janeiro, a capital do Brasil na época, portanto, cidade grande de verdade, que já se afirmara como tal ainda quando era a corte do Império e o reflexo cultural da Europa. Os daqui, no entanto, viam Porto Alegre como a cidade grande do estado, principalmente por ser a sua capital e por concentrar o mais desenvolvido comércio e a mais estruturada indústria. Além disso, a partir de 1900 desenvolveu-se notoriamente a estrutura educacional, como explica Luís Augusto Fischer em “O Chalé e a Praça XV na cultura de Porto Alegre” (2006, p. 45).

Vários prédios novos eram inaugurados para os flamantes cursos superiores que a Universidade passava a oferecer: em 1896 começa a funcionar a Engenharia, que ganha prédio em 1900; a Medicina começa a funcionar em 1898, ganhando seu magnífico prédio em 1914; a Engenharia Elétrica recebe prédio novo em 1910, mesmo ano do prédio do Direito, curso que começara a funcionar já em 1900.

Só para constar: o período é fértil em novidades na área da educação. Basta ver a lista de colégios que por essa época são criados e que permanecem até agora: o Americano, em 1885; o Anchieta, em 1890; o Sévigné, em 1900; o Rosário, em 1904; o Bom Conselho, em 1905; o Dores, em 1908.

São dessa ainda “aldeia”, para quem vinha do dito centro do país, e “cidade grande” com muito desenvolvimento, para os daqui, os espaços reais dos quais o romance se apropria para formar o seu espaço físico e nele colocar em circulação as suas personagens. Alguns desses espaços, como ruas, bairros, bares, clubes, são tratados pelos nomes antigos, outros, pelos nomes com que hoje são conhecidos. Esses espaços que abrigam os acontecimentos, que comportam as residências das personagens, os bares freqüentados, as ruas transitadas, formam determinada região de Porto Alegre, a da praça Quinze de Novembro, uma das mais famosas da capital, que foi, de fato, berço de uma colônia de alemães e descendentes nessa época.

Lembremos que a praça Quinze de Novembro foi criada após a proclamação da República, homenageando o episódio que mudou a forma de governo do Brasil. O local, no entanto, era praça há muito tempo, com os nomes de praça do Paraíso, como aparece em documentos de 1843, denominação atribuída, inicialmente, na década de 1830, por populares em razão da existência de uma “casa de mulheres” nas proximidades, e de praça Conde D’Eu, nome escolhido no ano de 1869 em honra ao homem do governo imperial que foi comandante-em-chefe das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, agradando, assim, ao imperador dom Pedro II

e à sua filha, a princesa Isabel. O conde D'Eu era marido desta e, portanto, genro daquele. Como diz Fischer (2006, p. 26), “perdia-se o nome antigo, de origem brincalhona e aspecto familiar, o Paraíso, para adentrar no terreno simbólico dos nomes destinados a celebrar indivíduos poderosos, cujos méritos pareciam merecer o bronze eterno”.

A praça Quinze, como é habitualmente chamada nos dias de hoje, é o maior ponto de referência para localizarmos as personagens em movimento desde as proximidades da casa dos Meyer. Situa-se em frente ao Mercado Público, próxima da Prefeitura Municipal. Nela ainda se encontra o bastante conhecido “Chalé”, um tradicional bar e restaurante que, na época do romance, já tinha uma longa história de existência e já estava confirmado como um dos principais locais freqüentados por pessoas de todos os níveis, de Porto Alegre ou de fora.

No Chalé, o novo da praça Quinze, da segunda construção, feita em 1911 (o primeiro é de 1880; o novo de que falamos é o que está na praça ainda hoje, restaurado em 1973), aonde o velho Meyer vai beber cerveja diariamente. Da mesma forma, ao entardecer, o futuro esposo de Frida, o teuto Germano, lá está na volta do trabalho, a beber antes de se recolher à pensão dos Meyer: “Oriundo de Santa Cruz, filho de colono, vindo recentemente da Europa, as suas relações em Porto Alegre eram nenhuma ainda. Depois do chope na praça Quinze com os companheiros de escritório, recolhia-se a casa: sentia-se bem naquela atmosfera germânica” (p. 9).

À rua Sete fica o local do emprego de Ernesto, irmão de Frida, e do escritório Grimm & Silva, onde o arquiteto Germano Weiss trabalha como desenhista. Esta rua se encontra com a Independência do Brasil, onde também na realidade se fixou um bom número de imigrantes alemães. Meyer, por sua vez, trabalha numa firma de materiais de construção que fica lá pelo Caminho Novo³¹, longe de sua casa, acima da rua Sete de Abril³².

Esses locais de trabalho são de propriedade de alemães, numa clara representação do que havia nessa região da Porto Alegre real em termos de comércio e indústria. O Caminho Novo, por exemplo, ficou “gravado na memória dos moradores da capital como rua dos alemães” (GANS, 2004, p. 39). Os imigrantes alemães e seus descendentes já somavam em torno de 20% da população da capital gaúcha na década de 1920. Em termos de trabalho e renda, aos primeiros

³¹ O Caminho Novo foi criado no início do século XIX; a partir de 1870, recebeu o nome de rua Voluntários da Pátria, sendo esta a sua designação atual.

³² Esta rua fica no bairro Floresta, sendo uma de suas vias mais antigas. Pelos registros citados por Sérgio da Costa Franco no *Porto Alegre: guia histórico* (1992), existia já em 1834, como um local chamado beco do Motta. A partir de 1857, passou a ser a rua da Princesa, representando mais uma homenagem ao regime imperial. Com a República, líderes do governo acharam por bem fazer outra homenagem, agora à abdicação do primeiro imperador, que se deu em 7 de abril, e a rua passou a ser rua Sete de Abril, assim conhecida até hoje.

que chegaram à então província para cultivar a terra, a partir de 1824, seguiram-se inúmeros outros que se tornaram comerciantes e industriais na cidade. Nesse sentido, nos mais diversos ramos contava-se com a presença alemã. A cerveja, por exemplo, foi industrializada pelos alemães. Fischer (2006, p.41 e 43) assim explica:

Alemães bebem cerveja, como se sabe. Não foram os inventores do precioso líquido, mas o desenvolveram de modo particular, a ponto de ficarem identificados com ela. Alemães em Porto Alegre produzem cerveja: a partir da década de 1880 a capital gaúcha vai conhecer fábricas da bebida, sempre de propriedade de sobrenomes como Bopp, Becker, Sassen e Ritter, algumas das quais, no futuro, vão-se fundir na Cervejaria Continental, que vai ocupar prédios inaugurados em 1911 e ainda hoje existentes na Floresta, prédios mais conhecidos como “da Brahma”, denominação esta que sucedeu à Cervejaria Continental. (Aqueles belos prédios saíram da inventividade do arquiteto Theo Wiederspahn, que nos anos seguintes seria responsável por vários dos mais lindos prédios da cidade, como o atual prédio do Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Memorial, ambos na praça da Alfândega). Um número eloqüente: na segunda metade do século 19, nada menos que vinte e uma fábricas de cerveja viram a luz do dia na cidade de Porto Alegre, dos seguintes proprietários, conforme anotação do cronista Athos Damasceno Ferreira: Kauffmann, Christoffel, João Diehl, Polidoro & Irmão, Isidoro Volkmer, Frederico Bohrer & Barth, Henrique Mariante, Hoffmann, Jacob Braun, Theobaldo Friedrichs, Carlos Bopp, Sebastião Campani, Guilherme Becker, Oliveira Alves, Frederico Schmidt, João Jorge Lemmert, Henrique Lubb, Kessler, José Varnieri, Francisco Riegel, Henrique Ritter (16 sobrenomes alemães no total).

A casa dos Meyer fica na rua Coronel Vicente³³. Nas redondezas há muitos botequins, freqüentados assiduamente pelas personagens teutas, que encontram, em qualquer um “a mesma atmosfera de taverna e a mesma alegria barulhenta e simples: cerveja, fumo, cantorias e mais cerveja...” (p. 20). O velho Meyer é um fiel freqüentador desses locais. Vendida a loja, “passava os dias pelas cervejarias do beco do Rosário³⁴ e adjacências ou à praça Quinze de Novembro, horas a fio a uma mesa, alongando e esticando um chope tanto quanto lho consentia a elasticidade da sua sede e a paciência hostil dos caixeiros” (p. 4).

Possivelmente, muitos dos bares pensados pelo autor mantinham, ainda no tempo do romance, os aspectos descritos pelo viajante alemão Victor W. Esche, que passou por Porto Alegre em 1881:

Naturalmente não faltam bares alemães em Porto Alegre. Como isso também seria possível, onde 4 a 5 mil alemães estão estabelecidos! Mas que bares engraçados são esses, que são freqüentados aqui pela sociedade alemã da classe mais alta. Não são restaurantes grandes, claros, simpáticos, mobiliados de forma elegante, mas sim quartos de fundos de armazéns de produtos coloniais, que parecem verdadeiras espeluncas. A

³³ Rua da região central de Porto Alegre; existe desde 1877 e é assim chamada ainda hoje.

³⁴ Este local, hoje, é a rua Otávio Rocha, na região central de Porto Alegre.

preferência dos alemães daqui por esses bares sujos, escuros e escondidos é totalmente misteriosa para mim. O estrangeiro nem descobre um bar desses, já que não há uma placa afixada. Apenas sob orientação de pessoas conhecidas de lá pode-se encontrar a entrada. Nas paredes, nas quais estão colados modelos de papel de parede dos mais diversos tipos, há uma mistura de cartazes para fins de propaganda. Nos bares, nos quais faltam cadeiras, existem caixas e barris em grandes quantidades, que podem ser usadas como assento. O tamanho desses bares raramente passa dos 10 pés de comprimento e de 10 pés de largura (Apud FISCHER, 2006, p. 36)

Diferente nesse sentido era o famoso Chalé da Praça Quinze, que também pode ser tomado por nós como uma referência inspiradora do autor, pois lá se respira uma atmosfera germânica, quer seja pelos chopes e cervejas servidos, quer seja pelo teuto que atende os clientes, ou, ainda, pela cor, língua e estilo da maioria dos clientes, os teutos. Encontramos no texto de Fischer (2006, p. 70) um fragmento do texto de Nilo Ruschel que nos leva a imaginar o clima festivo que ali se cria:

O clima musical do Chalé pode ser avaliado por um testemunho carinhoso do cronista Nilo Ruschel, que enfatiza a ligação da gente alemã da cidade com a tradição da música: *O certo é que esse belo cromo da paisagem urbana (...) estava mesmo à feição de atrair a já numerosa colônia alemã. Que melhor lugar para repousar o espírito depois de um estafante dia de trabalho? Em mesa certa, servida pelo mesmo garçom, o volumoso cidadão só dava o último gole depois de lida a última linha do Neue Deutsche Zeitung [Novo Jornal Alemão] ou do Deutsches Volksblatt [Gazeta Popular Alemã]. Ou de ambos, quando era maior a sede. Para acentuar a cor local o quiosque oferecia um conjunto musical, empoleirado na pequena galeria, executando repertórios de Franz Lehar e de Strauss, a Carga da cavalaria ligeira de Von Suppé. Até Chopin e Beethoven eram docemente assassinados pelos trio — piano, violino, celo. E lá pelas tantas, quando a loira espalhava véus de sentimentalismo, escutava-se o Grossmütterchen (Vovozinha) entre uma atenção sonhadora e leve, apenas interrompida por uma necessidade mais imperiosa: — Noch ein, Jacó! [Mais um, Jacó!] Heinz Bittenhader, com aquele olhar metálico luzindo atrás do pince-nez, ao piano conduzia o trio (o “Petizo” no violino, seu Moreira no violoncelo). (...) Restou na memória de poucos o hino de guerra que, quando a noite se enrolava na madrugada, fazia todos confraternizarem, alemães e brasileiros (os “nátivos”, como repetia o Pelicheck). A música era do próprio Heinz e a letra não se sabe de quem, mal sobrando estes poucos versos: Heute gehen wir ins Chalet / zum guten Fritz / in dem schönen Garten ich / am liebsten sitz / bei dem Chopp so golden klar / welch ein Hochgenuzs für wahr / Tropenacht, Sternepracht / beruhern mir / mit zaubernacht. Papeletas com essa letra eram distribuídas pelas mesas cobertas de toalhas xadrez e rodela de papelão. O curioso é que essa marcha de acentos marciais era cantada com mais euforia pelos da terra, com a complacente aprovação dos alemães. (...)*

Trancrevemos aqui uma observação de Fischer (2006, p. 71) sobre a versão da letra da música que aparece na citação:

A letra estampada pelo memorialista deixa a desejar em correção na língua alemã (contamos aqui com a leitura atenta e a tradução do professor Cleo Altenhofen, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), mas diz mais ou menos o seguinte:

*Hoje vamos ao Chalé
visitar o bom Fritz
no belo jardim em que eu
mais gosto de sentar
com um chopp tão claro e dourado
oh que prazer de verdade
noite tropical, céu estrelado
tocamos nós [apalpamos]
com a mágica noite” .*

No geral, diariamente, a vida dos que fazem a história acontecer no romance gira nesse espaço geográfico. Ali, na redondeza da residência dos Meyer, também está a rua da Praia³⁵, por onde Frida desce para ir até o salão da madame Servine, que fica próximo à praça da Alfândega³⁶. Cabe registrar que a rua da Praia, segundo a pesquisa de Gans (2004), foi a rua de Porto Alegre onde, até as últimas décadas do século XIX, período em que o comércio da capital se desenvolveu sob a ação dos alemães, instalou-se o maior número de estabelecimentos e profissionais teutos. A autora explica: “Neste endereço concentraram-se principalmente teutos atuantes no comércio de moda e nos ofícios do vestuário, (...) entre vários outros comerciantes, artífices e prestadores de serviços variados” (p. 43).

Assim, através do caminho percorrido por Frida, o romancista apresenta o espaço comercial dominado pelo trabalho dos alemães. No itinerário de Frida também está a rua de Bragança³⁷, em cuja esquina fica a Masson, loja de jóias, objetos pelos quais anseia e que tomam importância no cultivo de sua vontade de enriquecer.

Também é citado o lugar onde residem os alemães da alta sociedade: “Frida aspirava, em suas ambições de vida elegante e gala social, chegar-se à parte da colônia que residia lá pelo

³⁵ O nome oficial desta rua é rua dos Andradas, mas se popularizou o nome rua da Praia. Fica no centro de Porto Alegre e vem a ser a rua mais antiga da capital, sendo mencionada já nos livros de notas do 1º Tabelionato correspondentes ao período de 1781 a 1785, os quais se encontram no Arquivo Público do Estado, segundo Sérgio da Costa Franco registra em seu livro *Porto Alegre: guia histórico* (1992).

³⁶ A praça da Alfândega, conforme as pesquisas do Sérgio da Costa Franco (1992), existe desde o Setecentos, tendo sido chamada, inicialmente, de Quitanda, depois, Alfândega, em seguida, Senador Florêncio, retornando ao nome Alfândega, como até hoje permanece.

³⁷ Atual Marechal Floriano, rua que inicia na praça Quinze; nasceu como Bragança – os primeiros registros encontrados por Franco (1992) datam de 1785 -; deram-lhe, em 1870, o nome de rua do General Silva Tavares e, em 1893, foi designada rua Marechal Floriano.

Moinhos de Vento³⁸, a qual levava uma existência de luxo e fortuna, círculo em que a sua situação de falsa mediania financeira não lhe dava entrada” (p. 8).

Essas redondezas da praça Quinze de Novembro, que nos dão a impressão de serem habitadas e freqüentadas apenas por pessoas de nomes e sobrenomes germânicos, têm sua razão no mundo real que se formava de alemães ainda antes da virada do século XIX, como descreve Fischer (2006, p. 39):

A cidade de Porto Alegre contava muitos alemães em sua população, especialmente na região que começava a se estender justamente da região da Praça XV e do Mercado em direção ao norte, pela Voluntários da Pátria, o antigo Caminho Novo, rua esta que, por sinal, era conhecida como “rua dos alemães”, tal a quantidade de casas comerciais e industriais dirigidas por gente oriunda da imigração teuta. Também era significativa a presença alemã pelo Beco do Rosário, que viria a ser a rua Otávio Rocha no futuro: por ali, saindo das imediações da Praça XV, chega-se à atual Senhor dos Passos, onde se erguia a primeira igreja protestante da capital, e chega-se à atual Alberto Bins, antiga São Rafael, onde se encontravam instituições profundamente ligadas aos alemães porto-alegrenses como a Igreja São José e o antigo colégio, fundado em 1886, origem do atual colégio Farroupilha. (Quer dizer: saía-se da Praça XV pela Voluntários para o bairro Floresta e toda a zona operária dos Navegantes e São João — o Quarto Distrito —, e saía-se da Praça XV para o bairro Independência e, depois, para o Moinhos de Vento, regiões em que passaram a residir os descendentes teutos mais abonados.)

Na Várzea³⁹ fica a casa de Aguiar, cuja família torna-se muito amiga de Freitas. “A Várzea, descampado chato e vasto, parecia na sombra densa ainda mais ampla, delimitada ao longe pelas luzes esparsas do Bom-Fim⁴⁰” (p. 25). Retornando da casa dos Aguiar para a casa dos Meyer onde mora, Freitas passa pela rua da Conceição⁴¹.

O Teatro São Pedro, criado em 1858, que ainda hoje é o teatro mais famoso do estado, é outro espaço referenciado. Ali se apresenta uma companhia alemã de operetas,

dessas que de tempos a tempos, a caminho do Chile e da Argentina, faziam curto pouso em Porto Alegre desde que o Rosenkrantz, empresário judeu, havia descoberto as

³⁸ Moinhos de Vento é um bairro residencial de Porto Alegre tido ainda hoje como habitado por famílias nobres. No início do século XX, era o espaço onde residiam os alemães ricos da capital.

³⁹ Local hoje chamado Parque Farroupilha, um parque que se tornou um espaço geográfico referencial de Porto Alegre. Conforme registros citados por Franco (1992), em 1807 era uma área plana e alagadiça situada à entrada do portão da então vila. Serviu de depósito de animais mortos e de campo de pastagem para os animais vivos dos carreteiros que vinham até a cidade. Passou por significativas transformações, desde serem enxugadas as águas até o ajardinamento. Em 1870, Várzea recebeu o nome oficial de Campo do Bom Fim e, em 1884, passou a se chamar Campo da Redenção. O nome atual foi dado em 1935.

⁴⁰ Bairro residencial bastante tradicional de Porto Alegre que mantém este nome atualmente. É conhecido como o “bairro dos judeus”, por ali ter se concentrado o maior número de imigrantes desta etnia que se fixou na capital

⁴¹ Conhecida rua de Porto Alegre; foi aberta ainda em 1845, com o nome de rua Nova da Brigadeira. Recebeu o nome Conceição em 1874, mantido até hoje.

possibilidades da praça. Alvorçada, toda a colônia germânica despejava-se do Moinhos de Vento, da rua de S. Rafael e das transversais da Independência para noite após noite encher o velho teatro, a ouvir na língua original as operetas de Lehar, pelos mesmos artistas que as tinham perpetrado nalgum teatrinho dos subúrbios de Berlim (p.26).

Numa noite, ali se realiza a festa artística de Minna, artista principal do espetáculo. Após, ela é esperada no Germânia⁴², onde lhe é preparada uma recepção. Do Teatro São Pedro, “uma fila intensa de automóveis que a buzinar, lentos, serpentearam pela Ladeira⁴³ abaixo e tomaram o caminho da rua de Santa Catarina⁴⁴. Iam todos, público e artistas, desde a estrela até a última corista, até a orquestra, empilhados, semeando espanto entre os notívagos que perambulavam pela rua da Praia” (p. 27).

No clube, as cenas de diversão dão forma a um ambiente descontraído, de gente que goza de liberdade e busca aproveitar ao máximo as possibilidades de descontração. Na festa para Minna há momentos de auge, como este:

Bebera-se muita champanhe de mistura com muito vinho do Reno e muita cerveja. *Frau Schck* atravessava o salão de braço com uma corista, ambas de cigarro na boca, para ir quebrar taças na mesa da Minna. A Tilde ensinava à *Frau Fiedmann* a coreografia canalha da última dança em voga nos bailes públicos de Berlim. Grimm, sob um pretexto qualquer, passou ao salão de fumar: a mesma atmosfera, a mesma promiscuidade. Num dos sofás de couro, a Lise Fetter, mulher do Fetter farmacêutico, no meio dum círculo masculino, a bebericar vinho louro, acompanhava com grande interesse, a rir, o concurso que na poltrona próxima fôra instituído por uma das atrizes que entregava os lábios a todos os homens da roda para decidir quem sabia beijar com mais arte. Exatamente por trás dela, o marido, o Fetter, afundado, e uma corista que se lhe encarapitara no braço da poltrona, bebiam pelo mesmo copo, fumavam o mesmo cigarro (p. 28).

⁴² Referência à Sociedade Germania, fundada em 1855, em Porto Alegre, sendo a mais antiga sociedade recreativa da cidade. Era freqüentada pela “elite alemã radicada em Porto Alegre, diferenciando-se, por isso, de outras associações mais modestas que surgiram mais tarde” (Franco, 1992, p. 195). O autor deste romance, em seu livro de memórias, assim se refere à Germânia: “A Germânia, com sede luxuosa na Rua Santa Catarina, era o clube seleta a agremiar os elementos conceituados daquela sociedade exclusiva. Sócios brasileiros, quando elementos conceituados, podiam ser admitidos no clube aristocrático; mas em categoria especial e inferior: sem direito a tomar parte nas assembléias gerais nem exercer cargos. Tolerados apenas. Era dos estatutos” (COARACY, 1962, p. 65).

⁴³ A Ladeira é a atual rua General Câmara. Na esquina desta rua com a rua da Praia havia o Café Colombo, outro espaço famoso das cercanias da praça Quinze lembrado neste romance. Já existia no final do século XVIII, sendo conhecida pelo nome de rua do Ouvidor. Em 1829, passou a se chamar rua da Ladeira e, em 1870, recebeu o nome atual.

⁴⁴ Rua que foi aberta ainda em 1814, na área central. Em 1873, passou a ser chamada rua Dr. Flores, seu nome atual. Na época em que se passa a história narrada neste romance, a sede da tradicional Sociedade Germânia nele citada ficava nessa rua.

O Germânia era o espaço criado pelos imigrantes alemães ricos para se divertirem com danças, encontros, bebidas. Enfim, pela descrição do romance, ali sempre se vivia a alegria intensa.

As cercanias do Mercado Público também são consideradas, sendo valorizadas pelas atividades que ali se desenvolviam: “Rodavam barulhentos pela rua os primeiros bondes de Navegantes e S. João, a timpanar. A caminho do Mercado descia lenta uma fila de carroças, transportando montanhas de verdura. Homens rudes, com os casacos atirados sobre os ombros, as mangas vazias oscilando moles, levando numa cestinha à mão o farnel, passavam a caminho da Doca⁴⁵, já com uma antecipação de cansaço, olhar impassível, mãos cruzadas no punho do gládio” (p. 30).

Na época do romance, o atual Mercado Público de Porto Alegre era o que se chamou, na sua inauguração, em 1870, de “novo Mercado”, sendo ainda hoje um dos espaços tradicionais da cidade. Antes existira o outro, o primeiro mercado, criado em 1844 e demolido em 1870. A importância desta região para a economia e a sociedade da cidade pode ser medida pela opção dos dirigentes de ali, nas imediações da então praça do Paraíso, construírem o mercado, como relata Fischer (2006, p. 23): “No ano de 1844, uma grande mudança aconteceu na região do Chalé. Foi erguido o primeiro Mercado Público da cidade, quadrado, sólido em sua construção de tijolos, com portões de ferro, numa área que hoje pertence à Praça XV mas não onde está o atual prédio. Foi uma grande melhoria para cidade, por concentrar o comércio antes feito por quitandeiros dispersos pela margem do rio. As autoridades podiam controlar melhor a qualidade do serviço e dos produtos.” Quando a praça deixou de ser “do Paraíso” para ser “Conde D’Eu”, o novo mercado já estava quase pronto, não como é atualmente, segundo descrição de Fischer (2006, p. 25), “com um andar apenas, mas já formando o quadrado de área grande, que acolhe bares, açougues, frutarias, armazéns de secos e molhados, além de restaurantes.”

Os bondes barulhentos a que o romance faz menção são os elétricos, substituíram lugar os antigos bondes puxados a burro, o que foi uma mudança importante para a cidade na época, como explica Fischer (2006, p. 43): “Outra mudança importante, agora dizendo respeito diretamente à região da Praça XV, ocorreu em 1908. Foi neste ano que os bondes passaram a ser movidos a energia elétrica. Os antigos bondes puxados a burro progressivamente foram perdendo seu espaço

⁴⁵ A área que se chamava Doca ficava nas imediações do Mercado. Foi aterrada e ali, em 1900, construiu-se a prefeitura, hoje chamada de Prefeitura Velha, com sua praça, a Montevidéu.

para os modernos veículos, que começavam a impor sua estrondosa presença no centro da capital gaúcha.”

Erna Lang mora na rua Formosa, que existe ainda hoje no Moinhos de Vento, pertencendo, portanto, ao núcleo social dos alemães ricos. Firmado o caso amoroso com Freitas, ela passa a freqüentar um quarto alugado pelo amante na esquina da rua do Arvoredo⁴⁶, de propriedade de dona Mariquinhas, que ficava no alto da Bronze⁴⁷, lugar

de ruas sinuosas e tristes, de velhas casas de telhados acurvados ao peso das memórias do tempo em que o bairro dos guabirús tinha pretensões a zona aristocrática, vendo-se-lhe desenvolver em torno o incipiente Porto dos Casais. Ali restam ainda alguns sobrados vetustos a atestar a altitude das pretensões. Mas a gloria dessa época passara; a cidade deslocou-se e os velhos sobrados vão lentamente a se arruinar, entre as casinhas que se lhes apegam às fraldas, acachapadas, como que encolhidas (p. 34).

O mesmo quarto, tempos depois, viria a ser o lugar dos encontros de Frida com Freitas.

O fato de Erna ter amantes era conhecido de todos, apesar, entre os membros da comunidade germânica a curiosidade era saber quem era o “da vez”. O alemão Stoltz, da fábrica de malharia, interessado nela, resolve segui-la numa tarde chuvosa em que ia se encontrar com Freitas na rua do Arvoredo. No episódio, é traçado pelo narrador o trajeto da perseguição: de bonde circular, Erna vai à rua da Varzinha⁴⁸, quase à rua da Figueira⁴⁹, desce, entra na casa de uma modista italiana; depois, disfarçadamente, sobe a ladeira do Liceu e percorre toda a rua do Arvoredo, a pé; chega ao beco do Meireles⁵⁰ e dali dispara a correr para a casa de dona Mariquinhas. Por causa disso, Erna Lang exige que o amante arranje outro lugar para se encontrarem, o qual será o quarto por ele ocupado na casa dos Meyer. Descobertos por Frida, a qual exige que Freitas cesse tais encontros em sua casa, os amantes vão para a casa da Erna, onde são surpreendidos pelo marido traído. Este, sabendo de tudo, resolve fazer uma viagem a Buenos

⁴⁶ Rua que, mais tarde, receberia o nome de rua Fernando Machado, sendo assim chamada atualmente.

⁴⁷ Hoje se chama praça General Osório, nome que recebeu em 1866. Fica na zona central da cidade. Além de alto da bronze, o espaço foi também chamado de alto do Manoel Caetano, alto do Senhor dos Passos e alto da Conceição.

⁴⁸ Rua do centro criada ainda por volta de 1810. Seu primeiro nome foi rua Nova da Vargem do Riacho. Em 1827, passou a ser rua da Varzinha ou Varginha, denominação que mudaria para rua Dona Isabel em 1885. Em 1889, sofre mais uma mudança, recebendo o nome com que é conhecida atualmente, rua Demétrio Ribeiro.

⁴⁹ Mais uma rua do centro. Aparece nos registros da cidade em 1820. Foi mantido o nome rua da Figueira até 1874, quando passou a denominar-se rua Coronel Genuíno, assim chamada até hoje.

⁵⁰ Hoje se chama avenida Borges de Medeiros, nome que recebeu em 1925; também se localiza na área central da cidade. É recente em relação às demais que aparecem na narrativa, pois foi aberta na década de 1920. Antes disso, era um espaço de circulação bastante estreito chamado rua general Paranhos, um beco que ficou conhecido por três nomes, cada um se referindo a um de seus segmentos: travessa do Poço, beco do Freitas e beco do Meireles.

Aires com a esposa para se distanciar das reações dos conhecidos ao acontecimento, com o que tem fim o romance dos dois.

Na rua da Alegria⁵¹, não longe da Santa Casa⁵², mora a espanhola Joana Huerta, que livrara Frida da gravidez.

Já amante de Freitas e sem preocupação de que a comunidade viesse a saber de sua forma de vida, Frida exige, certa noite, que passeiem de carro pela cidade com o seu par. Então, passam pelo Menino-Deus⁵³, pela Praia de Belas⁵⁴, vêem “os Navegantes⁵⁵ com as chaminés das suas fábricas destacando-se esguias e negras sobre o fundo claro da noite” (p. 72), seguem por Santa Teresa⁵⁶, avistam na ilha da Pólvora as Pedras Brancas⁵⁷. Chegando ao alto da Tristeza⁵⁸, Freitas quer ir até a Pedra Redonda⁵⁹, mas Frida não concorda e ordena ao motorista que vá a Teresópolis⁶⁰. Vão, então, em direção ao passo da Cavalhada⁶¹, percorrem as ruas de Teresópolis, descem a Azenha⁶² e entram na Várzea. “No momento de cruzar a esquina, Freitas viu de súbito surgir sobre o carro, enorme, a massa iluminada dum bonde que vinha em disparada pela rua Venâncio Aires⁶³, a recolher. Ouviu o brado de terror do motorista e ao mesmo tempo, sentia-se atirado ao longe, por um choque formidável, no meio dum desmoronamento em que ele teve a impressão última dum grito estrídulo de Frida” (p. 73).

⁵¹ Rua do centro, cujo primeiro nome foi rua do Arco da Velha; também foi conhecida como travessa de Baixo, rua da Prisão Militar (designação dada por populares devido à existência, por ali, de uma prisão militar) e travessa da Caridade. Em 1837 começa a ser adotado o nome de rua da Alegria. Em 1870 teve mudado o nome para rua general Vitorino, o qual se mantém até hoje.

⁵² Santa Casa de Misericórdia é um dos mais famosos hospitais da capital gaúcha e está em funcionamento desde 1826. Foi o primeiro hospital de Porto Alegre.

⁵³ Bairro residencial na região central de Porto Alegre, no qual está a Santa Casa de Misericórdia.

⁵⁴ Avenida ainda hoje chamada por este nome. Também se chamou caminho de Belas. Existe desde o início do século XIX.

⁵⁵ Bairro da zona norte da cidade onde se concentram muitas das indústrias da capital.

⁵⁶ Bairro localizado na zona sul da cidade. Pela sua posição geográfica, na qual se inclui um grande morro, instalaram-se ali os meios de comunicação mais importantes, como rádio e televisão.

⁵⁷ Local à margem oposta do Guaíba, uma das ilhas desse rio. Josué Guimarães também cita esse espaço no romance *A ferro e fogo: tempo de guerra* (1975, p. 27), dizendo que ficava ofuscado pelo derrame de luzes e de cores que o pôr-do-sol produzia sobre ele.

⁵⁸ Bairro residencial que tem um de seus limites nas margens do rio Guaíba.

⁵⁹ Bairro da cidade próximo ao Tristeza, também se limita com o rio Guaíba.

⁶⁰ Bairro residencial próximo ao centro da cidade, no sentido da zona sul.

⁶¹ Hoje se chama bairro Cavalhada e fica na zona sul de Porto Alegre. Nele há a importante avenida Cavalhada.

⁶² Trata-se da atual avenida Azenha, já chamada de caminho da Azenha e rua da Azenha.

⁶³ Importante e conhecida avenida dos bairros Cidade Baixa e Santana. Foi aberta em 1845, tendo recebido o nome de rua da Imperatriz em homenagem à imperatriz do Brasil Tereza Cristina, que veio ao Rio Grande do Sul com o seu marido, o imperador dom Pedro II. Esta e a rua do Imperador (hoje rua da República) foram criadas, na época, especialmente para receber a visitas deles. Em 1889, com a proclamação da República, alterou-se o nome para rua Venâncio Aires; em 1966, transformou-se em avenida Venâncio Aires, como é chamada até hoje.

Diante da exposição pública do caso amoroso, Freitas julga por bem mudar-se da casa dos Meyer, passando a residir “na casa da Louise, uma manicura francesa que morava ao fim da rua da Igreja⁶⁴, quase à praça do Portão⁶⁵” (p. 74). Faz suas refeições no “Club do Comércio⁶⁶, querendo fugir por algum tempo à Germânia, evitar a curiosidade dos que lá teria de encontrar” (p. 75)

Um ponto da rua da Praia foi o marco da decisão de Freitas de abandonar Frida. Numa ocasião em que por ali passeiam, encontra Marieta Lins, a quem preza muito, bem como aos outros membros da família Aguiar. Esta, sabedora do caso que o envolvia, ignora-o. “Foi para ele um rude abalo” (p. 75). Após, segue até a rua Santa Catarina. Em outra rua aparece-lhe a solução esperada. Freitas segue pelo Caminho Novo, vindo da Estrada de Ferro⁶⁷, e encontra Germano Weiss. Este chega à praça dos Bombeiros e entra num hotel, onde Freitas o procura e propõe-lhe que se case com Frida em troca de dinheiro.

Após o casamento, Frida e Freitas encontram-se às escondidas às vésperas de ele embarcar para o Rio de Janeiro. Da esquina da rua Tomaz Flores⁶⁸ com a Bom-Fim⁶⁹ seguem para o Montmartre, um restaurante noturno estabelecido na Praia de Belas. À hora da saída, são surpreendidos pelo alvoroço causado por um incêndio na região onde se concentram os alemães, provavelmente uma vingança contra a comunidade germânica por causa da guerra: “Na sombra da janela donde ouviam sem ser vistos, Frida agarrou-se, trêmula, ao braço de Freitas e pôs-se a soluçar baixinho” (p. 91).

Além de Porto Alegre, são citados alguns outros locais de onde certos personagens vêm ou para onde se deslocam: Santa Cruz, cidade do interior do Rio Grande do Sul, de onde vem Germano Weiss; Rio de Janeiro, cidade de Henrique Freitas, capital do estado do Rio de Janeiro; Buenos Aires, capital da Argentina, para onde vão alguns alemães, como Weiss e o casal Lang, e a Alemanha, país europeu, pátria-mãe das principais personagens do romance.

⁶⁴ Hoje se chama rua Duque de Caxias; já foi chamada de rua Formosa e de rua Direita da Igreja, além de rua da Igreja. Sua existência é registrada ainda em 1786. Localiza-se no centro da cidade.

⁶⁵ Praça do centro. Pelo nome praça do Portão já era chamada em 1829; em 1873, chamou-se praça general Marques; desde 1912 chama-se praça Conde de Porto Alegre.

⁶⁶ Antigo clube de Porto Alegre; hoje, a sua sede localiza-se na Alfândega.

⁶⁷ Caminho por onde circulavam os bondes elétricos. Eram trilhos de ferro que substituíram os trilhos de madeira usados quando os bondes eram puxados a burro, tipo de transporte coletivo implantado em 1873. Nessa região central, a estrada passava pelas ruas Sete de Setembro, Voluntários da Pátria e subia a Borges de Medeiros.

⁶⁸ Rua criada na década de 1890 e que mantém o mesmo nome atualmente, sendo o seu registro oficial rua Coronel Tomás Flores; fica nos bairros Independência e Bom Fim.

⁶⁹ É a atual avenida Osvaldo Aranha, nome que recebeu em 1930. Foi aberta na década de 1830 com a designação de estrada do Meio ou caminho do Meio. Em 1916, foi mudado o seu nome para avenida do Bom Fim.

3.2.4 – Contatos

Meyer, viúvo e com o dinheiro da venda da loja, busca o contato das caixeiras em botecos. Quando ali encontra outros alemães, estes não fazem questão de tê-lo em suas mesas: “Buscava chegar-se, às vezes, às mesas dos patrícios, mas sentia-se acolhido com indiferença e descaso. Recuava ante a agressividade dos monossílabos com que lhe respondiam, constrangidos, os outros. Era um vencido e bem sabia que a sua gente, pelo próprio culto da força que professa, só sorri, prazenteira e obsequiosa, aos vencedores, os de negócios aparentemente prósperos” (p. 5).

Frida tem poucos contatos. Da época da escola é mencionada sua amizade com Erna Busch, que depois vem a ser Erna Lang. Agora adulta, Frida tem seus contatos restringidos aos membros da família e hóspedes da casa. “Conquanto vivessem em bons termos com a colônia alemã, as suas relações eram muito limitadas; estavam os Meyer quase isolados desde muito tempo, e a não ser os cumprimentos trocados de passagem ou as palestras de cortesia nas raras festas a que iam nos clubes germânicos, não cultivavam conhecimentos; não tinham íntimos” (p. 8).

O primeiro pensionista de Frida Meyer é Henrique Freitas,

o gerente da filial recentemente estabelecida de Ramos, Freitas & Cia., firma fortíssima, do Rio. Irmão dum dos sócios, interessado ele próprio na casa; diziam — conversas de caixeiros-viajantes — que a sua vinda para gerir a nova filial era uma espécie de exílio que lhe aconselhara o irmão mais velho em vista de certa aventura escandalosa em que se tinha achado envolvido no Rio. Uma cousa era certa: tinha dinheiro, fortuna própria, e sabia gastar (p. 8).

O segundo pensionista, uma mulher, é madame Servine, dona de um salão de beleza. O terceiro é Germano Weiss, arquiteto formado na Alemanha. “O acaso dos anúncios o tinha conduzido à pensão dos Meyer, e como pertencesse à raça privilegiada⁷⁰ passou rapidamente a ser considerado quase membro da família” (p. 9).

⁷⁰ Fischer diz que, com a expressão *privilegiada*, “um pouco talvez por ironia, outro pouco talvez a sério, o narrador repete aqui a idéia de que o povo alemão teria qualquer virtude superior; é de lembrar que o romance é anterior à Segunda Guerra Mundial, quando tal idéia racista encontrou uma realização tragicamente assassina, com o nazismo” (Notas à segunda edição da obra que está sendo preparada).

Freitas não gosta do contato com o “alemãozinho”, como chama para si próprio a Germano, o qual lhe vivifica a imagem que tem gravada dos alemães:

Chegando ao Sul fora, como todo o recém-vindo de outros estados, tomado de violenta repulsa por aquele tipo, para ele desconhecido, de brasileiros natos que ignoram a língua do país, que não perdem oportunidade de manifestar o seu superior desdém por tudo quando é nacional e que se dizem, ainda na terceira e quarta geração, alemães, olhos voltados para a “Grande Pátria” de além-mar, todas as ambições para lá volvidas, de lá recebendo todas as inspirações e todas as idéias, enquanto prosperam na desprezada terra que lhes é berço e que lhes dá vida⁷¹. A essa antipatia geral juntava-se no caso de Germano Weiss uma quase aversão pessoal. O rapaz tinha tal modo de falar, evitando o olhar do interlocutor, certa forma imprecisa de se exprimir e que se refletia em todas as suas atitudes e até no caminhar, a passos macios, hesitantes quase, que todo ele traduzia dubiedade. Freitas estava convencido de que o seu caráter posto à prova havia de revelar jaças formidáveis (p. 11).

Entretanto, esse seu pensamento não se trata de uma generalização irrefletida; toma, antes, modos de ser conhecidos de grande parte dos de descendência alemã. Muitos de seus bons contatos em Porto Alegre são com pessoas da comunidade germânica. Artur Grimm, por exemplo, surge como um seu conhecido, a dar-lhe informações sobre Erna Lang, mulher casada com quem viria a ter um caso amoroso mais tarde. Grimm também lhe explica quem é a senhora que está em companhia de Erna:

--Ah! É a Frau Ritter, a senhora do Ritter da fábrica de chapéus. Modelo de mãe de família, senhora honestíssima...
 --E anda assim em tanta intimidade com a outra cuja reputação pelo que você diz não vale dois corações...
 --E não vale mesmo. Mas que tem isso?
 --É que me parece que uma senhora exemplar, como você diz, com amor ao seu bônimo, não deveria gostar de ser vista em companhia de pessoas com a fama que você empresta à tal Lang.
 --São as melhores amigas do mundo. Este Freitas está me saindo mesmo ingênuo...
 --Pode ser; mas há coisas que nunca fui capaz de compreender muito bem. Estes seus patrícios, Grimm, têm uma concepção de moral diferente da nossa (p. 14).

Segue entre eles uma interessante discussão sobre a presença alemã:

⁷¹ Fischer considera que “toda essa passagem resume um sentimento realmente ativo no país, por esta época e depois, especialmente na altura da Segunda Guerra (1939-1945): a sensação que os luso-brasileiros tinham a respeito dos teuto-brasileiros, estes muitas vezes considerando-se pouco ou nada brasileiros (falava-se apenas alemão em várias cidades, incluindo em vários grupos de Porto Alegre) e achando-se algumas vezes superiores àqueles, por outro lado aqueles julgando que tal suposta superioridade era um escárnio, porque afinal todos viviam era aqui mesmo. Aqui, Freitas e Germano resumem as duas posições, segundo o ponto de vista do narrador, que expressa uma percepção bastante freqüente sobre tal circunstância” (Notas à segunda edição da obra).

-- “Nossos” patrícios, se me faz favor. A Erna nasceu aqui em Porto Alegre, Frau Ritter é de S. Leopoldo, o Lang é de Montenegro e Moritz é também de Porto Alegre.

-- “Nossos” patrícios! Não posso me conformar com o admitir que esses nomes de Ritters, Langs, Mayers, Wolffs e quejandos sejam de brasileiros, com todas as suas Frauss “Frau Doktor”, “Frau Direktor”, “Frau Konsul” e não sei mais o que... Pois isto é Brasil?

--Na lista dos nomes você esqueceu-se de incluir os Grimms.

--Desculpe, mas você é uma exceção e se eu não o considerasse como tal, não teria me externado com tanta franqueza. Andam aqueles idiotas lá no Rio a falar em perigo alemão, vendo-o na possibilidade duma remotíssima tentativa de anexação de territórios em Santa Catarina. Que venham cá para ver o que é “perigo alemão”; para verificar que já o temos em casa, a crescer de dia a dia (p. 15).

Freitas elabora um discurso de desabafo e externa a sua contrariedade ao modo de ser de parte dos imigrantes alemães, expressando uma interpretação do futuro nacional marcado por uma suposta intenção internacional:

--Onde é que você vê o perigo alemão?

--O “perigo alemão” é esta nucleação dum corpo estranho dentro da nossa nacionalidade a produzir fatalmente no futuro a heterogeneidade da raça. Vi os italianos em São Paulo: como os portugueses do Rio, eles ao fim da segunda geração estão assimilados. O alemão não. Moro agora numa pensão de teutos e faço observações diárias. Esta gente ao fim de não sei quantas gerações é tão alemã como os antepassados que para cá vieram; não se amalgamam, não se absorvem na nacionalidade; conservam a língua, os hábitos, as idéias, os costumes, tudo o que lhes foi transferido no sangue. Nasceram aqui, vivem aqui, aqui morrem sem nunca ter transposto a barra do Rio Grande, mas são alemães até os fundilhos da alma... Haverá raríssimas exceções, como você, mas o conjunto é isto que digo: um elemento nocivo para a uniformidade nacional. E o que não posso suportar-lhes é essa arrogância, esse desdém que não se dão ao incômodo de disfarçar e com que tratam tudo o que é genuinamente brasileiro. Nós somos os indígenas e eles consideram isto aqui uma espécie de Cameroun (p. 15).

Por essa voz, Coaracy traz presente uma campanha deflagrada no Brasil contra o chamado “perigo alemão”, conversa que andava por aqui há bastante tempo. Segundo Gertz, essa campanha teve o seu auge nos vinte anos que antecederam a I Guerra Mundial. Surgiu baseada “no pressuposto da existência de fortes interesses imperialistas da Alemanha em relação ao Brasil e no papel que, para a concretização desses interesses, teria a população de origem alemã no país em especial a dos estados do sul” (2002, p. 124).

Pode ter sido apenas uma fantasia, como disse o tenente J. Nunes Ferreira em *O Echo* (apud GERTZ, 2002, p.129): “Quanto ao apregoado perigo alemão, ele jamais passou de uma lenda inteligentemente explorada pelos seculares inimigos da Alemanha.” Contudo, muitas foram

as ações praticadas pelo governo brasileiro contra a população teuta com a determinação de eliminar a ameaça do “perigo alemão”.

Outro passo de encontro com essa realidade ou idéia que se viu como verdade foi dado pelos intelectuais intérpretes da relação Brasil-Alemanha, os denominados “francófilos” brasileiros, como também pela imprensa, durante a Primeira Guerra. Com eles, tomou forma um debate sobre o incômodo assunto, tendo do outro lado os “germanófilos”, que se posicionavam contra as acusações aos alemães. As complicações aumentaram quando os dois países entraram em conflito aberto. Com isso, além da discussão em livros e protestos públicos, a população de origem alemã que vivia no Brasil passou a ser o alvo real da campanha dos nacionais contra o perigo alemão, sofrendo atos de violência nas mais diversas instâncias - culturais, materiais e até pessoais (GERTZ, 2002).

O tema da assimilação é abordado por Coaracy por meio das vozes de Freitas e Grimm. Este diz:

- (...) Para que o elemento germânico seja absorvido pela nacionalidade brasileira e a esta se assimile, a única coisa precisa é o cruzamento.
 --O cruzamento?..
 --O cruzamento, sim. Todos aqueles que citei, os Voigts, os Grimms, os Brenners e muitos outros que poderia apontar, contam, entre os seus ascendentes recentes, uma ou mais brasileiras, mulheres de sangue português próximo ou remoto, ou, como dizem os teutos puros, “luso-brasileiras”. Está aí o segredo da assimilação desse elemento indigesto. Entendeu? É por isso que somos tão brasileiros como o Paiva e o Silva filhos de pais brasileiros e que você nunca suspeitou que tivessem cinquenta por cento de sangue germânico (p. 16).

Grimm complementa suas explicações com uma referência àqueles que se mantêm em casamentos com pares da mesma etnia: “Aqueles insuportáveis teutos do Moinhos de Vento a que você se referia e que merecem em grande parte a sua objurgatória, na sua maioria descendentes enriquecidos de imigrantes sem cultura, são produtos de intercruzamento no núcleo colonial, sempre dentro da raça” (p. 16).

Freitas alarga seus contatos com os teutos quando entra para o Germânia, o que consegue com a ajuda de Arthur Grimm. Na proposição feita por este são explicitados mais conceitos sobre os alemães imigrantes:

--Pois então proponha-me para sócio.
 --Você sujeita-se às condições?
 --Que condições?

--Não sendo descendente de alemães, você será admitido numa classe especial de sócios; terá que pagar uma jóia mais elevada, não poderá exercer cargos e nem tomar parte nas assembléias deliberativas. Não terá voz ativa enfim...
 --Mais um desaforado exemplo do exclusivismo desse pessoal. Grandes patifes! (p. 17)

Na passagem

Ernesto narrava, à hora do almoço, uma série de dificuldades que a casa onde trabalhava estava encontrando na Alfândega a propósito de qualquer irregularidade de faturas consulares. Foi o mote para Weiss desdobrar uma crítica violenta às repartições públicas, com afirmativas da venalidade de todos os seus funcionários e arrematando como sempre por formular comparações com casos análogos na Alemanha, cujas instituições exaltava (p. 18).

encontramos uma forma de pensar que sugere, entre outras coisas, oposição à organização do país onde o teuto mora, o que leva Freitas, ora representante dos brasileiros, a se incomodar com os sentimentos manifestados pelo discurso do outro.

No Germânia Freitas encontra-se com *Frau Lang*. A conversa inicial, já acalorada, vai embasar um relacionamento amoroso, vindo Freitas a ser o sucessor de Moritz na lista de amantes dela. É uma atitude imprudente da alemã, na visão dos seus pares étnicos, pois “o Freitas não era um deles com quem essas cousas ficavam como que em família!” (p. 48).

Um embate de grandes proporções e de conseqüências mais drásticas nos contatos dos alemães com os brasileiros é representado quando estoura na Europa a Primeira Guerra Mundial. O narrador, em tom de notícia, anuncia os principais fatos que dão início ao acontecimento trágico que, embora mantido nos limites da Europa, teria extensas repercussões por todo o mundo. Diz ele: “Rompera na Europa a guerra. As falanges alemãs, esmagada a resistência da Bélgica, entravam no território da França como uma cunha irresistível. Os regimentos gauleses em retirada desordenada, o governo da república transferido para Bordeus, a Inglaterra tardia e lenta em seus aprestos, o exército de von Kluck a cinquenta quilômetros de Paris, tudo pressagiava a vitória fulminante das hostes germânicas” (p. 44). Essa expectativa de vitória era expressada pelos germânicos de Porto Alegre, o que causava repulsa nos luso-brasileiros, apoiadores dos Aliados. Freitas, nesse momento, demonstrando preferência pela vitória da Alemanha, impressiona-se com “a arrogância, o orgulho que eles manifestavam, sem reboços, a todo propósito desde o começo da guerra” (p. 45). Isso era atitude clara dos grupos exclusivos da raça que se dizia superior, quer estivessem no Germânia, quer nos bares que circundavam a praça

Quinze ou em qualquer outro lugar em que viessem a se reunir. Enfim, suas falas e seus gestos certificavam a idéia formidável que criavam, a do triunfo, a do vencer, o que tornaria aqueles que eram “os diferentes” em termos de etnia submissos a eles.

Reforçando as referências sobre os comportamentos assumidos pela colônia alemã de Porto Alegre diante da guerra e da pretendida posição de todos que tinham sangue germânico sobre o mundo, encontramos na narrativa uma relação de sobrenomes alemães a dar realismo às possíveis conversas de bar ou de restaurante. No Viena, Margen, Stoltz, Theler, Mons, Schack, Diedmann, Loew, Hartmann, Rapp von Lindeberg, Sarakowsky e Ritter formam um grupo que se reunia todas as noites, ao qual se incorporou Weiss. Em meio a inúmeros chopes, vinhos do Reno e cantando o *Deutschland über alles*, celebram por antecipação o destino da sua etnia.

A idéia de superioridade e orgulho da etnia, como que se aproveitando dos sucessos da guerra para se expor de forma clara como os eleitos dentre os outros, é notoriamente insistente no romance. Possivelmente, com isso, ironizam-se fatos que se sucederam no interior da sociedade teuto-gaúcha na época, pois, diante da afronta ao Brasil por parte da Alemanha, com o torpedeamento de um navio brasileiro por seus submarinos em águas de França, recolhem-se dos costumeiros locais públicos de encontro os até então autodenominados “superiores”, como observamos nesta cena que se passa no Clube do Comércio: “No salão ao lado os bilhares abandonados pelos jogadores habituais, com as bolas esparramadas sobre o pano verde e os tacos cruzados, exprimiam naquele descaso a preocupação que dominava os espíritos” (p.88).

A questão é que os contatos dos alemães com os brasileiros não resultam mais em outra coisa senão em agressões verbais, físicas, materiais. Numa exultação do patriotismo e em nome da honra nacional, os brasileiros revidam às afrontas que os admiradores do Kaiser vêm causando à bandeira nacional. A praça da Alfândega torna-se local de organização e discursos, esses que inflamam os ânimos da multidão a ponto de esta cometer uma barbárie - incendiar as casas dos alemães. Então, o que se vê nos céus da região da praça Quinze é aterrorizante:

À beira-rio, no porto, um incêndio formidável atirava para as nuvens labaredas que jorravam, serpentiformes, entrelaçadas num delírio raivoso, extinguindo-se para ser logo substituídas por outras línguas retorcidas que cortavam em golpes fulvos o negrume do fumo espesso. O céu em cima e o rio embaixo refletiam por uma larga extensão o clarão vermelho do braseiro gigantesco que iluminava intensamente as embarcações mais próximas, recortando-as vividamente contra o fundo trevoso da margem oposta. Noutros pontos da cidade, duas fogueiras mais, enormes, atiravam para o espaço línguas de chamas intensas (p. 90).

O incêndio da beira do rio da casa Bromberg, cujas chamas atingem os prédios vizinhos, toma conta de todo o quarteirão. Outro incêndio que se vê mais no alto ocorre na Germânia. Franco (1992) registra que a sede do clube ficava na rua Dr. Flores e que, de fato, foi incendiada e saqueada por ocasião de manifestações antialemãs de 14 a 16 de abril de 1917.

Esse episódio, que finaliza a narrativa de *Frida Meyer*, lembra, então, os conflitos acontecidos entre os cidadãos de Porto Alegre que defendiam a causa dos Aliados e os de origem alemã que eram favoráveis às ações da Alemanha na guerra, formando duas correntes de opinião antagônicas. O próprio Coaracy, em seu livro de memórias, lembra a explosão popular que irrompeu nas ruas de Porto Alegre quando os submarinos alemães atacaram os navios brasileiros: “A fúria desvairada da multidão, incitada pela veemência sugestiva de oradores de comícios improvisados nas praças da cidade, derramou-se em incontida violência pelas ruas, cevando-se no incêndio e destruição de propriedades dos alemães” (COARACY, 1962, p. 150).

O escritor registra também que esse momento de explosão resultara de um período anterior de preparação, no qual o grupo que ficara do lado dos Aliados, formado pelos de origem não germânica, acompanhava as manifestações do outro grupo, formado não exclusivamente pelos alemães e seus descendentes, pois alguns brasileiros genuínos manifestavam-se simpáticos à Alemanha, por razões sentimentais (convívio, amizades, laços familiares) e econômicas. Os sentimentos deste grupo “se inclinavam naturalmente para a Alemanha, de que tomavam o partido com aceso calor” (COARACY, 1962, p. 149).

Conforme mencionado por Coaracy (1962, p. 149-150), as manifestações dos germânicos eram várias e à vista de toda a sociedade:

Em Porto Alegre os elementos germânicos festejavam, na Germânia, seu clube social, com grande pompa, as vitórias dos exércitos que invadiam a Bélgica e se aproximavam de Paris. Contavam com o triunfo rápido e decisivo. Promoviam subscrições e quermesses em favor da Cruz Vermelha alemã e celebravam com ceatas ruidosas no Restaurante Viena as notícias divulgadas em boletins mimeografados. Não ocultavam o soberano orgulho de que estavam possuídos, sem perceber que essa atitude arrogante estimulava a hostilidade latente já antes existente entre grande parte da população genuinamente brasileira.

Quanto às ações do grupo oponente, Coaracy observa que não atacava diretamente:

Os elementos favoráveis à causa dos Aliados mantinham conduta mais discreta, de certa tolerância, tornando possível a coexistência sem conflitos das duas correntes de opinião lado a lado. Mas a intensa propaganda dos Aliados, cuja causa era francamente esposada

pelo *Correio do Povo*, o órgão de mais acentuada influência sobre a opinião pública, calava fundo no sentimento da população, estimulando e acirrando antagonismos” (COARACY, 1962, p. 150).

Entretanto, este grupo de brasileiros agiu com furor quando o Brasil foi atingido pelo ataque aos seus navios:

Massas populares, conduzidas e incitadas por agitadores que sempre surgem nessas ocasiões, despejaram-se pelas ruas de Porto Alegre, em fúria de destruição, atacando, invadindo, dilapidando, saqueando as propriedades dos alemães. Lojas foram devastadas; residências familiares, apedrejadas. Para culminar, surgiram os incendiários. Foi devorado pelo fogo quase todo um quarteirão da Rua Sete de Setembro, pela propagação do incêndio ateado nos armazéns de Bromberg & Cia. Da sede luxuosa da Germânia só sobraram as paredes calcinadas. As chamas destruíram um hotel na Rua Voluntários da Pátria e os pavilhões da Turner Verein. A turba ululava, misturando o hino nacional com os improperios.

As autoridades omitiram-se. A população agiu com plena liberdade. Entendeu Borges de Medeiros que a explosão das massas servia de advertência e escarmento à orgulhosa coletividade germânica. Teria as suas razões, de ordem política. Quando, porém, ao cair da noite lhe pareceu bastante a amostra do que era capaz o povo, mandou soltar na rua a Brigada Militar. E, dentro de duas horas, estava restabelecida a ordem, a cidade calma e silenciosa. Só os cavaleiros da Força Pública patrulhavam, vigilantes, as ruas desertas (COARACY, 1962, p. 72-73).

Contemplando essas reações de ambas as partes, situando-as como um desencadeamento do clima da guerra que exacerbava as paixões, o romance de Coaracy faz a transposição dos fatos de Porto Alegre com evidente fidelidade ao que o autor via e entendia na época. A ficção, pois, consegue contextualizar sentimentos provocados e rompimentos estabelecidos.

Em *Frida Meyer*, os contatos dos teutos representados ocorrem, preponderantemente, entre eles mesmos, em seus lares, em seus clubes, em seus bares, sendo, nesse caso, mais harmoniosos; quando se dão com os brasileiros, resultam em rompimentos e em conflitos.

3.3 – Um rio imita o Reno

- Não suporto a idéia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava.

Em 1939 surge um livro que surpreenderia os leitores pelo acerto, ou afronta, da temática em relação ao mundo real. Era a expressão de uma voz solitária no meio germânico do Rio Grande do Sul, que se ligava diretamente a um amplo contexto situacional que se alastrava para, poucos anos depois, desde a Alemanha, envolver todo o mundo. Era o contexto das vésperas da Segunda Guerra Mundial, no qual o obcecado governo que provocou seu início creditou a toda a Alemanha e a todos os seus descendentes, como aos nossos chamados “teuto-brasileiros”, conceitos e preconceitos firmados na barbárie. Da mesma forma, foi o contexto que encorajou alguns teuto-gaúchos a agirem como se a sua supremacia sobre as demais etnias fosse inquestionável, pensando que as ações comandadas pelo líder por eles reverenciado, Adolf Hitler, tornariam infalíveis seus poderes sobre a humanidade.

O que se propagava sobre a humanidade pertencente ao lado ocidental do mundo era, sim, uma força emitida pelas ações e palavras de Adolf Hitler, a qual, ao mesmo tempo em que alcançava o vigor para alguns desejosos do aniquilamento dos outros, condenava ao sofrimento e à morte a grande massa populacional rotulada de inferior. Era isso que se desenhava no ano de publicação do livro, como analisa Fischer na “Apresentação” à edição de 2005 de *Um rio imita o Reno* (p. 6):

Hitler lidera uma escalada impressionante na Alemanha, recuperando a economia do país ao custo de apelar para um obscuro porão da identidade germânica – a pureza racial – e de perseguir os judeus, tidos como responsáveis pelas mazelas do país. Por aqui, muitos descendentes de imigrantes alemães assistem ao espetáculo europeu com entusiasmo pela recuperação da antiga pátria, a Vaterland, que de fato havia sido humilhada no acordo que selara a paz da I Guerra, o Tratado de Versalhes. E alguns poucos, extremados, esposam aqui o ponto de vista racista de Hitler e seus asseclas.

Nesse sentido, o mundo pensado pelo romancista ganha forma por um enredo do que acontece enquanto escreve, ou seja, mais uma vez, é com o presente que o autor lida em seu discurso, como haviam feito Caldre e Fião – *A divina pastora* - e Vivaldo Coaracy – *Frida Meyer*. O mundo externo delineado pela política de uma nação, dada pelo seu governo, em relação a outras nações transforma-se em mundo interno do romance de Vianna Moog.

Disso resulta uma história ligada a uma realidade extraliterária por um nexos bem determinado, qual seja, as interferências do pensamento alemão dominante durante a Segunda

Guerra na comunidade germânica estabelecida na região de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, abordando a questão do racismo e da miscigenação. Essa questão é apresentada por meio de uma “história de amor contrariado por preconceitos de raça”, como o próprio autor diz ao comentar o assunto de seu livro no texto “Breve história de um romance”, incluído na edição de 2005 (p. 15). Trata-se de um amor que nasce entre um rapaz brasileiro, da Amazônia, e uma jovem alemã, habitante da fictícia Blumental, cidade germânica para onde ele viera a fim de, como engenheiro sanitário, construir uma hidráulica para tratar a água consumida pela população. No entanto, em detrimento desse amor, sobrepõe-se o pensamento racista da família da moça.

Blumental é a São Leopoldo das décadas de 1920 – 1930, como afirma o historiador Martin N. Dreher (2006, p.5): “Vianna Moog leva-nos para Blumental, indiscutivelmente, São Leopoldo. Aqui há uma hidráulica em construção, um Seminário de Formação de Professores protestantes, uma igreja protestante de interior lúgubre, com relógio que bate de quinze em quinze minutos, pastores protestantes, uma Sociedade Ginástica, indústrias alemãs”.

A hidráulica, motivo da vinda do protagonista Geraldo Torres para a cidade sulina não é, então, uma invenção alheia à realidade. De fato, em 15 de maio de 1925 começaram as obras da Hidráulica da São Leopoldo, na administração de João Corrêa. O sistema, quando pronto, possuía 16.748,09 metros de canalizações e um reservatório para 120 mil litros. Saturnino Britto elaborou o projeto, Antônio da Siqueira fiscalizou a obra em nome do governo e os engenheiros locais Alípio Webwe e Rodolpho Laydner Filho executaram-na. As pessoas apontadas como responsáveis pela conquista, por terem lutado para a concretização dessa necessidade dos cidadãos, foram Corrêa e Frederico Wolffenbüttel, seu vice (GERTZ, 2002, p. 196).

O livro resultou num grande sucesso tão logo foi lançado. Teve duas edições no ano de 1939, com a primeira, de mais de cinco mil exemplares, esgotando-se em três semanas, como o próprio Vianna Moog informa (2005). Seguiram-se a estas mais duas edições, em 1940 e em 1943. Depois, após um intervalo de tempo até 1958, publicou-se outra edição, e mais uma em 1966; outra em 1973 e a mais recente em 2005. Além das edições, Vianna Moog (2005) informa também que a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul adquiriu muitos exemplares e distribuiu-os às escolas do estado.

Logo após o lançamento, com a repercussão do assunto nele tratado, o Consulado da Alemanha hitlerista interviu na circulação do livro, dispondo-se a comprar todos os exemplares. Esse fato colaborou para que autor e obra ficassem ainda mais famosos. Com isso, com os

comentários favoráveis da crítica e a grande vendagem de exemplares, *Um rio imita o Reno* ganhou o prêmio Graça Aranha de Romance em 1939, o maior prêmio nacional na época. Conseqüência também do sucesso do livro foi a eleição do autor para a Academia Brasileira de Letras em 1945.

Nesses primeiros tempos do aparecimento do livro houve mais dois acontecimentos interessantes: a Paramount Pictures manifestou a intenção de fazer um filme no Brasil com o tema do livro, contudo o projeto não se realizou “devido a dificuldades de última hora provocadas pela guerra submarina”, explica Vinna Moog (2005, p. 18), e foi adaptado para uma novela radiofônica em Porto Alegre.

A história narrada seguiu paralela a uma situação de apreensão, medo, ameaça. Da parte dos governos mais expressivos da época, tudo girava em torno da política totalitária, que intentava tornar cada nação una, de acordo com o pensamento de seu líder político. A força concentrava-se em homogeneizar as instâncias sociais – educação, por exemplo – sob leis ditatoriais. Fischer (2005, p. 7) lembra que o livro foi publicado quando Hitler

está no poder há alguns anos, assim como seu êmulo Mussolini, na Itália, e ainda Franco, na Espanha. Mesmo o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, não se pode dizer que esteja no poder por méritos democráticos: depois do Golpe de 30, já passou para trás as expectativas democráticas em 34 e em 37 (isso sem falar de 32 e do combate aos comunistas em 35). Quer dizer: o cenário é de ditaduras, regimes fortes, antiesquerdistas e, na Europa, racista.

Todos os mandatários citados eram governantes de países periféricos que estavam determinados a ascender economicamente; eram da periferia do capitalismo moderno ocidental e queriam alcançar uma modernização acelerada para recuperar o tempo perdido. A possibilidade para fazer isso era instituir um governo totalitário, sob a visão de que é preciso todos se concentrarem num objetivo comum, isso no plano político. A política econômica resultante disso é um Estado que concentra o poder e se imbuí da função de conduzir o desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, a nacionalização em vigor no Brasil estava entre as principais medidas governamentais a ser implementada para o crescimento geral do país. As ações da campanha eram dirigidas a todas as pessoas de origem estrangeira, mas a história mostrou que, no contexto do Rio Grande do Sul, a etnia alemã foi uma das mais focalizadas no sentido de se exigir sua transformação social e cultural. E para essa ação concentrada na etnia, tomando a todas as pessoas a ela pertencentes como inimigas do Brasil, convergiam os acontecimentos que

envolviam o poder de Hitler no final da década de 1930 - véspera da Segunda Guerra Mundial -, com sua extensão a países que abrigavam alemães. Sendo o Rio Grande do Sul o maior berço dos alemães no país, a atitude do governo se fez notar profundamente por aqui, criando-se inúmeros conflitos nas comunidades com presença maciça dos alemães.

Nesse sentido, os sentimentos de brasilidade despertados pela nacionalização encontraram um atraente aliado em *Um rio imita o Reno*, haja vista a repercussão da obra nas diferentes instâncias da sociedade e a recepção dos leitores, que resultou nas diversas edições do livro. Corroborando essa idéia, Gertz, ao analisar a intelectualidade gaúcha que apoiou o Estado Novo, assim se refere a Vianna Moog e a seu livro:

Não se pode esquecer que a publicação do romance *Um rio imita o Reno*, em 1939, teve um sucesso estrondoso, que fez com que o livro tivesse esgotado sua primeira edição em poucos dias e, assim, servisse à causa da campanha de “nacionalização”, uma das principais metas do governo de Cordeiro de Farias. O fato de que a Secretaria de Educação tenha adquirido duzentos exemplares para distribuição às bibliotecas escolares do estado demonstra a simpatia que as autoridades tributavam ao livro (2005, p. 116).

São também indicativas da citada ajuda à nacionalização as manifestações da crítica que se publicaram a respeito, conforme podemos concluir por esta síntese de Martin N. Dreher (2006, p.4):

Em outubro e novembro de 1939, o mais importante jornal de Porto Alegre, o *Correio do Povo*, trouxe apreciações sobre “Um Rio Imita o Reno”. O primeiro comentador, Victorino Serra, considerava dramática a situação do Rio Grande do Sul, onde há “conflicto de raças no sul do Brasil, e um drama que a infiltração do nazismo, à distancia exaltou e tornou, assim, mais evidente.” Já Alcides G. Mendonça Lima vê na obra de Vianna Moog denúncia das manifestações anti-brasileiras dos moradores de Blumental”. Quer “impedir a infiltração perniciosa e soberana de estrangeiros arrogantes e, mais do que isso, impedir que brasileiros, nascidos sob o nosso céu, se deixem dominar pelas tradições de seus Paes ou antepassados, enraizados no paiz de origem destes.” Segundo o articulista, Vianna Moog “exalta [...] o amor ao Brasil e a necessidade de adaptação dos estrangeiros ao nosso meio e aos nossos costumes.” Creio que já agora, podemos ver que os leitores de Vianna Moog o entendem como arauto do nacionalismo brasileiro, de um anti-nazismo e da necessidade de se nacionalizar os “alienígenas”, termo então em voga para caracterizar os descendentes de imigrantes. “Os brasileiros têm, em ‘UM RIO IMITA O RHENO’ um estímulo ao amor da Pátria; os estrangeiros têm uma advertência de que serão mais felizes se procurarem, amando sua pátria de origem, viver a nossa vida, cooperando connosco na grandeza do Brasil, que não pode dispensar o trabalho honesto e constructor dos alienigenas, mas pode viver sem os que tentam ferir a soberania e a integridade da Nação.” Os dois textos foram redigidos “Especial para o ‘Correio do Povo’” e representam, pois, a opinião do então mais importante jornal do Rio Grande do Sul, profundamente comprometido com a então secretaria de segurança pública, através de um familiar, Plínio Brasil Milano, Chefe de Polícia. Além disso, os autores reproduzem o senso

comum expresso pelo Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, José Pereira Coelho de Souza, além de outros representantes do Estado Novo.

Vianna Moog foi filho de seu tempo, como também o foram seus leitores e a crítica, que tomaram o livro como verdade - verdade na época, verdade que pode parecer em outras épocas, inclusive atualmente, pois podemos tomá-lo como a verdade do autor em meio a outras verdades. Dreher (2006, p. 3) registra que “Vianna Moog brincou com seus pensamentos e vontades e seu texto reflete sua forma de ver o mundo, mas também levou seus leitores a incorporarem representações que ficaram em seu imaginário e passaram a fazer parte de sua inteligibilidade”. Essa verdade se construiu especialmente pelos pedaços do real que o romancista oferece ao leitor, pela interpretação que constrói dele e por fazer desta interpretação uma verdade.

O romancista traz duas etnias em sua origem, a lusa e a alemã. Segundo Dreher, ele teria dito, em 1976, que queria ser mais “Vianna” do que “Moog”. Para além de possíveis gostos e escolhas quanto às etnias, podemos pensar que esse comentário é revelador de sua construção como escritor, que contava, dentre outras leituras, com as de Gilberto Freire, que era favorável à miscigenação. Nesse sentido, o que ele condena na sua narrativa, o racismo, é fruto de idéias fortalecidas no debate intelectual. Dreher (2006, p. 4) afirma: “No enredo do livro dedicado a Marcos Mogg e a Maria da Glória Vianna Moog, seus pais, o autor deixa claro que, pessoalmente, está entre o Vianna e o Moog, mas pende em sua propaganda pró Estado Novo para suas raízes Vianna. Em conversa com Telmo Lauro Müller disse em certa oportunidade que não era aceito nem como alemão nem como descendente de portugueses (diga-se: açorianos)”

Entendo, por isso, que *Um rio imita o Reno* é também uma narrativa da preocupação de Vianna Moog com o sentido das relações humanas que o cercavam e, de maneira geral, com o significado da sociedade teuto-gaúcha quando em contraposição à local, tendo a miscigenação como referência maior. Por meio da história que cria, o autor sentencia que, naquele contexto social germânico, a miscigenação era algo indesejado.

A história narrada por Vianna Moog atraiu, incomodou e desafiou os moradores e intelectuais de São Leopoldo e arredores na época, de tal modo que houve reações contrárias de peso: a do Consulado Alemão, já mencionada anteriormente, e a de Bayard de Toledo Mércio, um desembargador, que resolveu, em seguida à publicação de *Um rio imita o Reno*, dar-lhe uma resposta, escrevendo *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*, em 1940. Dreher relata que

foi feita apenas uma edição desse romance, tendo sido impresso nas Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul.

Na ficção de Mercio, tudo se passa em Cruzeiro (São Leopoldo). Seu empenho é no sentido de mostrar que o casamento interétnico é possível, que o preconceito existe do lado do brasileiro, não do alemão, e que o ambiente proporciona a dissolução dos preconceitos étnicos. Além disso, sugere que a pluralidade leva a nação ao crescimento. Isso é tematizado por meio da união do casal Mário de Vasconcelos e Flávia, ele um médico jovem que é enviado à cidade dos alemães e dos lusos para atuar no posto de saúde. É um antiteuto-brasileiro e fica isolado em seu preconceito por um bom tempo. No entanto, apaixona-se por Flávia, uma filha de alemão com brasileira, de Hugo, vindo da Alemanha, e Maria, filha dos Cardoso. Nessa nova convivência proporcionada pela entrada na família originada por um casamento interétnico, ele compreende que a convivência é frutífera. E mais, que o Brasil pertence a todas as etnias aqui fixadas.

A estrutura de *Um rio imita o Reno* comporta quatro partes, quais sejam, Verão, Outono, Inverno e Primavera, estas sequenciais de uma narrativa que representa uma determinada sociedade como um mundo de convenções e formalidades, que centra na exclusão a sua forma de subsistir. Contudo, com a evolução cronológica dos tempos e a intromissão dos fatos na vida das pessoas, ocorre uma tomada de consciência quanto aos equívocos de idéias que a história dos homens já proporcionou nas suas sociedades, os quais, enquanto sobrevivem(eram), aniquilam o seu dono e quem (o que) dele se aproxima.

Como acontece nos outros capítulos dos romances analisados, esta parte do texto segue subdividida pelas categorias da pesquisa, quais sejam, Família, Trabalho, Religião, Espaço e deslocamento e Contatos.

3.3.1 - Família

A família que protagoniza os principais acontecimentos da narrativa pode ser considerada uma família burguesa. É a Wolff, uma família protestante, rica e influente na cidade. É constituída pelo casal Wolff, a filha Lore, o filho Karl, este já casado com uma mulher da etnia alemã, Irma, com quem tem um filho, Paulinho. Assim formada, é a referência do povo de Blumental em termos de riqueza e poder político e social, sendo a dona do curtume e da fábrica

de sandálias. São referências também quanto a ser família alemã identificada por parte do imaginário do Rio Grande do Sul: é rica, industrial, protestante; só fala em alemão com os seus; decora a casa com quadros que lembram a terra natal, como a vista de Heidelberg que esta na moldura na sala; coloca à vista de todos uma reprodução em bronze de Bismarck no seu uniforme prussiano e um retrato de Hitler; orgulha-se de ser ariana; cultiva em frente a casa lindo jardim ensombrado de cipreste e persiste no uso da língua alemã. Em síntese, em seu lar é evidente o que Epstein denomina “cultura íntima”, que vêm a ser os elementos que, no conjunto, sustentam a etnicidade.

Tudo inicia com a vinda do velho Wollf da Alemanha para Blumental, no sul do Brasil, não por uma proposta de governo, mas por exílio político. Seu filho Paul casa-se com *Frau* Marta, uma alemã que tem sangue de Mucker. É ela quem passa a dominar a família Wolff. É determinada, autoritária, fala sempre, até coisas triviais, com uma ênfase de comando, impõe seu modo de pensar a todos e comporta-se publicamente como superior aos demais por acreditar pertencer à etnia superior, a ariana. Não só publicamente, mas também em seu espaço familiar suas maneiras de conduzir a família são embasadas em escolhas entre o que é dos arianos e o que não é.

Judeus são, portanto, o alvo primeiro de ataques racistas da *Frau*, num comportamento extensivo dos líderes alemães que fizeram a história de desprezo, perseguição e aniquilamento das etnias julgadas inferiores.

Uma das primeiras informações sobre isso que aparecem na narrativa é a vontade de *frau* Marta, conforme relata Lore, de queimar os volumes das biografias de Goethe e Napoleão que existem em sua casa quando descobre que seu autor é judeu. Com os brasileiros mostra-se antipática, incluindo-os na camada das “raças inferiores” e, portanto, indignas de afeição por parte de sua família. Por essas caracterizações, parece-nos que, ao pensar nesta personagem, o autor tem o olhar fixo nas ocorrências da história. Como registra Fischer (2005, p. 8), “a mãe de Lore simultaneamente é racista, considerando-se superior, e descende diretamente de um *mucker*, portanto um fanatizado, um irracional.”

Nessa família há um neto, Paulinho, que sempre sofre maus-tratos de parte do pai e da avó Marta. Eles ralham com ele, desaprovam suas atitudes, suas brincadeiras e amizades com outros meninos da considerada origem étnica inferior, razão por que ele apanha seguidamente. Numa tarde em que Geraldo vai à casa de Lore com o violinista Raul Machado, o menino grita no

quintal e uma voz ralha com ele: - Paulchen! Paulchem!⁷² (Mogg, 2205, p. 60)⁷³. *Frau* Marta, irritada com os gritos da criança, sai da sala e, quando as visitas já saíram da casa e estão andando na rua, ouvem “gritos lancinantes de criança, gritos de desespero, de dor, de aflição” (p. 63). Paulinho deve estar sendo espancado pela avó Marta, diz o violinista.

Por essa representação percebemos que a atitude de superioridade dos adultos submete os menores da família a uma dominação desmedida, estabelecendo uma educação pautada no autoritarismo e no medo, tudo para a formação de uma consciência de superioridade étnica.

O racionalismo e o controle das emoções são marcantes no contexto familiar dos Wolff. Lore analisa, em certo momento, a diferença das relações estabelecidas em sua família e nas de brasileiros: nestas ela presenciava carinho, meiguice, abraço entre pais e filhos, ao passo que na dela havia formalidades e distanciamentos: sua mãe “nunca lhe dera um beijo. Não que não a amasse. Mas era o jeito dela. Horror ao sentimentalismo. O pai, para evitar olhares de censura da mãe, até se desacostumara de acariciá-la. Quanto a Karl, nesse nem era bom falar. Um bruto, com seus ares de superioridade, a querer mandá-la, a querer fazer tudo melhor do que os outros” (p. 97). De um modo geral, a mãe apóia o comportamento de superioridade do filho, comanda todos os passos da filha, impondo-lhe medo, especialmente na fase em que está, a de namorar, visto que cultiva escrúpulos e preconceitos relativamente aos rapazes brasileiros.

A família Wolff, além da submissão dos filhos às razões dos pais, tem outros hábitos metódicos: aproveita a hora do almoço para conselhos, explicações, ajustes de contas, dá importância ao levantar-se cedo, como diz no quadro bordado que está dependurado na parede do quarto de Lore: *Morgenstunde hat Gold im Munde* (p. 95). Mais do que qualquer outra família de origem alemã, esta cultiva as tradições germânicas. E colocar no quarto de Lore aquelas palavras é expor uma das fortes tradições vividas nas casas dos alemães, especialmente para educar as filhas.

Sabemos que fazer a decoração de interiores das residências com dizeres morais foi uma das manifestações da cultura germânica trazidas pelos imigrantes e cultivadas pelos seus descendentes. Assim é que se encontram, ainda hoje, em muitos lares quadros e panos de cozinha veiculando dizeres com o objetivo de incutir um ideal de vida e de comportamento nos membros

⁷² Paulinho, Paulinho!

⁷³ As citações do romance serão apresentadas, na seqüência deste texto, apenas pelo número da página, sendo que todas elas pertencem à mesma edição da obra *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, que é a edição de 2005, prefaciada por Luís Augusto Fischer e publicada pelo Instituto Estadual do Livro e Corag.

da família. A esse respeito, Valesca de Assis, escritora teuto-gaúcha, testemunha que sua avó distribuía pela casa esses verdadeiros painéis com provérbios e conselhos morais, estrategicamente trocados semanalmente para que os diversos ensinamentos pudessem circular. Por eles aprendia-se que “uma verdadeira *alemã* jamais acorda tarde, porque a *hora matinal tem ouro na boca*. Mesmo que já vivia em relativa abundância, inicia cedo o seu trabalho e, se acaso não lhe aparece o que fazer, ela procura, porque a preguiça a espreita e ela sabe, de berço, que somente *quem, diligente, obra durante o dia, se sente bem à noite*, além do que, *esforço traz pão; preguiça, necessidade*” (Assis, 1998, p. 65). Além desses, Valesca deparava-se com outros mais, como um que instruía a *frau* quanto ao preparo das refeições: “cozinhar com aplicação a comida favorita do marido”; outro alertava para que ela não se deixasse ficar parada, descansando, pois, “quem muito descansa, enferruja”; ainda: “nunca te queixes do dia que traz trabalho e fadiga; é tão bonito cuidar da gente que se ama” e também “onde o trabalho vigia a casa, não entra a pobreza.” (p. 66-67).

Próprio dos alemães, declaram vários estudiosos, era também primar pelo casamento entre pessoas da mesma etnia. Vianna Moog confere essa característica à família Wolff. O que aconteceria quando *Frau* Wolff descobrisse que a filha estava apaixonada por um homem inferior etnicamente? pergunta-se Lore. Isso logo aconteceria. Seu segredo fica claro logo no dia seguinte ao baile da Páscoa, em que dançara com o brasileiro Geraldo. Cobrada na hora do almoço pela mãe, dela ouve uma sentença: “- Pois bem. Fica entendido. Não admito esse namoro. É preciso que saibas desde já, se não queres inferno dentro de casa... Vamos cortar isso pela raiz” (p. 102). Lore dirige o olhar ao pai, como a buscar ajuda, mas este sabe que é inútil lutar contra a esposa. Ele também é da opinião de que dos brasileiros não se deve esperar nada bom. E num último aviso à filha, a mãe esclarece o motivo primeiro e único da negativa: “- Não suporto a idéia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava” (p. 103).

Trata-se de Geraldo, um engenheiro nascido no Amazonas, um “negro”, no conceito da mãe de Lore, que assim chama a todos que não são arianos. Ela jamais admitiria sua entrada para a família, que se mantinha dentro do círculo de casamentos somente entre germânicos. Marta é descendente de alemães e orgulha-se de ter se casado com um filho de alemão. Assim deveria fazer sua filha, unir-se a um filho de alemão, ou, melhor ainda, se conseguisse, com um alemão nato, dos de agora, em que a Alemanha voltara a ser novamente a Alemanha, graças a Hitler. Não poderia ser com aqueles que se criaram após a guerra, a Primeira Mundial, pois formavam uma

geração “avariada, de nervosos, de estropiados, de neurastênicos, de comunistas, inutilizados para o trabalho decente e que só serviam para estragar a reputação da colônia” (p. 103).

Do alto de sua superioridade, Marta julga fracassadas até suas amigas da mesma etnia que não haviam conseguido fazer bons casamentos, unindo-se a homens alemães sem capital, como o pastor Henning, que nem uma casa bonita conseguia dar à Matilde, ou Sängner, único que sobrara para Hildegard, um professor de canto, sem renda alta e sempre vivendo no “mundo da lua”. Pior ainda era o que fizera Wilma, que se casara com João Santiago, repleto de defeitos: simples escriturário da prefeitura, católico e brasileiro. Protestante casar com católico ainda ela podia aceitar, mas “uma alemã com um negro?” (p. 104), isso jamais.

E entregar a filha para um desses negros é inconcebível. *Frau* Marta não confia nem no trabalho que ele realiza na hidráulica. Como um negro seria competente? “Boa coisa não sairia dali!” (p. 104). Para ela, o assunto do namoro estava encerrado. Para Lore não faltariam bons partidos na cidade, como o Oscar Kreutzer, filho de alemão e muito rico.

Lore é daquelas moças cuja educação familiar não a deixa responder mal à mãe, mas, na quietude, exerce uma resistência passiva. Diante de todo o discurso da mãe e da imposição de término do namoro, ela é simples e resoluta, dizendo que, então, não mais sairá de casa. Diante disso, o irmão Karl intervém, expressando a profundidade de suas idéias racistas: “- Querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca...” (p. 105).

Como vemos, na família Wolff impera o mais claro e profundo preconceito racial, cuja agente principal é *frau* Marta, seguida de perto pelo filho Karl. Este é também o típico homem mandão, que grita com a irmã, ordena calar a boca à esposa (p. 105), dá surras no filho, como o fez quando este mostrou um cestinho de ovos de Páscoa aos moleques da rua. Em vão, ao ser levada para dentro de casa, a criança abre um sorriso ao pai, pois este, num ato inquisitorial, esbofeteia o garoto no rosto. O que mais o incomoda é o fato de o filho brincar com os “mulatinhos”. Para ele, a repulsa aos negros seria inata no branco (p. 119) e, sendo assim, como pode seu filho não rejeitar tais meninos?

Tudo isso é fruto do orgulho de pertencer ao raro povo ariano. Mas o doutor Otto Wolff, primo do *herr* Wolff, vem da Alemanha com uma informação chocante sobre o pertencimento dos Wolff a tal parcela humana superior. Otto Wolff sempre fora elogiado e reconhecido em sua capacidade por todos, pois era médico prestigiado em Berlim. Para *Frau* Marta, ele é “a

Alemanha moderna... Primo Otto era, decerto, a ciência contemporânea do nacional-socialismo. (...) era a Nova Germânia” (p. 182). E essa nova nação seria obra de Hitler, cujas idéias e postura política são admiradas pelos Wolff e pelos demais alemães e seus descendentes de Blumental.

A idéia de participar efetivamente dos ideais de Hitler é de tal forma fixa que Karl, perguntando-se sobre as razões que teriam trazido o primo ao Brasil mais uma vez, sem anúncio prévio, quase em segredo, alegra-se ao pensar que ele viera para trazer-lhes uma missão do governo alemão. É possível, pensa ele, uma vez que existem várias colônias alemãs no sul do Brasil. Então: “Era preciso organizá-las, levar para a Grande Pátria documentos que dessem ao *Führer* uma idéia das possibilidades da colônia” (p. 183). E sendo Otto um privilegiado por pertencer à raça superior, é de se esperar que receba uma missão secreta desse tipo. Karl acredita a tal ponto nessa justificativa que lhe surgiu para a viagem do primo que chega a se lançar de imediato ao estudo das teorias do nacional-socialismo, lendo *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts*, de Rosenberg, a fim de poder dialogar melhor com Otto.

Entretanto, não era nada disso. O primo Otto não mais fazia parte do partido Nacional-socialista e surpreende os parentes ao dizer que não sabe onde a Alemanha irá parar, conduzida por aqueles “malucos”, os nazistas, e que é muito bom estar longe daquele inferno. Se eles aqui continuam a achar a Alemanha um paraíso e a reverenciar Hitler é porque só lêem jornais nazistas. Não, contestam os Wolff, lêem também cartas de amigos de lá, todos unânimes em elogiar a situação. Otto, então, começa a explicar melhor: “- Mas é claro, prima Marta. E a censura? O país tem 70 milhões de habitantes e 80 milhões de espiões. O marido não diz mal do partido nem à mulher, nem ao filho, com medo de ser denunciado. Vive-se num regime de apertos... Tantas gramas de manteiga e de carne por semana... Tudo em rações medidas... É horrível...” (p. 190-191). Ainda fala dos campos de concentração, das perseguições, barbaridades, banimentos, assassínios.

De Hitler, quando Karl o chama de “o maior de todos os alemães”, o doutor diz:

O Dr. Kurt Gleaser, psicanalista com quem conversei em Viena há pouco tempo, tem um ótimo estudo sobre Hitler. Hitler é um desviado. Tem um complexo paterno. Impressões da infância lhe deixaram marcas fundas... O pai era um beberrão, mulherengo, que fazia a esposa sofrer... Hitler criou-se com horror ao casamento, às mulheres, a toda espécie de vícios, até os mais pequenos. Não bebe nem fuma e não tolera que fumem e bebam na sua presença (p. 191)

Mas o que é isso que dizem do grande exemplo dessa família alemã fixada em Blumental (São Leopoldo), Brasil? Nesse momento, a indignação já toma conta dos grandes Wolff, como também a desolação. Contudo, o golpe definitivo vem com esta grande revelação do primo: haviam descoberto que tinham sangue judeu. Ele deixa a todos estarecidos, assim esclarecendo: “- Descobriram que o nosso bisavô, de Frankfurt, tinha sangue judeu. Coisa que nenhum de nós sabia... Vi os documentos... Não há dúvida. (...). Mas que importa?” (p. 192). Esse é o verdadeiro motivo de ele ter vindo para ali, pois, com a descoberta, a sua vida e o trabalho no hospital em Berlim tinham se tornado insuportáveis.

Frau Marta sente que algo desmorona dentro dela. Então os Wolff não são alemães, não são arianos, superiores? São da etnia inferior, judeus, os mais desprezados? Isso a destrói por inteiro e a mudança, em tudo, é radical: “Ela parecia ter envelhecido muitos anos naqueles poucos dias. Já não mantinha a mesma rigidez dos velhos tempos. Andava taciturna, perdera o ar autoritário, a postura orgulhosa, já não gostava de dar ordens com voz de comando. Frequentava ainda mais a igreja e, quanto à Alemanha, ao arianismo e à pureza racial, ninguém lhe ouvira mais nenhuma palavra” (p. 196). Afinal, está casada com um bisneto de judeu.

Esse problema de fato existiu. Havia muita gente judia no Rio Grande do Sul que pensava ser alemã de sangue. Segundo Klaus Becker (1974), o primeiro israelita que chegou a São Leopoldo foi Siegmund, um ourives, que veio com a segunda leva de imigrantes, em 6 de novembro de 1824. Em 1825 vieram mais quatro; em 1826, nove; em 1827, quatro e, em 1829, “veio o maior número de judeus alemães” (p. 183). Nos anos seguintes, formando outros grupos de imigrantes alemães, também estavam vários judeus, porém muitos destes não sabiam que pertenciam à etnia judia. Assim, na década de 1930 quantos não foram os estrangeiros alemães/luteranos radicados no Rio Grande do Sul que vieram a descobrir que eram judeus e não sabiam?

Com o desastre causado pela informação do doutor Otto, surgem na mãe expressões reveladoras de remorso pelo que fizera com a filha, separando-a de seu grande amor por preconceitos raciais. O pai suplica ao primo que nada seja dito a ninguém a respeito da ascendência judaica dos Wolff e Karl se torna ainda mais irritado e agressivo com a mulher e o filho.

Então, na família Wolff, o poder de *frau* Marta se aplaca. Ela deixa o tempo passar sentada na sua cadeira, com o olhar fixo no nada, sem expressão alguma no rosto. Tomam-lhe

conta o sofrimento, o vazio dos olhos, o desgosto pela vida. Afinal, tudo em que sempre acreditara e tudo o que havia regulado as suas atitudes na família e na sociedade germânica, tudo o que havia lhe dado *status* social junto a seus patrícios, caíra por terra. Aquela história de raças trazida pelo primo Otto faz dos dias da matriarca dos Wolff dias de tormentos e culpas.

O preconceito não se restringe, em Blumental, a famílias determinadas. É, sim, algo que se torna visível em muitas relações dos teutos com os brasileiros. No salão de refeições, do hotel onde o engenheiro Geraldo Torres se hospeda, por exemplo, cujo proprietário é um alemão, quem serve os brasileiros Geraldo e Armando é um rapaz, que, quando perguntado sobre o porquê de não deixar a irmã servir a mesa, responde que brasileiro é “bicho safado”. E Armando conclui que ali não se tem futuro, quer dizer, só homem alemão se casa com mulher alemã.

Outra família bastante abonada de Blumental é a Kreutzer, ali instalada desde o início da colonização, quando o chamado velho Kreutzer chegara com os primeiros imigrantes. Este viera pobre, trabalhara e economizara muito. Seus descendentes herdaram o que ele construíra e o tino para o trabalho e empreendimentos, mas não o seguem no modo de levar a vida sempre com renúncias, pois que com a fortuna que possuem sabem aproveitar a vida, morar bem e viajar, indo seguidamente à Alemanha.

Pela posição social de que desfrutam, os Kreutzer são referência quanto ao modo de ser para a sociedade germânica da cidade. Nesse sentido, são reconhecidamente germanófilos, a ponto de só empregarem em sua firma pessoas de origem alemã.

Na constituição familiar o autor representa também aquela mulher casada que, apesar da sua condição limitadora, tem atitudes suspeitas para com outros homens, como a que está assistindo ao concerto de Raul Machado e Lore no salão da Sociedade Germânica, inclusa no grupo das famílias teuto-brasileiras, e conversa com o amigo de seu marido com ar enamorado (p. 64). Também, representando uma proximidade maior das mulheres com os homens e a liberdade destas para se divertir em público, são narradas cenas de mulheres que formam grupo com homens para tomar chope no quiosque.

As famílias divertem-se em festas típicas de sua cultura, como o *kerb*; promovem quermesses e bailes; realizam atividades diversas na Sociedade Germânica; jogam bolão, tênis; bebem cerveja, chope, vinho do Reno.

3.3.2 - Trabalho

Em Blumental, os alemães e seus descendentes trabalham em diversos ramos, exercendo profissões que foram sempre características desses imigrantes. Assim, colonos circulam pela cidade transportando produtos que cultivam em suas lavouras para comercializá-los, as quais se estendem geometricamente depois do rio; ferreiros, alfaiates, marceneiros, sapateiros dão conta de encomendas; médicos atendem os doentes; hoteleiros e donos de restaurantes prestam seus serviços; comerciantes abastecem a comunidade com os produtos que se fazem necessários e há, ainda, os que conseguem ser industriais, destacando-se na fabricação de produtos que conferiram marca à região germânica, como os calçados.⁷⁴

Nesse sentido é expressão maior a Wolff & Filhos, cujos donos, a família Wolff, têm uma indústria de sandálias e um curtume. O velho Wolff viera da Alemanha como exilado por motivos políticos. Aqui não foi colono, lidou com indústria, de onde veio a base para a família chegar à fortuna. No entanto, não chegaram a ter, com a sua atuação, mais do que a casa velha, uma pequena fábrica e uma centena de contos no banco. Seu filho Paul Wolff, astuto para os negócios, é quem consegue grande capital, especialmente por meio de um ato de esperteza que pratica no tempo da I Guerra Mundial:

Logo que a guerra rebentou, em 14, empregou tudo o que possuía na compra de chapas de ferro. Naquele tempo o ferro valia, no máximo, uns trezentos réis o quilo. Meteu nisso todo o dinheiro (...). Endividou-se, hipotecou tudo ao velho Kreutzer e não descansou enquanto não comprou todo o ferro existente nas redondezas. Uma partida que mandou vir da Europa e que estava num navio alemão, conseguiu safar-se, em Lisboa. Depois foi o que se viu. O ferro começou a subir, a subir. E não podia ser importado (...). Só então é que ele resolveu aceitar a proposta de um truste da capital (p. 33-35).

Essa é a marca que alicerça o progresso financeiro da família Wolff em Blumental, que segue o lema de “comprar quando toda a gente quer vender; vender quando toda a gente quer comprar” (p. 35). Seu principal líder no atual momento dos negócios, Karl, comporta-se arrogantemente em relação ao trabalho de que é um dos agentes, o do crescimento comercial e

⁷⁴ Vianna Moog apresenta um quadro do mundo do trabalho em andamento em São Leopoldo na década de 1930 tendo à disposição, além de suas próprias observações e vivências, estudos já realizados sobre isso, como *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, de Aurélio Porto, publicado em 1934, e *O patriótico governo do general Flores da Cunha: o trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, de 1935. Esse romancista, portanto, está escrevendo num clima real, vendo as coisas que estão acontecendo e acompanhando as racionalizações dos intelectuais. Além disso, o próprio governo estava destacando o trabalho alemão na época.

industrial do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, pensa que a “riqueza do Sul era produto exclusivo do trabalho alemão. Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias no Brasil” (p. 82).

Os Kreutzer possuem a firma Kreutzer Irmãos, “grandes armazéns de ferragens, de fazendas e armarinhos, de jóias, de bijuterias, de calçados, amplos depósitos de fumo, de erva-mate, de secos e molhados” (p. 31). São ricos, cuja fortuna só pode ser comparada à dos Wolff. Tidos como grandes empreendedores, os cinco irmãos estão sempre ativos e atentos às novas possibilidades de inserir-se no comércio. Montam até fábrica de conserva e estão fazendo experiência com o bicho-da-seda. Não bastasse isso tudo, possuem uma casa bancária (p. 31), embora, posteriormente, acabassem falindo. Então, do poder econômico e político que exercem sobre os moradores de Blumental e os colonos, estes que chegam a confiar-lhes todos os seus produtos agrícolas e o seu dinheiro, restam a revolta, a indignação. Os Kreuter dão prejuízo a todos e se acovardam: Oscar fuge de Blumental e Kurt tenta suicidar-se.

O trabalho também é de muito valor para o engenheiro Geraldo Torres, que está ali para realizar uma obra de muita responsabilidade, de projeção. A construção da hidráulica é uma grande referência para seu crescimento profissional dali por diante. Afinal, a obra fora destinada, por concorrência pública, a sua companhia graças a ele. Mesmo não sendo alemão, o que Geraldo espera com o trabalho é fazer uma vida diferente, mas não centra sua expectativa somente no enriquecimento, ou seja, no acúmulo de bens.

3.3.3 - Religião

Há em Blumental católicos e protestantes que convivem bem, sem rivalidades por causa da fé. Existe apenas uma disputa entre eles quanto a terem a igreja mais bonita. Nesse sentido, próximo à praça Independente está em construção uma igreja católica, obra dos colonos que professam esta fé.

Convém notar que nenhuma referência é feita a populações de origem alemã católicas. As ações são praticadas por personagens protestantes. E Vianna Moog era católico.

O templo protestante fica no centro da cidade. É uma construção bem diferente de uma igreja católica. Por dentro, correm as galerias dos dois lados, há janelas e arcadas góticas,

nenhuma imagem de santo, santa, Deus, Jesus Cristo, Virgem Maria, a não ser nos vitrais, onde se vê a imagem de Cristo. No altar, nenhum ornamento, não há pompa em nada.

Não se estabelecem lutas entre as duas religiões. No entanto, é lembrada na narrativa a grande luta de caráter religioso que envolveu os alemães estabelecidos na região de São Leopoldo, que foi o movimento dos *Mucker*. Armando assim o explica ao engenheiro amazonense, que nunca ouvira falar no episódio:

Os *Mucker* haviam sido uma seita de fanáticos protestantes, que se tinha formado nos começos da colônia, ao sopé do ferrabrás, ao longo da Serra do Mar, visível à distância de léguas para quem viesse de trem a Blumental. Era uma rocha alcantilada, que se erguia abruptamente por sobre uma vasta planície. Ali começou a pontificar uma tal Jacobina Maurer, mulher de um curandeiro, uma sonâmbula que se dizia predestinada a fundar um novo reino sobre a terra. Como um fanático que afirma, sempre acha inocentes e fanáticos que o acompanhem, formou-se no Ferrabrás, em torno de Jacobina, a facção que semeou a cizânia, a discórdia e o luto entre as colônias pacíficas e atribulou seriamente a vida do Estado. Estranhos ritos tinham marcado o advento da nova seita. Jacobina, apregoando-se como o novo Messias, escolhe doze apóstolos para constituir o conselho supremo dos Muckers. Impõe a todos uma vida de ascetismo, proíbe o jogo, os bailes, as diversões. Cria também uma milícia para a sua guarda pessoal. Faz construir uma fortaleza sem substituição à antiga morada. Exige dos adeptos juramento de absoluta fidelidade aos seus mandamentos. E, para que nada faltasse, estabelece toda uma liturgia de novos gestos.

Além disso, concitava os colonos a se proverem para o dia da adversidade. Estavam por vir dias terríveis. Os ímpios erguer-se-iam contra os eleitos e estes seriam obrigados a se defender. Pelas estradas encontrar-se-iam cadáveres insepultos. Aos eleitos, porém, nada sucederia. (p. 43)

Explica-lhe, ainda, que no início do movimento permaneceram recolhidos em suas práticas aparentemente inofensivas e, por isso, foram considerados apenas grotescos. Porém, tempos depois, passaram a perseguir e a odiar os opositores e indiferentes com um ódio sagrado, com o que o Ferrabrás transformou-se num arsenal de guerra e a colônia ficou sob coação e terror. Os *Mucker* passaram de pacíficos agricultores a assassinos, tudo sob o comando de Jacobina.

Entretanto, se não há discordâncias explícitas entre os praticantes das duas religiões, há quanto ao que foi o movimento dos *Mucker*. Karl Wolff, em conversa com Geraldo, justifica que a história sobre a luta dos colonos *Mucker* fora mal contada por um padre, apresentava-se parcial, mal intencionada, uma oposição de cunho católico aos protestantes⁷⁵. Todos no Ferrabrás teriam sido vítimas e a “culpa fora do governo, mandando a polícia resolver o caso pela violência. Os

⁷⁵ Referência ao livro real do padre jesuíta Ambrósio Schupp, *Os Mucker*, no qual se encontra essa crítica ao movimento apresentada por Vianna Moog pela da voz da personagem Karl Wolff.

padres também tiveram muita culpa. Os soldados agiram como verdadeiros selvagens. Não foram só os Mucker que mandaram matar e incendiar. Na picada dos Portugueses os católicos fizeram o diabo. Acabaram com os protestantes” (p. 84).

Ao abordar o episódio dos *Mucker*, o romance toca, mais uma vez, num tema espinhoso, que o é o racismo germânico. Consideremos que, em 1939, estavam vivos os netos de muitos que haviam se envolvido com o movimento messiânico como seguidores de Jacobina Maurer ou como opositores. Por isso, a abordagem jornalística que Vianna Moog faz, incluindo no romance duas visões diferentes sobre o mesmo fato.

Em Blumental existe, de forma bem clara, uma íntima relação entre religião e trabalho a orientar a conduta das pessoas, especialmente as de fé protestante. Por essa relação sobrevive a germanidade, conceito largamente construído pelos líderes religiosos junto aos imigrantes e bem recebido por estes, já que desejam manter-se ligados à sua pátria-mãe culturalmente. O pastor chega a dizer: “O que é o Sul do Brasil deve-se ao trabalho alemão. Se fizermos abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcaça” (p. 82). Notemos que por essa relação também se concretiza o sentimento de superioridade da etnia.

3.3.4 - Espaço e deslocamento

Os fatos narrados no romance acontecem em Blumental, uma cidade criada por alemães imigrantes e seus descendentes, sendo eles, ainda, quase que exclusivos moradores. Essa cidade liga-se a Vila Velha. Pelas características apresentadas, é uma representação de São Leopoldo na época da construção da hidráulica, em 1925.

O desenho da cidade é apresentado na visão do engenheiro amazonense Geraldo, que a observa da janela do quarto do hotel onde se hospeda. Dali vê a praça, com o prédio da prefeitura no centro, o quiosque à direita, o chafariz, os canteiros geometricamente planejados, com suas rosas vermelhas e brancas, cravos, azaleas, girassóis, violetas e jasmims. Vê, rumo ao horizonte, o rio, a leste, correndo sereno, sem pressa, a “serra que servia de pano de fundo à perspectiva, a torre pontiaguda da igreja protestante, a ponte que ligava os dois braços de terra, o pesado e o soturno movimento do cais” (p. 36). Tem a sensação de que está longe de sua pátria.

Aquela paisagem a preencher o espaço não lhe traz lembrança alguma de algo parecido em outra parte do país por onde já havia estado. Tudo ali é diferente: “Na praça, ranchos loiros de moças passavam aos pares; no quiosque, ao redor das mesas, sob os plátanos, rapazes cobertos de bonés universitários bebiam descansadamente o seu chope. Pareciam sentir-se ali tão à vontade, como se estivessem num bar de Heidelberg ou de Munique” (p. 36). O garçom, como deveria ser, é Frantz, um alemão.

Blumental é definida pelo ar grave, rígido, tedesco, que se faz visível desde o estilo gótico da igreja até as fachadas austeras. Tudo ali forma um conjunto tipicamente germânico, o qual ainda é confirmado pelos letreiros das casas comerciais, das fábricas, dos restaurantes e bares. Dentre eles estão Apotheke, Schuhmacher, Bäckerei, Kreutzer Irmãos. Afastando-se do povoado, seguindo o rio dos Sinos, tudo se parece ainda mais com os espaços da Alemanha. É como estar vendo as paisagens que os livros trazem do Reno, da cidade debruçada sobre as águas, como constata o engenheiro Geraldo quando, de automóvel, vai com os amigos Armando Seixas e Ruben Tauben ao *kerb* em Tannenwald. O quadro de Blumental faz-se da

pracinha murada pelo cais, o jardim contornando o pesado monumento da imigração, a rua larga e comprida afunilando-se ao longe; o correr de casas com platibandas, fechando o cenário urbano; e dominando tudo, imponente e sobranceira, defronte da ponte, como a dos antigos castelos medievais, a torre alta e pontuda da igreja protestante, com os ponteiros do relógio a marcar duas horas. O rio coalhado de botes ligeiros, pilotados por moças e rapazes. (...) No fundo, para o sul, a planície a perder de vista; para leste, a serra densa e alcantilada (p. 108).

Blumental imita o Reno em tudo. Está fora do Brasil. É encantadora, mas não é brasileira.

Comportamentos das pessoas que ali moram também caracterizam o espaço. É exemplo disso as velhas senhoras que, em pleno dia, sentam-se na frente das suas casas para fazer crochê e falar em alemão. Fechadas em si, pouca importância dão a quem passa, especialmente aos que não são alemães. Caracterizam, ainda, esse espaço de alemães a comida e a bebida servidas a quem chega: é café com leite, pão preto com *schmier* ou manteiga, *klösse*, batatas, cerveja, chope. Dizeres bordados em panos nas paredes, em letras góticas, transmitem mensagens aos que comem, como o que está no restaurante do hotel onde Geraldo se hospeda: *Grüß Gott! Tritt ein, Bring Glück herein*” (p. 39)⁷⁶.

⁷⁶ “Deus seja louvado! Entre, e traga sorte para dentro”.

Além disso, em plena luz do dia, marcha um pelotão de vigorosos rapazes, claros e fortes, em uniforme de escoteiros. Organizados em fila de três, mantêm-se num alinhamento impecável e seguem a ordem de comando do chefe: – *Eins... Zwei... Eins... Zwei...* (p. 44). Em frente ao Seminário Evangélico⁷⁷, segmento da religião protestante trazida pelos alemães para o estado do Rio Grande do Sul, o pelotão faz alto e atenta para as ações do chefe, o qual empunha a bandeira com a cruz da suástica e berra: - *Heil, Hitler!* (p. 45), ao que os moços acodem: - *Heil! Heil! Heil!* (p. 45).

Há em Blumental a Sociedade Ginástica⁷⁸ - referência a uma das sociedades que de fato existem em São Leopoldo. São locais indispensáveis, no mundo real, a qualquer comunidade de origem alemã, pois a organização de clubes e sociedades é uma de suas identidades culturais. Por eles também se difundiam os costumes e se cultivava a cultura germânica. Eram, portanto, importantes espaços para a prática do germanismo.

Chama a atenção o fato de Vianna Moog citar a Sociedade Ginástica e calar sobre a Sociedade Orfeu, que é o clube mais importante na história de São Leopoldo e o mais antigo dos clubes fundados por imigrantes, tendo sido criado em 1848. A finalidade do clube é expressa nestas palavras de José C. Eggers (1998, p. 12), as quais também sugerem que a sua existência estava a serviço do germanismo: “A sociedade debaixo da denominação Orpheus é uma sociedade de homens, que tem por fim exercitar, cultivar e enobrecer o canto alemão, influenciando e animando o gosto por ela, a fim de promover por meio dele, uma verdadeira vida sociável e harmoniosa entre os patrícios alemães.” Contudo, o Orfeu sofreu um processo de nacionalização na Primeira Guerra; desse modo, com razão, de acordo com a idéia geral que circunda o romance, de representar, sob a sua compreensão, o mundo germânico de São Leopoldo, Vianna Moog inclui na história narrada apenas a Ginástica, que, de fato, era e se manteve como o clube mais germânico.⁷⁹

De início, na história da imigração, essas sociedades podem ter sido vistas pelos nativos como uma diversificação da cidade de origem alemã, pois foi novidade para os do local. Com o

⁷⁷ Hoje, este prédio é a Câmara Municipal de São Leopoldo, tendo à frente a estátua da imigração, no centro da cidade.

⁷⁸ Existente ainda hoje em São Leopoldo; foi fundada em 1885.

⁷⁹ Para saber da história do Clube Orfeu, podemos ler a tese de doutorado da professora Heloísa Elena Capovilla da Luz Ramos, intitulada *O teatro da sociabilidade. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930*, defendida em 2000 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tempo, a prática da ginástica, do canto, dos jogos em geral, vista como do estrangeiro, foi sendo admitida por todos. A exemplo da Ginástica, que aparece neste romance, os luso-brasileiros participavam das atividades e eram sócios. Em *Frida Meyer* também aparece uma sociedade, a Germânia, que possui freqüentadores nacionais. Já em *O tempo e o vento* é o clube de Santa Fé, criado pelos luso-brasileiros e que recebe os alemães, os quais introduzem suas danças e seus jogos no ambiente, como novidades para o luso-brasileiro. Exemplo é o jogo de bolão.

Na sociedade Ginástica reúnem-se os sócios para o lazer e diversão, estes de origem alemã quase na totalidade. Os de outra origem, brasileira, por exemplo, são sempre exceções em meio aos teutos, sendo admitidos como sócios somente mediante consulta aos dirigentes e um exame de suas qualidades como pessoas, de sua condição financeira, de seus interesses no grupo e na cidade. Evita-se ameaçar a caracterização germânica do lugar.

Nesse espaço de Blumental, a atmosfera germânica é cultivada não só pelos sócios, com seus costumes, jogos, cervejas, linguagem, mas também pela decoração, que se faz de grandes medalhões com a representação das cabeças de personalidades alemãs, como Wagner, Beethoven, Chopin, Liszt. A biblioteca, por sua vez, também garante a disponibilidade de textos de alemães para quem ali está. Ali se encontram obras de Goethe, Schiller, Schlegel. A Nova Alemanha é informada pelo *Mein Kampf*, de Adolf Hitler; *Das dritte Reich*, de Moeller van den Bruck; *Staat, Bewegung, Volk*, de Hans F. K. Günther; *Praktische Kulturarbeit im dritten Reich*, de Hans S. Ziegler. Há, ainda, romances de Marlitt e Kurtz Mahler.

Os aspectos são, mesmo, de um mundo à parte. A política que ali acontece é também particularizada: não se soma aos interesses de partidos nacionais e, sim, fica circunscrita aos interesses do local; logo, o que acontece no estado e no país não tem maior repercussão entre as pessoas dali. Há, ainda, o apoio a quem segue a carreira política por parte dos sobrenomes alemães mandatários no município, o qual funciona como uma aprovação em meios aos eleitores e quem cede esse apoio são os Kreutzer e os Wolff.

Interessados ou não no restante do estado ou do país, os teutos também em Blumental comportam-se conforme uma idéia geral que se formara sobre eles na história de sua presença no Rio Grande do Sul: a de sempre estarem com o governo. Não é vantajoso atrelar ao trabalho e à ascensão econômica as disputas de oposição, como diz Karl Wolff ao seu amigo Dr. Stahl: “- Mas doutor, nós não precisamos de política. Não entendo como é que o senhor, que podia estar

rico, ainda se mete nessa sujeira...” (p. 125). Para o doutor, estar sempre com o governo é prova de desinteresse e descaso.

Blumental é uma cidade do Reno perdida em terra americana, cuja descrição sugere que nela impera um ambiente austero.

3.3.5 - Contatos

Até 1940, a região que compreende o vale do rio dos Sinos era essencialmente bilíngüe. Usava-se sem medida a língua alemã juntamente com a portuguesa. Dinorá Hoeper (1998), referindo-se a Novo Hamburgo - porém, pela proximidade geográfica e por também ser uma cidade originada pela colonização alemã, podemos estender as características para São Leopoldo, a Blumental de Vianna Moog -, relata que “a população, em grande parte bilíngüe, conservava muitos dos usos e costumes dos avós europeus e esses laços, idealizados, com o longínquo *Vaterland*, com essa entidade mítica chamada Alemanha, permitiram que muitos não só sobrevivessem emocionalmente como até prosperassem frente às condições adversas que aqui encontraram e aos costumes diversos de uma sociedade na qual não se haviam ainda integrado” (HOEPER, 1998, p. 48).

Dados históricos apontam um percentual de aproximadamente 10% para a parte da população gaúcha que, em 1940, falava alemão em casa. Segundo Giron (1980), dos 3.320.821 habitantes do Rio Grande do Sul, 393.934 eram falantes em alemão, sendo 375.731 nascidos no Brasil. Contudo, nessa época, a indústria crescia e a região representada no romance passou a receber mão-de-obra de trabalhadores de diferentes etnias, muitos da “brasileira”, havendo, portanto, um ambiente ainda mais propício à produção da “cultura híbrida” de que fala Willems (1946) ao se referir à identidade teuto-brasileira.

Em Blumental está demonstrada a preponderância dos alemães e de sua língua, mas também há o registro de que, junto à população que formava o bairro operário, ao redor da fábrica de sandálias dos Wolff, há todas as cores e raças. Por ali, é uma variedade humana que sai do trabalho ao soar da sirene, muitos dos operários manejando indiferentemente o português e o alemão.

Os contatos humanos e a industrialização da cidade haviam já matizado a comunidade antes essencialmente branca: “Havia ali casais curiosos: teutos e alemães casados com cabrochas; alemãs repolhudas casadas com morenos e mestiços. A garotada que brincava junto às obras afinava pelo mesmo diapasão: meninos loiros, morenos, tipos claros de cabelo vermelho, faces cheias de sardas, sararás de olhos muito azuis” (p. 38). Contudo, esses matizados não são as referências maiores na cidade, mas, sim, os que se mantêm na suposta pureza da etnia alemã e, sobretudo, os que, além disso, são ricos.

Vemos que Vianna Moog não deixa de considerar a diversificação étnica e a convivência de culturas e línguas que existiam em São Leopoldo na época da escritura de sua obra. O ambiente dito germânico já demonstrava muito da criação dos descendentes dos imigrantes, não somente dos imigrantes nascidos na Alemanha, pois que já se haviam passados mais de cem anos desde o início da colonização, um tempo que, inevitavelmente, conduz a que se processe a aculturação. Contudo, ele não atribui importância maior a essa realidade; interessa-lhe, preponderantemente, a diferenciação cultural que persiste.

A diferenciação cultural que se fazia visível na década de 1930, que foi objeto dos agentes de nacionalização e também de muitos intelectuais que interpretavam questões de etnicidade, foi transportada para dentro da narrativa e serviu de caracterização dos indivíduos ficcionais que protagonizaram a história, sendo expressões maiores dessa diferenciação o uso cotidiano do idioma alemão, a forma de sociabilidade, a moral pela qual se orientavam, os costumes que preservavam.

O romancista destaca que, em tempos um pouco anteriores ao crescimento da industrialização, “Blumental era uma verdadeira Alemanha. Só se falava alemão, os próprios editais da Prefeitura eram escritos em alemão” (p. 51). Se o uso da língua foi sendo adequado, não só pelos alemães que já se dispunham a usar o português nas situações exigidas, mas também por alguns brasileiros, que, pelo convívio e interesse, chegaram ao ponto de dominar o alemão e usá-lo, da mesma forma, quando necessário, como o faziam as duas negras que trabalhavam na casa dos Wolf (p.62), os relacionamentos ainda careciam aplacar extensos distanciamentos, demarcados principalmente por exclusivismos de grupos e famílias germânicos.

Nesse sentido, os brasileiros são objeto de exames demorados por parte dos teutos, os quais geralmente se comportam com indiferença frente a eles ou empenham-se em não incluí-los em sua convivência. É comum não receberem atenção e reconhecimento nem mesmo os que

exercem cargos importantes na condução da cidade, como o promotor, por exemplo, que, sendo amável com senhoras que estão sentadas em cadeiras de balanço na calçada, atrapalhando a sua passagem, do secretário do prefeito e do engenheiro e de quem mais precisasse ali passar, pedelhes licença e elas, simplesmente, afastam as cadeiras num gesto automático, sem se comover com a amabilidade do promotor. Também, mais adiante, quando passam pelo doutor Stahl, este os observa e aguarda a iniciativa do cumprimento, ao que corresponde com apenas um movimento de braço. Só por isso já podemos imaginar a disposição para o distanciamento e a cautela que imperam na comunidade em relação aos brasileiros.

Por outro lado, os brasileiros também preferem destacar o que não consideram muito admirável nos alemães, como o faz o secretário em relação ao doutor Stahl: “- Veio corrido da Alemanha – atalhou o secretário. – Esquisitão. Rixento. Oposicionista sistemático. Não tem nenhuma educação. Vareja as casas de família, quando há doentes, sem pedir licença. Confunde franqueza com grosseria” (p. 33).

Como o que acontece com a língua, há moradias dos cidadãos de Blumental que apontam para a interferência de costumes e de estilos dada pelo contato e pela convivência das etnias. Numa ordem geral, são de uma família alemã os chalés com jardim na frente, cortinas nas janelas e aparência agradável de asseio e de uma brasileira as casas descuidadas, de pintura desmaiada, com portões a cair. Contudo, destoando, um chalé tipicamente alemão é habitado por pessoas negras, que se vestem com camisas de brancura imaculada.

A esta Blumental chega Geraldo Torres, um brasileiro nascido no Amazonas, de pele bronzeada e cabelos negros. É solteiro, com 28 anos de idade, engenheiro, que vem do Rio de Janeiro para trabalhar na construção de uma hidráulica em Blumental. Seu primeiro contato é com o pessoal do Hotel Centenário, de um alemão, onde ficaria hospedado até sair da cidade. As primeiras palavras que ouve já lhe deixam claro que ele é estranho ao ambiente. O funcionário que está na recepção diz-lhe: *Einen Moment, bitte* (p. 25)⁸⁰. O dono do hotel comunica-se em português, mas com um bem claro sotaque alemão. Ali, como mais tarde lhe diria o promotor, quem não sabe falar alemão não tem chances de crescer e se incluir na sociedade.

Vive na cidade a jovem Lore Wolff, filha do velho Wolff, da família alemã mais rica, influente e importante do local. Tendo estudado dois anos na Alemanha, é excelente pianista, muito bonita, educada. Entre ela e Geraldo desperta um grande amor.

⁸⁰ “Um momento, por favor”.

Lore chega até Geraldo pela primeira vez por meio do som do piano que toca, numa tarde, em sua casa. No jovem brasileiro, de imediato, por esse meio, planta-se o sentido de tudo, da vida, do amor no mais profundo de seu ser. A sintonia estabelece-se de tal forma que ele “sentia os graves do piano com todo o corpo. Um calafrio percorreu-lhe a espinha” (p. 33). E a força é tanta e imediata que Geraldo tem a sensação de que lhe chegam aos sentidos os sons da Amazônia: “Viu-se transportado para a selva amazônica, no meio do rio, com a tempestade desencadeada. Gigantescos cedros caindo sobre a corrente, levantando o rebojo. A selva se contorce. Vibra no ar o estrondo de um desbarrancamento ao longe, logo seguido de uma descarga elétrica. Vê-se abandonado na canoa, à mercê da correnteza. Ilhas flutuantes ameaçam a embarcação e ele grita, mas só respondem as guaribas da floresta” (p. 33). Só consegue perguntar “- Quem é?”, e ouve: “É Lore” (p. 33).

Lore e Geraldo ficam próximos pela primeira vez na residência dela, numa tarde em que ele vai com o grande violinista Raul Machado, seu conhecido, fazer as tratativas para ela participar dos concertos que seriam realizados na cidade, tocando piano. Geraldo a observa e admira o quanto

Lhe assentava bem a blusinha húngara, vaporosa e fofa, toda bordada, com mangas curtas de elástico e realçar-lhe a carnação da pele rosada. E o cabelo loiro dividido ao meio por duas bastas tranças enroladas em caracol sobre as orelhas! O mais bonito eram aqueles fios rebeldes a lhe roçarem a nuca harmoniosa, por onde corria uma leve penugem de pêssego imaturo. E a saia de *plissê*, ajustada numa cinturinha macia, caindo em nítidas pregas verticais sobre os quadris (p. 58).

Geraldo está diante de uma moça de cor e jeito de vestir bem diferentes das que conhecera no Amazonas, no Rio de Janeiro ou em outro lugar onde já havia estado. Está, também, diante de uma mãe com características bem peculiares em sua autoridade, a *frau* Marta, que mostra de imediato o seu jeito de lidar com os de fora quando Lore oferece licor ao visitantes e, diante do “- Ora não é preciso... Não se incomode” (p. 58) do violinista, ela, imóvel na alta poltrona de braços, cabeça levantada, alvitra: “- Quem sabe preferem framboesa” (p. 58), deixando, com isso, a filha corada. Também com voz imperativa, pergunta a Raul, que está em pé a observar os quadros com inscrições góticas que enfeitam a sala: “- O senhor não se senta?” (p. 58). Dessa forma, Geraldo, estando presente, confere o autoritarismo, a impassibilidade e o distanciamento que a mãe de Lore impõe já neste primeiro contato, o que é ainda reforçado pelo implacável “Impossível” (p. 59) que *frau* Marta sentencia em resposta à “sugestão-pedido” do violinista para

que a moça ajude a sua mulher a vender as entradas para os espetáculos musicais. Como o homem diz que esse tipo de ajuda é uma prática por onde tem passado, ela, conforme relata o narrador, sibila, imperturbável, que cada terra tem seus costumes. Não bastassem as palavras a demonstrar a superioridade da mulher, seu andar também indica isso: um andar de “bispo sob o pálio” (p. 60). Só por isso o romance já consegue transmitir o quanto Blumental cultivava uma forma própria de se relacionar, primando pelo distanciamento com os recém-chegados, ainda mais sendo de outra etnia, e fazendo prevalecer o jeito de pensar gestado na cultura germânica.

Entre o casal Lore e Geraldo há bastante amabilidade nesse primeiro contato. Ela, ao servir-lhe o licor, deixa seus olhos castanhos se demorarem nos dele, provocando perturbação e frio na espinha do engenheiro amazonense. E o sinal dos olhos é a certeza absoluta para Geraldo de que ela lhe tem afeição. Na despedida desta tarde, Lore pede-lhe que vá ao baile de Páscoa. No caminho para o hotel, sua mente está completamente ocupada com o amor que se instalara:

Tinha vontade de gritar. Que lhe importavam agora noites de estudo perdidas, a cultura, a serenidade? Ainda que o amor lhe trouxesse atribulações, contrariedades, humilhações, ainda que lhe destruísse toda a serenidade interior, era melhor viver, viver na plenitude do sentimento e do instinto. Iria ao baile de Páscoa, iria onde Lore quisesse. Sentia a alma inundada da mais pura, da mais selvagem e, ao mesmo tempo, da mais casta felicidade. Uma felicidade de bugre enamorado de deusa branca (p. 63).

Na noite do concerto na sociedade Ginástica, Geraldo é um dos primeiros a chegar, acompanhado de seu amigo Armando, o fiscal. Quando o violinista e Lore aparecem e tentam começar o espetáculo, Geraldo dá-se por conta de um barulho que vem de outra parte do edifício. É o som do jogo de bolão que um grupo de teutos está fazendo. Parece trovada e Raul Machado se sente que atrapalha, ficando inquieto. O engenheiro resolve acabar com aquilo, considerando completa falta de respeito com a música e seus executores e vai até o bolão. Ao entrar, a grande algazarra cede lugar para a surpresa dos alemães diante da entrada daquele homem diferente ali, num reduto de homens louros, brancos. Geraldo, com polidez, diz: “- Venho pedir aos senhores um obséquio. O barulho do bolão está perturbando o concerto. Podiam interromper o jogo por um instante?” (p. 66). Como não há concordância dos jogadores, ele insiste explicando que se trata do maior violinista do Brasil, ao que os teutos, às gargalhadas, dizem “- maior? Pois sim...” (p. 67). Incomodado ao extremo e constatando o menosprezo com que tratam o artista, o jovem amazonense dá início a uma briga, segurando um rapaz de óculos, que o havia acusado de não ser sócio, pela gola do casaco. Os alemães lançam mão de cadeiras e garrafas e atiram-nas contra o

engenheiro. Armando, que o está acompanhando, puxa o revólver e aponta contra os jogadores, com o que todos correm para fora do local. Contudo, esse conflito, embora tenha resultado no que Geraldo esperava, o silêncio merecido para o concerto, não o lisonjeia e deixa seu espírito reprimido. Tudo fica em sua mente como uma grande preocupação, que lhe traz a certeza de que aquela não era sua vontade e a constatação de que a sua diferença étnica determinaria suas relações com a comunidade teuta da cidade.

Esse momento de imposição de uma idéia e de uma vontade do Geraldo, bem como todo o estado de indignação que dele toma conta a partir da vivência em Blumental podem ser relacionados com um caso real que aconteceu em Santa Cruz nas décadas de 1930 e 1940, relatado por Gertz (2005). É a experiência vivida por alguém que vem de fora, que estranha, não aceita o que vê nem se adapta ao comportamento da cidade, que se apresenta mais como germânica do que como brasileira, recebendo também, diretamente, a rejeição de habitantes dessa cidade. Trata-se do jornalista Evaldo Alarcon, autor do livro *E o sangue brasileiro correrá...* (1942). Neste livro ele relata que não foi aceita a sua proposta junto aos jornais em língua alemã que circulavam na cidade, o *Kolonie* e *Volksstimme*, de incluir uma coluna sua, escrita em língua portuguesa. Diante da negativa, fundou o jornal semanal *O Nacional*, que teve pouca duração, pois quase nada recebeu de apoio e não lhe eram dirigidos os textos legais por parte das repartições públicas, certamente administradas por teutos, o que representaria recursos financeiros para manter o periódico. Seus sentimentos em relação aos insucessos junto àquela comunidade, tanto como um profissional quanto como um cidadão, um “verdadeiro brasileiro” (GERTZ, 2005, p. 166) disposto a fazer-se ouvir e exigir mudanças sociais e culturais que resultassem no abrasileiramento das pessoas e do lugar, seriam opinião de boa parte dos gaúcho-brasileiros e ditames da política implementada pelo governo na época do Estado Novo, que realizou a campanha de nacionalização.

Nesse sentido, Geraldo espelha a situação de quem despreza e é desprezado, porque quer mudar algo naquela comunidade, mas é de fora. No salão do concerto a música domina o ambiente sem que ninguém se dê conta do que acontecera no bolão. Nessa mesma noite, Geraldo acompanha Lore na saída. Caminham pela rua, lado a lado, fazem silêncio, conversam, dão-se as mãos. Numa correspondência mútua, olham-se nos olhos, vivem, enfim, momentos em que o mundo lhes fica completamente alheio. Ambos sentem grande amor um pelo outro.

Falta, ainda, o contato com o irmão de Lore, Karl Wolff. Geraldo conclui que ele é a cara da *frau* Marta e em nada se parece com a irmã. “A pele muito alva, os olhos azuis, aguados, os cabelos de palha de milho” (p. 77). Possui movimentos bruscos, ginásticos, angulosos. Diferentemente de Lore, o olhar de Karl “é duro, arrogante, visionário, fanático; o de Lore, caricoso, quase humilde” (p. 77). Ainda, como um alemão característico, ao ser apresentado ao engenheiro pelo fiscal Armando, junta os calcanhares num golpe militar e aperta a mão de Geraldo com energia.

Muita coisa por ali depende da aprovação de Karl Wolff. O prefeito faz-se submisso e busca sempre seu apoio político. A própria entrada de Geraldo para o tênis é coisa a ser proposta a ele, que pode aprovar ou não. Mas Karl julga essas coisas sem importância. Interessam-lhe sobremaneira os problemas europeus e, particularmente, a Alemanha, onde, felizmente, pensa ele,

velava um homem forte, batalhador em várias frentes e tendo atrás de si uma nação invencível. Um homem extraordinário que de simples pintor de paredes, de simples soldado na Grande Guerra se transformara, pelo próprio gênio, no maior dos alemães. No princípio não simpatizara muito com Hitler. Combatia os nobres e os ricos e não tinha se conduzido lá muito bem com Hindenburg. Mas depois foi obrigado a reconhecer que o mundo nunca conhecera um político como aquele. Maior que Frederico II, maior do que Bismarck! Salvava a Europa do comunismo, abaixava a proa da Inglaterra e livrava a Alemanha dos judeus, esses traidores. Além disso, reduzia o tratado de Versalhes, essa vergonha, a um farrapo de papel (p. 80).

Apenas para lembrar, Karl reverencia a atitude de Hitler ao contrariar a imposição feita à Alemanha no encerramento oficial da I Guerra Mundial e que vinha durando quase vinte anos. Eram as circunstâncias a que ficou submetida a organização social e política alemã por força do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919 no Palácio de Versalhes, em Paris, na França, como um acordo entre nações para manter a paz mundial, tendo em vista os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial. O alvo maior a ser atingido era a Alemanha derrotada, buscando limitá-la em seu poder pela eliminação de seu potencial bélico, para impedir novas investidas militares. Trinta e dois países assinaram o documento, que tinha sido elaborado pelos EUA, por meio de seu presidente Woodrow Wilson, pela Inglaterra e pela França, por seus primeiros-ministros David Lloyd George e Georges Clemenceau, respectivamente.

Do Brasil pouco ele entende e nada admira: sua extensão territorial lhe é indiferente; sua história é feita de fatos vagos, como o descobrimento pelos portugueses, algumas guerras da época colonial, o 7 de Setembro, a Guerra do Paraguai, que o Brasil, na sua visão, só venceu

graças à participação dos primeiros alemães no exército. Há, ainda, o 13 de maio, “que proclamou a libertação da negra, uma gente que podia, afinal de contas, continuar escrava e não precisava andar por aí a faltar com o respeito aos arianos. O que veio depois eram revoluções, correrias, requisições que só atrapalhavam o comércio e a indústria, “fruto exclusivo do esforço germânico” (p. 81). O modo racista de pensar, como vemos ao se referir à abolição da escravatura no Brasil, impõe-se a tudo, como também um insulto generalizado, um sentimento diminutivo a tudo o que não é obra de sua etnia ou sua terra.

Quando se trata de sua etnia, Karl é corporativo e defensivo, como o faz ao se referir aos *Mucker*, num discurso que inocenta os seguidores de Jacobina e também os demais colonos alemães que aos *Mucker* se opuseram. Justifica que a polícia foi a culpada de tudo e que os *Mucker* apenas se defenderam. “Bem se podia ver que os colonos alemães por si mesmos não seriam capazes de barbaridades” (p. 84). E chama de vergonha a atitude de prender os chefes nas cadeias de São Leopoldo e Porto Alegre, “só porque dirigiam as cerimônias religiosas do Ferrabrás, umas festas inocentes de cantos e orações e leitura da Bíblia! E não havia nada que justificasse a remessa para lá de tantas forças do Exército com o fim de chacinar os colonos, como bichos. Degolamentos à vontade. E o pior é que a história nunca seria contada direito. Os que restavam eram poucos e não podiam falar” (p. 84-85). Como reflete Geraldo, “Karl Wolff defendia os *Mucker*, defendia Hitler, defendia com bravura os seus dolococéfalos loiros de olhos azuis, contra tudo, contra todos, contra os fatos, contra a própria evidência” (p. 90). Pelos demais, nutre desprezo, antipatias, ódio. Não valem os indivíduos por si mesmos; valem, sim, diferentemente os grupos étnicos, os povos.

Esse Karl auto-suficiente e sempre a desfrutar as benesses à disposição de quem seria superior etnicamente, é derrotado numa partida de tênis pelo amazonense com sangue de índio, que, para ele, pertence a uma sub-raça. O fato ocorre num dia de quermesse, à presença de muitos teutos, o que não seria esquecido e funcionaria como mola propulsora no momento de dar um jeito para que o engenheiro sumisse da cidade.

Lore encontra-se com Geraldo várias vezes para passear, oportunidade em que cultivam os seus sentimentos e o amor se aprofunda. No baile de Páscoa, dança com ele à vista de todos, inclusive do irmão Karl. O próximo encontro seria no *kerb*, em Tannenwald. Mas *frau* Marta descobre o namoro e já decide que não continuará. Na hora de ir, impõe à filha que esta deve

assumir o compromisso de não dançar nem falar com o engenheiro. Só mediante isso consentirá que vá. Resta a Lore sair correndo para o quarto e chorar.

Dos contatos entre alemães surgem discussões sobre questões recolhidas do mundo real que interferiram significativamente na vida dos imigrantes. É o caso da liberdade de profissão, tema que muito ocupou o governo do estado no início do século XX e que se expressa numa conversa entre o doutor Stahl, a *Frau* Marta e Karl. É interessante observar que o assunto não é um aparte do principal, a questão racial, mas, sim, um argumento dos Wolff contra a defesa que o doutor vinha fazendo em favor de outras etnias. Karl pergunta-lhe se ele continuaria a dispensar bons pensamentos aos judeus caso o governo brasileiro desse licença para os estrangeiros exercerem a medicina livremente no país sem a comprovação do diploma, atitude que permitiria concorrência entre os médicos europeus para se instalarem no Brasil, sendo muitos deles, provavelmente, judeus.

Ao doutor Stahl isso não preocupa. É diplomado, exerce a medicina em Blumental e renova seu diploma periodicamente, cumprindo determinações legais, mas reconhece que muitas vezes, mesmo diplomados, médicos não sabem o que fazer diante de um paciente. Para ele, a ciência não teria estabelecido tudo e os livros de medicina deveriam chamar-se “tratados provisórios”. Sua contrariedade maior é em relação ao poder do Estado, que, exigindo diploma, impõe o selo de sua aprovação a doutrinas e teorias as quais poderiam vir a ser implodidas por sucessivas descobertas da ciência. Além disso, Blumental é um exemplo da falta de médicos. Ao abandono e morte de quem contrai doenças, como o tifo, seria preferível qualquer médico, mesmo um curandeiro, a prestar alguma forma de assistência. Ainda que, dessa forma, muitos erros pudessem ser cometidos, ele queria dos males o menor. E explica:

Entre decepar pela raiz a liberdade e cair no perigo de ressuscitar privilégios de casta, num país de instrução escassa e difícil, onde as escolas superiores estavam ficando cada vez mais caras e mais inacessíveis aos poucos protegidos da fortuna, onde a vida de sacrifício do interior não seduzia aos moços formados das avenidas – era ainda preferível a liberdade pletórica, com todos os seus abusos (p. 123).

Obstinado em suas idéias, o doutor recebe oposição dos Wolff a altura. Para estes, o Rio Grande do Sul havia melhorado muito desde que extinguiu a liberdade de profissão. A Stahl tudo teria a ver com a concepção de Estado: se socialista, o governo centraliza tudo e controla a liberdade individual; se liberal, conta a liberdade.

No início do século XX, de fato, era preocupação para os brasileiros do Rio Grande do Sul a liberdade profissional ainda garantida pela Constituição estadual. Muitos espaços eram ocupados pelos estrangeiros, especialmente os alemães, sem que a oficialidade pudesse colocar limites. Então, a classe médica resolveu polemizar, abrindo discussão em torno de uma regulamentação da profissão. Momento alto disso foi o 9º Congresso Médico Brasileiro realizado em Porto Alegre, em outubro de 1926, quando o doutor Franco Simões, de Pelotas, apresentou tese relativa à inclusão nos termos legais de exame obrigatório de competência a quem quisesse exercer a medicina. Não houve avanços quanto a isso no Congresso, pois que o doutor Fernando Magalhães, do Rio de Janeiro, que presidia a sessão, propôs encaminhar a questão às associações médicas do Brasil e não permitiu o debate da tese de Simões. Segundo as pesquisas de Gertz (2002), os arquivos da área médica rio-grandense registram que a atitude de Magalhães evitou um possível caso de polícia entre os que exerciam a medicina no Rio Grande do Sul. Além disso, a forma como o governo seria atingido também foi preocupação, a ponto de ter sido acertado nos bastidores do evento que o tema da liberdade profissional não seria discutido ali, cabendo aos próprios profissionais levar adiante a questão de seu interesse. Surgiram, então, os movimentos em prol da existência do sindicato médico, instância cujo objetivo principal seria lutar contra a liberdade profissional.

Por ocasião do 1º Congresso Municipal de Saúde Pública, realizado em Rio Grande em abril de 1928, algumas aspirações de trabalhadores da classe relativas à liberdade profissional vieram a se concretizar por meio das normas que regeram o evento. Nesse sentido, apenas poderiam ser congressistas “médicos formados pelas faculdades oficiais ou equiparadas do país, e quanto aos médicos estrangeiros só poderiam tomar parte aqueles que fossem especialmente convidados pela comissão organizadora.” (GERTZ, 2002, p. 134).

Se, entretanto, os organizadores conseguiram eleger o grupo participante, determinando quem era médico pelo diploma e pelo convite pessoal, não conseguiram garantir um único rumo às discussões que se acenderam em torno das teses apresentadas, dentre as quais uma que apontava para a ineficiência dos que eram reconhecidos médicos para com a higiene e saúde pública⁸¹. Isso resultou num longo debate na imprensa e em sérias repercussões na sociedade

⁸¹ Era a tese do doutor Ernst Wolfgang von Bassewitz, médico em Porto Alegre e membro da Sociedade de Medicina, que se chamava “Cogitações sobre a necessidade da reorganização dos serviços de higiene e saúde pública do estado do Rio Grande do Sul”. Antes de ser aceita como uma contribuição, foi apontada como ofensiva, pois nela havia críticas contundentes à Diretoria de Higiene, acusando-a de ineficiência.

médica de Porto Alegre. Nesse entremeio, seguiram-se comentários de médicos sobre a liberdade profissional no estado. O doutor Heitor Annes Dias, por exemplo, afirmou ao *Correio do Povo* “que o charlatanismo estava aumentando assustadoramente, e que os charlatães, em geral, vinham de fora. E não seriam poucos, eles vêm aos bandos, tendo ultimamente apontado aqui uma verdadeira troupe húngara” (GERTZ, 2002, p. 139).

O que faz o doutor Stahl, não se importando com a presença de médicos com ou sem diploma, desde que os doentes tenham oportunidade de atendimento, não representa a prática corrente nessa época no Rio Grande do Sul mesmo entre os médicos estrangeiros. Então, já se havia instalado a concorrência, a disputa de nomes, espaços e clientes. Gertz relata um caso ocorrido entre médicos europeus que atuavam em Porto Alegre na mesma época e que diz respeito à profissionalização. O doutor André Kiralyhegy foi acusado pelo doutor Hugo Rothmann de não ser diplomado em medicina pela universidade alemã de Praga. Ouvindo a acusação, o médico de São Leopoldo doutor Koloman Briglevies solicitou a Praga informações sobre isso e recebeu documento que comprovava a diplomação de Kiralyhegy. Os dois dirigiram-se à casa de Rothmann para desfazer a acusação e exigir dele a comprovação de sua titulação. Por força disso, seu diploma foi examinado por um grupo de médicos, que atestou a validade e procedência do documento: fora emitido pela universidade de Pressburg (Bratislava) em 28 de maio de 1921 e revalidado para o Estado da Rumânia em 5 de março de 1923. Por conta deste episódio, os ânimos foram tão alterados entre os envolvidos que Rothmann teve até seu enterro divulgado pelos outros dois médicos. Vemos, pois, que o mundo imigrantista alemão colocou-se no Brasil com expressiva complexidade, visto que passava rapidamente de atitudes de proteção e solidariedade incondicional entre os membros e comunidades a atitudes de disputa e preconceito.

Quanto à questão da etnia, o doutor Stahl não é tão radical quanto *Frau Wolff*. Não julga que pertence a uma camada humana especial, superior, pura; pelo contrário, concluíra que não cabia falar em raça pura na Alemanha, pois seria uma nação que se formara de muitas etnias, por ter sido “o ponto de passagem de todas as invasões bárbaras do Oriente para o Ocidente, o cadinho de cruzamento dos bretões, germanos, de chineses, tártaros, mongóis” (p. 117). Ele explica à sua interlocutora, Marta, que os Bach, os Händel, os Nietzsche tinham sangue de eslavos ou de judeus e estavam dentre os maiores nomes da cultura alemã. Ela rebate que seriam exceção e continua defendendo a pureza da sua etnia, pois que lá na Alemanha não haveria negros, nome que ela estendia a todos os brasileiros. Estes é que contaminariam tudo. O doutor Stahl consegue

indicar vários negros importantes, especialmente nos Estados Unidos, onde a história contaria com grandes escritores, músicos e cantores dessa cor.

Entretanto, se ele consegue fazer essa reflexão, é, de fato, calcada em pessoas que se destacaram em suas nações. No dia-a-dia, o contato e a convivência com os de outras etnias, especialmente os negros, são permeados por conceitos racistas que estão neles impregnados por força da educação recebida. Quando Karl lhe pergunta se ele se casaria com uma preta, ele explicita o que realmente se passa em seu interior: “- Não, não gosto de negros. Mesmo que o quisesse, por um ato de vontade, não podia. Fui educado já com preconceitos raciais. Nesse tempo a Alemanha andava maluca com as teorias de Chamberlain e Gobineau. Agora seria difícil desintoxicar-me por completo. Infelizmente não há purgativos espirituais para lavar a gente por dentro” (p. 119). Com essa consciência de si, o doutor tenta demonstrar a Karl que a repulsa dos brancos a outras etnias não é inata como este acredita, mas, sim, algo construído pela força das relações sociais, que se iniciam bem cedo na família, como Karl está fazendo com seu filho Paulinho, reprimindo-o e espancando-o sempre que o surpreende brincando com os moleques mulatos da rua.

Outra questão histórica, talvez a que envolveu a comunidade germânica com maiores proporções desde a chegada dos primeiros imigrantes, a campanha de nacionalização deflagrada pelo governo brasileiro, acompanhada e apoiada por fervorosos patriotas, também é representada no romance. Como foi, no mundo real, algo de cunho político e social, a cena que faz menção ao fato histórico se desenvolve em num comício, ou melhor, na tentativa de comício do deputado Eumolpo Peçanha em Blumental, pois que este nem chega a discursar: fica todo atrapalhado ao não encontrar nos bolsos as folhas com o discurso que faria. Com isso, não consegue improvisar algo que faça sentido aos ouvintes e sua única atitude é fazer gestos pedindo silêncio aos teutos presentes, que já estão às gargalhadas diante da situação. O promotor adianta-se e toma a palavra, conseguindo um pouco de atenção. Esmera-se em elogiar o deputado, mas sua fala não destitui a platéia do fechamento e da hostilidade com que se apresenta. Esta só se digna a dar aplausos às frases que elogiam a etnia germânica e o progresso da cidade, chegando a dizer que ao trabalho da imigração alemã o Brasil tudo devia. A essa altura, com palmas mais vibrantes do auditório, tanto o deputado quanto o objetivo daquele comício estão esquecidos pelo orador. O velho Cordeiro, gaúcho de pala de seda envolvendo o pescoço, do meio do povo, pede a palavra e diz ao nobre deputado que urge uma campanha de nacionalização da colônia alemã no Rio Grande do

Sul. “Era preciso acabar de vez com os incensos a outra raça que não a brasileira. Do contrário, jamais se chegaria a dar início ao combate aos que viviam dentro do Brasil, a celebrar em vez da sua, a pátria dos seus antepassados. E os tempos estavam mais do que maduros para uma cruzada em prol da unidade nacional” (p. 146). Com isso, as autoridades perdem o rumo de vez, as famílias começam a se afastar e ele continua a dizer que cultos cívicos heterogêneos não geram a unidade, que o Brasil é grande e glorioso suficientemente para exigir o amor de todos os seus filhos só para si.

Meine Herren (p. 147), são as primeiras palavras do deputado na ocasião. “Um negro falando alemão”, diz um mocinho loiro. E com essas palavras, nessa língua, posiciona-se para aquele público contrário à nacionalização, pois expressa admiração “à disciplina da colônia, à ordem, ao seu espírito cívico. O Rio Grande devia o seu progresso à colonização germânica. Por isso o povo de Blumental fazia jus à gratidão imperecível de todos os brasileiros” (p. 148).

A comunidade estrangeira, cuja integração ao país se tornou o motivo das exaltações discursivas desses considerados nativos, tanto para ser elogiada quanto para ser atacada, cala-se e distancia-se dos contatos que suscitam tal questão. Os teutos sabiam que eram a centralidade de toda uma postura do governo em âmbito nacional: logo, era melhor silenciar. No romance, tudo indica que eles viviam aqui como se não quisessem se alhear do que viveram ou do que acontecia na Alemanha.

Fica, assim, representado um dos projetos que se pretendia moderno e inovador no processo desenvolvimentista, a nacionalização do estrangeiro. As ações para se chegar a tanto fizeram parte da história do Brasil desde o governo Vargas de 1930 a 1945, vindo a percorrer um itinerário que passou por Juscelino Kubitschek e seus sucessores imediatos, chegando até a final fase autoritária militar e sua crise na década de 1980, da qual a ascensão política internacional do liberalismo foi a principal causa.

As diferenças étnicas concretizadas por meio do uso da língua alemã, da circulação de veículos de comunicação em alemão, de redes de escolas particulares idealizadas e mantidas pela religião, tanto a protestante quanto a católica, da prática religiosa, foram o alvo da campanha de nacionalização. Para muitos brasileiros em conformidade com o governo a etnicidade era obstáculo à assimilação e ameaça à unidade nacional.

Giralda Seyferth, no artigo “Os alemães no Brasil: uma síntese”⁸², assim sintetiza a idéia geral da campanha de nacionalização:

Instituída em nome da unidade nacional, a campanha de nacionalização do Estado Novo, iniciada em 1937 com a pretensão de forçar a assimilação dos alienígenas (termo indicativo de ausência de *abrasileiramento*), produziu a maior crise enfrentada por alemães e descendentes: houve intervenção nas escolas e outras instituições comunitárias, o uso da língua materna foi proibido em público e os militares procuraram impor civismo através do elogio ao caldeamento étnico/racial. Tal experiência nacionalizadora teve efeitos definitivos, entre eles o desaparecimento da imprensa e das escolas étnicas e de algumas instituições culturais; mas não anulou alguns princípios da etnicidade teuto-brasileira, especialmente aqueles vinculados à origem comum, ao *habitus* e ao processo histórico de colonização (sob a chancela do *pioneirismo*) que, simbolicamente, compõem as marcas distintivas de uma identidade étnica persistentemente reconstruída.

Lore trava, a partir de agora, uma luta silenciosa com a mãe e dá início ao fim do contato com Geraldo. Não vai ao *kerb*, causando grande tristeza, solidão e decepção no seu amado engenheiro. Nascera, sim, um grande amor em ambos. Para Geraldo, pensamentos, trabalho, ambições, tudo dependeria de Lore. Ela fizera com que descobrisse em seu interior “reservas insuspeitadas de ternura, de carinho, de amor” (p. 139), algo, portanto, que nunca havia sentido. E ele conclui logo que a ausência de Lore se devia a *Frau* Marta, que a proibira de encontrar-se com ele. “Tinha tremendos e invencíveis preconceitos de raça...” (p. 149). Interrompidos os contatos de Lore com Geraldo, não mais se vêem depois da Páscoa. Nem as janelas do palacete dos Wolff se abrem mais para ele, que tem de viver sem nenhuma explicação, apenas com as conclusões a que as evidências o levam.

Quanto a ela, tranca-se em casa a partir de então, e não tarda a adoecer, chegando a arder em febre, balbuciando o nome de Geraldo em seus delírios. Tifo, abalo emocional em virtude da separação do amado, imposição da mãe, todo um conjunto que a leva próximo da morte. Ao melhorar, tempos depois, sente que ainda ama Geraldo, mas sabe que jamais o verá, pois sua mãe já providenciara tudo para que isso acontecesse.

Os alemães da sociedade Ginástica decidem as coisas pela vontade dos Wolff e dos Kreutzer, em vista do prestígio de que gozam. Diante da solicitação da entrada de Geraldo como sócio, Karl, que não reconhece nenhuma qualidade no amazonense, somente o destaca pela inferioridade da etnia a que pertence, na afronta da cor negra à cor branca do local, na insensatez

⁸² Disponível no site www.comciencia.br/reportagens/migracoes. Acesso em: 10 nov. 2007.

de querer Lore, empenha-se, com a ajuda de Oscar Kreutzer, pela não-aceitação do engenheiro. Entretanto, os demais ouvem o discurso do doutor Stahl a favor da admissão de Geraldo na sociedade e aprovam a solicitação.

No entanto, a providência tomada por *frau* Marta, conseqüência da sua visão do contato de Lore com Geraldo, que os levava ao amor, muda definitivamente o rumo de tudo, sendo drástica para o casal de apaixonados e para a população que aguarda a água tratada. Por força dos Wolff, que, em troca de apoio nas eleições, exigem do prefeito que o engenheiro vá embora da cidade para sempre, a companhia que emprega Geraldo ordena que ele saia imediatamente da cidade, deixando interrompidas as obras. Diz o telegrama enviado a ele: “Suspenda obras, dispense pessoal, embarque urgente” (p. 162).

O senhor Wolff fizera as tratativas com o prefeito, Karl concordara, considerando excelente a solução, porém a grande responsável fora Marta. A sua forte vontade é que prevalecera sobre tudo e sobre todos para “preservar um lar da contaminação do sangue negróide” (p. 185). Nessas circunstâncias, venceram as armas do preconceito, do egoísmo, da vingança, da insensibilidade, do poder de dominação, tudo a favor da separação dos dois, não importando nem mesmo a urgência e a utilidade da hidráulica para Blumental.

A essa altura, a obra estava quase pronta: com “o motor instalado sobre o consolo; os reservatórios concluídos; o conduto de recalque, a máquina elevatória, os cilindros, os tubos de ferro fundido, as bombas montadas sobre o maciço, prestes a funcionar... Perfeitamente ajustados, no nível regulando a primor... Mais um arranque, e a Hidráulica estaria concluída...” (p. 170). Contudo, acima de tudo, era preciso dar fim à ameaça de Lore unir-se em casamento com um negro. Assim, o amazonense “iria embora daquela terra que não o aceitara, apesar de todas as suas intenções cordiais, daquela cidade onde ele se sentira como um estrangeiro” (p. 164). Partiria vencido, reflete ele (p. 165).

No dia seguinte ao telegrama, sem ter conseguido ver Lore, apesar da procura que intentara, ficando um bom tempo em frente a sua casa, no fim da rua, indo ao templo protestante, toma o trem na estação, às cinco da tarde, e volta para o Rio de Janeiro. Como lemos em *O arquipélago*, v. 3 (VERISSIMO, 2004, p. 291), num discurso de Floriano: “A Alemanha nazista viveu recentemente um dos mais trágicos enganos semânticos de todos os tempos. Seu povo aceitou como verdades provadas uma série de mitos, superstições e metáforas que Hitler lhes impingiu em discursos repetidos e histéricos: a superioridade da raça ariana, do Herrenvolk, sobre

as outras raças da terra...” É desse mito que Vianna Moog se ocupa, fazendo uma leitura do mundo real que se submetia à ameaça do poder que de tal mito emanava. Percebia-o, muitas vezes, como guia maior de diferentes contatos entre os alemães e os brasileiros, todos chamados de “negros” nos espaços onde preponderava o jeito germânico de viver, como São Leopoldo e Novo Hamburgo. Nesse sentido, seu empenho com essa escrita ficcional da história demonstra a morte do mito, morte antecipada, pois ele a dita ainda quando são plenas a sua vivacidade e as atrocidades que em seu nome se cometiam na iminência da Segunda Guerra Mundial.

3.4 - O tempo e o vento

Em princípios de 1833 Santa Fé foi sacudida por uma grande novidade: a chegada de duas carroças conduzindo duas famílias de imigrantes alemães, as primeiras pessoas dessa raça a pisarem o solo daquele povoado.

Erico Verissimo

Erico Verissimo ocupa os primeiros lugares na lista dos mais expressivos romancistas brasileiros. Com *O tempo e o vento*, referência maior de sua produção, é reconhecido como o primeiro grande romancista da América Latina a fazer um grande e importante romance histórico (MENTON, 1993), mérito este obtido por ter encontrado a forma madura desse tipo de romance (VERISSIMO, 2000; ZILBERMAN, 2000). Assim, a trilogia que retrçou, esteticamente, a trajetória da formação histórica e humana do Rio Grande do Sul, que vivifica, especialmente, dentre as etnias que aqui se fixaram, a lusa e a alemã, é de muita expressividade para a literatura universal.

Comumente, esse escritor gaúcho é classificado como um romancista de 30, o que tem a ver com a atenção da crítica centrada nos muitos romances urbanos que Erico publicou nessa

década. No entanto, críticos recentes apontam dentro da sua obra total *O tempo e o vento* como o carro-chefe, cujo ano inaugural é 1949. Assim, temos de perguntar pelo que estava acontecendo no mundo do romance no período imediatamente anterior e posterior a essa data, não em 1930. Dessa forma, inscrevendo Erico na produção renovada do romance histórico da América Latina, ele participa de um grupo de romancistas que se caracterizam por buscar a essência do mundo sul-americano assumindo a experiência local.

Nesse sentido, faz par com o guatemalteco Miguel Angel Astúrias e seu livro *O senhor presidente* e segue com os brasileiros Graciliano - *Memórias do cárcere* - e Jorge Amado - *Os subterrâneos da liberdade*. Erico e esses dois vão fazer a revisão histórica de regiões, culturas e acontecimentos do Brasil, encontrando-se, em termos de assunto, nos fatos da ditadura de Getúlio. É a época, também, do surgimento de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Ainda na literatura latino-americana, o cubano Alejo Carpentier escreve sobre o Caribe (*O reino deste mundo*), criando o realismo mágico, uma nova roupagem para o regionalismo; o colombiano Gabriel García Márquez aparece com *O outono do patriarca* e o paraguaio Augusto Roas Bastos publica *Eu, o supremo*. É como representante desse grupo de escritores que Erico deve ser interpretado.

Como os demais desse grupo, foi um escritor que preservou na construção do romance a experiência do narrar, dando importância à história em si. A respeito, ele chegou a declarar: “Tenho dito, escrito repetidamente que me considero, antes de mais nada, um contador de histórias” (2003, p. 28). Isso o liga muito mais à tradição narrativa do que aos estilos que ele percebia estarem na moda. Przybylski (1971, p. 21) registra um depoimento de Erico sobre como ele se entendia na prática de narrar. O novo que era adotado por escritores de seu tempo não o atraía: “Nesse ponto eu estou fora de moda, completa e irremediavelmente fora de moda. Continuo a achar que a estória é importante. É um veículo, um tecido conjuntivo, por assim dizer. Não sou formalista, nem inovador. Não tenho talento para aventuras verbais”. Em outro momento, analisa a si próprio como contador de histórias, conceituando-se: “Se me pedissem um adjetivo para me qualificar como contador de histórias, eu sugeriria engenhoso. Talvez este qualificativo possa ter conotação irônica... mas que importa? (apud D´AGUIAR, 2003, p. 33).

O ato criativo de Erico também tinha como referência a expressão do tema por meio de imagens. Seus roteiros possuíam mapas, diagramas e desenhos, que, depois, eram postos em palavras. Ao planejar *O tempo e o vento*, Erico assim se refere ao mapa:

O mapa não é o território. Um mapa não representa todo o território. Claro. Um romance não é a vida. Não representa toda a vida. Afirmam os semanticistas que o mapa ideal seria aquele que trouxesse também o mapa de si mesmo, o qual por sua vez devia apresentar seu próprio mapa. Teríamos então o mapa, o mapa do mapa, o mapa do mapa-do-mapa. Imagine-se um romance que trouxesse em seu bojo o romance de si mesmo e mais o romance desse romance-de-si-mesmo. Nesta altura o romancista franze a testa, alarmado. Que tipo de mapa me irá sair esse que estou projetando traçar do território geográfico, histórico e principalmente humano de minha cidade e, mais remotamente, do Rio Grande? (apud STRELIAEV, 2004, p. 7).

Por esse texto, percebemos a orientação plástica do autor na criação de seu grande romance. É possível relacionar essa forma de criar com o seu modo de pensar e sua função como escritor, uma vez que sempre se preocupava com a comunicabilidade em seu processo de criação. A clareza, não o impedimento, da compreensão era o recurso buscado no intento de praticar sua ética humanista.

À trilogia *O tempo e o vento* pertencem *O continente*, *O retrato* e *O arquipélago*. Nessas partes são recobertos duzentos anos de história do Rio Grande do Sul, de 1745, época das Missões Jesuíticas, até 1945, quando do fim da ditadura de Getúlio Vargas. Erico começou a sonhar com esta obra depois de 1935, como ele afirma em “Sou contra a censura” (1973). Pouco depois, em 1947, lançou-se à escrita do que viria a ser, nas palavras do autor, o mais importante no seu rebanho (COSTA, 1968), dando forma a notas que vinha acumulando desde 1939.

A publicação da primeira parte deste romance de fundação ocorreu em 1949 e da última, em 1962. Ao longo dessa obra, ele retoma as Missões Jesuíticas, a Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista, a Revolução de 23, a Revolução de 30 e o Estado Novo na Era Vargas. *O tempo e o vento*, portanto, constitui-se num projeto literário do autor que faz a representação de imagens históricas que formaram o Rio Grande do Sul e do complexo humano que colonizou esta terra. Estampam-se, assim, uma realidade regional, histórica e uma fotografia regional entrelaçadas.

Em *O continente* isso é a principal marca estruturante do texto, que chega a resultar num sentido épico do narrado. A longa história ficcional ali registrada recobre o período de 1745 a 1895. Inicia-se, cronologicamente, nas Missões, com o episódio “A fonte”. No entanto, o discurso narrativo começa pelo “O sobrado”, que está numa parte intermediária dos acontecimentos. Assim, por meio de um enredo não linear, como o fizeram muitos dos melhores romancistas modernos, o autor traça a saga de uma família através dos tempos, fazendo emergir

dela uma história possível da formação do Rio Grande do Sul. A família é a Terra Cambará, que tem os elementos da etnia, da política e da cultura rio-grandense.

A família origina-se em *O continente*, no episódio “A fonte” (1745), e vai seguir por, aproximadamente, duas mil páginas, das Missões à queda de Getúlio, como já referido, sempre na centralidade das outras duas partes da trilogia. Nesse percurso, o autor estrutura a relação entre a formação de um clã e a formação histórica de uma região de modo a entrelaçar o desenvolvimento da família e a fundação e o desenvolvimento de uma cidade – Santa Fé. Na história desta família e desta cidade imaginária está a história de uma região do país – a do Rio Grande do Sul - e na história e desenvolvimento desta região estão a história e o desenvolvimento de uma sociedade – a brasileira. Esta sociedade é que, em última análise, realizou uma longa e densa trajetória, evoluindo do patriarcado ao moderno.⁸³ E é nessa parte inicial da trilogia, que estabelece um marco inicial da história do Rio Grande do Sul, que o autor representa também o início da participação dos alemães na formação do Estado numa evolução cronológica dos fatos.

Personagens imigrantes alemãs foram incluídas em todas as partes que compõem a obra. *O continente*, *O retrato* e *O arquipélago* também são a evolução temporal da presença alemã no estado por força da política governamental de imigração e colonização da região Sul do Brasil, que se iniciou no campo e se ampliou para a cidade, participando, assim, da agricultura, do comércio, da indústria e da política. Erico cria expressivos representantes da etnia alemã, atribuindo-lhes funções na formação do Rio Grande do Sul. Mesmo não sendo os protagonistas do romance, seus papéis no enredo recebem destaque por parte do autor, pois, embora sejam minoria em Santa Fé, os alemães impõem costumes à população nativa, como é o caso do ninho da Páscoa e da árvore de Natal, símbolos incorporados pela população nacional nas comemorações destas festas religiosas.

A representação se dá desde as primeiras pessoas vindas da Alemanha e instaladas aqui como colonos, passando pelos médicos, pelos artesãos, pelos religiosos, enfim, ao longo do tempo cronológico de que o romance se ocupa entram os alemães na correspondência de suas atuações espaciotemporais na terra e na sociedade gaúcha.

Atenção maior é dada às personagens alemãs que moram em Santa Fé (seria Cruz Alta?) e em Nova Pomerânia (Ibirubá). São estas que causam atração e repulsão aos “brasileiros”, que se transformam em alvo dos comentários e de críticas negativas, que exercem papéis na política,

⁸³ Encontramos elementos referentes a essa relação nos estudos de Flávio Loureiro Chaves, principalmente no livro *Erico Verissimo: realismo e sociedade*, de 1976.

trabalham na agricultura e no comércio, levando a que essas atividades econômicas cresçam na região, ao mesmo tempo em que elas, as personagens, enriquecem e até se transferem do campo para a cidade. Além disso, são essas personagens que influenciam culturalmente os santafezenses, levando-os a adotar certos costumes, a contatar com a música clássica alemã, com concepções diferentes de sociedade. Também, são elas que recebem a rejeição da sociedade local, a qual é forte quando se trata das opções políticas dos alemães, apresentadas como uma afronta à força tradicional da região exercida pela família central da história, a Terra-Cambará. Rejeição maior seguida de agressão é sofrida nas épocas das guerras mundiais, que foram protagonizadas pela Alemanha: a população “brasileira” de Santa-Fé age como juíza e carrasca da população “alemã” ali residente, numa representação, certamente, dos enfrentamentos que existiram na realidade entre brasileiros e alemães nas ocasiões das guerras. Essas personagens não têm voz na narrativa, sendo caracterizadas pela voz do narrador ou de outras personagens.

Uma outra forma de relação entre brasileiros e alemães é marcada pelas ações da personagem doutor Winter, em cuja construção Erico muda a opção formal, ou seja, diferencia o foco narrativo daquele que utilizou com as outras personagens alemãs, usando, além do discurso indireto (narrador em terceira pessoa), muitos diálogos. Assim, pela opção formal do autor, o doutor Winter surge como uma exceção dentro de *O Tempo e o vento* quanto à assimilação, ao convívio com os lusos, à interferência na vida dos lusos. Ele não veio como um imigrante colono, mas, sim, como um exilado político, e não está em Santa Fé porque o governo assim determinou que ali era o local do estado, não outro, para ele se instalar, como acontecia com os colonos. O estar ali era opção voluntária dele. Parece que essa é uma diferença que tem conseqüências nos contatos com os brasileiros, a julgar pelo que acontece com as personagens que vieram trabalhar nas colônias e o que acontece com ele.

É a única personagem de origem alemã que Erico toma como foco, dá-lhe a palavra para se posicionar perante as personagens com quem convive e caracteriza sua parte introspectiva. É uma personagem letrada que é ouvida pelo grupo dominante, como acontece nas discussões sobre modelos de sociedade e economia. A permanência do doutor Winter imita o próprio processo histórico de muitos estrangeiros de sua etnia: uma vontade expressada de passar apenas um tempo por aqui e, depois, retornar à terra natal, porém foi ficando e adotando muito do que a população local, com seus hábitos, lhe oferecia.

No romance, um dos papéis mais importantes atribuídos ao doutor Winter pelo autor é o de passar a ser uma espécie de contraponto para olhar a história da Bibiana no confronto com a Luzia. Assim, ele tem uma função narrativa que é muito importante no desenvolvimento dos fatos. Regina Zilberman (2000, p. 36) refere que ele “atua como fino analista dos comportamentos humanos no universo das personagens ficcionais.”

O doutor Winter é diferente, portanto, das outras personagens de sua etnia, que são apresentadas pelos olhares dos de fora e cujos papéis pouco interferem na seqüência dos fatos. Quanto à opção formal do autor, o ponto de vista dirigido a esse conjunto de personagens alemãs é o da cidade, por meio de seus moradores natos, na maioria das vezes transmitido pelo narrador, não sendo privilegiado o ponto de vista delas.

Assim acontece com a descrição das casas dos alemães, dos cheiros de suas comidas, da dedicação ao trabalho e do jeito de trabalhar, do enriquecimento, dos costumes, das danças, dos jogos no clube (bolão). Talvez dois dos melhores exemplos disso sejam os casos amorosos vividos pelas duas personagens alemãs femininas de maior destaque, Helga e Toni. A primeira envolve-se amorosamente com o Capitão Rodrigo Cambará e a segunda, com o político Rodrigo Terra Cambará; porém não há comentários sobre como elas viveram seus casos intimamente. O ponto de vista sobre os dois acontecimentos é o da população e o do homem amante, como veremos no decorrer deste capítulo.

Como procedi com o romance *A divina pastora*, de Caldre e Fião, também com todos os volumes de *O tempo e o vento* priorizo destacar as passagens que se referem ao objeto da pesquisa, que é o imigrante alemão. Assim, para este trabalho, as personagens alemãs ganham a centralidade da análise, embora Erico não as tenha colocado na centralidade do romance.

3.4.1 - Família

Num dos textos intercalados aos episódios principais da obra, Erico volta-se diretamente para a chegada dos alemães às terras gaúchas, remetendo-nos, assim, aos acontecimentos históricos de 1824, quando se iniciou a colonização alemã no estado.

Famílias constituídas, com projetos de vida assegurados por promessas governamentais, sobrevivência dependente do estranho e irreduzível determinação chegaram ao porto em Porto

Alegre, onde estavam o presidente da província e outras autoridades à espera. Com isso e algumas coisas mais, como sabemos, os primeiros grupos de alemães imigrantes aportaram na província, e não nos é difícil imaginar possíveis expressões, olhares, sentimentos quando desembarcaram no desconhecido. O autor nos instiga a criar uma imagem ao dizer: “Da amurada do navio, Willy olha a cidade que os casais açorianos fundaram. Desembarca meio estonteado, de mãos dadas com a mulher: Hänsel e Gretel⁸⁴, coitados, perdidos na floresta” (*O continente*, v. 1, p. 192). Essa idéia primeira sobre quem chega é de reconhecimento das incertezas, do abandono, das dificuldades das famílias diante de um mundo novo.

Os primeiros passos deles são como se fossem os dos primeiros alemães que, na realidade, chegaram a Porto Alegre e, depois, a São Leopoldo. Alguns fatos sempre descritos pelos registros históricos são representados, resumidamente, nas ações da personagem Willy, que, com sua mulher e mais outras famílias, faz a viagem dos reinos germânicos para São Leopoldo, onde derrubam mata, fazem casas e lavouras, sofrem ataques de índios e animais, lutam e alguns morrem: “Heinrich ficou debaixo dum cedro com o peito esmagado. Kurt foi mordido por uma cobra. Um índio furou o olho de Jacob com um frechaço (sic). *Schadet nichts!* (Não faz mal!)” (*O continente*, v. 1, p. 193). Werner, na lavoura, é um dos doze colonos mortos num ataque de índios.

Ao falar das mortes pelos índios, Erico aproxima-se da visão mitificada que se observa em parte da historiografia sobre a imigração. Muitos narradores do processo inicial de colonização alemã do Rio Grande do Sul acabam por fortificar, em algumas passagens de seus textos, essa mitificação advinda das próprias relações sociais que se estabeleceram no início. Jean Roche, por exemplo, assim relata:

O desajustamento mais completo depois de uma viagem de quarenta a cinquenta semanas, ao tempo da navegação à vela, a luta pela vida contra os índios e contra a mata virgem, a existência bucólica de Robinsons de terra firme, sob as palmeiras dos trópicos, a conquista de vastas áreas onde os pioneiros fazem surgir as colheitas, as povoações, as fábricas e as cidades, a aventura aureolada pelo esplendor de um novo ‘Eldorado’, o resumo épico da História da humanidade, isto representa a colonização alemã no Sul do Brasil, no começo do século XIX” (ROCHE, 1969, p. 1-2).

As famílias teriam de enfrentar também a falta dos alimentos com os quais estavam acostumados, como a batata, pão de centeio e cerveja, e aceitar o charque, o pão de milho, o

⁸⁴Joãozinho e Mariazinha. A comparação com esses personagens do conto de fada sugere que o casal alemão, distante de sua casa, no caso a Alemanha, procura o caminho que o leve a um lugar seguro, a nova pátria.

feijão com arroz. Havia, ainda, de lutar na guerra, defendendo o Brasil contra os castelhanos, onde serviram na companhia de Voluntários Alemães.

Tempos depois, na década de 1830, é a imaginária cidade de Santa Fé que recebe os imigrantes. São duas famílias alemãs, a de Erwin Kunz e a de Hans Schultz. O narrador assim relata: “Em princípios de 1833 Santa Fé foi sacudida por uma grande novidade: a chegada de duas carroças conduzindo duas famílias de imigrantes alemães, as primeiras pessoas dessa raça a pisarem o solo daquele povoado” (*O continente*, v. 1, p. 319).

Outra etnia, outra cor, outro visual deixam perplexa a gente do local: “Muitos dos santa-fezenses nunca tinham visto em toda a sua vida uma pessoa loura, e aquela coleção de caras brancas, cabeleiras ruivas e douradas, olhos azuis, esverdeados e cinzentos” (*O continente*, v. 1, p. 319). Além disso, há uma língua diferente: “Grupos cercaram as carroças e alguns tentaram comunicar-se com as mulheres e os filhos dos colonos, mas sem o menor resultado, pois nenhum dos estrangeiros parecia falar ou entender o português” (*O continente*, v. 1, p. 319). Como também nenhum dos santa-fezenses que estavam ali sabem falar o alemão.

Erwin Kunz é alto, magro, de rosto vermelho e sardento. Estabelece-se no próprio povoado abrindo uma selaria. Tem esposa e uma filha de aproximadamente vinte anos, Helga. Hans Schultz viveria na lavoura, perto do povoado, onde, em terras que havia comprado, planta batata, milho, feijão e linho. Tem esposa, duas filhas e cinco filhos, em idades que vão de oito a dezoito anos.

Os Kunz e os Schultz podem ser tomados como representantes dos imigrantes que adquiriram suas propriedades ao chegar ao Rio Grande do Sul. Houve boa parte de alemães que não se incluíram na colonização imperial, pois algumas famílias que possuíam recursos financeiros optaram pela aquisição de terras em locais comercializados por brasileiros ou pelos próprios alemães que aqui já se encontravam. Eram as chamadas “colônias privadas”. Como não recebiam ajuda do governo como aqueles que se dirigiam para as colônias imperiais, precisavam prover seu sustento e o de seus familiares pelos próprios meios (LANDO; BARROS, 1981). O imigrante Josef Umann relata em suas memórias que, quando o grupo a que pertencia chegou no Rio Grande do Sul, recebeu orientação do Diretor Geral, um alemão, sobre as terras:

Era Diretor da Colonização do Governo Central, e queria que nos dirigíssemos todos a Conde D’Eu ou Campo dos Bugres, de colonização imperial. Algumas famílias aceitaram, pois lhes faltavam recursos para o transporte, às próprias expensas, até as colônias provinciais. (...). Acontece que o Governo Imperial pagava subsídios aos

imigrantes nos primeiros tempos, enquanto aqueles que se dirigiam às colônias provinciais ou privadas precisavam prover seu sustento e o de seus familiares pelos próprios meios (UMANN, 1981, p.48).

As famílias alemãs diferenciam-se das outras de Santa Fé também pelas casas em que residem, construídas segundo o modelo trazido da terra natal, a Alemanha. São os chamados “chalés”, ornamentados com cortinas nas janelas e jardins com belos canteiros de flores na frente. Nestas casas diferentes, de pessoas diferentes, os santa-fezenses observam uma preparação para festas religiosas nunca antes vista. São as duas famílias que cultivam a experiência milenar de sua terra relativa à Páscoa e ao Natal e a população local recebe, ao vivo, os costumes alemães:

No primeiro abril que os alemães passaram em Santa Fé, todos acharam muito engraçada a maneira como eles festejaram sua Páscoa. Contava-se que ao acordar as crianças encontravam debaixo de suas camas pequenos cestos em que havia ninhos de palha cheio de ovos de galinha pintados de amarelo, azul, vermelho e verde. Os filhos de Hans Schultz afirmavam que se tratava de “ovos de coelho” (*O continente*, v. 1, p. 330).

No Natal também os naturais do lugar são surpreendidos:

E na véspera do Natal de 1833 os que passaram a noite pela casa de Schultz tinham visto na sala da frente uma pequena árvore toda coberta de flocos de algodão e cheia de velas acesas. Dizia-se que Hans, com barbas postiças de algodão e metido num camisolão vermelho, trouxera presente para os filhos dentro de um saco. Aos poucos as coisas se explicaram. Aquele era um costume alemão: o velhinho barbudo chamava-se weihnachtsmann, e o Menino Jesus era conhecido na Alemanha como Christkind (*O continente*, v. 1, p. 330).

Há até então o presépio, que, para o padre Lara, seria “mais bonito e muito mais nosso” (*O continente*, v. 1, p. 330). Lang (1998) relata que muitas tradições foram cultivadas pelos imigrantes: a festa de Ano-Novo, de Páscoa, o pinheirinho de Natal e os ovos de Páscoa. Roche (1969) explica que o pinheirinho de Natal e os ovos de Páscoa representam fidelidade às tradições germânicas e que o costume de montar a árvore de Natal foi trazido pelos protestantes que colonizaram o Rio Grande do Sul. Por aqui, foram os católicos que incorporaram à sua forma de comemorar as festas esses símbolos, o que indica que a diferença de religião não foi obstáculo para tanto.

Os luso-brasileiros da narrativa passam a praticar essas tradições. A família principal, a Terra Cambará, arma seu presépio na sala grande do Sobrado à véspera do Natal (*O retrato*, v. 1,

p. 90), já com naturalidade no ato, como uma tradição que não pode faltar dentre as comemorações do dia, isso ainda no final do século XIX. Em sua última geração, este já é um dos elementos agregadores da família na ocasião: “Flora armou no centro da sala de visitas um pinheiro nativo de Nova Pomerânia, (...). Pendurou-lhe nos galhos esferas de vidro verdes, azuis, solferinas, prateadas e douradas, bem como ajustou nele pequenas velas de várias cores. Maria Valéria, como a própria Fada do Inverno, atirou chumaços de algodão sobre a árvore, num simulacro de neve” (*O arquipélago*, v. 1, p. 217)⁸⁵. Embora já incorporado como tradição na família, este símbolo cultural e religioso tem sempre lembrada a sua origem, especialmente pelos mais velhos, como o faz num certo momento Maria Valéria, que, “como para tirar à festa o sotaque alemão, colocou ao pé do pinheiro algumas figurinhas de presépio” (*O arquipélago*, v. 1, p. 217).

O Papai Noel também passa a entrar na casa. Muitas são as vezes em que o alemão Júlio Schnitzler, dono da Confeitaria de Santa Fé, chega ao Sobrado como a lendária personagem do bom velhinho, “vestido de vermelho, com longas barbas de algodão, um capuz na cabeça, um ventre enorme, o saco de brinquedo às costas” (*O arquipélago*, v. 1, p. 218).

No mundo da vida real, não demorou a haver nas casas de todos os gaúchos, como costume, ninhos, ovos, coelhos de Páscoa, árvores de natal e Papai Noel. A absorção foi tal que, atualmente, vivemos esses costumes sem nem nos perguntamos pela origem deles, assimilados que estão.

A atuação da mulher na família germânica também causa estranheza, visto que ela participa do trabalho lado a lado com o esposo, tendo as mesmas responsabilidades, como demonstra *frau* Schultz quando lidera as atividades na lavoura após a ida do marido para a Revolução Farroupilha: “Na hora em que Hans deixou a casa, toda a família rompeu a chorar; mas no dia seguinte antes de nascer o sol foram todos como de costume trabalhar na roça, desta vez comandados por *Frau* Schultz, que levava o filho mais moço escanchado na cintura” (*O continente*, v. 1, p. 348). Essa atitude de mulher de força, mais independente, mais liberta também é sugerida na lida diária das suas duas filhas na roça, na *Frau* Kunz e Helga fazendo doces e cucas, na delegação da responsabilidade a Helga para realizar as compras da família na venda do Capitão. A laboriosidade das personagens femininas alemãs é elemento de

⁸⁵ A colônia Nova Pomerânia que aparece em *O tempo e o vento* é Ibirubá, um dos municípios do Planalto Médio do Rio Grande do Sul que formaram as Colônias Novas dos alemães.

contraposição com as personagens femininas lusas, que não desempenhavam atividades iguais às dos seus maridos e filhos.

Não bastasse o trabalho a conferir este papel de maior proximidade com o dos homens da família, há ainda a marca da educação evoluída, moldada na sociedade de padrões civilizados, que já conferira maior liberdade de costumes às mulheres. Exemplo disso é o que acontece com Helga, a qual, mesmo tendo se entregado ao Capitão Rodrigo Cambará, atrás do cemitério, quase ao alcance da visão de todos, e isso ter se tornado um escândalo no povoado já no dia seguinte, não muito tempo depois casa-se com outro, empreendendo, assim, a continuidade de sua vida sem abalar-se com o que houvera e com os falatórios que se fizeram. Tampouco sua família deixa de uni-la a um homem de mesma etnia, o que sugere que não havia temor por parte de ninguém em relação a possíveis conseqüências de ordem moral.

A família Kunz continuaria a marcar suas diferenças de pensamento e de forma de agir ao permitir que a filha Helga seguisse sozinha com o noivo até São Leopoldo antes de se casar, pois que a cerimônia seria lá, sob as bênçãos protestantes: “E quando a Filha do Serigote montou a cavalo e partiu em companhia do noivo para empreender uma viagem que levaria muitos dias e muitas noites, os moradores de Santa Fé trocaram perguntas e comentários atônitos ou maliciosos: Mas ela vai sozinha com o noivo?. Vão casar só em São Leopoldo. Cruzes, que gente!” (*O continente*, v. 1, p. 334).

Sempre que Erico se refere às mulheres alemãs, ele coloca em evidência características que lhes conferem independência e participação ativa na família e na comunidade: é exigente e determinada no trabalho, desinibida, veste-se com roupas bonitas e alegres, tem opiniões e as expõe publicamente, cuida pessoalmente da casa, que sempre está atraente e limpa, e sabe cozinhar muito bem, chegando a vender seus produtos (cucas, bolos, tortas e outros doces). A família de origem alemã vive mais em quietude, o que causa especulações entre os nativos. Mas também causa admiração, como acontece ao Capitão Rodrigo, que, observando a lavoura dos Schultz, fica pensando que aqueles imigrantes estão há meses no povoado e vivem quietamente a vida, dedicados ao trabalho.

Carl Winter, médico alemão com mais ou menos trinta anos, natural de Eberbach, formado pela Universidade de Heidelberg, é mais uma personagem alemã que se fixa no povoado a partir de 1851. Mora numa meia água atrás da igreja, ao lado da casa do padre, chamando a atenção de todos pelo modo engraçado como se veste: “Ninguém ali usava chapéu alto como

chaminé nem aquelas roupas estapafúrdias” (*O continente*, v. 2, p. 40), como também ninguém mais fuma tais charutos do tamanho dum cigarro. A essa época, diz o narrador, a maioria dos colonos alemães havia já abandonado seus trajes regionais e adotado os dos naturais da província.

O doutor Winter viera para o Brasil sem família constituída, e nem aqui constituiu uma. As razões de sua vinda são por ele explicadas: “Estou aqui principalmente porque Gertrude Weil, a *Fräulein* que eu amava, preferiu casar-se com o filho do burgomestre. Isso me deixou de tal maneira desnorteado, que me meti numa conspiração, que redundou numa revolução, a qual por sua vez me atirou numa barricada. Ora, essa revolução fracassou e eu me vi forçado a emigrar com alguns companheiros” (*O continente*, v. 2, p. 47). O casamento não realizado com a noiva que tivera não veio mais a se realizar com nenhuma outra mulher. Vinham-lhe, de vez em quando, à mente as lembranças do amor que se desfizera na Alemanha, quando, então, revivia as sensações desagradáveis que lhe haviam causado as atitudes da amada. Era o suficiente para acomodar o seu espírito.

Se só por essa ou por mais outras razões ele não formava família não nos fica claro na obra, mas o certo é que a imagem que fazemos dele é de alguém dado à vida independente, em nada submetido a encantos femininos nem apegado à instituição família. Sempre racional, analisa os que estão ao seu redor e reflete sobre as situações e atitudes. Assim, é um grande observador a conceituar as famílias dos luso-brasileiros, a sociedade que estas formam, o modo de ser.

O doutor Winter diz que as pessoas que habitam aquele povoado comportam-se com expressivo primitivismo. Observamos em sua análise uma visão urbana dos fatos, talhada pelas experiências de vida cuja civilização se deu por meio da cultura escrita, da arte, da música erudita, dos conhecimentos científicos. Isso lhe permite reconhecer as diferenças sociais entre os homens e as mulheres que caracterizam o cotidiano do povoado. Ele observa que as mulheres são privadas de direitos e recebem quase todas as responsabilidades, pois a seu cargo estão os trabalhos de criar os filhos, cuidar da casa, cozinhar, lavar, coser e esperar. Ainda, os valores desta sociedade não admitem que elas falem com estranhos; são analfabetas ou de pouquíssimas letras. A tristeza é marca comum a todas, bem como o luto imposto pelas contínuas guerras, “por isso traziam nos olhos o permanente espanto de quem está sempre a esperar uma notícia trágica” (*O continente*, v. 2, p.55). Os homens, por sua vez, são ligados à liberdade e ao machismo; dados a aventuras amorosas podem ter filhos com as chinocas, as escravas e as concubinas. Importa-lhes serem machos e não serem cornos. Winter considera-os bárbaros e diz que as glórias

supremas deles são “não levar desaforo para casa, saber montar bem e ter tomado parte pelo menos numa guerra” (*O continente*, v. 2, p. 55). Nesses elementos ele identifica as características de um nítido código de honra espanhol.

Outro alemão que se fixa em Santa Fé sem família é Jacó Geibel: “Era um homúnculo atarracado, de pernas arqueadas e curtas, barbas ruivas e olhos cor de malva. Viera da Alemanha havia cinco anos e ali em Santa Fé e arredores era conhecido como o Barbadinho do Padre” (*O continente*, v. 2, p. 280).

Nada de triunfo em sua vida de imigrante, pois é o sacristão que acompanha o padre Atílio Romano nos compromissos religiosos. Não é apresentado como um alemão religioso, nem com moral adequada aos princípios da Igreja para a qual trabalha. Traz sempre uma garrafa de cachaça sob o poncho para beber a qualquer hora; é visto deitado na calçada da praça; tem pensamentos inescrupulosos em relação a pessoas, como os que passam pela sua mente, na noite em que os escravos de Licurgo Cambará recebem a carta de manumissão. Jacó está na esquina da praça, de onde vê os vultos dos convidados para a ocasião se moverem no interior do Sobrado. Contempla tudo com ressentimento e pensa que aquela casa deveria ser incendiada, com o que veria as fêmeas saírem correndo e gritando, com as vestes em chamas; e se morressem todos os que lá estão, seria bom, melhor ainda se também morresse o padre. Poderia também se despir e invadir o Sobrado, escandalizando aquelas mulheres com sua nudez.

O ataque rancoroso às mulheres deveria ter origem num fato de sua mocidade, na Alemanha, quando uma *fräulein* rejeitara seu convite para dançar e ele muito se envergonhara, além de suportar as gargalhadas de todos. Um desajustado socialmente, este alemão, de mal com o mundo, nem a mãe conhecera. Enfim, era uma estranha criatura. “Nas noites de ventania - contava-se - o sacristão saía como um louco a andar sem destino certo pelas ruas, falando sozinho e gesticulando, com o jeito de quem quer fugir de alguém ou de alguma coisa” (*O continente*, v. 2, p. 377). Com esse comportamento, sua distância com a sociedade santa-fezense é bem marcada, a qual ainda se acentua pelo não-uso da língua local, pois que, mesmo cinco anos depois de ali ter chegado, não fala português.

No tempo em que já há um grande número de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, no início do século XX, durante a I Guerra Mundial, chega uma família de músicos, vinda de Viena, para fazer concertos em Santa Fé. No tempo da narrativa é maio de 1915. O estado, pelo número representativo de alemães em sua população, havia se tornado um local receptivo para

artistas da etnia. *Herr* Weber, que toca violino, clarineta e flauta, *frau* Weber, piano e órgão, Toni, violoncelo e oboé, e Wolfgang, cordeona e xilofone, formam a Família Filarmônica (*Philharmonische Familie*). Eles fazem o seu primeiro espetáculo e, no dia seguinte, tornam-se assunto obrigatório em Santa Fé, pois o teatro ficara lotado e a apresentação fora um sucesso.

A família chegara ao povoado em situação crítica, pois fora enganada pelo empresário que contratava as apresentações, estando sem dinheiro e sem lugar para ficar. É logo acolhida pelos moradores do Sobrado, que fazem questão de receber a todos para os serões, os jantares, estreitando, assim, as relações sociais. Toni torna-se, de imediato, um encanto para Rodrigo Terra Cambará, que, preso a uma necessidade de manter os Weber por perto, movido por uma paixão repentina pela moça alemã, dá-lhe a casa de propriedade de seu pai, na rua Poncho Verde, e os Weber entregam-lhe o seu destino.

As visitas ao Sobrado são semanais, a família convive com várias famílias santa-fezenses e com outras famílias de alemães. Seus membros chamam a atenção pelo jeito se ser e de vestir: “Toda a vez que *Frau* Weber saía às compras ou com livros debaixo do braço dirigia-se à casa de seus alunos, as comadres de Santa Fé mal continham o riso, achando-a esquisita no seu vestido cor de chumbo, de golinha alta, cintura de vespa, saia rodada e comprida cuja fímbria varria as calçadas por onde ela passava com seu jeito azafamado e seu caminhar miúdo e rápido” (*O retrato*, v. 2, p. 241-242). Da mesma forma, *herr* Weber chama a atenção com seu chapéu-coco pardo, gravata à *Lavallière*, guarda-chuva sempre à mão, andar sempre apressado. Wolfgang também se diferencia com sua roupa de veludo verde, de casaco cintado, sapatões de alpinista e chapéu de feltro com uma pena de pavão enfiada na fita. Toni provoca inveja nas moças de Santa Fé, pois está a virar a cabeça dos rapazes. A jovem alemã destaca-se entre as jovens locais pela cor da pele e do cabelo, pela beleza diferente, por tocar instrumento musical de sopro, o oboé, ação julgada indecente para uma mulher, a quem só caberia tocar piano, violino e bandolim.

Com a presença desta família, fazendo concertos no teatro e tocando músicas no Sobrado, Santa Fé aproxima-se de grandes nomes da música alemã, como Schubert, Beethoven, Mozart, von Suppé, Offenbach, Strauss, Wagner.

A representação da família alemã abastada, tradicional, que fez fortuna no Rio Grande do Sul no ramo do comércio e da indústria, vem por meio dos Wolf. Estes são habitantes da colônia alemã *Neu-Württemberg*, que é de existência real e hoje se chama Panambi, mais uma das colônias novas da região do Planalto do Rio Grande do Sul. Panambi é termo de origem índia que

quer dizer “vale das borboletas”. A mudança de nome foi imposição da política adotada durante o Estado Novo (1937-1945) em relação aos de etnia alemã residentes no país, a qual providenciou o abasileiramento da denominação de vários lugares e instituições que usavam nomes em alemão.⁸⁶

Essa família é comandada pela *Frau Wolf*, que vem a ser uma representante das matriarcas que, ao seu redor, mantém os filhos, os genros, as noras, os netos, os bens. Nos seus quase oitenta anos, viúva, gosta de poesia e executa músicas ao órgão de fole. Caracterizam esta família a casa de madeira, de tipo bávaro; muitos livros; o apego à religião, simbolizado pela Bíblia da família exibida aos visitantes, a qual fora impressa ainda no século XVIII; a senhora que se veste de negro e penteia os cabelos brancos à moda do fim do século XIX; os móveis, os bibelôs, os quadros, a louça, o cheiro da madeira envernizada e, principalmente, o sotaque alemão da proprietária.

Tudo na casa lembra a Alemanha apresentada na literatura e nas gravuras de revista, diz Rodrigo Terra Cambará, que é recebido pela *Frau* quando, na época da Revolução de 1923, permanece na cidade com a Coluna Revolucionária de Santa Fé, chefiada por seu pai, Licurgo Terra Cambará. A coluna havia tomado *Neu-Württemberg*, “colônia alemã pertencente ao feudo político do gen. Firmino de Paula” (*O arquipélago*, v. 1, p. 353)⁸⁷. Com a impressão de ter entrado em outro mundo, Rodrigo fica admirado com todas essas particularidades e, ainda, ouve poesias de Heine e Goethe, música de Bach, toma café com leite, come bolos e *Apfelstrudel* e saboreia vinho do Reno.

Na constituição do tipo de família, as famílias alemãs contrastam com as famílias protagonistas da narrativa, de etnia luso-brasileiras, os Amarais e os Terra Cambará. Aquelas chegaram a Santa Fé e cidades vizinhas para serem pequenas proprietárias de terra ou para viverem na cidade como artesãos, a exemplo dos Kunz; com o crescimento econômico alcançado pelo trabalho contínuo e pela forma de organização social na colônia, passam a ser comerciantes e donos de indústrias. Estas são latifundiárias, cheias de agregados, possuem escravos, lideram a política partidária, com o que mantêm muito do seu poder sobre a cidade. Diferentes, as alemãs

⁸⁶ Essas informações sobre Panambi – RS são de Luís Augusto Fischer, que as apresenta numa nota explicativa que se encontra na nova edição que prepara do romance *Frida Meyer* de Vivaldo Coaracy (p. 4), já mencionada neste trabalho. A colônia é citada naquele romance como o local de origem do colono alemão que comprou a loja da família Meyer, a protagonista da história.

⁸⁷ Referindo-se à pesquisa histórica que Erico implementou para criar *O tempo e o vento* e identificando vários fatos reais que aparecem na narrativa, o historiador Gertz (2000, p. 203) afirma que “efetivamente aconteceram os incidentes referidos sobre *Neu-Württemberg* – nome real de Panambi, na época – durante a Revolução de 1923.”

estruturaram-se dentro de uma outra lógica, sem escravos ou ligações políticas. Os de Nova Pomerânia, por exemplo, operam a transformação do seu local com o trabalho, buscando atender às suas próprias necessidades cotidianas e fazendo valer a determinação de progredir por conta própria. Assim, constroem a ponte e a roda-d'água, montam a serraria e o moinho, chegam a criar uma cervejaria. Escola e igreja para elas também são providenciadas, como também uma associação e uma banda de música.

Spielvogel, Schnitzler, Schultz, Kern, Weber, Stumpf, Kunz, Schmitt, Schneider, Wolf, são famílias diferentes na cor, na língua e na cultura que passam a modificar o modo de viver de Santa Fé a partir de 1833 e, junto com as de Willy e Werner, o modo de viver do Rio Grande do Sul desde 1824.

3.4.2 - Trabalho

Trabalhar na lavoura, ser alfaiate, ferreiro, seleiro, moleiro, padeiro. Os imigrantes primeiramente mencionados no livro, que foram para São Leopoldo, altos da Serra Geral e Santa Fé, exerciam essas profissões. Muitos ficam desorientados diante da urgência de construir as instalações primeiras para acomodar a família e se alimentar no lote que lhes coubera na colônia, pois que não eram todos camponeses e sabedores da lida na terra. Willy é um exemplo do que foram muitos imigrantes: não era agricultor ou construtor de casas em sua terra, mas alfaiate, e aqui tinha de lidar com a terra para sobreviver e fazer sua casa para se abrigar.

Em Santa Fé, a família Schultz é chamada de “batalhão do Schultz”. Todos trabalham de sol a sol, desde o filho mais moço até o velho Hans. O Capitão Rodrigo, numa madrugada em que retorna da casa de Honorina, a sua amante índia, depara-se com a família dirigindo-se para o trabalho. Aqui encontramos a informação sobre o início da lida na lavoura e as características dessas personagens pequenas proprietárias rurais. Também fica marcado o contraste entre a noção de trabalho dos alemães e a dos nativos, estes representados pela reação e pensamento do Capitão. Assim descreve o narrador:

cada um deles levava a sua enxada e uma lata de comida. Iam todos de tamancos e tinham nas cabeças chapéu de palha de abas largas. Rodrigo não pôde deixar de sentir um certo mal-estar quando passou por eles. Na província as gentes antigas afirmavam que o trabalho é coisa honrosa e necessária e muitos continentinos olhavam com

desprezo para os vagabundos e os “índios vagos”. Diziam que Deus ajuda quem cedo madruga. Pois Deus havia de ajudar os Schultz! – refletiu Rodrigo. Naquela madrugada, mal o sol começava a raiar, lá se iam eles para a lavoura, falando muito alto a sua língua doida e dando grandes risadas. Rodrigo buscara consolo num pensamento que lhe vinha com freqüência à cabeça: “A vida vale mais que uma pontada de onças”. No fim de contas eles eram estrangeiros e tinham vindo com a tenção de encher os bolsos de dinheiro para depois voltarem para sua pátria (*O continente*, v. 1, p.327).

Em todo o caso, ver a família toda em atividade parece bonito ao Capitão. De pele clara e roupas coloridas, inclinadas a virar a terra, as gentes vindas da Alemanha causam-lhe boa impressão. Ele se emociona diante dos cumprimentos que todos lhe dirigem, chegando a sentir um nó na garganta e vontade de chorar.

Erwin Kunz torna-se seleiro na cidade, logo ficando conhecido como “O Serigote”. Faz lombilhos e bate sola dia após dia. *Frau* Kunz e Helga fazem doces e cucas.

O progresso nesta terra é contribuição certa dos alemães, no entendimento do doutor Winter, que reflete:

Os que ali haviam chegado até então lutavam com toda a sorte de dificuldades: a distância, a falta de meios de comunicação, a ignorância dos nativos e a indiferença dos governos. Faziam, entretanto, o que podiam. Aos poucos iam realizando coisas, fundando colônias novas, cultivando a terra, exercendo, enfim, um apreciável artesanato. (...). Existiam nas colônias alemãs da Província mais de trinta engenhos para a fabricação de aguardente, vários teares para linho (linho que eles próprios, colonos, plantavam), curtumes, engenhos para mandioca, serrarias movidas a água, olarias, cervejarias e até uma oficina para lapidar pedras finas (*O continente*, v. 2, p. 112).

Podemos perceber que Erico não se abstém de corroborar a idéia já universalizada sobre a relação dos alemães com o trabalho, de que eram extremamente dedicados e se baseavam em uma noção de trabalho diferente da que era corrente entre os nativos: resguardando-se em seus universos familiares e culturais, todos os membros da família participavam das atividades, inclusive as mulheres, tanto na lavoura como em qualquer outra área. Não dependiam de escravos e agregados para se manter e progredir, situação esta bastante comum entre famílias luso-brasileiras durante grande período histórico em que se passa *O tempo e o vento* (até, pelo menos, a abolição da escravatura). Referindo-se à caracterização que Erico faz dos alemães na trilogia, Lúcio Kreutz (2000, p. 159) assim se expressa quanto ao trabalho: “Uma das características marcantes atribuídas aos imigrantes alemães é sua dedicação ao trabalho, o que já era um dos motivos da preferência do Governo, a partir do Império, para convidá-los a imigrar ao Brasil. A

laboriosidade e o espírito ordeiro dos mesmos entraram forte no imaginário popular. Erico Veríssimo realça-o freqüentemente.”

A formação e o desenvolvimento de Nova Pomerânia, criada em 1855, também são expressões do trabalho árduo dos imigrantes e uma referência a mais do contraste das noções de trabalho mencionadas. Aos poucos, a paisagem vai sendo transformada e o local vai tomando o jeito de povoado; aparecem valos, lavouras, cercas, roçados. Sobre um rio que por lá cruza, os alemães constroem a ponte necessária para a travessia e, sem muita demora, Otto Spielvogel monta um moinho d’água. Tudo isso causa admiração aos nativos de Santa Fé, que, quando por lá passam, demoram-se para olhar os colonos e suas obras.

O trabalho dos alemães na cidade, exercendo já domínio em algumas áreas do comércio e da indústria, é bem lembrado pelo autor. A firma Bromberg & Cia. de Porto Alegre é a indicada por Rodrigo Terra Cambará quando, como bom reformador, propõe ao pai Licurgo a realização do projeto que tem em mente para levar iluminação elétrica a Santa Fé. A Bromberg & Cia. seria a parceira na instalação da usina, mandando máquinas, engenheiros e mecânicos para o local. Dessa forma, um dos maiores símbolos de modernização e progresso de Santa Fé teria a participação efetiva do trabalho dos alemães no Rio Grande do Sul.

No comércio de Santa Fé, o trabalho dos alemães é observado por todos mais de perto, pois são casas freqüentadas para consumir, conversar com amigos, passar o tempo. É o caso da Confeitaria Schnitzler, cujo proprietário, Júlio Schnitzler, atende a todos pessoalmente. “Era um alemão retaco e musculoso, de cachaço de fora, olhos dum cinza esverdeado e bigode de guias retorcidas para cima, à Guilherme II” (*O retrato*, v. 1, p. 150). A personagem principal da narrativa, Rodrigo, é freguês assíduo e gosta do que come e da cerveja que bebe. Mas o local é um aparte na cidade, caracterizado como de fora, “cheirava estrangeiro” (*O retrato*, v. 1, p. 151), tanto pelo sotaque carregado do dono, quanto pela decoração do local, com quadros da Baviera e do Tirol, e pelos cheiros alemães das comidas preparadas.

Especialmente em *O retrato*, parte da trilogia que se concentra nos acontecimentos históricos das primeiras décadas do século XX, é representada a fase de forte ascensão econômica dos alemães, resultante da sua fixação nas cidades e de seu trabalho na indústria e no comércio.

José Kern é outro alemão referencial no trabalho e progresso. Dono de uma grande fortuna, tido como astuto para os negócios, a trajetória que o leva a esse sucesso caracteriza

alguém centrado na luta diária e na determinação, como podemos entender por esta síntese da personagem Floriano:

Esse teuto-brasileiro começou sua carreira no interior do estado, como mascate: teve depois em Nova Pomerânia um pequeno negócio que, com o passar do tempo, cresceu de tal maneira, que o homem acabou transferindo suas atividades comerciais para a sede do município. Este casarão – observa Floriano – tem uma pesada arrogância germânica, temperada aqui e ali por ingenuidades nova-pomeranianas. Sempre que se refere a Kern, a *Voz da Serra* lhe chama “o nosso magnata”, pois é ele proprietário de várias fábricas –conservas, sabão, malas, artefatos de couro – e nestes últimos cinco anos tem andado metido em grandes negócios de loteamento de terrenos e na construção de prédios de apartamentos (*O arquipélago*, v. 1, p. 62).

De sua casa de comércio, a Casa Edison, vem uma boa novidade para os moradores de Santa Fé, a vitrola ortofônica e discos. Substituindo os gramofones de modelo antigo, dezenas de vitrolas e centenas de discos são vendidos à maioria dos fazendeiros de Santa Fé.

Ainda, emerge um político: “José Kern sempre teve ambições políticas; entre 1934 e 1940, foi ardoroso partidário da suástica e do sigma. Agora, candidato a deputado pelo Partido de Representação Popular, mandou colar nas paredes e muros da cidade centenas de cartazes com seu retrato e suas promessas eleitoreiras” (*O arquipélago*, v. 1, p. 62). Em sua ânsia de afirmação política, passa de discursos em comícios integralistas, em que se fazem ameaças a quem não colabora com os camisas-verdes, para a defesa dos ideais democratas.

A ascensão econômica e social também se dá com os Spielvogel, que iniciam com a abertura de picadas, na agricultura, e chegam a ser grandes industriais. O iniciador de tudo é Otto Spielvogel, que já se fez perceber como um chefe natural dos colonos com quem chegara a Nova Pomerânia, em 1855. De seu empenho em abrir picadas no lote que lhe coubera, os descendentes evoluem e se tornam os maiores comerciantes de madeira da região. Em 1945, com uma estrutura comercial e industrial que inclui os Escritórios Centrais da Empresa Madeireira de Spielvogel & Filhos, o velho Jacob Spielvogel, neto do Otto, é chamado pela imprensa de “o rei da madeira” (*O arquipélago*, v. 1, p. 62).

Em verdade, o romance menciona a trajetória de vários nomes alemães que têm o trabalho como símbolo do sucesso: “Os Kern e os Spielvogel, bem como os Kunz, os Schultz e muitas outras famílias de origem alemã, hoje em muito sólida situação econômica e financeira, começaram paupérrimos a vida no Rio Grande do Sul abrindo picadas no mato, há mais de cem anos” (*O arquipélago*, v. 1, p. 62-63). Os Wolf também assim se constituem. Na cidade de *Neu-*

Württemberg, próximo a Cruz Alta, são os mais ricos dentre os alemães que se fixaram nesta colônia. O velho Wolf é o mais importante industrialista do lugar.

Nesse contexto de trabalho, o cenário econômico do estado modifica-se visivelmente, chegando, junto com outras razões históricas, a se manifestar um fenômeno sociológico importante e definidor dos rumos do crescimento da economia. É Floriano, em 1945, quem nos explica esse fenômeno com o movimento do “declínio da aristocracia rural de origem lusa e o surgimento duma nova elite com raízes nas zonas de produção agrícola e industrial onde predominam elementos de ascendência alemã e italiana. Neste meio século, processou-se a marcha do colono da picada para a cidade, da pequena plantação para o comércio e para a indústria” (*O arquipélago*, v 3, p. 279).

A repercussão disso logo se faz notar no cenário político, que também a essa altura, já deixava de ser ocupado somente por homens comandados pela força do boi. Floriano analisa que hoje “os candidatos se chamam também Spielvogel, Greenberg, Lunardi, Schmidt, Kunz, Kalil” (*O arquipélago*, v. 3, p. 279).

Além disso, é referido no romance que, antes da metade do século XX, grande número de nomes alemães era encontrado entre os médicos, advogados, engenheiros, professores. Enfim, em todas as profissões, no exercício da religião, no governo, a etnia já havia conquistado vasto espaço, desenhando, juntamente com outras etnias imigrantes, novo quadro sociopolítico-econômico do Rio Grande do Sul.

3.4.3 - Religião

Diante dos primeiros e mais difíceis problemas a enfrentar na colônia para estabelecer-se, aparece a marca da religião, indicando que os imigrantes eram tementes a Deus. Willy, tendo de construir sua casa e não sabendo como fazê-lo, “senta-se numa pedra e fica olhando as nuvens e achando que *Gott wird helfen*” (Deus ajudará) (*O continente*, v. 1, p. 192). Eles não entregam as coisas à vontade do Senhor, mas, obstinados em construir o futuro desejado, confiam na assistência divina e não abandonam sua luta.

Entretanto, eles trouxeram outro culto a Deus em terras de católicos. São protestantes esses primeiros. Padre Lara, em Santa Fé, observando os doze alemães adormecidos debaixo das

carroças, sob a figueira na praça, logo formula para si próprio uma interrogação sobre a religião deles: “Serão protestantes?” (*O continente*, v. 1, p. 321) Parece-lhe que sim, mas esperará o próximo domingo para ver se eles virão ou não à igreja.

Pela menção ao casamento de Helga com um descendente de sua etnia, que se realizaria em São Leopoldo, por um pastor⁸⁸, confirma-se que os alemães dali seguem a religião Protestante.⁸⁹ Apesar da presença dos protestantes em Santa Fé, não há referência a um templo ou casa para o culto deles. Na cidade há somente a igreja para os católicos.

Como diz padre Lara, todos os homens foram criados à imagem e semelhança do Senhor. Ele é católico fervoroso, o bom sacerdote, uma espécie de conciliador dos ânimos no povoado. Ora, sua idéia dos homens estende-se até aqueles humanos de pele bem branca, olhos bem claros, cabelos louros, falando uma língua estranha e, ainda, não católicos? Bem, a configuração moral do padre, uma das mais fortes e construtivas em Santa Fé, talhada pelos preceitos de sua doutrina, leva-o a agir de forma a que na terra onde lhe cumpre assistir as pessoas haja ordem e cumprimento das convenções sociais. Parece que sabe melhor interferir a favor da existência disso no universo católico, onde o mesmo conjunto de dogmas é crível aos seguidores.

No universo protestante a coisa era um pouco diferente. Ao saber da história de amor do Capitão Rodrigo Cambará e de Helga na noite de Ano-Bom, padre Lara, parecendo aliviar-se por não se sentir em condições de lidar com a moral dos alemães, encolhe os ombros e diz para si próprio: “Ela é protestante. O confessionário faz muita falta para essa gente” (*O continente*, v. 1, p. 332). Em seu silêncio, ele conjuga as suas idéias e as idéias da Igreja e joga a culpa moral apenas na moça alemã e protestante. Assim, transparece um julgamento de cunho religioso sobre os alemães que se faz um preconceito: por serem do grupo dos homens, saíram, também, à imagem do Senhor, mas com que moral vivem na terra?

A propagação de uma nova religião tanto no campo quanto na cidade, no caso o protestantismo, viria a se constituir numa preocupação dos líderes religiosos, políticos, econômicos, militares que faziam a ordem daquela sociedade. O major Graça, por exemplo, em conversas com o doutor Carl Winter no Sobrado, numa noite em que ainda continua a Guerra do Paraguai, portanto em meio a um bom número de anos de colonização alemã na região e da

⁸⁸ Johann Georg Ehlers foi o primeiro pastor da Comunidade Evangélica de São Leopoldo.

⁸⁹ Em nome da direção da Igreja alemã, buscando consolidar a religião entre os imigrantes e descendentes dos alemães no Rio Grande do Sul, representantes permanentes da Igreja Evangélica Alemã instalaram-se no estado.

presença do culto protestante, defende o catolicismo como uma das tradições do país que, juntamente com a idéia conservadora na política, nada teria em desacordo com o progresso e a decência (*O continente*, v. 2). Ao fazer isso, deixa subentendido que a não-profissão da fé católica seria algo indesejado nesta terra. Também Terêncio defende a resistência à colonização alemã e afirma ser necessário repelir o protestantismo germânico (*O arquipélago*, v. 3), pois os costumes sul-rio-grandenses, com a ação desses estrangeiros, estariam sofrendo deturpação.

Na Alemanha, entretanto, também a religião católica era forte e, como muitos dos que emigraram para o sul do Brasil a seguiam, padres alemães para cá vieram exercer seu sacerdócio. Santa Fé é orientada, por muito tempo, pelo padre Kolb, uma personagem marcada por defeitos no exercício de seu papel de religioso. Ao cuidar da fé de seu povo, de cumprir a missão da Igreja, ele se faz homem comum junto aos homens do local, especialmente no hábito de tomar cerveja, como a não negar a característica já bem conhecida dos de sua etnia. E faz isso seguidamente, na Confeitaria Schnitzler, onde pode ficar numa sala privada. Em público, em vão tenta impor os dogmas da Igreja, pois pouco é ouvido, como ocorre na noite em que o cometa Halley passa pelo céu do povoado, em 12 de maio de 1910: “Deviam estar procurando não o cometa, mas Deus” (*O retrato*, v. 2, p. 78), diz ele, ao perceber a agitação de tanta gente com o rosto voltado para cima. Muitas vezes é até mesmo amoral, como quando negocia lugares no céu para os moradores de uma colônia italiana, acumulando, dessa forma, valores para a construção da igreja, mostrando-se, assim, um bom vigarista. O alcance de sua pregação é bem limitado, e mais cansa do que convence o ouvinte, que se enfastia com seus longos sermões.

Outra personagem alemã ligada à prática religiosa e apresentada com um comportamento negativo é o sacristão Jacob Geibel, que exerce suas atividades na matriz, mas com ódio do que faz; mostra-se sempre amargo e enraivecido com o que lhe cabe fazer e com a presença das pessoas. Num dia, ao tocar o sino, comporta-se como se tivesse o demônio no corpo, fazendo soar as badaladas e, junto com seu barulho ensurdecido, gritando em alemão os piores nomes que conhece. “Odiava Santa Fé, odiava aquela gente de língua bárbara, odiava o vigário e às vezes chegava a odiar até as imagens dos santos” (*O continente*, v. 2, p. 281). Tamanho é seu descaso com a religião a que deveria servir que, na missa, enquanto o padre faz o sermão, ele dorme, ronca mesmo, atrás do púlpito.

No geral, a participação dos religiosos na sociedade gaúcha recebe no romance uma abordagem marcadamente de desprezo. Quando em 1945, por exemplo, no quarto do doutor

Rodrigo Terra Cambará, este, seu filho Floriano, Terencio, Liroca, Zeca e Tio Bicho discutem as causas do atraso do Rio Grande do Sul, Tio Bicho diz que não pode ser esquecida a qualidade do clero no processo histórico de reconstrução do estado: “A Igreja nunca teve influência na nossa política enquanto Borges de Medeiros se manteve no governo. Essa justiça eu lhe faço. Mas depois de 1928, o clero ergueu a cabeça, um clero formado de elementos em geral saídos da zona colonial italiana e alemã: homens pouco inteligentes, intolerantes, duros, sem o menor senso de humor. E esse clero passou a dominar a crescente massa eleitoral do interior, principalmente das colônias” (*O arquipélago*, v. 3, p. 283).

Uma visão assim negativa de representantes alemães da Igreja, que focaliza seus comportamentos e ações em detrimento do compromisso com a doutrina a seguir e a pregar, manifesta-se várias vezes na narrativa.

3.4.4 - Espaço e deslocamento

O porto de Porto Alegre, onde está o bergantim “Protetor” atracado no trapiche, é o primeiro espaço citado no romance em que se encontram imigrantes alemães. São os recém-chegados de uma longa viagem por mar, que se deslocaram de sua terra natal e seguiram para o Brasil, vindo a se fixar no extremo sul, onde receberiam terras para trabalhar.

Um dos imigrantes, Willy, lança um olhar sobre o espaço que o recebe e aos seus. Da murada do navio, vê a cidade fundada por açorianos. Logo estão sobre o rio dos Sinos, “de águas barrentas e margens baixas, rio sem história, sem castelos, sem ondinas nem Loreleis” (*O continente*, v. 1, p. 192). Eles é que trariam sentidos a este rio ainda solitário. Em terra firme novamente, são transportados por um carro de boi⁹⁰. Estão, agora, no espaço reservado para eles desde que saíram da Alemanha, a antiga Feitoria do Linho-Cânhamo. Willy, como os demais, recebe seu lote. É mata o que está a sua frente, diante da qual desabafa: *Verflucht!* (Maldição!).

A Feitoria do Linho-Cânhamo foi fundada no sul do estado em 1783 pelo vice-rei dom Luiz de Vasconcellos e Souza, para cultivo do linho-cânhamo, uma planta que fornecia a fibra

⁹⁰ De fato, pelo rio dos Sinos os alemães eram transportados em lanchões toldados, movidos a vela e a remo. Chegados em terra firme, o meio de transporte eram carretas, sobre as quais os colonos chegavam à Feitoria do Linho-Cânhamo, onde permaneciam até receberem os seus lotes de terras.

com que se fabricavam cordas, cordoalhas e velas utilizadas nas embarcações da época. Não obteve muito sucesso, pois a produtividade fora baixa em razão, provavelmente, da qualidade da terra. Buscando melhores resultados, em 1788, a feitoria foi transferida para as margens do rio dos Sinos, mas novamente a produção fracassou, sendo, então, extinta em 31-3-1824. As terras a ela pertencentes abrangiam uma área de duas léguas, o mesmo que 180 colônias de 100.000 braças quadradas, as quais se transformaram nos lotes distribuídos gratuitamente entre os primeiros colonos alemães que ali chegaram no dia 25 de julho de 1824.

No romance, a transformação do espaço inicia-se tão logo chegam os imigrantes, vindos da Pomerânia, do Palatinado, de Hesse, da Baixa Saxônia e da Vestfália. Machados, serrotes, martelos e vozes estrangeiras imprimem sons das atividades humanas naquele lugar que repousava no silêncio singular da natureza. Árvores são tombadas e picadas são abertas, numa adaptação do lugar aos moradores. Nasce, assim, a “Colônia Alemã de São Leopoldo”. Esta é a colônia primeira, a referencial, portanto. É para ali que se dirige Helga Kunz, onde, sob a bênção de um pastor protestante, casa-se com um alemão de barbas louras e olhos claros, proprietário de uma chácara, que fora buscá-la em Santa Fé.

Santa Fé é o outro espaço do romance a que chegariam alemães, porém num tempo posterior ao do grupo de Willy em São Leopoldo, o tempo próximo da Revolução Farroupilha. Não ocorrem alterações substanciais neste local, como se os alemães passassem a ocupar o que já teria sido moldado geográfica e culturalmente pelos luso-brasileiros e pelos índios, todavia suas marcas são logo notadas naquele meio brasileiro, tanto no espaço ocupado no campo – Schultz – quanto na cidade – Kunz. As diferenças que se acrescentam com a presença deles são a lavoura cultivada, os produtos feitos por “Serigote”, os cheiros das cucas e doces e as casas construídas, estas, sim, acrescentando um aspecto peculiar ao lugar.

Em vez das costumeiras casas do povoado, ou até mesmo de mais um sobrado, o espaço de Santa Fé recebe chalés, um elemento identificador de alemães. Como diz o narrador, as casas das duas famílias “ofereciam um contraste nítido quando comparadas com todas as outras do povoado. Eram graciosos chalés de madeira, muito limpos, que tinham até cortinas e vasos de flores nas janelas” (*O continente*, v. 1, p. 329). Não são espaços de sociabilidade com os nativos, pois poucos deles entram nas casas de Hans Schultz e de Erwin Kunz, porém dizem que lá dentro até o “cheiro das coisas era diferente” (*O continente*, v. 1, p. 329). São, sim, espaços de se admirar, de se imaginar. Os jardins na frente dos chalés também chamam muito a atenção dos

santa-fezenses, sempre com canteiros bem cuidados e flores. Essa diferença toda resulta em comentários especulativos entre os naturais do lugar, que dizem ser o estrangeiro um “bicho esquisito”.

Uma vez fixadas em Santa Fé, tendo se deslocado de Estados germânicos, essas famílias teriam dois movimentos espaciais importantes em sua história: primeiro, o dos homens de ambas que são recrutados para a guerra e, mais tarde, a transferência dos membros da família Schultz do campo para a cidade, representando o deslocamento que, historicamente, fizeram muitas famílias de origem germânica que passaram a ocupar-se com o comércio e a indústria, considerado um passo adiante no progresso que se iniciara na agricultura.

Carl Winter desloca-se do espaço de Berlim para o espaço de Santa Fé, fazendo curiosas escalas.

Desembarcara no Rio de Janeiro com o diploma, a caixa de instrumentos cirúrgicos e algum dinheiro no bolso, decidido a estabelecer-se ali, fazer clínica, juntar uma pequena fortuna para um dia – depois que seu governo tivesse indultado os revolucionários e ele conseguido esquecer Trude Weil – retornar à Alemanha. Achou, porém, que o Rio era insuportavelmente quente, tinha um incômodo excesso de mosquitos e mulatos, além da ameaça permanente da febre amarela. Meteu-se com armas e bagagens num patacho que se fazia de vela para a Província de São Pedro – que lhe diziam ter um clima semelhante ao do sul da Europa – e desembarcou na cidade do Rio Grande, onde julho o esperou com ventos gelados que cheiravam a maresia e nevoeiros que o lembraram agradavelmente dum inverno que ele passara em Hamburgo, quando adolescente. Apresentou suas credenciais à prefeitura e, sabendo existir na cidade uma grande carência de médicos, ofereceu-se para trabalhar gratuitamente no hospital de caridade local (*O continente*, v. 2, p. 47).

Por indicação de outro alemão imigrante, de quem se tornara amigo, Carl von Koseritz, Winter muda-se de Rio Grande para Porto Alegre, onde permanece um tempo clinicando. Porém, não gosta dos açorianos que ergueram a cidade nem dos seus compatriotas que se estabeleceram em São Leopoldo, cuja proximidade com Porto Alegre fora motivo para Koseritz encorajá-lo a lá morar, pois seria fácil visitar a cidade quando sentisse nostalgia de *Vaterland*. Por isso, não fica na cidade, não quer a proximidade com os de sua etnia; seus compatriotas o irritam tanto ou mais que os nativos. Na sua visão, muitos deles são estúpidos e cheios de preconceito.

Segue, então, para a zona rural do Rio Grande do Sul, fixando-se em Santa Fé. Sua intenção era permanecer pouco tempo, mas o fato é que ali foi ficando e fazendo sua história. É grande observador do povoado, interessando-se tanto pela paisagem quanto pelas pessoas e seus modos de ser. “A paisagem era civilizada, mas os homens não. Tinham rudes almas sem

complexidade, e eram movidos por paixões primárias. A lida dos campos e das fazendas tornava-os áspers e agressivos. Lidar com potros bravos, curar bicheiras, sangrar e carnear o gado, laçar, fazer tropas – eram atividades violentas que exigiam fortaleza não só de corpo como também de espírito” (*O continente*, v. 2, p. 54). Por seu olhar, o doutor Winter revela a formação do homem do sul a partir das atividades que desenvolve em seu espaço.

Em 1855, a Assembléia Provincial autoriza o estabelecimento de uma colônia alemã próximo a Santa Fé. A partir de então, várias famílias fixam-se no espaço chamado Nova Pomerânia, nome que se deveria ao fato de a maioria dos colonos ter vindo da Pomerânia. Cada família recebe um lote de cem braças de frente por mil e quinhentas de fundo, e a região tem, com isso, bastante aumentado o número de alemães, que até então se reduzia às famílias Schultz e Kunz e ao doutor Carl Winter.

Com esse grupo chegam os Spielvogel, que viriam a ser imigrantes bem-sucedidos. Iniciando a vida em Nova Pomerânia, eles abrem picadas no mato trabalhando como agricultores. Ali se fortalecem, progridem e, mais tarde, mudam-se para o povoado, onde se dedicam ao comércio e à indústria no ramo de madeira. Jacob, neto do velho Otto Spielvogel, monta uma serraria a vapor e é tido como um “homem que não se aperta por cem contos” (*O retrato*, v. 1, p. 186). Antes dele, seu pai, como diz Rodrigo, “iniciou a revolução industrial em Santa Fé com o seu moinho d’água...” (*O retrato*, v. 1, p. 189).

Dessa forma, os Spielvogel, no romance, são os primeiros representantes dos muitos imigrantes que se deslocaram do campo para a cidade na vida real, “abandonando a agricultura para se dedicar ao comércio ou à indústria” (*O retrato*, v. 1, p. 189). Seu progresso é visível e o acúmulo de riqueza proporciona-lhes apresentar-se às famílias tradicionais da cidade com novidades tecnológicas, como o faz Jacob, que traz o primeiro automóvel para Santa Fé: “Naquela madrugada de verão de 1914 um automóvel da afamada marca Adler parou à frente do nº 15 da rua do Comércio. (...). Era um estranho veículo elétrico de três rodas e dois lugares, mandado vir da Alemanha pelo Spielvogel” (*O retrato*, v. 1, p. 146).

José Kern também constrói casa em Santa Fé, inaugurando-a com uma festa parecida com um *kerb*. Os Schultz progridem com a sua casa de comércio no povoado, fazendo concorrência séria com a Casa Sol, de propriedade do Veiguinha, descendente de portugueses⁹¹. Esta casa,

⁹¹ A Casa Sol comercializava secos e molhados, ferragens e armarinhos. O narrador assim a apresenta: “Era aquele um dos estabelecimentos comerciais mais antigos e mais fortes da região serrana. Fora fundado em 1860 pelo bisavô

antes a mais procurada, quase uma exclusividade para toda a região, é parâmetro para se medir a importância que também alcança para os consumidores o estabelecimento da família imigrante, que se inclui no ramo com competência e toma o espaço dos autodenominados “donos da terra”.

Ainda, Júlio Schnitzler tem uma confeitaria, estabelecimento este que, pela função exercida, sendo o único café e restaurante de Santa Fé, pode ser tomado como uma novidade dentre outras no processo de modernização da cidade nos anos iniciais do século XX. Sua importância é indicada pelo local onde se encontra, na rua do Comércio, a principal de Santa Fé, onde também ficam o Cinema Recreio, o Café Minuano e o Clube Comercial.

Percebemos que o autor imita espaços e deslocamentos que, efetivamente, no plano histórico, foram criados pelos imigrantes alemães. Assim, além de São Leopoldo e Nova Pomerânia (Ibirubá), também *Neu-Württemberg* (Panambi), localizada próximo a Cruz Alta, é uma colônia de alemães, portanto, todos lugares formados por e para eles, representando centros de colonização do campo e, posteriormente, de comércio e indústria, quando já se transformaram em cidades. Santa Fé, por sua vez, é a representação da cidade já constituída por luso-brasileiros que recebe o imigrante e é por ele modificada.

Quanto ao deslocamento, como também é considerado no real, o principal movimento que ocorre com as personagens alemãs de *O tempo e o vento* é do campo para a cidade. Além do movimento, ganham destaque nesse romance a região das “Colônias Velhas”, por meio de São Leopoldo, e a região das “Colônias Novas”, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

3.4.5 – Contatos

Chegados a Porto Alegre, os alemães do grupo ao qual Willy pertence deparam-se com o presidente da província e autoridades, que os recebem na terra que passaria a ser deles também. Esse contato é apresentado mais como uma formalidade, sem expressão de um sentido maior para o ato. É a lembrança do fato histórico. Aos contatos posteriores é que Erico se demora em sugerir sentidos, começando pelos bugres, uma ameaça tão perigosa ou até mais do que os outros elementos naturais, como os animais selvagens. Sempre na espreita, eles travavam resistência cerrada aos recém-chegados exploradores do espaço, de fisionomia bem diferente.

do Veiguiha, um homem famoso pela avareza e pelo amor ao trabalho, e cujos pais tinham vindo de Portugal – dizia-se – no mesmo navio que trouxera dom João VI e sua corte” (*O retrato*, v. 1, p. 43-44)..

Também com outros homens da província os contatos vão acontecendo, os quais lhes passam costumes locais, como o chimarrão. Tomado ainda hoje como símbolo de boa convivência e integração ao típico da terra, há quem o aceite e quem o rejeite, numa clara idéia de que, dentre os imigrantes do mundo real nem todos se entregaram, se acostumaram com a nova terra, como vemos representado na atitude de Willy, que experimenta o mate chimarrão, queima a língua, cospe longe a água verde e amargenta. Contudo, o autor também traz presente aqueles que logo assimilaram o que havia por aqui na personagem Hans, o ferreiro. Este prova o chimarrão, gosta, e mais, passa a vestir-se como o gaúcho tradicional, com chiripá, amanceba-se com uma mulata e até muda o nome para João Ferreira, não sem ser visto, contudo, como a vergonha da colônia. Se essa marca de assimilação envergonha os patrícios, indica que a idéia suprema em voga nos grupos de imigrantes era a de manter hábitos e costumes adquiridos na pátria-mãe, como também a de se unirem com mulheres e homens da mesma etnia.

Winter, ao circular pela colônia alemã,

encontrara compatriotas que haviam assimilado todos os maus hábitos dos naturais da terra, e vira até colonos alemães que viviam amasiados com mulatas e negras, das quais tinham filhos. Moravam em ranchos miseráveis, andavam descalços e já estavam roídos de vermes e sífilis. Em sua maioria, porém, prosperavam, moravam bem, ganhavam dinheiro, aumentavam as propriedades. Desprezavam o caboclo e eram por sua vez desprezados pelos estancieiros, dos quais não gostavam, embora parecessem temê-los. Era triste ver como em seus baús e sacos, junto com roupas e tarecos, haviam trazido para o Brasil todos os prejuízos, rivalidades e mesquinhezas de suas aldeias natais. Não compreendiam – os insensatos! – que lhes seria possível passar a vida a limpo naquela pátria nova (*O continente*, v. 2, p. 49-50).

Como vemos, a ligação com os da mesma etnia é apresentada como a ideal na nova terra nos primeiros tempos; com os nativos, é sinônimo de atraso e de perda de valores. Além disso, no relacionamento social e econômico, Winter percebe a continuidade de comportamentos desprezíveis que caracterizavam a vida nos tempos de Alemanha.

Podemos pensar que nessa representação que Erico faz dos imigrantes que logo adotaram usos e costumes da província está subjacente uma questão que se liga à identidade destes. Trocar de nome, por exemplo, sugere uma decisão de sair do cerco de sua identidade. O imigrante quer ser brasileiro porque com essa identidade sua existência ganha um sentido outro, não o mesmo com que viera para cá. É a concretização do desejo extremado de mudança. Convém, para a sua vivência aqui, ser brasileiro.

Quanto ao casamento, encontramos no caso de João Ferreira, que veio da Alemanha como o ferreiro Hans, a alusão a uma característica marcante da etnia a respeito do casamento interétnico. Apesar de haver dados empíricos a indicar que os alemães, moças e moços, casavam-se com jovens da etnia luso-brasileira, esta forma de união é apontada por parte do discurso histórico como algo não bem visto pelos alemães defensores da permanência da identidade étnica.

Os contatos com os que haviam ficado na Alemanha também são incorporados ao cotidiano dos imigrantes. Sabemos que eles cultivavam a comunicação com a terra natal como uma necessidade de afirmação da cultura própria, de não-rompimento dos laços afetivos, para se manterem valorizando o passado que os fizera fortes e civilizados. Talvez fosse também por meio da preservação das raízes o tecer imaginários da segurança buscada no mundo novo, inseguro ainda.

Erico parece querer dizer que a vida deles tinha de se arranjar por aqui mesmo, pois urgia a construção de relações sociais capazes de contribuir para a estruturação da família e da comunidade. E passa essa idéia por meio da carta iniciada por Werner para ser enviada ao seu *lieber Vetter Fritz*, que ficara na Alemanha. Diz o texto da carta:

O governo não nos deu tudo que prometeu, mas com o amor de Deus vamos vivendo. Como não havia mais terras devolutas em São Leopoldo, nos mandaram aqui para a serra, onde existem índios ferozes. Graças à divina Providência não passamos mais fome. Temos comida em abundância e nossa terra dá feijão branco e preto, milho, arroz e batata. Imagina, Fritz, batata! Também planto fumo, que é da melhor qualidade. Deves vir também para cá. A viagem foi longa e dura, passei perigos e agruras, mas estou certo de que dentro de poucos anos serei um homem rico. Olha, Fritz, tu que tanto gostas de frutas viverias aqui muito feliz, pois esta boa terra produz limas e limões, bananas, laranjas, ananases, figos, pêssegos, maçãs, melancias e melões. Agora vou plantar linho e algodão, e um dia talvez (*O continente*, v. 1, p. 193)

Entretanto, nunca ele a enviaria. Seu próximo contato, neste mesmo dia, é com índios, na lavoura, os quais, num ataque, matam onze colonos. “Werner caiu de borco com uma frecha cravada nas costas. A última palavra que disse, babujando a terra de sangue, não foi o nome do *Vaterland* nem o de algum ente amado. Foi: *Scheisse!*” (Merda!) (*O continente*, v. 1, p. 193)

Entretanto, o autor escolhe uma das tantas perspectivas que há para olhar os desafios que os alemães tiveram no processo de assimilação. Nesse sentido, lembra o do preconceito, o da rejeição dos do local, que observavam o crescimento econômico dos estrangeiros e os traços

étnicos, como fica claro na postura daquele gaúcho andarengo e pobre que passa por São Leopoldo:

Olhou a colônia que já tomava jeito de vila, viu homens trabalhando nas roças, ferreiros batendo bigorna, seleiros fazendo lombilhos, moleiros moendo trigo, padeiros fazendo pão, e como passasse por sua frente um filho de Willy, grandalhão, corado, feliz, bem montado num alazão, o caboclo teve um súbito ímpeto de revolta e gritou:

Alamão batata! (sic)

E se foi, desagravado, erguendo poeira do chão com seus pés descalços (*O continente*, v. 1, p. 194).

A representação da necessidade de contato com os compatriotas ocorre também na relação de Winter com Carl von Koseritz, alemão de origem nobre que fez parte das tropas mercenárias contratadas pelo governo brasileiro para lutar contra os soldados de Rosas. Koseritz, na história do Rio Grande do Sul, como já referido neste texto, é conhecido como o representante da colônia alemã,⁹² grande intelectual e jornalista de renome. É assim que Erico o representa.

Koseritz é encontrado por Winter no hospital e conta-lhe a sua história. Era descendente duma família nobre do ducado de Anhalt, seu irmão Kurt fora ministro do duque e sua irmã Tony, dama de honra da duquesa. Ele tinha sido renegado pela família. Quando estudante em Berlim, metera-se, contra a vontade dos pais, na revolução de 1848. “- E já que estava em ritmo de guerra, achei melhor vir para cá com os *Brummers* para lutar contra o tirano Rosas. Sabe o que eu era? - perguntou a sorrir com malícia. – Canhoneiro do Segundo Regimento de Artilharia! – Suspirou” (*O continente*, v. 2, p. 48).

Contato maior com os luso-brasileiros têm os alemães que foram para Santa Fé. Ao chegar, os chefes de família dirigem-se logo ao mandatário do povoado, Ricardo Amaral Neto, numa indicação do autor de que, em primeiro plano, para os alemães, está o reconhecimento da autoridade política, com quem buscam acerto, não conflito. Enquanto isso, as famílias, esperando o resultado da conversa com o coronel, permanecem na praça e ali pernoitam.

Outros contatos iniciais se dão por simples olhares e observações das duas partes, pois que as línguas diferentes impossibilitavam os moradores comuns de dialogar com os recém-chegados: “Grupos cercaram as carroças e alguns tentaram comunicar-se com as mulheres e os filhos dos colonos, mas sem o menor resultado, pois nenhum dos estrangeiros parecia falar ou entender o português” (*O continente*, v. 1, p. 319).

⁹²Conforme interpretação dos estudos de Carlos Henrique Oberacker em seu livro *Carlos Von Koseritz*, publicado em 1961.

Helga Kunz causa nos moradores perturbação e perplexidade. Ela impressiona os que vêm a sua beleza. Uma família estrangeira traz para aquele lugar de mulheres de pele mais escura, de cabelos e olhos castanhos ou negros, uma outra figura feminina, vista como a uma imagem. Seus olhos são de um azul vivo e limpo; seus cabelos são tão louros que parecem polvilhados de ouro. Branca e delicada, falando outra língua e vestindo-se diferentemente, faz-se admirada pelos homens do lugar: “Uns a miravam com desconfiada insistência como que procurando decifrar-lhe o semblante. Outros a avaliavam como fêmea, olhavam-lhe os pés nus metidos em chinelos de couro, os seios pontudos” (*O continente*, v. 1, p. 320). E sua beleza só faz aumentar. Não bastasse a naturalidade de suas feições, ela ainda se apresentava “com lenços de cores muito vivas amarrados na cabeça” (*O Continente*, vol. 1, p. 327). Uma moça assim é, de fato, um impacto naquele povoado amorenado.

Na chegada, há necessidade de as famílias comprarem algumas coisas para passar a noite. Kunz e Schultz, então, fazem compras na venda do Capitão Rodrigo, sendo este um dos primeiros contatos dos alemães em Santa Fé. Esse contato se repetiria muitas vezes, quase sempre por meio de Helga, que, depois de a família ter se instalado na cidade, vai ao estabelecimento para comprar. Em meio as suas vindas e idas, suas características de mulher diferente povoam o pensamento do Capitão:

Cada dia que a rapariga vinha à venda ele lhe descobria um novo encanto. No princípio fora a voz, que às vezes era grave e seca, quase como de homem, mas de repente se fazia fina como o som dum cincerro de égua madrinha; e aquela mudança – grave e agudo – lhe dava assim uma impressão de quente e frio, e isso era uma coisa que lhe bulia com o sangue... Rodrigo também não cansava de apreciar o contraste entre os cabelos cor de puxa-puxa e os olhos dum azul de açude em dia de céu limpo (*O continente*, v. 1, p. 325).

Rodrigo Cambará não tarda a admitir que “daria de bom grado muitas moedas de ouro para ter uma noite em sua cama a filha de Erwin Kunz” (*O continente*, v. 1, p. 327). Tais contatos renderiam a favor dos dois, pois que logo aconteceria o desejado pelo Capitão, não em sua cama, mas atrás do cemitério. É na noite de Ano-Bom que a moça alemã e Rodrigo se amam “com uma fúria que o vinho, que ambos haviam bebido na festa, contribuíra para aumentar” (*O continente*, v. 1, p. 331). Ele, acostumado a tantas mulheres de pele escura, pouco asseadas, só à altura da vida em que se encontra agora dorme com uma mulher tão loura, tão branca e tão limpa.

Na satisfação íntima do instante, o corpo branco de Helga, estendido sobre o capim, é contemplado pelo Capitão, e seus beijos são por ele comparados aos de Honorina, sua amante índia. Os de Helga têm um gosto diferente.

É interessante pensar que a jovem alemã desperta desejos em Rodrigo, realiza-os; as sensações que ela lhe provoca e o corpo nu são comparados aos da amante, não aos da esposa Bibiana. Este seria o papel dela em sua vida, uma posse de tempo marcado, apenas uma noite, inesperada, que o deixou extremamente feliz e da qual muito ele sentiria falta. Porém, Helga ainda deixaria nele ressentimento por não a ter mais e fúria por ela vir a se casar. Essa impossibilidade de continuidade do contato, mesmo que no plano amoroso, sugere a permanência do distanciamento entre as etnias e as culturas nos outros tantos planos que se desenham no convívio em sociedade, especialmente nos primeiros anos da imigração.

O narrador não nos conta o significado que Rodrigo teve para a Helga, mas é detalhista ao descrever o que ela provocara nele, especialmente quando parte para São Leopoldo, onde se casará:

No dia em que Helga partiu, Rodrigo tomou uma grande bebedeira e nas semanas que se seguiram aliviou no corpo da chinoca cor de canela a saudade da alemã cor de leite. Tratou Bibiana e os filhos com impaciência irritada, cuidou mal do negócio, mergulhou fundo no jogo. Metia-se em carreiras, apostava alto e às vezes provocava brigas. Nos fundos da venda do Nicolau reuniam-se tropeiros e peões, que bebiam cachaça e jogavam osso: Rodrigo misturava-se com eles e lá ficava durante horas a jogar, a blasfemar e a contar histórias de guerras, mulheres, cavalos e apostas. E em certas ocasiões, na roda de bisca ou de voltarete, quando jogava com algum viajante desconhecido cuja cara lhe parecia suspeita, antes de começar o jogo desembainhava ostensivamente a adaga e cravava-a na mesa, ao alcance da mão, como uma advertência que já era quase uma provocação (*O continente*, v. 1, p. 334).

Não houve outra mulher com quem ele tivera aventuras amorosas que marcasse tanto o corpo e os sentimentos do Capitão. Helga, de corpo, cabelos e gosto diferentes, dominara-o visivelmente, a ponto de Bibiana perceber que, com a alemã, a coisa podia ser séria e que Rodrigo seria capaz de perder a cabeça, pois, além de ser bonita, sendo estrangeira e falando outra língua, parecia ser uma feiticeira. Mas a moça, jovem e em idade para se casar, faz isso aos olhos de todos, do que vem a providência para o fim do contato com Rodrigo Cambará, saindo de Santa Fé e indo a São Leopoldo com o noivo para lá se casarem.

Não poderia ter se firmado ali o início da miscigenação? Do contato de estrangeiros com os brasileiros nasceriam gerações miscigenadas. Isso é o que temia o padre Lara, não tanto pela

cor resultante e pelo sangue misturado, mas, certamente, pelo impacto na religião, uma vez que seria o mundo protestante invadindo o mundo católico. A sua vontade é que todos nesta terra professem a fé católica. Ele dá de ombros quando sabe do ocorrido, sentenciando, em seu silêncio, que, afinal, ela é protestante, como se quisesse dizer que ela peca e ele não tem nada a ver com isso. Mas o resultado de contatos como esse na província de São Pedro, ele desejaria, no futuro, vir a saber, para o que queria viver tanto quanto Matusalém.

A questão da miscigenação retorna várias vezes ao longo da narrativa, como uma preocupação dos que representam a cultura e a formação social tradicionais da terra. Liroca, por exemplo, num tempo em que, na história, já haviam se passado mais de cem anos do início da imigração alemã, ainda teme os casamentos mistos e, desconfiado, diz que quer só ver no que vai dar isso (*O arquipélago*, v. 2). Esse ceticismo também está em Bibiana, a qual, resoluta, declara que filho dela não se casa com “gringa” (*O continente*, v. 2).

Na época da Revolução Farroupilha, os imigrantes conhecem outros contatos, agora capazes de os fazerem interromper a seqüência que haviam destinado para suas vidas nestas terras. É 1834, quando Santa Fé, então povoado, passa a ser vila. Arma-se a discussão em torno de governo e emergem disputas políticas. À pequena Santa Fé chegam as notícias do que se conversava nas importantes instâncias da sociedade sobre a melhor solução para o governo do país no período posterior à abdicação de dom Pedro I. Então, o fato de que o príncipe herdeiro não podia ser coroado, porque ainda era criança, eleva ao poder um grupo de bem interessados regentes, para o bem e para o mal do Brasil, que, oficialmente, mas não de verdade, se desfaz quando decidem conceder a maioria ao príncipe.

Nesse contexto é narrado um episódio envolvendo Bento Gonçalves: este teve de se explicar perante os da Corte sobre a sua suposta ligação com Lavalleja no intento de anexar a província à Banda Oriental. Nada de confirmação de tal falatório a Corte ouve. Bento consegue o desagravo e volta com honras e privilégios novos. Chega a ser prometida ao Partido Liberal a governadoria da província, com a nomeação de Fernandes Braga. No entanto, o Partido Restaurador, rival do Liberal, como numa queda de braços, usa sua força política para reafirmar a Sociedade Militar, cujo funcionamento viria a ser impedido pelo governo central, segundo promessa feita ao Bento Gonçalves. A discussão entre os correligionários dos dois partidos ganha as ruas de Porto Alegre, com o acréscimo de tapas e socos. Na troca de agressões, os liberais

recebem os nomes de “farroupilhas” e “pés-de-cabra” e os restauradores, de “retrógrados”, “galegos”, “caramurus”.

A guerra civil está por rebentar. E os alemães, ainda se instalando nas terras gaúchas, o que tinham a ver com isso tudo? O padre Lara, sempre atento à vida de todos em Santa Fé, é quem nos diz, ao observar a família Schultz retornando da lavoura como que desligada do mundo, a cantar uma cantiga alemã. Eles não sabem o que está se passando e por isso, diz o padre, são felizes. Se a guerra viesse, não teriam nada a ver com ela, pois eram estrangeiros. Também Erwin Kunz é um felizardo, sempre a cuidar de seus afazeres. Engana-se, contudo, o padre. A guerra veio e, junto a inúmeros outros homens de Santa Fé, o coronel Amaral recruta Hans Schultz, seu filho mais velho e Erwin Kunz.

Não bastasse a retirada dos homens das famílias, sob a justificativa oficial de passarem a ser “soldados voluntários”, a guerra ainda retiraria o produto a ser colhido na lavoura dos Schultz na safra seguinte, como bem reflete o padre Lara: “O que aquela gente colhesse na próxima safra seria fatalmente requisitado pelo coronel Amaral, para alimentar seus soldados; e os Schultz nunca veriam um vintém daquelas requisições” (*O continente*, v. 1, p. 348).

A guerra seria um fator de identidade do povo daqui, como explica o doutor Winter: “Era raro passar uma geração que não visse pelo menos uma guerra ou uma revolução” (*O continente*, v. 2, p. 54). Aos alemães a luta bélica também não era estranha. Tinham vindo de uma terra onde o exército se constituía num dos maiores investimentos dos governos e uma expressão de nação, sendo reconhecido em sua capacidade por outras tantas nações, como o Brasil, que até contratara soldados de lá para qualificar o seu exército. Os contatos, portanto, em campos de batalha, recolocavam os imigrantes em numa situação já vivenciada, se não pessoalmente, por amigos ou cidadãos que tinham defendido os interesses de sua pátria.

Neste novo lugar em que são convocados, agora, para guerrear, defrontam-se, entretanto, com guerras primitivas – primitivas na estratégia e nos armamentos, como analisa o doutor Winter - nas quais brasileiros e castelhanos se engalfinham (*O continente*, v. 2). Ele compreende que a formação social da província é marcada pela ocorrência dessas guerras: “Mercê dessas lutas haviam surgido verdadeiros senhores feudais na Província. Eram os estancieiros como o cel. Bento Amaral, a quem o governo amparava e dava privilégios, na certeza de que na hora da guerra eles viriam com seus peões, agregados, amigos e assalariados para engrossar o exército regular” (*O continente*, v. 2, p. 55).

Em tese, com nada disso os imigrantes alemães que vieram colonizar as várias regiões gaúchas tinham a ver. Assim, mesmo de leve, Erico lembra o envolvimento dos alemães imigrantes nas lutas históricas brasileiras em solo rio-grandense, como a Revolução Farroupilha, de forma a indicar que isso foi arbitrário e nada benéfico a eles.

Até aí poucos contatos, poucos acontecimentos envolvendo os alemães. Uma imitação, talvez, do que se dera na história, pois, de início, como estreitariam laços com quem vivia, se alimentava, se comportava de maneira bem diferente deles, que tinham se formado em outra cultura, com quem era difícil até se fazer entender, pois a língua era outra?

Na evolução dos fatos gerais do romance, cresce a participação dos alemães e processa-se uma maior integração. O doutor Winter é uma expressão disso. Sendo médico em Santa Fé, entra em contato com as famílias, tendo estreitado mais as relações com os moradores do Sobrado. Mantendo-se fiel a uma postura de alemão formada pela livre criação do autor, pouco absorve dos costumes daqui, não aprecia pitar um crioulo nem dormir com mulatas. Ao Florêncio ele diz: “Há muitos produtos desta terra que não são para o meu paladar” (*O continente*, v. 2, p. 42).

Com outras histórias e outra cultura que chegam com ele, lê os nativos. Isso é sugerido, por exemplo, na passagem em que faz considerações sobre Luzia, comparando-a à musa trágica Melpômene, vendo nela “uma aura de drama, uma atmosfera abafada de perigo” (*O Continente*, v. 2, p. 43). O doutor Winter expressa, de forma diferente dos nativos, as peculiaridades de Luzia, pois tem outros referenciais para interpretá-la. Assim que a vê, conclui: “Melpômene”. E imediatamente lhe vem uma idéia curiosa: “Nunca ninguém pronunciara aquele nome naquela vila. Talvez nem naquela província...(…) Nunca – refletiu. – Eu sou o primeiro” (*O continente*, v. 2, p. 44). Seu espírito observador também é preparado pela poesia, pois lê muito: “Estendeu-se na cama e apanhou um livro de poesia de Heine. (...). Abriu o livro e começou a ler um poema” (*O continente*, v. 2, p. 46).

O médico alemão Winter consolida-se como o principal observador e analista da mulher que desafia homens e intriga outras mulheres. Com seus conhecimentos mais amplos, ele consegue nominar o que os outros sentem mais do que falam. Para ele, Luzia é uma estigmatizada, é perversamente linda. Na sua análise, relaciona-a com seres lendários e personagens consagrados culturalmente, como é o caso da musa da tragédia, Melpômene, já citada, e da bela e jovem bruxa moura, a Teiniaguá, que o diabo transformou numa lagartixa cuja cabeça consistia numa pedra preciosa de brilho ofuscante. Ainda na tentativa de entender como

poderia existir uma mulher assim num lugarejo perdido nos confins do continente americano, entre gente rude e primária, ele admite que poderia estar numa tragédia de Sófocles ou de Schiller, ou, ainda, num conto de Hoffmann. Essas referências surgidas para ambientar a construção da personagem Luzia é ponto que marca a cultura exclusiva deste alemão no conjunto dos naturais de Santa Fé.

Com uma cultura assim tão refinada, elaboração de uma sociedade que já fizera história no caminho da civilidade, Winter necessita, às vezes, de contatos mais elevados, capazes de fazer ressonâncias a seus pensamentos, contatos diferentes daqueles que mantém no povoado. Quer socializar a leitura que faz do lugar, das pessoas; quer discutir questões que entende poderem ser tratadas diferentemente pelos do local; quer transmitir idéias que, a supor pela experiência de progresso da sua terra, adiantariam o progresso do lugar.

Nesses momentos, busca interlocução, por carta, com seu amigo Carl von Koseritz, que já “era uma figura pública importante, escrevia belos artigos em português, fazia jornalismo, metia-se em política e interessava-se pelas colônias alemãs - das quais era uma espécie de maioral” (*O continente*, v. 2, p. 196). A ele confessa:

Continuo a ser apenas o Dr. Carl Winter, um exilado, um imigrante, um intruso; e tenho de calar a boca mesmo quando sinto vontade de sacudir esta gente de sua apatia exasperante. Mas é preciso reconhecer que essa apatia se revela apenas no que diz respeito ao trabalho metódico e previdente, pois quanto ao resto nunca vi gente mais ativa. Estão sempre prontos a laçar, domar, parar rodeios, correr carreiras e principalmente a travar duelos e ir para a guerra (*O continente*, v. 2, p. 86).

O contato com a gente do lugar provoca mudanças nele, das quais tem consciência e com as quais não se deleita, pelo contrário, sente que está se diluindo em sua identidade. Depois de quatro anos em Santa Fé já é, portanto, 1855 - não usa mais chapéu alto e as roupas européias estão se acabando. Diante disso, escreve a Koseritz: “Isso me dá uma sensação de decadência, de dissolução, de despersonalização. Sinto que aos poucos, como um pobre camaleão, vou tomando a cor do lugar onde me encontro” (*O continente*, v. 2, p. 122). Também já toma chimarrão, por hábito, não por gostar da bebida, e traz para a sua cama chinocas, índias e mulatas. Confessa que estar com essas mulheres, não com as louras como sempre quis, é uma exigência da carne fraca, uma obra de seu espírito vacilante, tanto que, após as orgias, precisa tocar seu violino, tomar um banho de música, abrir seu Heine e se encharcar de poesia, recompondo-se, assim, à própria razão. Esses índices demonstram a continuidade da diferenciação da forma de pensar e sentir do

alemão em meio a outra cultura e a outras possibilidades de viver. É sempre o modo de ser de sua origem étnica e cultural que lhe faz falta e pelo qual sempre reclama.

Sobre acontecimentos com os próprios alemães também socializa seus pensamentos com o intelectual amigo. A respeito dos *Mucker*, seita de colonos alemães de Ferrabrás, próximo a São Leopoldo, liderada pelo carpinteiro Jorge Maurer e sua esposa Jacobina, Winter escreve a Koseritz:

Esse lamentável episódio vem confirmar a opinião que tenho de meus compatriotas: individualmente são excelentes, sensatas pessoas, mas quando reunidos em grupos acabam sempre fazendo alguma asneira brutal. Creio, porém, que Goethe já disse isso antes de mim e em muito melhor alemão. Seja como for, às vezes chego a achar que a unificação da Alemanha foi um erro. Temo que depois da vitória de Sedan, embriagados de orgulho nacional, os alemães tomem gosto pelas guerras (Há um ditado gaúcho que conheces: “Cachorro que come ovelha uma vez...”) e não possam mais passar sem elas. Parece-me que homens como Mozart e Heine só podem ser produzidos por nações que não perdem tempo nem energia em arquitetar guerras e muito menos em levá-las a cabo” (*O continente*, v. 2, p. 378).

Winter ambienta-se no tempo inicial da colonização e dos contatos dos alemães por aqui, quando formação cultural, sentimentos, sensação de pertencimento, reconhecimento das singularidades dos locais ainda eram conteúdos acentuadamente confusos. Nesse sentido, o distanciamento do real marca a sua visão de mundo, o que lhe dá condições de opinar com maior isenção e de formular idéias de mudanças relativas a diferentes situações.

Com esse espírito, muitas vezes expõe o que pensa também para pessoas importantes do povoado. Surge-lhe, em círculos de conversas e serões, a maioria no Sobrado, a necessidade de, à sua maneira, interferir na história do local. Sobre uma das bases da economia, o charque, certa vez opina: “- Mas esta Província não pode depender eternamente do charque e do couro! (...). Foi um erro terem abandonado o trigo. E uma insensatez não cuidar dos rebanhos... um crime não cultivar melhor a terra” (*O continente*, v. 2, p. 87).

Outra vez, demonstrando sua visão ampliada de nação e de mundo, questiona: “- Os senhores ainda não perceberam o grande perigo que correrão no futuro..? (...) ... se não promoverem o progresso desta região? Pode ser que alguma nação estrangeira poderosa, de gente superior, volte um dia para cá os olhos cobiçosos. Não será a primeira vez na história. Não basta ter uma terra: é necessário merecê-la” (*O continente*, v. 2, p. 87). E a sua visão ampla continua se manifestando, dando a entender que novas medidas teriam a ver com a autopreservação territorial: “- Esta terra é boa demais para ficar abandonada, despovoada de gentes, de gado e de

lavou... É incrível que a Província tenha de importar os cereais que consome: não só os cereais, mas até a farinha de mandioca” (*O continente*, v. 2, p.87). Também, fazendo ecoar seu pensamento racional, científico, Winter traduz o sentimento de superioridade com que muitos alemães ali tinham se instalado, dando visibilidade a uma das questões sociais históricas verificadas no processo imigratório:

- Mas não basta melhorar os rebanhos. (...) É preciso também cuidar dos homens...
(...)
- Quero dizer que seria melhor casar vossos homens e mulheres com os imigrantes alemães do que com negros e índios.
- O meu caro doutor acha então que somos uma nação inferior?
(...)
- Eu não afirmei propriamente isso. Mas se vosmecê conhecesse a Alemanha teria uma idéia do que é capaz o povo alemão (*O continente*, v. 2, p.88).

O doutor Winter, de opinião e racionalidade marcantes, faz-se necessário em Santa Fé não só como médico, mas também como amigo e confessor. Dona Bibiana encontra nele a pessoa com quem dialogar, por quem se fazer entender, deixar-se ouvir. Em meio a sua difícil relação com Luzia, por exemplo, é a ele que Bibiana confia o que pensa e o que deseja. Também relata episódios que ocorrem no Sobrado, protagonizados por ela, sua nora e seu filho, como é o caso da briga no retorno da viagem de Bolívar e Luzia a Porto Alegre, motivada pela atitude da avó de isolar o neto Licurgo na água-furtada e não permitir que Luzia o visse, com o pretexto de o menino não pegar o cólera, pois que esta peste estava disseminada em Porto Alegre, lugar onde o casal havia estado. Além da forte discussão entre a sogra e a nora, com palavras de extrema ofensa, Bolívar esbofeteia a mulher, vindo os dois a se isolar nos cômodos da casa. Este acontecimento é relatado a apenas uma pessoa externa ao Sobrado, Winter, como nos informa o narrador: “Bibiana contou-lhe em voz baixa, sem omitir nada, tudo quanto se passara ali no Sobrado, após a chegada do casal” (*O continente*, v. 2, p. 144).

Também se torna o único confessor de Bolívar quanto aos casos ocorridos em Porto Alegre envolvendo ações de Luzia, que iam do estranho prazer em ver as vítimas da peste até o suspeito comportamento que levava o marido a desconfiar de que era traído.

Winter ainda tornaria mais próxima sua interferência na vida privada dos moradores do Sobrado ao ministrar aulas a Licurgo. Por esse meio, faz-se agente da ciência e da cultura letrada, já bem desenvolvidas na Europa, num espaço social marcadamente distanciado, na época, dessas conquistas humanas. No desenvolvimento desse processo educativo, introdutor do novo, aparece

Fandango, personagem que também ensina lições sobre a natureza e a vida ao menino Curgo, criando-se, assim, um contraponto entre o saber sistematizado repassado pelo alemão e o saber acumulado pela experiência de vida do nativo. Fandango chega a dizer: “Estrangeiro é bicho besta. Esses negócios que aparecem nos livros são bobagens. Não há nada como a experiência do indivíduo” (*O continente*, v. 2, p. 202). Passagens assim sugerem as distâncias em termos de conhecimento e de forma de conhecer que devem ter se revelado na convivência entre os imigrantes e os do local, mas que, aos poucos, foram se amenizando, como se pode entender pela aprendizagem que Licurgo faz, oriunda de duas fontes distintas.

Pode ser em política, religião, filosofia, arte, a personagem Winter constrói-se como alemão que se faz notar no meio sem, contudo, se confundir com ele. Além de sempre recorrer ao saber sistematizado historicamente para dialogar com os moradores do povoado, ele também os leva a experimentar outras vivências, como o faz criando a Banda de Música Santa Cecília, a qual, no dia em que Santa Fé é elevada à categoria de cidade, 24 de junho de 1884, percorre as ruas principais tocando marchas festivas.

Sempre racional em suas discussões, chega a assim se definir, quando, com Curgo, discute temas ligados à barbárie e ao progresso, à libertação dos escravos, ideologia e interesse material: “- Sou um homem sem paixões (...). Não tenho partido. Nem sequer nasci neste país. Um dia posso ir-me embora para a Alemanha e não voltar mais. Limito-me a ler, ouvir, observar e tirar minhas conclusões. Os senhores botam todas essas questões num pé puramente ideológico. Eu prefiro levar a coisa para o lado do interesse material...” (*O continente*, v. 2, p. 313-314).

Entretanto, se o doutor Winter tem espaço para expor sua visão de mundo diferenciada da circulante naquele contexto, a maioria das personagens alemãs nesse período tem bastante limitada a sua voz naquele meio social, como também no espaço que ocupa. Assim acontece na chegada dos imigrantes que formariam a colônia alemã Nova Pomerânia. O coronel Bento Amaral chama todos os colonos a sua casa para falar-lhes: “Tinha uma voz gutural, falava alto, com ar patronal” (*O continente*, v. 2, p. 125). Não se manifestam os ouvintes, apenas “o escutavam numa atitude entre respeitosa e assustada” (*O continente*, v. 2, p. 125). São informados pelo coronel, chefe político de Santa Fé, de que devem obediência às autoridades.

Os cidadãos alemães já formavam, na segunda metade do século XIX, uma grande colônia no estado, no entanto não têm muita voz na narrativa. A participação deles se dá mais no espaço em que se fixaram, onde regram seu modo de vida com base na cultura germânica, e, nesse caso,

Nova Pomerânia é o lugar que recebe mais visibilidade no romance. No mais, seus contatos são sempre marcados pela diferença, eles são sempre os outros, não os mesmos, em meio aos nativos. Fica evidente isso quando se tornam frequentadores do Clube Comercial de Santa Fé, criado pelos da elite luso-brasileira da cidade e onde são admitidos como sócios. Fundado em fins de 1899, o clube reúne a elegante sociedade do local, a “nata” da sociedade de Santa Fé. É bem verdade que, com o passar do tempo, admitiria sócios de um nível mais inferior, tidos como “gentinha de segunda”.

O certo é que o clube é um aquário onde se podem ver as diferentes camadas socioeconômicas de Santa Fé: fazendeiros abastados, como os Macedo, os Cambará, os Prates, os Quadros, os Fagundes, os Amaral, os Teixeira; comerciantes mais fortes da cidade, como Marcelino Veiga, proprietário da Casa Sol. Com esses ficam toda a vida política e as decisões de ordem pública que interferem na vida local, ou seja, ali se concentra todo o poder. Quase no mesmo nível de importância, não pela fortuna, mas pelos cargos que ocupam, estão o juiz de comarca, o juiz distrital, o promotor público, os oficiais da guarnição federal, alguns altos funcionários e a maioria dos médicos e advogados. Diferenciados, numa terceira camada, estão os estancieiros e comerciantes de menor importância econômica e a gente que, embora com nome reconhecido, havia perdido a fortuna. Ainda há o “resto” (*O retrato*, v. 1, p. 163), que são os funcionários públicos, os de profissão incerta e os inúmeros empregados do comércio.

E os alemães? Em nenhuma dessas quatro camadas eles estão incluídos como representantes da sociedade gaúcha. Alguns são sócios do clube, mas não convivem com a maioria brasileira que lá se reúne e se diverte; mantêm-se à parte, com divertimento separado, como nos diz o narrador: “O bolão, jogo que o clube inaugurara havia pouco, atraía principalmente os raros sócios de origem alemã, que a ele se entregavam com muito barulho e muita cerveja” (*O retrato*, v. 1, p. 162). Com isso, ao invés de agradar com o entusiasmo a que se entregam nesses momentos de lazer, provocam a ira dos sócios não alemães: “E frequentes vezes, ouvindo o rolar surdo das bolas de madeira no porão do edifício, seguido do claro pipocar dos paus que tombavam, alguns dos sócios do Comercial que jogavam cartas no andar superior, resmungavam: Essa alemoada merecia que a gente descesse e tirasse eles lá debaixo a rebenque” (*O retrato*, v. 1, p. 162).

E aqui está uma soante palmada na história da relação dos imigrantes com os locais, naquela parte em que vingaram preconceitos da sociedade essencialmente luso-brasileira em

relação à estrangeira. Contra a cor e contra a posição econômica de cada indivíduo, valia manter a distância, a estranheza, o desprezo. Até mesmo os fazeres profissionais dos alemães seriam tidos como de pouco valor, como diz o doutor Rodrigo, quando ainda moço e bastante idealista e questionador, conversa com o juiz de comarca, o doutor Eurípedes Gonzaga: “- O senhor não negará – tornara Rodrigo – que existem profissões que, do ponto de vista desta sociedade, são consideradas baixas: sapateiros, ferreiros, funileiros, seleiros, alfaiates e muitas outras ... enfim, gente que faz trabalho manual, o senhor sabe...” (*O retrato*, v. 1, p. 165). E conclui dizendo que todos os descendentes de imigrantes, tanto italianos como alemães, são apenas tolerados naquele meio social. “São olhados de cima para baixo pela aristocracia local” (*O retrato*, v. 1, p. 166).

Outros alemães que se fixam em Santa Fé e que também têm como o principal contato o Sobrado e seus moradores são os Weber, a Família Filarmônica de Viena. Com ela chega também outra cultura identitária dos alemães, a que nasce das artes, no caso a música. Santa Fé, então, contata com algo diferente do que tivera oportunidade com os alemães que se fixaram como colonos, que lhe trouxeram a cultura do campo, expressada principalmente na alimentação e nas tradições das comemorações religiosas (Natal e Páscoa). A família aproxima-se, em termos de interferência cultural, ao que Winter já apresenta, ou seja, o universo do mundo letrado e urbano.

Os fatos principais que envolvem a família decorrem das ações de Rodrigo Terra Cambará, cuja trajetória está na centralidade de *O retrato*.

Os contatos iniciam-se na segunda noite de espetáculos no teatro, quando Rodrigo é convencido a assistir às apresentações, coisa que havia recusado na noite de estréia da Família por estar revoltado com o rumo da I Guerra Mundial definido pela Alemanha. Diante do convite de Flora, sua esposa, na primeira noite, diz: “- Não vou. Não quero saber de nada com esses boches” (*O retrato*, v. 2, p. 225). Insiste que guerra é guerra e que a Áustria-Hungria é aliada da Alemanha, portanto, ninguém de Santa Fé deveria assistir ao espetáculo para não sustentar a “tal alemoadá”. Contudo, as músicas apresentadas pela família haviam produzido em todos os que foram ao teatro comentários cheios de encantamentos. Chega até Rodrigo essa emoção toda, e seu colega, o doutor Carlo Carbone, interpela-o de um jeito que ele aceita o convite para a noite seguinte.

Inicia-se aí a história de amor da musicista Toni Weber com o gaúcho Rodrigo Terra Cambará. Nascida em Viena, Áustria, em 1895, esta alemã é uma mulher diferente das que se conhecia, tanto física como culturalmente, e sem demora domina os sentidos de Rodrigo: “Sua

face era dum perfeito oval e os olhos claros duma tonalidade que Rodrigo de longe não podia discernir. Entretanto, o que mais o fascinava naquele rosto emoldurado por cabelos castanhos com reflexos de bronze, eram as zigomas levemente salientes e a boca rasgada de lábios polpudos e sugestivos.” (*O retrato*, v. 2, p. 230)

A força de Toni sobre Rodrigo é tanta e imediata a ponto de encantá-lo e provocar nele mudança repentina de opinião e sentimentos em relação aos alemães que o circundam e à etnia em si, apesar da guerra. Quando, durante o espetáculo, o padre Astolfo conta que, em São Paulo, durante uma apresentação, a família fora vaiada porque a platéia sabia que o filho mais velho do casal estava na guerra, Rodrigo diz: “- Canalhas! (...). Onde está a nossa tradição de hospitalidade? Que idéia essa gente vai fazer de nossa educação e de nossa cultura? Precisamos prestigiar essa família” (*O retrato*, v. 2, p. 231).

A família, após o espetáculo, é logo convidada a ir ao Sobrado para tomar alguma coisa. A recusa de *herr* Weber desaponta Rodrigo. No entanto, Toni, estando silenciosamente presente, exerce fascínio sobre ele e atrai o interesse daquele homem de família tradicional, renomado líder político e acostumado a muitas mulheres da terra.

Os contatos, então, da família com os Terra Cambará e alguns amigos destes efetivam-se e tornam-se frequentes. A vida dos Weber é conduzida pela vontade de Rodrigo, que até os instala em propriedade sua. Não mais a música e seu trabalho artístico são as razões principais para esses alemães ficarem no povoado, tampouco a impossibilidade de retornarem à Áustria, por causa da falta de dinheiro e da guerra na Europa. É a filha Toni o motivo de atenções e aceitação de toda a família por parte do líder Terra Cambará. Criado o vínculo pela ordem do interesse e da conquista, os serões no Sobrado com a presença da família são certos nas segundas, terças e sextas-feiras, o que determina que o amor entre Rodrigo e Toni cresça, se consolide e se concretize.

Aquela menina com tranças e laçarotes azuis revelar-se-ia depressa uma mulher que encantava, que fazia do homem uma presa. Além da beleza, outro elemento que arrebatava Rodrigo é o conhecimento que ela possui de música, de literatura, de arte em geral. Surpreende-o, em certa ocasião, quando este lê um trecho de Chateaubriand: - *J'aime bien Rostand* – diz-lhe Toni. – “Mas ele me parece um poeta menor, apenas hábil, brilhante, agradável. Corresponde em música a Tchaikovsky ou Liszt. O mundo poderia passar perfeitamente sem Rostand e Liszt, mas duvido que fosse o mesmo se nunca houvesse nascido um Goethe ou um Bach” (*O retrato*, v. 2, p. 248).

Na análise de Rodrigo, “Toni era a Europa. Não tinha apenas vinte anos, mas dois mil, ao passo que ali no Rio Grande, em matéria de arte e cultura, estava-se ainda numa espécie de idade da pedra lascada” (*O retrato*, v. 2, p. 248).

Toni simboliza atitudes de uma mulher autônoma, sem receio de expor aos outros o que pensa e o que sente. Nesse sentido, pode conversar com estranhos (Rodrigo), passear sozinha com o namorado (Erwin Spielvogel), sem ser motivo de comentários maldosos por parte dos de sua etnia. No entanto, por essas atitudes, ela choca os moradores de Santa Fé, como já o fizera Helga. Toni passa a receber Rodrigo, à noite, em seu quarto, na Poncho Verde, às escondidas de todos, onde se amam por completo. Mas chega o dia em que acontece a gravidez da jovem alemã. Rodrigo desespera-se com o fato e ela, mais ainda. Sem uma resolução da parte dele, noiva de um rapaz de sua etnia, Erwin Spielvogel, contrariada em sua vontade e seu amor, ela toma veneno e morre. Essa atitude é a que vai manter Rodrigo preso a ela para sempre, pois ele tem consciência da razão que levava Toni ao suicídio; assim, a culpa e o remorso o acompanharão ao longo de sua vida.

Outros alemães, já há algum tempo colonizando terras nas redondezas de Santa Fé, estabelecem um contato mais frio com os nativos, restringindo-se a algumas necessidades de saúde ou comercial. Sua característica é resguardarem-se como comunidade na colônia que formaram. São os moradores da colônia alemã Nova Pomerânia, que nem em presença do poderoso líder político Rodrigo Terra Cambará deixam de expor seus princípios de organização e política, de dizer o que lhes dá significado em sua vida social e de confirmar suas crenças.

O civilismo de Rui Barbosa, em 1910, toma força total em Santa Fé por meio da liderança política que o doutor Rodrigo Terra Cambará exerce a esse favor. Assim, quando Rodrigo está em campanha em prol do candidato Rui Barbosa à presidência da República, realiza um comício no salão do clube ginástico de Nova Pomerânia, à noite. Mesmo sabedores da visita do político, há poucas presenças, “umas duas dúzias de colonos” (*O retrato*, v. 1, p. 332)). No local, Rodrigo depara-se com um retrato do imperador Guilherme II e um busto de gesso de Bismarck. Além disso, no ambiente pouco receptivo, o seu discurso não causa o efeito esperado e, numa conversa deste com o velho Jacob Kunz, homem influente entre os demais da colônia, revela-se uma postura dos alemães em relação à política brasileira: Jacob, enfático, abrevia o tempo do diálogo dizendo que “ele e toda a família votavam com o governo, sempre com o governo, e que jamais se meteriam em política” (*O retrato*, v. 1, p. 333).

Lúcio Kreutz, no seu texto “A imigração alemã em O tempo e o vento” (2002, p. 172), sintetiza a participação dos alemães na política, seguindo a representação dessa questão feita por Erico:

Até o período da República os imigrantes normalmente são retratados sem participação política. Organizavam-se comunitariamente, assumiam escola, professor, sociedades, pontes, estradas e mantinham a maior distância possível de ingerências e disputas políticas. Achavam que os políticos prometiam muito, mas não cumpriam as promessas. Não tinham recebido nem professor. Havia o entendimento entre eles que teriam que zelar por si mesmos, tornando-se assim bastante independentes dos estancieiros e do governo, mantendo por muito tempo suas peculiaridades étnicas. Mesmo assim votavam com o governo.

A mesma resposta que ouvira do velho Kunz Rodrigo ouve de José Kern, um jovem, na ocasião, com vinte e poucos anos, que viria mais tarde a se tornar um político e um grande comerciante e fora o intérprete na conversa. Com Kern Rodrigo ainda insiste dizendo-lhe: “_ (...). E o senhor, seu Kern, que parece um moço instruído, não se sente diminuído por ser obrigado a votar contra a sua consciência?” (*O retrato*, v. 1, p. 333). No entanto, a resposta soa arrogante ao doutor: “- Consciência é uma palavra, doutor, e eu não me fio muito em palavras.” (*O retrato*, v. 1, p. 333).

Essa representação de uma imagem de alemães encontra seu correspondente no mundo real. São muitos os estudos que asseguram a verdade de um comportamento semelhante ao das personagens de Erico no contexto histórico dos imigrantes. Estes cultivavam, por índole, extremo respeito às autoridades governamentais. Além disso, o elemento alemão sentia-se devedor em relação aos homens do governo, que lhes haviam proporcionado a vida no novo mundo. Aos políticos do local interessava a conquista dos votos das colônias, pelo bom número de votantes e pela combinação que se dava na comunidade, pois, quando em épocas de eleições, instalavam-se os debates sobre a posição do elemento alemão que a ele e à colônia melhor convinha no contexto político que os envolvia. Assim, muitos candidatos queriam ser os convenientes no grupo de voto certo.

Justificativas para as posições políticas de muitos alemães em favor do governo existem e são compreensíveis historicamente. Uma delas já foi delineada na própria proposta inicial de colonização, segundo a qual o Império cobria a parte principal das despesas da imigração, a passagem da família, por exemplo, como a esperar do imigrante o trabalho e a dedicação. Assim,

o que era recebido do governo tornava-se uma dívida e o imigrante, uma vez instalado no país, empenhava seu trabalho também para pagá-la.

Além da dívida financeira, havia a ideológica, que se instalava em razão da completa dependência do imigrante às resoluções do poder governamental, intermediadas pelos agentes que organizavam as colônias. Tomava forma, então, uma servidão do imigrante para com o governo, sem um tempo declaradamente determinado. O tempo-limite era a criação da consciência do estrangeiro quanto ao seu espaço social, às suas razões de permanência e à sua determinação de crescimento econômico. Assim, mantinha-se servil ao governo ou encontrava meios de se opor. Essa servidão ou oposição tinha como receptor imediato o senhor de terras, que detinha o poder representativo da oficialidade dos interesses governamentais.

Os alemães de Nova Pomerânia deixam o doutor Rodrigo alarmado. Além da resistência às suas propostas políticas, que significariam mudança para o país, outra coisa importante constatada preocupa-o: é o fato de poucos falarem o português. Rodrigo pondera: “O velho Kunz estava no Brasil havia mais de cinquenta anos e parecia não saber uma palavra de nossa língua! A única escola da colônia tinha um professor alemão e não ensinava português. De suas paredes, como na sociedade de ginástica, pendiam retratos de Guilherme II e de Bismarck. Os padres – tanto o católico como o protestante – pregavam os sermões em alemão.” (*O retrato*, v. 1, p. 333).

O doutor Rodrigo é um formador de opinião. Tomado por sentimentos pessimistas, escreve “um artigo sobre os perigos da colonização alemã” (*O retrato*, v. 1, p. 334). Atribui ao governo a culpa de os alemães assim viverem e pensarem, pois nem professores lhes são enviados. Diz que os núcleos poderiam vir a se transformarem em verdadeiros cavalos de Tróia. Esta é a parte final do artigo:

Para que não se diga que ando enxergando fantasmas e, qual novo Quixote, transformando o moinho d’água do velho Spielvogel em guerreiros fabulosos, transcrevo um trecho tirado do livro *A Arcádia da Alemanha*, de Leyser, e citado na obra *Contrastes e Confrontos*, do eminente escritor Euclides da Cunha. Ei-lo: Hoje, nestas províncias (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) cerca de 30% dos habitantes são germanos ou seus descendentes: e, por certo, nos pertence o futuro dessa parte do mundo. De feito, ali, no Brasil meridional, há paragens ricas e salubres, onde os alemães podem conservar a nacionalidade, e um glorioso futuro se antolha a tudo que se compreende na palavra germanismus (*O retrato*, v. 1, p. 334).

Temos, por esse texto, uma leitura de um gaúcho da terra sobre a colônia alemã, que congrega também indivíduos que, apesar de instalados e/ou nascidos no Rio Grande, não se

sentem, não se dizem gaúchos e não são vistos como gaúchos. Nessa época, os acontecimentos da I Guerra Mundial faziam da Alemanha uma nação criticada, odiada, desprezada por muitas outras nações. O povo alemão era estigmatizado; pessoas de origem alemã, mesmo sendo cidadãs comuns em qualquer parte do mundo, eram tidas como inimigas, manifestando ou não apoio à pátria-mãe publicamente.

As que são de Santa Fé também sofrem isso. Numa ocasião, no cinema, Júlio Schnitzler cumprimenta Rodrigo, mas este, num primeiro momento, age como se não o tivesse visto. Flora, que o acompanha, o adverte: “- Cumprimenta o homem, Rodrigo, não sejas rancoroso. O coitado não tem culpa dos banditismos do Kaiser.” (*O retrato*, v. 2, p. 210). Ao que Rodrigo responde: “- Quando me lembro do que os patrícios dele fizeram na Bélgica, o sangue me ferve. Depois, esse tipo sempre que tem notícia de alguma vitória alemã reúne os patrícios na confeitaria para comemorar.” (*O retrato*, v. 2, p. 210). A Confeitaria Schnitzler, desde o início do conflito, em julho de 1914, “era o ponto de reunião dos membros da colônia alemã e dos teuto-brasileiros, cujas simpatias naturalmente estavam voltadas para o *Vaterland*” (*O retrato*, v. 2, p. 165-166).

Enfatizando os contatos conflituosos entre os brasileiros e os da etnia alemã que aqui moravam, lembrando a posição do Brasil na guerra, que se juntou aos Aliados, o autor nos remete a situações que nos condicionam, diante de um sentimento patriótico, a culpar os imigrantes e seus descendentes e até a compreender que, de fato, não se sentiam brasileiros. Nesse sentido, lembra “que nas sociedades germânicas de Porto Alegre, São Leopoldo e Santa Cruz faziam-se subscrições e festas em benefício dos soldados alemães e austríacos” (*O retrato*, v. 2, p. 166), que em Nova Pomerânia “se faziam comícios e festas pró-Alemanha. *Kerbs* em que se cantavam hinos alemães e em que o *Deutschland über alles* era repetido entusiasticamente como um refrão de vitória” (*O retrato*, v. 2, p. 167). Nesse espírito antigermânico, um retrato de Guilherme II recebe as seguintes palavras do doutor Rodrigo: “todo enfarpelado no seu vistoso uniforme, o maldito Hohenzollern, de bigodes de guias torcidas para cima, o olhar duro e cruel como o aço de seu antipático capacete” (*O retrato*, v. 2, p. 166). Os alemães, para ele, ameaçariam a civilização, a cultura e a democracia.

Os que têm nomes germânicos ganham a repulsa de Rodrigo Terra Cambará. Júlio Schnitzler, os Spielvogel, os Kunz, os Schultz e outros mais deixam de ser cumprimentados.

São referidas no romance a batalha de Ypres e a atitude dos alemães de lançarem gases asfixiantes contra tropas canadenses e argelinas⁹³. Rodrigo é tomado de uma indignação tamanha que tem vontade de “sair para a rua e quebrar a cara do primeiro alemão que encontrasse” (*O retrato*, v. 2, p. 224). As notícias das campanhas submarinas dos alemães, nas quais destruíam navios mercantes e de passageiros, tanto de nações inimigas como de nações neutras, também ganham espaço no romance. O narrador informa que os jornais, no princípio de maio, comunicaram que “um submarino alemão torpedeou em águas da Irlanda o transatlântico *Lusitânia*, causando a morte de 1153 passageiros!” (*O retrato*, v. 2, p. 224). Com isso, uma fúria desmedida envolve Rodrigo, que, deixando o Sobrado, encontra Otto Spielvogel às gargalhadas em frente à Casa Schultz e o ameaça: “- Bandidos! Vocês todos deviam ser capados para acabar com essa raça maldita! Enquanto existir um alemão na face da terra a humanidade não poderá viver em paz!” (*O retrato*, v. 2, p. 224). Ainda, retira e rasga o retrato do Kaiser que está na vitrina da loja do Schultz e sentencia a este: “- Não me exponha mais a cara desse bandido, ó Schultz, senão eu mando prender fogo nesta pocilga, estás ouvindo, lambote?” (*O retrato*, v. 2, p. 225)

De pouco contato com os santa-fezenses é Jacob Geibel, que vive azedo, incomodado com a proximidade das pessoas, avesso ao convívio humano no povoado (*O continente*, v. 2, p. 280). Ao invés da vida, é a morte que lhe traz alegria. Quando alguém falece, ele toca o sino e, a cada badalada, murmura: “*Wieder einer weniger!* Menos um! *Wieder einer weniger!* Menos um!” (*O continente*, v. 2, p. 281). *Verfluchte Stadt!* (Cidade maldita). Para ele, em Santa Fé está em meio a uma cachorrada do inferno, a porcos excomungados, e deseja, por isso, que Deus amaldiçoe a todos, que um raio os parta.

Numa ocasião em que prepara o altar para a missa do padre Atílio Romano, num embarço frente aos fiéis, que o deixa vermelho, com as orelhas em fogo, incomodam-no “aquelas mulheres gordas e peitudas, que tinham bigode e cheiravam a leite e queijo. E aqueles homens escuros e cabeludos, de mãos rudes e vozes guturais, aquelas bestas que recendiam a suor de cavalo e a esterco. Animais!” (*O continente*, v. 2, p. 294)

⁹³De fato, na segunda batalha de Ypres, de 22 de abril a 25 de maio de 1915, os alemães usaram gases asfixiantes contra os inimigos de guerra.

Nova Pomerânia, sim, lhe apraz. Só ali se sente entre conhecidos: *Guten Morgen, Jacob! Guten Morgen, Heinrich!* (*O continente*, v. 2, p. 298). Delicia-se com os contatos e os produtos da colônia: “Café com leite, cuca e manteiga de nata doce na casa do Spielvogel. *Apfelstrudel* no chalé de *Frau Sommer*. Canecas de cerveja espumante e partidas de bolão no Clube dos Atiradores. Música de acordeão e cantigas. *Ach du lieber Augustin, Augustin, Augustin*” (*O continente*, v. 2, p. 298).

Vemos que, se há o contato prazeroso entre o luso e o alemão, este não é declarado socialmente. É o contato escuso que prevalece, destacando-se o que envolve o masculino a dominar e ser dominado pelo feminino. Nos demais casos, o contato é de repulsa, é de estranheza e impregnado de preconceito. São, portanto, seleções de dizeres históricos sobre o processo de integração do imigrante à sociedade rio-grandense que o autor escolhe para ilustrar em seu romance.

No campo político, por força de seus contatos na colônia e fora dela, muitos descendentes de alemães imigrantes ocuparam espaços. Erico cria José Kern, dizendo que sempre tivera aspirações a cargos políticos e o conhecido Lindolfo Collor, chamado por Rodrigo Terra Cambará de “alemãozinho de São Leopoldo” (*O arquipélago*, v. 1, p. 137). Este tem talento, conhecimentos e, o que é de suma importância para o doutor Rodrigo, fala bem o português. Porém, o líder político Terra Cambará o tem como um sujeito implicante na Câmara, a atacar, pela imprensa, grandes líderes maragatos, como Assis Brasil.

De fato, os contatos na política entre os teutos e os gaúchos não rumavam para o mesmo lugar. A essa época em que Lindolfo Collor era deputado, o romance menciona, mais uma vez, fatos ocorridos na Nova Pomerânia, em outro comício do doutor Rodrigo em prol do Assis Brasil e em ataque a Borges de Medeiros. Nessa colônia, José Kern⁹⁴ já se fizera importante cidadão em razão do seu poder econômico e notabilidade social. Rodrigo ouve do teuto-brasileiro: “- O senhor não faz comício aqui porque a gente não somos políticos. O que queremos é trabalhar em paz” (*O arquipélago*, v. 1, p. 174). Chama-o de “alemão patife” e inicia o comício mesmo assim, mas é ouvido por quase ninguém e tem de se retirar com os companheiros, sob a ameaça de tiros comandados pelo subdelegado.

Na história de Erico, a identidade política dos alemães e seus descendentes é sempre outra, não a dos Terra Cambará, família que protagoniza toda a narrativa. Nesse campo,

⁹⁴ José Kern, mais tarde, muda-se para Santa Fé, onde passa a ser comerciante (*O arquipélago*, v. 2, p. 67).

portanto, os contatos são conflituosos. As opções de Kern, por exemplo, quando chega à candidatura a deputado, são amplamente criticadas e caem no descrédito de seus opositores. Já tinha sido um integralista e, no momento, é do Partido de Representação Popular: assim, se diz cristão e pede os votos de todos os cristãos, proclamando-se democrata. Perpassa, entre as personagens que se referem a ele, a idéia de que não é sério na política.

Também o retorno de Lindolfo Collor para o Rio Grande do Sul na época da Revolução de 1930 é malvisto. Definida como uma vontade consciente de criar crise e de conspirar, essa atitude não é tida como tentativa de salvar a revolução, como tentara fazer o povo gaúcho acreditar. Isso seria crível se ele tivesse ficado no Rio ao lado de Getúlio, diz o doutor Rodrigo. No entanto, vem com outros líderes políticos ao estado, onde se fazem de vítimas e “foram conspirar debaixo das asas agitadas do general Flores da Cunha, sob o olhar benevolente do doutor Borges de Medeiros” (*O arquipélago*, v. 3, p. 139).

A Segunda Guerra Mundial, no entanto, é o maior motivo de conflitos entre os contatos mantidos pelas personagens alemãs com as nacionais. Erico recorre, abertamente, aos fatos históricos para fazer a representação dessa imagem real do passado que horrorizou a humanidade pouco antes da metade do século XX, bem como ao comportamento dos teuto-brasileiros e à reação contrária a eles que se deu de parte da população local. Nesse sentido, faz o registro de acontecimentos que se anteciparam à guerra e que a ela convergiram, como a fundação do núcleo local da Ação Integralista Brasileira, em meados de 1933, cujos adeptos eram tanto teutos quanto italianos e brasileiros. Esses “andavam fascinados pelos discursos de Mussolini e os empreendimentos do fascismo” (*O arquipélago*, v. 3, p. 197). E o número de adeptos aumenta bastante depois da revolta comunista de 1935.

O círculo nazista é outro evento lembrado na narrativa, tendo sido fundado no Rio Grande do Sul logo depois que Hitler tomou o poder na Alemanha. Núcleos do Partido Nacional Socialista surgem em Santa Fé e Nova Pomerânia. Como mais uma ação concentrada no interior das famílias germânicas, tudo se iniciara com discrição, mas com “as vitórias de Hitler e o fortalecimento de seu partido, os nazistas do Rio Grande do Sul alçavam a cabeça, faziam as coisas mais às claras e até com uma certa arrogância” (*O arquipélago*, v. 3, p. 198). As escolas, as sociedades recreativas e as congregações da Igreja Evangélica Luterana eram os veículos de propagação dos ideais políticos hitleristas. Para isso, ajudariam os pastores e os membros do partido, que, estrategicamente, se infiltrariam nessas entidades. Às crianças a doutrina chegava

pelo ensino nas escolas teuto-brasileiras, “onde se ensinava pouco ou nenhum português” (*O arquipélago*, v. 3, p. 198).

A partir de 1937, a campanha nazista tornou-se ainda mais intensa, como também o integralismo chegou ao seu auge. No desfile de 7 de setembro, em Santa Fé esses dois segmentos se apresentam:

A seguir surgiram os integralistas com suas bandeiras e charangas, garbosos em suas camisas verdes. Fechava a parada uma centúria nazista – o grupo local reforçado de elementos vindos de Nova Pomerânia -, todos impecavelmente fardados: camisas pardas, culotes pretos, botas de cano alto. Uma banda de música também uniformizada tocava dobrados alemães, seguida duma banda de clarins e tambores. Cinco passos atrás desta – altos, louros, musculosos: versões colônias de Sigfried -, marchavam quatro dos principais atletas do Turnverein, cada qual empunhando a bandeira nazista com a cruz gamada” (*O arquipélago*, v. 3, p. 199).

A reação dos locais aos nazistas é de indignação, instalando-se um mal-estar generalizado entre quem assiste ao desfile. Antes disso, houvera manifestações racistas dos teutos nazistas, que procuravam praticar por aqui o que ditava Hitler na Alemanha. Assim, judeus foram espancados, primeiro o Arão Stein e, depois, o mascate bastante conhecido dos moradores de Santa Fé, atacado à luz do dia “por três rapazotes alourados que tinham o aspecto iniludível de membros da Juventude Hitlerista” (*O arquipélago*, v. 3, p. 202).

Os contatos desses imigrantes adeptos das práticas e das idéias de Hitler passam a sofrer sérios embates com os tradicionais líderes locais. Instala-se o conceito do perigo nazista, cuja origem estaria num antigo plano pangermanista relativo ao Brasil, formulado no tempo de Frederico II, por volta de 1740. Os argumentos sobre a idéia do perigo são buscados em escritos de intelectuais alemães, que são citados pelo doutor Rodrigo para dar sustentação e conferir veracidade ao seu discurso sobre os nazistas. Cita a obra de Wilhelm Sievers, professor da Universidade de Giessen, *A América do Sul e os interesses alemães*, de 1903, na qual defende que a Alemanha deve dominar os países sul-americanos. Também faz menção ao volume *Hitler me disse*, de Rauschning, ex-presidente do Estado de Dantzig, no qual está registrada a seguinte frase do *Führer*: “- Edificaremos uma nova Alemanha no Brasil. Ali encontraremos tudo que for necessário” (*O arquipélago*, v. 3, p. 236). Por fim, refere-se a Rudolf Batke, membro do Círculo Teuto-Brasileiro de Trabalho, entidade formada por brasileiros de origem germânica que estudaram na Alemanha, a qual defendia a idéia de dever ser prescrito o conceito “alemães-brasileiros”, pois “todos os teuto-brasileiros fazem parte da etnia alemã... são alemães no sangue,

na espécie, na cultura e na língua” (*O arquipélago*, v. 3, p. 237). Havendo, portanto, tal plano, teriam os alemães se organizado, minando o Rio Grande do Sul de núcleos nazistas. Diante disso, os representantes dos gaúchos natos, no romance, estabelecem uma sólida linha divisória imaginária a separar de seu convívio os alemães e seus descendentes.

No diário de Sílvia, esposa de Jango e nora de Rodrigo Terra Cambará, escrito entre 1941 a 1943, mas que registra fragmentos de sua memória do tempo passado, encontramos referências aos acontecimentos da II Guerra, como a conquista da Dinamarca e da Noruega pelo exército de Hitler em abril de 1940, da Bélgica, da Holanda e Luxemburgo em maio e, nesse mesmo mês, a invasão da França, as primeiras vitórias dos alemães na União Soviética, em 1941. E estão também representadas conseqüências do sentimento antinazista espalhado pelo mundo em razão das ações sanguinárias do exército alemão contra outros povos, sentimento que muito se fortificou por aqui. No Natal de 1941, por exemplo, já o pinheirinho não cintila na sala do Sobrado e Schnitzler não aparece vestido de Papai-Noel, nem com seus familiares canta suas canções.

Ao escrever sobre a declaração de guerra do Brasil ao Eixo⁹⁵, Erico enumera atos de revolta que os de origem alemã e seus estabelecimentos comerciais sofrem do povo de Santa Fé, do que podemos depreender que, a essa altura, os contatos estavam todos manchados de impressões contrárias a qualquer senso de compreensão dos nacionais relativo à etnia imigrante. O Café Poncho Verde, que já havia sido local de convívio de teutos e gaúchos, de propriedade do Kern, reconhecido líder político e militante nazista, é destruído num ataque de populares, sob o olhar benevolente dos policiais. E a multidão segue pela rua do Comércio quebrando as janelas das casas das famílias germânicas. Também os já consolidados nomes alemães que haviam ajudado Santa Fé a se desenvolver, com seu comércio e indústria, como os Spielvogel, os Kunz, os Schnitzler, declaradamente antinazistas, sofrem agressões pelo simples fato de serem alemães. Vemos, assim, que os moradores de Santa Fé e representantes do poder local não tardam em julgar qualquer dos teuto-gaúchos pelos feitos dos nazistas.

René E. Gertz, em *O Estado Novo no Rio Grande do Sul* (2005) apresenta informações históricas sobre os conflitos entre alemães e gaúchos no período da Segunda Guerra Mundial, relacionando-os com a nacionalização imposta pelo governo e por uma parcela da população rio-grandense aos cidadãos de etnia alemã. Dentre as muitas situações de enfrentamento e agressões,

⁹⁵ O Brasil declarou guerra ao Eixo em 23 de agosto de 1942, numa reação imediata ao torpedeamento de navios brasileiros por parte dos alemães.

o autor aponta uma de 1942 como a mais intensa: “O maior volume de violência simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento de mais navios brasileiro por submarinos alemães. As violências desse momento foram praticadas em grande parte por populares, isto é, por manifestações de rua, não, diretamente, por instâncias estatais” (p. 174).

Há personagens que se orientam por outra forma de pensar e que conseguem separar os fatos, como o faz Silvia, quando retruca a fala de seu marido que aprovara todos os atos de violência: “Eles puseram a pique os nossos navios, mataram patrícios nossos.”, diz Jango, ao que ela pergunta: “*Eles quem? Os Kunz? Os Schnitzler? Os Spielvogel?*” (*O arquipélago*, v. 3, p. 348). Arão Stein é outro que lamenta “todas aquelas violências sem propósito prático, toda aquela energia agressiva do povo tão mal dirigida” (*O arquipélago*, v. 3, p. 348). A narrativa, assim, dá conta da idéia, também formulada historicamente, de que não se justificava atribuir a culpa dos crimes nazistas a qualquer cidadão de origem alemã que habitava a terra sul-rio-grandense.

Os contatos dos alemães com os gaúchos finalizam-se, na narrativa, dessa forma, marcados pela força da maior tragédia humana do século XX, que foi deflagrada por alemães, submetendo culpados e inocentes ao mesmo julgamento.

Pensamos que a história mostra que a presença alemã por aqui tem o sentido que lhe dá Floriano, não o de causar preocupações quanto ao futuro do Rio Grande dado pelas ações das etnias que aqui convivem, nem o de temer a “agringalhação” da gente que forma o estado, e, sim, de que Rio Grande do Sul é o que resulta do amálgama de etnias no tempo e no espaço de sua formação. A identidade se dá, portanto, por um “jeito peculiar de falar, de gesticular, bem como um jeito de ser, de pensar, de amar e de odiar, de cantar e dançar, de trabalhar e de sonhar...” (*O arquipélago*, v. 3, p. 294).

Erico faz uma leitura possível do sentido dos contatos estabelecidos entre os imigrantes e os nativos no mesmo espaço físico-social. Ele desenvolve a idéia, não propagada por grande parte dos historiadores, de que os alemães não viveram, mesmo nos primeiros anos do processo imigratório, em completo isolamento e, assim, insere os estrangeiros em Santa Fé e em Panambi (*Neu-Württemberg*); confere-lhes ocupações, trabalhos, que proporcionam uma relação próxima com os do local, como comércio, indústria e vida política; estabelece críticas por meio da voz de personagens brasileiros, o que indica que havia contatos entre as diferentes etnias.

Mesmo em São Leopoldo e em Nova Pomerânia, o autor imagina os alemães e a formação estrutural dos povoados, bem como os contatos que tinham possibilidade de manter com os do

local, com os políticos da capital, com os compradores de seus produtos coloniais e, até mesmo, com as informações sobre a região, o restante do Brasil, a Alemanha, o mundo, veiculadas pela imprensa que existia na época. Nessa perspectiva, o isolamento era relativo. Para exemplificar isso, vejamos que, a Alegrete (RS), as notícias chegavam três semanas depois de acontecidas ao passo que a São Leopoldo (RS) vinham duas vezes por dia, pelo menos a partir de 1874. Chegavam em alemão, mas as pessoas sabiam o que tinha acontecido em Berlim, em Londres, em Paris, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, porque o trem ia duas vezes para São Leopoldo e levava os jornais para a população.

Nesse sentido, relacionando a ficção com a história, a questão mais importante na abordagem de Erico não é o isolamento e suas caracterizações, e, sim, a colonização homogênea (Nova Pomerânia, São Leopoldo) e a colonização mista (Santa Fé e *Neu-Württemberg*) e suas implicações - esta última mais bem desenvolvida, historicamente, nas “Colônias Novas”, a partir do final do século XIX e início do século XX.

3.5 - A ferro e fogo

Melhor será baixar a cabeça, esforçar-se com os braços, pois é disso que se tira o pão e não com sonhos.

Josué Guimarães

Ainda quando as terras que hoje se encontram limitadas no mapa político do Rio Grande do Sul não sabiam quem era, definitivamente, seu dono, se de fato o recém-declarado imperador do Brasil, dom Pedro I, que pouco se dava a conhecer a elas e poucos de seus súditos aqui colocara para ocupá-las, ou se os seus assíduos pisoteadores da Banda Oriental, os castelhanos, que por elas lutavam com determinação, aos bons olhos dos seus governantes, inicia a história narrada em *A ferro e fogo – tempo de solidão* e *A ferro e fogo – tempo de guerra*, um romance de Josué Guimarães apresentado em dois volumes.

Neles encontramos representados sujeitos históricos que vieram de um mundo distante, onde os limites territoriais definiam os reinos a que pertenciam, os germânicos. Esses reinos

tinham governo próprio, mas formavam, ao mesmo tempo, um conjunto unitário quanto à língua, à religião, ao trabalho e à cultura. Esses sujeitos conviviam com a miséria construída pela sociedade germânica, que também construía muito progresso, mas insuficiente para atender a toda a população em termos de trabalho. Especialmente por essa razão, os governos impeliram parte da população a se fixar em outros locais do mundo para buscar sobreviver e fazer capital.

Esse era o mundo das regiões européias, chamadas de “principados” e “estados”, que viriam a ser a Alemanha unificada em 1871. Por aqui era o extremo sul do Brasil, ainda província de São Pedro, pertencente, legalmente, ao Brasil, mas, de fato, com suas fronteiras ainda movediças.

Lembremos que as tensões nas fronteiras do Rio Grande do Sul com seus países vizinhos foram intensas até quase metade do século XIX. Os castelhanos queriam a terra para si, enquanto, politicamente, depois do Tratado de Madri (1750), era de direito do Brasil. Historicamente, as terras do atual Rio Grande do Sul aparecem como palco de disputas por mais de trezentos anos: por um tempo, Espanha, que veio para a América em 1494, e Portugal, que se fez dono do Brasil a partir de 1500, discutiram e negociaram divisões e posses da parte fronteira do que veio a ser território brasileiro até 1801, quando estava em andamento a Guerra das Laranjas, entre Portugal e Espanha, finalizada pelo Tratado de Badajoz, o qual fez cumprir o que se delineara no Tratado de Madrid, ficando, documentalmente, certas as terras de Portugal por aqui.

“Certas” em parte, no caso a região dos Sete Povos das Missões, pois as fronteiras como hoje as temos seriam definidas somente mais tarde, em 1828, no final da Guerra Cisplatina (1825-1828), quando foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro, que criou a República Oriental do Uruguai, espaço que estava sob o domínio do Brasil. Nesse contexto de disputas, castelhanos moradores da bacia do Prata insistiam na tomada das terras, contra o que lutavam os brasileiros da região, ancorados, quando se davam grandes conflitos, pelo governo central.

Para o mundo que passa a ser construído por alemães nessa região do Brasil ainda em conflito por causa das fronteiras e com vasta terra desocupada, em virtude da falta de colonização, é que o escritor Josué Guimarães se volta, construindo no universo textual uma história de coragem, de luta sem trégua, de dor, sofrimento, progresso, guerras, em meio a estranhos lugares e gentes. Dali surge uma longa história sobre a formação do Rio Grande do Sul com a participação do imigrante alemão, o qual empreendeu uma luta a ferro e fogo, vivendo em tempos de solidão e de guerra.

O romance, para retratar tudo isso, singulariza o imigrante pela etnia a que pertence, construindo-o como sujeito que partiu de uma terra com problemas de exclusão, por causa das poucas condições de sobrevivência da população, com o sonho de fazer outra vida num mundo novo, trazendo os seus maiores bens por companhia: identidade étnico-social, a família, o conceito de trabalho, a religião e a língua.

Pelo romance, o estado do Rio Grande do Sul forma-se a partir das diferenças e do embate das diferenças. E as diferenças consideradas no enredo são as que se formaram no contato entre os alemães e as populações nativas. Josué não julga a preservação da língua, da idiossincrasia e das manifestações culturais identitárias das colônias alemãs. Ele se propõe construir um olhar, narrar e descrever, num misto de ficção e história, recriando o passado de um ponto de vista próprio.

Como afirma Otávio Paz (1976, p. 69),

o romancista nem demonstra nem conta: recria um mundo. Embora o seu ofício seja o de relatar um acontecimento – e neste sentido parece-se com o historiador – não lhe interessa contar o que se passou, mas reviver um instante ou uma série de instantes, recriar um mundo. Por isso recorre aos poderes rítmicos da linguagem e às virtudes transmutadoras da imagem.

Encontramos, assim, na construção literária de Josué Guimarães uma atribuição de sentido ao período da colonização alemã no Rio Grande do Sul que nos vem em forma de epopéia, abrangendo um tempo que vai do início do processo, 1824, até 1870 - o primeiro volume narra o acontecido entre 1824 e 1835 e o segundo, entre 1835 e 1870.

Lucia Helena, ao analisar o narrado nos dois volumes de *A ferro e fogo*, afirma que o romance reúne o épico ao dramático na constituição de seu discurso: o épico é “o caráter guerreiro da formação a ferro e fogo na exigência de um heroísmo quase estóico na construção das personagens centrais” e o dramático é “um certo tônus de vida, paixão e morte dos sonhos de Daniel Abrahão e de *Frau* Catarina, além de um embate constante entre o *éthos* e o *daimon* no percurso dessas personagens cheias de *hybris*” (1997, p. 45). Dessa união vem a força do sentido que emerge do romance e se imprime na visão histórica dos acontecimentos.

O primeiro volume vem a ser o primeiro romance escrito por Josué Guimarães, que já era conhecido de muitos leitores por seus trabalhos jornalísticos e por seus contos. Atento, ele buscou na história do Rio Grande do Sul o tema para iniciar-se como romancista, dada a riqueza que

percebia no passado de formação do estado, como ele mesmo disse em depoimento registrado no livro *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor* (2006, p. 16-17):

Se examinarmos a história do Rio Grande, vamos notar que é uma história de riqueza excepcional para qualquer criação literária. É uma história que atrai qualquer romancista. História de grandes amores, de grandes lutas, de grandes violências. História de uma gente que teve por missão marcar fronteiras. Isto é muito importante para a criação de um espírito nacional, brasileiro, de uma interpretação histórica, sociológica. Vivemos anos aqui, lutando para saber onde era a fronteira do Brasil – em Santa Catarina, depois o Rio da Prata. Com a Cisplatina começamos a definir essas fronteiras. E tudo isso com grandes histórias. Se bem que a “história”, ela é, no fundo, bastante artificial. Por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão “combates”. Há muitos “heroísmos” por aí, motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio.

Nesse espírito, posicionando-se criticamente em relação à história, no caso a dos colonos alemães no Rio Grande do Sul, publicou *A ferro e fogo: Tempo de solidão* em 1972; em 1975, surgiu o segundo volume, *A ferro e fogo: Tempo de Guerra*. Esses são a concretização de parte do projeto que o escritor tinha em mente para abordar o tema, que se constituía na criação de uma trilogia. O terceiro volume, que completaria o projeto, não chegou a ser escrito, tendo sido apenas esboçado, pois Josué morreu no dia 23 de março de 1986, vítima de um câncer, sem concluir o texto. Segundo informações buscadas junto à sua esposa, Nydia Guimarães, o volume chamar-se-ia *A ferro e fogo – tempo de ódio ou tempo de angústia* e versaria sobre o acontecimento histórico dos *Mucker*.

A julgar pela temática, podemos considerar que a empreitada interrompida de Josué Guimarães Luiz Antonio de Assis Brasil seria retomada mais tarde em *Videiras de cristal* (1990), seu romance sobre os *Mucker*, resultado de muita pesquisa histórica, o que confere à narrativa uma clara característica de romance documental. Apesar de ser outro autor, a representação da imigração alemã pensada para os três volumes de *A ferro e fogo* assim se completa. Como afirma Antônio Marcos V. Sanseverino (1994, p. 129), o romance pretende “mostrar o episódio dos muckers, a sua gênese, o seu desenvolvimento e o seu pretense extermínio, quando foi morta Jacobina Maurer”. Tendo em vista o enredo dos dois volumes de Josué, é bem possível que o seu terceiro também apresentasse uma história totalizante do movimento dos *Mucker*, uma saga dos *Mucker*.

Mesmo assim, isto é, mesmo sem o terceiro volume de Josué, temos ficcionalizada a saga da imigração alemã segundo um olhar atravessado por informações históricas acumuladas ao

longo do tempo. Partindo da oficialidade do passado que se efetivou pelos sinais (documentos) que o acontecimento deixou, do que resultou uma narrativa avalizada, que retém o que aconteceu, Josué Guimarães, pelo ato da narração, fez com que o episódio histórico da colonização alemã fosse submetido a um sistema de experiência que o desprende da realidade.

A história contada, pelos recursos utilizados – busca de fontes históricas, inclusão de figuras históricas com seus nomes e ocupações reais, citação e descrição de espaços existentes, narração das guerras verdadeiras das quais os imigrantes participaram, tudo incluso na livre imaginação do escritor, sempre autorizado pela arte literária a inventar conforme a sua visão dos fatos – fornece-nos uma dimensão da verdade, porque transporta interpretações da história e do real. E por essa dimensão nos vem uma visão ampla, abrangente, telúrica da realidade do Rio Grande do Sul num determinado período do século XIX, aquela realidade na qual os alemães foram inseridos e que por eles foi marcada.

Nesse sentido, além do que é próprio do processo de colonização, desde a fixação na colônia, a distribuição das terras e a formação das picadas, a demora do governo imperial para cumprir com as promessas feitas aos imigrantes, como também o não-cumprimento de muitas dessas promessas feitas quando ofertada nova terra na América, há a representação da participação dos germânicos nos eventos históricos brasileiros acontecidos no período que a narrativa abrange: a Guerra Cisplatina, a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai.

Não só as guerras são mencionadas, mas também fatos brasileiros importantes que se tornaram assunto na comunidade germânica, preocupando os estrangeiros que recém haviam se fixado no país, ou, simplesmente, causando-lhes curiosidade e apreensão sobre as conseqüências que poderiam atingi-los. São exemplos disso a morte da imperatriz dona Leopoldina, a abdicação de dom Pedro I, a formação da regência provisória que governou o país logo depois da abdicação, a proclamação da maioria de dom Pedro II. Acima de tudo, entretanto, *A ferro e fogo* é uma obra estética, quer dizer, não historiográfica e das referenciais na história do romance sul-riograndense, que apresenta marcantes e bem construídas personagens, das que são expressão maior Catarina, Daniel Abrahão e Gründling; desenha um espaço que interage com essas em sua amplitude, isolamento e escassez de recursos materiais; um tempo passado, distanciado do agora do escritor, numa evolução cronológica que se datou pela inserção das personagens em importantes imagens da história do Brasil que envolveram o estado, como a Revolução Farroupilha, a Guerra Cisplatina e a Guerra do Paraguai; um narrador que se dispõe a

universalizar o olhar e os sentimentos dos estranhos na terra, os imigrantes. Tudo isso se encontra num enredo bem tecido, sempre protegendo, envolvendo e elevando a ação realista das personagens imigrantes alemãs.

E nessa estrutura, quantas cenas deixam em nudez total a própria condição humana, atraindo-nos com força máxima para o íntimo das personagens, sendo esta, ao nosso ver, uma das riquezas maiores da obra. Como não sentir com Catarina e com Gründling o que sentiram, cada um sem saber as reais razões do outro de estarem frente a frente, quando ela, resoluta em seu propósito de vingança, vai à casa dele e encontra-o saindo com sua amada Sofia no caixão? É um momento de intensa emoção, em que uma personagem se modifica no olhar da outra: Catarina já não é mais vista por Gründling como objeto capaz de arrecadar renda fácil para ele e, sim, como uma solidária da mesma etnia que teria vindo para consternar-se pelo ocorrido; ela, por sua vez, recua em seu plano de matá-lo, sabedora de que a vida já tinha feito justiça em seu lugar. A perplexidade da cena é a perplexidade deles e a nossa também, provocada pela leitura. E mais, a comoção e a angústia deles também são as que em nós podem aflorar ao lermos na cena:

– Não esperava que a senhora viesse, não sei como agradecer. Estava magro, olhos vermelhos e inchados, encurvado. Catarina desceu, empurrou para debaixo da almofada do assento o pedaço de cano da espingarda que se deixava entrever. Caminhou até Gründling; ele sem Sofia, ela sem o seu velho ódio. Os dois em solidão. Catarina seguiu ao lado dele, sem uma palavra, olhando duro para a frente, com medo de chorar (GUIMARÃES, 1972, p. 237)⁹⁶.

Assim, mais do que dialogar com a história, contribuir na sua função de narrar fatos e questioná-la em suas versões, *A ferro e fogo* se faz uma história de vidas, não de vidas passivas diante dos propósitos do mundo e dos outros, mas de vidas bem conduzidas por seus donos, vidas determinadas pela resistência e coragem, pelo espírito que não se dobra, pelo esforço contínuo e bem cobradas por tudo isso, cobranças medidas pelo sofrimento que advém das circunstâncias produzidas numa nova terra onde devem se fixar.

São vidas que o romance reconhece como doadas para a formação do Rio Grande do Sul. O autor mesmo explica em entrevista ao jornal *O Globo*, em 8 de fevereiro de 1973, ao se referir ao primeiro volume: “Para contar qual foi a participação dos alemães na formação do Rio Grande

⁹⁶ As próximas citações do romance *A ferro e fogo* serão identificadas com a referência TS, quando forem do volume *Tempo de solidão*, e TG, quando forem do volume *Tempo de guerra*, seguida da página correspondente. As edições dos volumes são as primeiras, ou seja, *Tempo de solidão* é de 1972 e *Tempo de guerra*, de 1975. Os dados completos encontram-se nas referências.

do Sul, narrei suas tragédias e desgraças, seus momentos de festa e suas glórias, enfim, a própria vida desses colonos numa terra que foi por eles conquistada e que os conquistou definitivamente” (apud INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 2006, p. 27).

Vemos que Josué, além de “representar” por palavras uma etnia que faz papel de sujeito na história sul-rio-grandense, passa a “apresentar” uma vida possível experienciada nesse processo formativo, tanto no espaço quanto na sociedade na qual se inclui e na cultura de origem colocada em relação com a daqui. Nesse sentido, ele usa a palavra no mundo ficcional para reviver imagens do mundo histórico por meio da força da linguagem. Dessa relação surge um discurso motivado, capaz de presentificar o passado.

Nesse sentido, *A ferro e fogo* é o único romance da história da literatura sul-rio-grandense que se volta para o tema da imigração alemã de forma a representar o maior número de aspectos que envolveram, segundo diferentes perspectivas - social, política, econômica -, os colonos nas primeiras décadas do processo imigratório. Assim, só ele fixa a saga dos alemães no sul do Brasil, história que se demorou a realizar: somente quando se comemorava o sesquicentenário da imigração alemã é que ela apareceu na literatura. Jean Roche, em 1969, no livro *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, já reclamava a inexistência de uma história dessa amplitude em romance. Josué, então, vem a preencher uma lacuna na grande narrativa ficcional que vinha se tecendo sobre os alemães no estado.

Também, depois de Josué, nenhum outro escritor se dedicou ao mesmo tema criando uma narrativa ficcional totalizante como encontramos em *A ferro e fogo*. Os olhares das narrativas focalizam episódios determinados, como os *Mucker*; aspectos específicos, como o modo de viver baseado nos costumes germânicos, conflitos interiores, o fracasso na colônia, todas representações também importantes, que cumprem outros papéis no imaginário do leitor, diferentes do que cumpre uma história sobre o início da colonização. Portanto, não temos outra epopéia dos primeiros protagonistas do processo imigratório idealizado pelo governo imperial brasileiro para colonizar de uma vez por todas o Rio Grande do Sul. Dito de outro modo, não temos outra narração híbrida - literatura e história - com tamanha abordagem da participação da etnia alemã na formação do Rio Grande do Sul.

A ferro e fogo, então, não tem, ainda, outra narração a lhe fazer paralelo, que lide com a história desse modo totalizante e tenha alcançado a excelência narrativa.

A seguir, apresento a análise do romance *A ferro e fogo* reunindo as informações dos dois volumes correspondentes às categorias que orientam todas as demais análises feitas anteriormente, quais sejam, Família, Trabalho, Religião, Espaço e deslocamento e Contatos.

3.5.1 - Família

A família Schneider, formada por Daniel Abrahão Lauer Schneider, sua esposa Catarina e seus filhos Philipp, nascido ainda na Alemanha, e Carlota, Mateus, João Jorge e Jacob, nascidos na província do Rio Grande, Brasil, protagoniza a história representativa do processo de colonização do Rio Grande do Sul erguido pelos imigrantes alemães, a história de *A ferro e fogo*. Sua trajetória imita o drama da luta pela defesa da vida, pela fixação no espaço e pelo progresso econômico na nova terra. Assim, toma forma um doloroso espetáculo, que lemos como espectadores arrebatados pela força de um discurso capaz de diluir as fronteiras entre o real e o ficcional: o que nos chega é o “possível”.

Essa família também espelha o tipo de família com que a sociedade da província passaria a conviver a partir da imigração alemã. Ela se apresenta unida no trabalho, na religião e na educação escolar. Os filhos realizam casamentos étnicos, mas continuam ligados às atividades econômicas da família, formando um grupo com um forte apego entre os seus membros. Esse apego tem motivos sentimentais e também de sobrevivência e progresso financeiro, que acaba, por vezes, agregando várias gerações da família.

Daniel Abrahão era seleiro em Hamburgo, mas as necessidades impostas aos primeiros que chegaram à antiga Feitoria do Linho Cãnhamo, passada à colônia alemã de São Leopoldo, trazidos pelo bergantim “Protetor”, em julho de 1824, exigem-lhe de imediato que se faça um persistente lenhador a abrir caminho entre as árvores, um carpinteiro a erguer sua primeira casa e uma resignada toupeira (TS, p. 8) a cavar a terra. É um dos poucos do grupo de imigrantes que sabem ler.

Catarina é a filha mais velha de Cristiano e de Maria Isabel Klumpp, de Lüdese-Hanover. Uma mulher de força na personalidade e no enfiamento do cotidiano e de visão mirada na construção do futuro da família e, por conseguinte, da comunidade germânica de que faz parte; é

dela que emergem os maiores sentidos da narrativa, que se faz de dor, de luta, de perseverança, de trabalho.

Ao espírito do marido um tanto alheio à realidade que os cerca, levando-o a sonhar com a multiplicação dos pães pelas mãos de Jesus, que depois seriam as do imperador, pão igual ao da Europa, de que ele tanto sente a falta, Catarina reage como alguém que encaminha a vida prática com os pés bem colados ao chão: “Daniel Abrahão, isso não é de gente de miolo bom; melhor será baixar a cabeça, esforçar-se com os braços, pois é disso que se tira o pão e não com sonhos” (TS, p. 11).

O marido reconhece quem é sua esposa e até pensa que seria o caso de uma neta receber o seu nome, Catarina, pois que é uma mulher “que tinha tido o seu valor, nunca temera os bugres e nem as feras, atravessara o oceano sem uma queixa, soubera decidir as coisas na hora” (TS, p. 26). Daniel Abrahão pensa isso quando já estão instalados na Estância Jerebatuba, no Chuí - para onde se mudaram, deixando São Leopoldo para trás, mas ainda ignoram as razões verdadeiras de estarem na Banda Oriental, estas definidas pelo compatriota Gründling, um alemão comerciante que mora em Porto Alegre e precisa de uma família para fazer o papel de depositária das armas que ele contrabandeia.

Pelo espírito destemido da mulher, que se decidira pelo sim diante da proposta do patrício Gründling e se lançara rumo ao desconhecido para, com a força do trabalho, construir o sustento na nova terra e progredir, sua família está numa estância, “terra a perder de vista, gado que começava a ser arrebanhado, teto seguro a ser melhorado, charque para todos os dias” (TS, p. 26). E isso é o resultado da atitude positiva de Catarina.

À terra trabalhada e às construções feitas, Catarina toma amor e, diante de todas as ameaças, que se iniciam com a passagem de tropas dos exércitos castelhano e brasileiro, ela não pensa em deixar o que é de sua família. Na primeira incursão de inimigos, a providência de defesa de todos depende dela: “Empurrou o marido atônito para os lados do poço, ordenou ao índio que fosse deitar-se debaixo da carroça, escorraçou com gestos os escravos que começavam a aparecer, cada um que entrasse e fosse deitar novamente, apertava os lábios com o polegar e o indicador, dando a entender que ninguém falasse nada” (TS, p. 35). E luta como uma fera quando é arrancada pelos soldados da porta de entrada de sua casa, tentando proteger os filhos Philipp e Carlota da ira deles.

Sempre é ela quem pensa no que fazer diante de qualquer situação. Quando, por exemplo, as tropas militares estão nas cercanias da estância por ocasião do ataque de Lavalleja – Guerra Cisplatina -, o marido, já há tempos morando no poço, local determinado por ela para ele se esconder dos soldados que continuamente atacam o local, tanto castelhanos como brasileiros, não a ajuda a planejar uma forma de todos se defenderem. “Só ela a pensar, Catarina, que o marido já desaparecera poço abaixo e de lá gritava histérico para a mulher, a tampa, a tampa na boca do poço, que sobre a tampa botassem lenha, toda a lenha que existisse por ali. Naquele momento Catarina pediu a Deus que não permitisse que Philipp saísse ao pai, nem Mateus.” (TS, p. 85). Vivem um desordenamento na família, criado pela ameaça constante de sofrimento e morte, o que está provocando o fracasso do indivíduo Daniel Abrahão, tanto no meio familiar quanto na sociedade. Diante desse fracasso, fortalece-se a mulher.

Por essa passagem podemos observar a sugestão de que Catarina é não uma mulher que despreza a ajuda do marido, mas, sim, uma mulher cheia de determinação, que se sente livre e capaz para agir e que, levada pelas circunstâncias, torna-se astuta, corajosa e perseguidora de um ideal, enfrentando, para isso, tudo o que a vida lhe apresenta de mal. Além disso, o que ela também faz é prender “com unhas e dentes a sua inteira solidão” (TS, p. 86).

Já Daniel Abrahão tende para o lado menos prático do enfrentamento do cotidiano. Além de refugiar-se nos sonhos, logo que chega à nova terra chora com frequência pela saudade que as coisas da Alemanha lhe causam: “Quando cantavam as velhas e marciais canções das Alemanha, chupando das canecas o resto da cerveja, Schneider sentia na boca o gosto ardido das lágrimas” (TS, p. 12). Assim, fechado em seu mundo, Daniel Abrahão é uma representação de uma tendência masculina entre os alemães: o modo de ser depressivo, cabisbaixo, fechado em si mesmo. Essa imagem, que é realista e adquire ares de alegoria no romance, é potencializada e magnificada pela permanência da personagem no poço, que vira caverna, morada subterrânea. Estando lá, fica inoperante no mundo externo. E a solidão, antes de ser um incômodo, é uma condição apreciada.

Ao poço fora empurrado pela esposa para ser protegido das tropas militares que fazem da estância um posto de passagem, tanto quando entendem a família alemã como inimiga, por causa das armas de Gründling, como quando, em guerra, disputam as terras da região fronteira do Rio Grande do Sul.

Num intervalo dos movimentos das tropas, já passados vários meses desde que Daniel Abrahão está “enterrado” no poço, Catarina ordena que ele suba. Sua aparência é a de um bicho: unhas compridas, uma enorme cabeleira e barba chegando ao peito. Exercita o caminhar, janta com a família, vê os dois filhos, o que lhe causa grande emoção, chegando a chorar, mas volta para a sua toca. Desde então, sai apenas por alguns momentos, preferindo fazer isso durante o dia, assegurado pela atenção do filho Philipp no alto da figueira, pronto a avisar se alguém se aproxima. Dorme sempre no buraco. Com o tempo de permanência debaixo da terra, a vida fora dali deixa de ser interessante. Ajudar Catarina no trabalho, no enfrentamento dos ataques de soldados, na criação dos filhos, nada disso é para ele preocupação. Chega até um tempo em que

Daniel Abrahão aperfeiçoou a toca de maneira a passar nela o resto da vida. Gostava da sua solidão, muito mais do que das vezes em que era chamado a sair do poço, nas breves e inesperadas ausências de soldados. (...). Acostumara-se à escuridão. Ela era a mãe dos seus devaneios. A luz do dia feria os seus olhos congestionados e sensíveis, mesmo ao cair da tarde, quando não havia mais sol no céu. Numaurna onde quase não conseguia sentar-se, ganhava uma sensação de segurança que lhe escapava quando sobre a terra. O horizonte livre e infinito representava para ele um constante perigo. O céu aberto, as nuvens e o próprio vento, podia ser uma leve brisa, passaram a ser uma permanente ameaça. A amplidão era a sua cadeia. Liberdade para Schneider, deveria ter, para ser completa, uma tampa rústica de tábuas; sobre ela, ainda, pedras e lenha (TS, p. 96).

A esposa a insistir que saia, quando não há soldados por perto, senão ficará aleijado; ele cada vez mergulhando mais profundamente em sua melancolia. Diante das negativas, resta a ela “dar de ombros; o marido era maior, sabia ler e escrever, conhecia a Bíblia e tudo o que Deus tivera a intenção de dizer aos homens” (TS, p. 97). Daniel Abrahão está mergulhado num processo de ensimesmar-se, existindo em si e para si, tomando a religião como o maior sentido de vida.

Esse processo tem continuidade em São Leopoldo, onde, de volta do Chuí, a família se fixa e torna-se comerciante, e ele passa a exercer sua profissão de seleiro, como fazia na Alemanha. Apesar do envolvimento com o trabalho, não consegue mais morar fora de uma toca. Assim que se instalam na casa recebida, ele trata logo de cavar um poço e nele se acomodar. Permanecendo quase completamente isolado da sociedade, toma a Bíblia como a única orientação para a sua vida; o restante que o cerca não lhe causa impressão. Na oficina, por exemplo, repete os gestos na fabricação dos produtos e faz o esforço exigido, mas é só o cumprimento de tarefas. Absorto, fica indiferente ao que lhe vai em redor. Dali não vem realização alguma para a sua

vida. Só se sente operante e atribui sentido ao que se refere à Bíblia. Diz: “- Tudo o que acontece sobre a face da terra, debaixo dela ou nos céus, tudo está aqui neste livro” (TS, p. 133).

Nesse envolvimento espiritual com um mundo distanciado do concreto, vai ficando cada vez mais soturno. Até conversar com gente morta, à noite, na sua caverna, conta a Catarina que faz. Com esse comportamento, em nada ajuda a esposa a tomar conta dos negócios, apenas fabrica seus serigotes, suas carroças. Quando ela se ausenta do empório em São Leopoldo para buscar produtos entre os colonos ou mercadorias manufaturadas em Porto Alegre, quem toma conta de tudo é o sócio da oficina, Jacobus, que, pela sua dedicação e experiência no comércio, Catarina fez seu gerente e sócio no empório que abre no Portão. Concentrada no trabalho e nos filhos, ela conclui, a certa altura, que o marido “nunca mais ficaria bom, era a cruz que deveria carregar” (TS, p. 160).

Os filhos bem cedo fazem tarefas necessárias à família. Philipp, por exemplo, na estância, ainda menino pequeno, subia nos galhos da figueira que ficava perto da casa e cuidava a aproximação de estranhos. Assim, do alto de sua gávea, via os homens que chegavam com os carregamentos de Gründling; depois, os soldados castelhanos, os soldados brasileiros, sempre avisando prontamente os que ficavam lá embaixo, que logo iniciavam uma correria para se protegerem de perigos que pudessem correr. Em São Leopoldo, ainda criança, sobe numa banquetta atrás do balcão do empório para ajudar os caixeiros.

Os historiadores registram que a educação era prioridade dentro das famílias imigrantes, nas quais os pais procuravam sempre um meio de fazer com que os filhos aprendessem a ler e a escrever; se não havia escola formal, dava-se um jeito para alfabetizar, para ler a Bíblia. Em *A ferro e fogo* essa evidência é representada por meio da personagem Philipp ainda menino. Na colônia há o professor João Tiefenbach, mestre-escola que viera de Sockenfeld-Holstein. Philipp já está com dez anos e ainda não havia sido alfabetizado. Então, sua mãe o inclui nas aulas do professor, onde ele passa pelo letramento. O menino precisa aprender a calcular e uma boa caligrafia para fazer os registros nos cadernos de escrituração mercantil. Há, portanto, objetivos bem práticos e imediatos a orientar a educação de Philipp.

Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, ou simplesmente Gründling, como o autor o torna conhecido na história, é, até boa parte da narração, um homem sem família constituída. Agente secreto da imperatriz, sua principal preocupação é ganhar mais dinheiro e divertir-se, a ponto de o lucro, o acúmulo de riquezas, a satisfação plena de seus desejos materiais

e corporais serem os elementos prioritários a darem sentido à sua existência. Na sua ótica, o mundo existiria e se organizaria em função do dinheiro.

Nascido em Ohlweiller-Simmern, viria a ser um rico negociante alemão fixado em Porto Alegre. Seu progresso econômico liga-se, em grande parte, ao trabalho de muitos dos seus compatriotas recém-chegados da Alemanha, os primeiros grupos de imigrantes formados pelo major Jorge Antônio Schaeffer, com o qual mantém uma sólida amizade e faz sociedade nos negócios de contrabando da Alemanha para cá. Gründling os envolve nos contrabando, como faz com a família Schneider, com Mayer e outros homens que ajudam no transporte das armas, como também contrata outros para atuar nos empórios.

O papel de Gründling é representativo do que a história registrou sobre a exploração que os colonos sofriam dos próprios compatriotas já instalados na província. O romance sugere que, na terra estranha, ainda sem recursos adequados para instalação e sobrevivência, à espera do recebimento dos produtos e do pagamento que o governo prometera a cada imigrante no contrato de imigração, morando em habitações precárias, ficava fácil àqueles que se encontravam nessa situação acreditar em propostas dos da mesma etnia, com as intenções que a ficção aponta por meio da persoagem Gründling, pois que a passagem dos dias trazia-lhes mais dificuldades e mostrava que estavam relegados ao abandono e à violência.

Gründling fixa-se em Porto Alegre. Sendo um alemão rico, compra uma grande casa, a chamada “casa cor-de-rosa”, na rua da Igreja. Esta rua é de existência real e, na época em que acontece a história, como se mantém ainda hoje, era uma das principais ruas centrais da cidade. O alemão ajeita a residência com belos móveis e muitos objetos de decoração, quase tudo vindo do estrangeiro, trazidos por seu amigo Schaeffer. Ali recebe amigos importantes, como o próprio major e autoridades da província. Serve-lhes bebidas importadas, magníficos banquetes e contrata mulheres para diversão. Com isso, mantém as amizades necessárias aos seus negócios e ao seu exercício do poder.

De uma vida de muito dinheiro e ostentação, exploração de gente de sua etnia, bebedeiras, mulheres, Gründling passa a uma vida mais regrada, com interesse centrado apenas numa mulher e com responsabilidades de pai. Isso depois que conhece Sofia, uma menina ainda, germânica, que estava frágil e abandonada em consequência de haver sido explorada por homens estranhos, depois que sua família fora destruída violentamente.

Sofia fora largada na rua do Passo, no centro de São Leopoldo, por um homem índio ou castelhano, com a aparência daqueles caudilhos errantes que se envolvem em guerrilha de fazendeiro ou de posseiro, explica João Dieffenbach, que vira a menina sendo deixada no povoado. “Devia ter, no máximo, dezesseis anos. O cabelo de um amarelo leitoso, terminando em duas tranças esfiapadas, pele desmaiada, dois grandes olhos azuis espantados, seios miúdos que desapareciam sob o vestido de lã que mais parecia um trapo, um balandrau sem cor e sem tempo” (TS, p. 71). Tinha vindo de São Borja, local para onde sua família fora levada dos Sete Povos das Missões. Aqui está a representação do grupo de colonos germânicos enviado à região das Missões, numa tentativa do governo de também fazer a ocupação e a colonização daquele espaço da província. Isso ocorreu na mesma época do início da imigração para São Leopoldo, quando 67 pessoas germânicas foram encaminhadas para São João das Missões. Contudo, lá viveram o abandono por parte das autoridades governamentais e fizeram uma rebelião, com o que o grupo se dispersou. Foi uma experiência de colonização de um espaço que não deu certo.

Da família Spannenberger, Julius e Cristina eram os pais de Sofia, vindos do Grão-Ducado de Hesse. O pai fora degolado por gente de guerra e a mãe desaparecera. Ela havia ficado, desde então, entregue às mãos de homens diferentes, todos selvagens, que a exploraram desde bem menina e até entre os índios vivera. Já em São Leopoldo, é ouvida e cuidada pelo doutor Hillebrand, que conta a história a Gründling, o qual a leva para morar com ele na casa cor-de-rosa da rua da Igreja.

O solteirão encontra, então, em Sofia o amor; casa-se com ela e tem filhos. Apesar da pouca idade e da história de vida marcada por perdas e sofrimentos, ela se impõe no relacionamento com Gründling, não ficando em momento algum submetida à forma de pensar dele. Há várias passagens da narrativa que sugerem isso: mesmo ele não aprovando, sai às ruas para passear, na companhia da escrava Mariana; decide iniciar o relacionamento homem-mulher depois de estar morando na casa há algum tempo; quando o padre está tomando os dados dela para realizar o casamento e Gründling tenta apagar a origem dela, dizendo ao padre que não importava o sobrenome de solteira e que registrasse que os pais eram desconhecidos, ela interrompe a conversa e dita todas as informações ao sacerdote; estando grávida de cinco ou seis meses, não se intimida com os dogmas da Igreja pela qual vai se casar, a católica, e conta ao padre o fato, perguntando-lhe se há algum problema quanto a isso.

Elevando essa independência moral, Sofia ainda recebe aulas de alfabetização de Felipina Grub. “Uma moça deve saber ler” (TS, p. 93), diz Gründling, que havia providenciado as aulas. Todo o ensinamento é em alemão, como se fez entre os colonos imigrantes por longo tempo.

Então, a casa cor-de-rosa, antes de um solteirão que recebia, noite após noite, mulheres-damas vindas das casinholas da ladeira de São Jorge, modifica-se com a presença ao mesmo tempo suave e forte de Sofia. Ali se constitui mais uma família germânica, de ricos, com marido, mulher e serviçais escravos. O primeiro filho de Gründling e Sofia chama-se Jorge Antônio, em homenagem ao amigo dele Schaeffer, agente de imigração e com quem tem sociedade no trabalho de comerciante. O segundo recebe o nome de Albino, nome do pai de Gründling.

– “Sinto-me tão branca, tão sem cor.” (TS, p. 193), diz Sofia ao marido. Eram sintomas de uma doença que não foi possível ao médico Hillebrand curar. Palidez, fraqueza, cansaço, sangue fraco, hemorragias. Até que um dia o doutor diz: “- Herr Gründling, lamento muito, sua esposa morreu há quase meia hora” (TS, p. 233). É com as marcas dessa perda que Gründling vai chegar à velhice, vivendo sem mais achar graça nas mulheres que antes de Sofia o divertiam e incluindo-se na Guerra do Paraguai, de onde retornaria e não quereria mais cuidar de negócios, indo morar em São Leopoldo, deixando Porto Alegre.

Jorge Antônio Schaeffer, um major, fora quem conseguira recrutar os colonos que fundaram São Leopoldo. Não há referência à sua família, embora a historiografia registre que ele tinha uma. Segundo o romance, no Brasil andaria sozinho. Gründling apresenta-o como sendo o braço direito do governo brasileiro na realização do projeto de ocupar e colonizar as terras do sul do país. Sua relação com a imperatriz era de tempos, destaca o romance: “A mando da imperatriz fundou a colônia de Frankenthal, na Bahia, e uma outra, lá mesmo, em que homenageou a senhora da casa dos Habsburgo” (TS, p. 13). Fora importante, também, em outras partes do mundo, como nas ilhas do Havaí, onde comandara soldados e rebeldes, e, depois, em Sitcha, nas ilhas Sandwich. Ainda, fora tenente de ordens do rei Kameaméa, cuidara de um negócio de russos e americanos. Passou a ser pago pela Coroa brasileira como agente secreto da imperatriz para trazer dos Estados germânicos colonos e soldados para servirem ao Brasil.

Na história de Josué, muitas outras famílias germânicas aqui se formaram com os filhos dos pais que emigraram. Todos os casamentos se realizaram com jovens da mesma etnia, não acontecendo casamentos mistos. Na constituição dessas famílias formadas em território brasileiro também perpassa uma história de privações e sofrimentos, em razão, principalmente, da saída dos

jovens maridos para as guerras. Emanuel, por exemplo, funcionário dos Schneider, deixa a esposa Juliana nos dias de nascer a filha Maria Luísa e vai para a Revolução Farroupilha na tropa de von Salisch, do lado dos rebeldes. Quando retorna, recebe a notícia de que a filha havia nascido morta. Da mesma forma, Philipp Schneider vai à Revolução Farroupilha ainda menino, com dezesseis anos; quando volta, já é homem de barba. No intervalo entre essa guerra e a do Paraguai, para a qual também foi, forma a sua família com Augusta Krumbeek, com quem tem cinco filhos.

Carlota Schneider casa-se com um rapaz da mesma etnia, Joaquim Kurtz; Jacob casa-se com Sofia Maria, filha de Pedro Martens.

Outra característica das famílias de etnia alemã representadas na narrativa que se formaram aqui no Rio Grande do Sul era o casamento com alguém que realizava o mesmo tipo de trabalho. No caso das personagens em destaque, o trabalho no comércio. Augusta Krumbeek é filha de comerciante e Philipp, filho da família referencial no comércio criado pelos alemães de São Leopoldo, os Schneider. O pai da esposa de Jacob comercializa peles selvagens. Também Jorge Antônio, filho do outro grande comerciante da narrativa, Gründling, casa-se com uma moça alemã, Clara Hausmann, filha de Pedro Hausmann, dono de uma farmácia em Porto Alegre.

Gründling, que durante a Revolução Farroupilha opera no sentido de se acertar com os do governo e manter seu negócio comercial, na Guerra do Paraguai é um combatente, o major Cronhardt Gründling, do Serviço de Intendência, membro dos Voluntários da Pátria. Deixa os filhos João Jorge e Albino em Porto Alegre. João Jorge já tinha mulher e filhos; Albino é homossexual e acaba morto por Augusto, de quem muito gosta, algo trágico, que se completaria com o suicídio de Augusto na própria casa de Albino.

Os Voluntários da Pátria, grupo no qual Josué inclui várias de suas personagens masculinas, dentre as quais está uma das principais, Gründling, foram batalhões criados por decreto do presidente da província, conforme explica Klaus Becker no livro *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai* (p. 44):

Aos 16 de maio de 1865, o Presidente da Província, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a formação de um batalhão de voluntários nos municípios de Porto Alegre e São Leopoldo, incumbindo o Marechal Luiz Manuel de Lima e Silva de organizá-lo dentro de três meses. O artigo 3º do respectivo decreto mencionava expressamente que também os estrangeiros poderiam alistar-se. (...). Para o alistamento de voluntários alemães, o Marechal designou desde logo o ex-Brummer Carl Ferdinand Schneider e,

pouco depois, também o cidadão Peter Weber, ambos residentes em Porto Alegre. Aceitavam-se voluntários de 18 até 50 anos de idade, e de qualquer nacionalidade.

Com todos os que se alistaram formou-se, já nos campos de batalha, uma brigada de infantaria, comandada pelo coronel João Manoel Menna Barreto. Foi o grupo mais importante formado no estado para defender os interesses do Brasil junto aos aliados Argentina e Uruguai. A atuação dos Voluntários na Guerra ainda hoje é lembrada no centro de Porto Alegre, no nome de uma importante rua, a Voluntários da Pátria.

Gründling retorna da Guerra do Paraguai já com setenta anos. Seu filho fica tomando conta dos negócios em Porto Alegre e ele resolve morar em São Leopoldo, terra que julga ser dele também.

Há em *A ferro e fogo* a trajetória completa das famílias imigrantes, tanto das que já chegaram à província formadas quanto das que aqui se criaram. Há nascimentos, crescimentos, envelhecimentos e mortes. Há a educação formal dos filhos e a sua entrada para o mundo do trabalho, o mundo construído pelos pais. Há a preservação da língua alemã e a dificuldade de aprender a língua portuguesa e de se comunicar com os brasileiros. Há a vivência das religiões protestante e católica. Enfim, há todo um processo narrado, desde o interior de cada família e desta com as demais famílias da mesma etnia.

3.5.2 - Trabalho

Catarina logo compreende que a sobrevivência e o progresso na nova terra dependem somente do trabalho que os imigrantes venham a realizar. Então, ao invés de esperar pelo cumprimento das promessas do governo imperial, resolve lutar. Assim, os Schneider e os demais colonos, diante do atraso do governo, especialmente na destinação do terreno a ser propriedade de cada família, iam se esforçando para sobreviver: “Tratavam de tirar da terra provisória algo que pudesse ser somado ao charque e às aguadas abóboras de Estância Velha, um reduto onde o gado xucro estava sendo agrupado e as últimas sementes podres viravam adubo” (TS, p. 9).

O papel da família Schneider na ficção de Josué remete-nos aos estudos sobre a imigração alemã que afirmam ter sido o objetivo da estrutura imigratória, calcada em fins econômicos, de ocupação e cultivo da terra e de povoamento, trazer famílias, não tanto solteiros, para formar as

colônias no Rio Grande do Sul. Podemos pensar que a esse objetivo estava subjacente a idéia de que as exigências impostas aos indivíduos pela constituição e manutenção do lar impelem-nos para a fixação num lugar, a persistência no trabalho, o estabelecimento de comunidades, a construção do bem-estar.

Nesse sentido, as políticas de imigração traçadas no Brasil tanto no século XIX quanto no século XX “afirmavam o interesse do País por imigrantes agricultores que fossem assentados em colônias, tendo como base fundiária e econômica a pequena propriedade e o trabalho familiar” (SEYFERT, 1991, p. 166).

Lembremos que as atividades desempenhadas pela família imigrante não se restringiam ao cultivo da terra e à produção de gêneros alimentícios, mas compreendiam também a produção artesanal de vários produtos, que era a base da outra fundamental atividade econômica do estado que os alemães desenvolveram, a indústria. Os Schneider também representam essas atividades. Depois de terem sido colonos, também atuam como artesãos e comerciantes. Portanto, no trabalho deles estão simbolizadas as três principais atividades econômicas efetivamente desenvolvidas pelos imigrantes alemães nos primeiros tempos: a produção agrícola na pequena propriedade, o artesanato e o comércio.

As condições de produção do colono, especialmente nos primeiros anos, sofriam restrições. Assim, o conhecimento trazido da terra natal necessitava ser adaptado no novo cenário, que, por vezes, exigia-lhes o domínio de habilidades ainda não experimentadas, como, em suas memórias, relata Umann (1981, p. 60):

A mata virgem aos poucos se tornou mais rala. Pastagens (poteiros) foram demarcadas; construíram-se as primeiras moradias de madeira, com tábuas falqueadas pelos próprios colonos. A população jovem já podia se divertir dançando sobre chão de tábuas, em vez de pisotear, como até aqui, a mãe terra com os pés descalços. (...). Tudo isso tinha de ser aprendido, e nos custou, no início, muito tempo de aprendizado, a nós operários de fábrica que desconhecíamos a arte de serrar as tábuas, fazer cercas, lascar ripas de madeira para telhado, construir choupanas e galpões e muitas outras atividades, na maioria pesadas e fatigantes.

Nesse discurso percebemos uma ideologização do trabalho e do progresso, marcados “por duas dinâmicas que estão em correspondência: sacrifício e ordenamento familiar. Depreende-se daí a esfera do trabalho, da terra, da hierarquia, da casa, do contato e domínio da natureza”, conforme João Carlos Tedesco (2001, p 38).

As promessas do governo para incluir os primeiros colonos alemães na política de imigração não são os fatores considerados no romance para as famílias sobreviverem e progredirem. Afinal, como consta no relatório que o diretor da colônia, Hillebrand, entregou ao presidente da província em 1854, o governo brasileiro desrespeitara cláusulas centrais do contrato firmado com os imigrantes antes de saírem de seus locais de origem na Alemanha, mas, mesmo assim, a colônia progredira. Na análise que Marcos Justos Tramontini faz do relatório, duas cláusulas não cumpridas são destacadas por Hillebrand: “a de conceder terras de campo e mato demarcadas, livres e desembargadas, e a de pagar subsídios por dois anos” (TRAMONTINI, 2003, p. 54). O autor ainda explica: “Inobstante a esta promessa, as terras não estavam demarcadas quando os colonos chegaram e foi longa a espera que tiveram que suportar até os lotes serem distribuídos, mesmo assim com total imprecisão de divisas e sendo, na sua maior parte, apenas de mato. Já o pagamento de subsídios foi suspenso por lei em 1830, tendo efeito retroativo” (p. 54).

A idéia que perpassa o romance é a de que os colonos não ficaram à espera; antes, superaram a idéia de cobrança e foram à luta. Catarina é a grande referência disso: enfrenta todas as dificuldades que aparecem e toma a sua vida e a de seus familiares nas mãos, fazendo sua própria história.

Levados ao Chuí pela proposta de serem sócios no negócio do Gründling e do major Schaeffer, os Schneider recebem uma vasta extensão de terra cultivável numa área do governo, as ditas “terras devolutas”, e lá, com sementes enviadas junto com as cargas de contrabando e outras que haviam carregado da feitoria quando de lá saíram, fazem grande produção agrícola. Além disso, constroem benfeitorias e melhoram o aspecto do lugar, tudo em pouco tempo. Assim, na Estância Jerebatuba,

o verão trouxera consigo as primeiras espigas douradas de milho, o gado crescera pelos arredores, a casa ganhara mais uma peça e tinham agora a luz de dois candeeiros chegados entre os apetrechos enviados pelo sócio e amigo Gründling – havia hortaliças apontando na terra e uma das escravas ficara prenhe. Schneider fazia incursões mais distantes em busca de perdizes e de marrecões: sabia como apanhar capivara num banhado a cerca de léguas; aprendera a evaporar água do mar, trazida em pipas, para com o sal preparar o charque. Já colhia mandioca, batata e cebola, que a terra solta era especial para isso; a mesa começara a ficar mais farta e variada (TS, p. 32).

Catarina pega amor àquela terra, que é dela, chegando a dizer que força nenhuma a tiraria dali. Contudo, se há progresso e apego pelo trabalho no Chuí, há também a dor do engano e da

violação física e moral a marcar a família Schneider: Gründling os retirara de São Leopoldo sem revelar que o trabalho a ser feito para ele, no descampado, era contrabando. Por ser caminho aberto para as tropas militares brasileiras e castelhanas, a presença de soldados na estância, abastecendo-se de produtos ali produzidos, como carne, e a violação da mulher Catarina, marca maior de seu sofrimento e conseqüente obstinação em se vingar, são constantes. Os patrícios de São Leopoldo, ainda, tinham ficado com a imagem de que Daniel Abrahão era um contrabandista que havia se mudado de lá para fornecer armas da Alemanha aos castelhanos.

Apesar disso, o trabalho na estância é contínuo, tendo à frente Catarina. Daniel Abrahão em nada ajuda, pois vive os anos todos debaixo da terra, no poço, escondendo-se dos soldados que poderiam matá-lo, como era prática naqueles lados da fronteira: já haviam enforcado o antigo dono dali e, na Cisplatina, degolaram o dono da estância vizinha, a Medanos-Chico.

Logo depois do término da Guerra Cisplatina, Catarina, resoluta, decide negociar a morada com o soldado Oestereich para retomar à vida na colônia. Todo o trabalho, de bons resultados, porém permeado pelo sofrimento, deixa de ter sentido para ela. Parte, portanto, do campo e instala-se na cidade, onde passa a desenvolver o comércio como dona de empórios. Ao marido, que na Alemanha era seleiro, ordena que exerça a profissão, pois precisa de dinheiro. Compra couros e correias, tachas, cordéis de selaria, ferramentas especiais, importadas, entregando tudo a ele.

Está ali iniciada, no romance, a representação da atividade comercial e industrial que tanto caracterizou, historicamente, o trabalho dos alemães e de seus descendentes que formaram e fizeram crescer a cidade de São Leopoldo e, mais tarde, o estado. O romance sugere a visão ampla de Catarina para os negócios com perspectivas de crescimento na província, já que o trabalho isolado no Chuí destina-se à sobrevivência da família, não ao comércio, este impedido de acontecer pelo isolamento do local e pelas sucessivas guerras. Às possibilidades de São Leopoldo para a prática comercial Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 20) faz a seguinte consideração: “A localização da Colônia de São Leopoldo era privilegiada: situada nas margens do rio dos Sinos e a 28 quilômetros de Porto Alegre; o transporte fluvial era rápido e desimpedido, o que facilitou o escoamento da produção da Colônia para Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.”

Fazendo sociedade com dois outros homens do ramo, Isaias Noll e Frederico Jacobus, a oficina nos galpões dos Schneider cresce. Dali saem as melhores carroças, os melhores e mais

cômodos serigotes, que chegam, inclusive, a ser exportados para o Rio de Janeiro. Fala-se, até, que o dono de um deles é o próprio imperador. Esse trabalho é Daniel Abrahão quem faz. Ela, Catarina, trata de comprar e revender gêneros alimentícios produzidos pelos colonos em suas lavouras; abastecer Porto Alegre e Rio Grande e trazer mercadorias da cidade para fornecer aos da colônia. Com isso, entra em concorrência aberta com Gründling, que tem um empório e antes comprava tudo o que os patrícios tiram da terra. A estratégia de Catarina para entrar no negócio é pagar mais pelas mercadorias. Fechando acordos com os colonos, ela constrói outro galpão: “queria instalar nele o novo empório da praça de São Leopoldo” (TS, p. 130).

A estratégia dá certo e em pouco tempo o movimento é intenso:

O empório crescendo, cheio de homens, movimento contínuo da manhã à noite, mascates em lombo de burro comprando as coisas que vinham de Porto Alegre, linhas, fitas, botões, agulhas, pavios de candeeiro, palitos de fósforos, fazendinhas ralas, xaropes, musselinas, pimenta, sal, garrafas de *schnaps*, toalhas – tudo lotando os dois sacos de couro, pendentos do lombo dos burros. Caixeiros-viajantes com seus largos chapéus de feltro, palas de franjas e botas retinindo longas esporas. Metiam-se picada adentro, embrenhavam-se pelas linhas, vendiam de casa em casa as suas bugigangas úteis, tão ansiosamente esperadas e, quando voltavam, traziam encomendas e recados para Catarina, que fosse buscar lingüiça fresca, toucinho, torresmo, trigo, batata-inglesa (TS, p. 134).

Entretanto, Catarina não fica somente com um empório. Abre outro em Portão, para o qual precisa fazer de Jacobus, antes um ajudante, seu sócio, que passa a gerenciar o estabelecimento. A idéia é chegar até a algumas picadas melhores, fazer mais clientes e mais fornecedores. Mais tarde, é aberto outro em Porto Alegre. A oficina e os empórios já proporcionavam emprego a outros alemães, como o filho de Jacobus, Emanuel, e outros rapazotes.

Gründling fora o primeiro a abrir um entreposto de produtos coloniais vindos das lavouras dos imigrantes, ainda quando os Schneider estavam no Chuí, que ficava no caminho entre São Leopoldo e Porto Alegre. Das picadas, as mercadorias vinham em lombo de burro e do entreposto seguiam para a cidade nos seus lanchões.

Além desse tipo de comércio, Gründling entrara “no comércio graúdo de planchões de grapiapunha, remos para lanchões, rodas ferradas para carretas, madeiras de lei, lombilhos lavrados, obras de funileiros e couros curtidos” (TS, p. 90). Como podemos perceber, tudo o que ele comercializava tinha a ver com as necessidades ou produções que se criaram depois da vinda dos alemães: os lanchões se fizeram necessários no rio dos Sinos, que recebeu extrema

importância com a criação da colônia, sendo o caminho principal entre São Leopoldo e Porto Alegre; os demais produtos também foram resultantes das profissões que muitos germânicos exerceram aqui. Nesse ramo, comprando de e vendendo para os da mesma etnia, mas mais ainda para os de fora, brasileiros – fora da colônia - e alemães – fora do Brasil, seus negócios cresceram muito, a ponto de lhes exigir a ampliação dos galpões. A boa receptividade dos produtos alimentícios pela população da capital - vemos aqui representada a realização de um dos principais objetivos da imigração pensados pelo governo, que foi abastecer as cidades com os produtos agrícolas – permite que Gründling abra um armazém no Caminho Novo.

E o comércio não se restringe a São Leopoldo e Porto Alegre. Muita coisa segue para Rio Grande e é embarcada para Hamburgo, onde há empórios em sociedade com o major Schaeffer. Para lá, exportam milho, batata-inglesa, fumo em folhas, couros. No entanto, surge-lhe a concorrência. Gründling fica sabendo, por meio dos dois homens que trabalham para ele no empório, Schiling e Kalsing, que “apareceu em São Leopoldo uma mulher que está entrando no negócio sem meias medidas. Paga um pouco mais, conta com muitos amigos nas colônias e vende bem em Porto Alegre” (TS, p. 165). Trata-se de Catarina. É uma grande comerciante: tem selaria, ferraria, fábrica de carroças, dos melhores serigotes da região e um empório crescendo em disparada.

A freguesia de Gründling está sendo tirada por Catarina. Ele, inconformado e acreditando que se trata de alguém a quem pode intimidar, vai a São Leopoldo para tirar satisfação junto a ela. O que consegue é sair da frente da casa dos Schneider humilhado e espantado com tiros de espingarda, numa reação de Catarina a tudo o que se passara no Chuí, cuja culpa era de Gründling.

Entretanto, essa relação muda quando chega a Revolução Farroupilha e ordens do governo dificultam e, por um tempo, proíbem o transporte de mercadorias pelo rio dos Sinos. Nessas circunstâncias, o trabalho no comércio passa a ser em sociedade entre Catarina e Gründling, impelidos principalmente pela necessidade de fazer tudo se manter e progredir. Isso é possível porque, no campo pessoal, as coisas se amenizam depois que Catarina presencia o enterro de Sofia, conforme cena já comentada neste estudo.

Catarina e Gründling são os representantes, portanto, dos comerciantes intermediários que surgiram ainda nos primeiros tempos da colônia, aos quais se refere Lagemann (1992, p. 129):

Nas colônias centrais alemãs, a maior parte com depósito e armazéns na margem de rios, o comércio intermediário exercia, superando a atividade do vendeiro, a função de redistribuidor das mercadorias destinadas às vendas coloniais e providenciava o transporte fluvial das mercadorias agrícolas aos centros, geralmente em barcos próprios (...) ou de seus familiares, lucrando tanto pelas comissões de revenda como com o transporte. Até 1874, o transporte fluvial constituía-se na única via de comunicação de Porto Alegre com as colônias.

Os filhos de ambos também seguem o ramo comercial, dando continuidade ao que a família realizava de trabalho na nova terra. Jorge Antônio, por exemplo, filho de Gründling, mantém os negócios enquanto o pai está na Guerra do Paraguai. No seu retorno, relata-lhe que os comerciantes da capital haviam formado a Associação Comercial:

Os comerciantes chegaram à conclusão de que o melhor que tinham a fazer era se darem as mãos, lutarem juntos e aos poucos foram entrando para a Associação Comercial que até então vivia às moscas, terminaram por enxergar que a de Rio Grande estava prestando bons serviços a todos. Heizen e Ebert lutaram muito para que nós, os alemães, não ficássemos de fora, a conveniência era toda nossa; e agora estamos pensando nas candidaturas de Haag e de Wolkmann para uma das próximas eleições. E assim é na Praça do Comércio que agora nós tratamos dos nossos negócios (TG, p. 232).

A Associação Comercial a que Jorge Antônio se refere é a atual Associação Comercial de Porto Alegre, fundada em 1858, sob a denominação de Praça do Comércio. A primeira comissão administrativa dessa entidade já contava com sobrenomes de comerciante alemães: Miguel Heinssen e José Hébert (FRANCO, 1992). Essa representação no romance indica que o lugar dos alemães no comércio da província, incluindo importação e exportação, estava se alargando e ganhando relevância, constituindo até formas de organização, como a associação, que contava com 37 alemães – ao todo eram quase 150 sócios (TG, p. 232). O filho de Gründling cita estes sobrenomes de sócios alemães: Heizen, Ebert, Schilling, Haag, Haensel, Ter Bruggen, Bier, Daudt, Fraeb, Petersen, Issler, Wallau.

Luís Augusto Fischer, no texto *O chalé e a Praça XV na cultura de Porto Alegre* (2006, p. 27), registra a já expressiva presença dos alemães no comércio da capital no início da segunda metade do século XIX, época também considerada por Josué nesse momento da narrativa em que faz referência aos negócios dos alemães:

Em 1866 se instala no Caminho Novo a fábrica de cerveja de Friedrich Cristoffel. Na mesma rua, aliás, o que mais se via era comércio com sobrenome alemão — podia ser loja de ferros ou materiais para construção, fazendas, manufaturas, importação e exportação em geral, assim como oficinas de marceneiros, latoeiros, serralheiros,

carpinteiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros, e ainda restaurantes e hotéis. Nos anos 1880 aparece nova fábrica de cerveja, de Carlos Bopp, e logo outra, de Christoph Schmidt. Alemães também estavam muito presentes na atual Sete de Setembro, com grandes casas de comércio, e na Rua da Praia, especialmente em lojas de roupas e vestuário em geral. Também na Rua da Praia estavam jornais, livreiros, editores, encadernadores, ourives, padeiros, açougueiros, estofadores, professores.

Gründling e Catarina utilizam o trabalho de negros escravos. Também Jacob, filho de Catarina, quando passa a morar em Porto Alegre, na casa que comprara de Gründling, na rua da Margem, tem um escravo, o negro José. Além deste, diz à mãe que precisa arranjar uma boa negra para a cozinha e que irá até um feitor de que tivera notícias. Isso lembra que os alemães também, a exemplo da população rica do país na época, serviam-se do trabalho escravo.

O trabalho de Schaeffer é recrutar nos Estados germânicos colonos para a região Sul do Brasil e soldados para a formação do exército brasileiro, a pedido do governo imperial. Mantém-se, portanto, na ficção, a mesma atividade que ele exerceu no mundo real. Josué, contudo, caracteriza-o como um ser que privilegia seus interesses pessoais ao cumprir sua missão de agente. Nesse sentido, aproveitando as ocasiões que o serviço lhe proporciona, desenvolve lucrativo comércio entre Alemanha e Brasil. Esse comércio acontecia de duas formas: uma ilegal, o contrabando, que se dá pelas armas e munições trazidas nos navios e entregues aos castelhanos, negócio este que envolveu a família Schneider; outra legal, o transporte de mercadorias produzidas pelos colonos nas terras do Rio Grande do Sul para serem vendidas nos empórios de Hamburgo.

Quando recebe a notícia, na Europa, de que o imperador iria suspender a imigração, seu negócio mais rendoso é arruinado. Até veio de lá com a intenção de fazer o imperador mudar de idéia.

A referência ao que Schaeffer fazia aparece mais como um registro histórico do que como um trabalho que identificava os da etnia alemã. O que marca mesmo o trabalho dos imigrantes representados na narrativa é a agricultura, o comércio e a produção manufatureira, a qual evoluiria para a produção industrial gaúcha. De fato, este trabalho já era a marca dos alemães na província na década de 1870, quando se encerra a história de *A ferro e fogo*. Fischer (2006, p. 41) destaca esse aspecto:

Quantos seriam os alemães e descendentes? Em Porto Alegre, entre 10 e 20 por cento, talvez. Mas esse número não é preciso. Além disso, é preciso lembrar que eram das mais importantes casas de comércio, varejo e atacado, que ligavam a produção da

região de São Leopoldo, onde se haviam instalado os primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, com o mercado exterior, fosse ele o da capital gaúcha mesmo ou o de Brasil. Da colônia vinham itens preciosos para a vida de então, como a banha, o couro e tantos outros.

Fica, portanto, bem caracterizado no romance de Josué Guimarães o trabalho na lavoura, no comércio e na indústria. Assim, a idéia é a de que o imigrante alemão progrediu no Rio Grande do Sul por meio da produção de alimentos necessários aos moradores das cidades, do comércio destes produtos nas cidades e de outros manufaturados necessários aos que moravam na colônia e da fabricação de objetos também necessários na província e fora dela.

3.5.3 - Religião

Ao ouvir as promessas de Gründling sobre melhorar as condições de vida e ganhar dinheiro no descampado pelos lados do Chuí, Daniel Abrahão, de confissão luterana, faz sua primeira manifestação de temente a Deus: “pensou se Deus seria capaz de perdoar Gründling se tudo aquilo não passasse de mentira” (TS, p. 16). Para ele, ficar em São Leopoldo, com seu pedaço de chão, uma casinha, bichos de criação que o governo mandaria bastaria. Tendo isso, esperaria que Deus resolvesse o futuro.

Deus será a expressão maior da luta dessa personagem. A Ele tudo reporta e Nele busca o sentido de sua vida. Essa sua postura e as circunstâncias nas quais a vida o colocariam - morar num poço, sem contato com o mundo externo, a não ser poucos momentos com a esposa e com os filhos - levam-no ao fanatismo religioso.

No poço, a melancolia muitas vezes o domina. Nesses momentos, recorre à velha e surrada Bíblia que trouxera da Alemanha. Lê para si e chama Catarina para ouvir trechos. Ela, embora também com um bom domínio dos textos sagrados, pensa, em situações como essa, que o marido começa a endoidar.

De volta a São Leopoldo, trabalhando como seleiro, mesmo com alguns contatos com pessoas fora da família, como os sócios no negócio e os rapazes ajudantes, o apego aos ensinamentos da Bíblia acentua-se. Chega a influenciar o gosto de Isaias Noll, o qual, ao cair da noite, ouve a leitura de trechos feita por Daniel, pedindo para repetir o que trata do Apocalipse.

Noll confessa ao amigo que chega a ter sonhos nos quais há uma luz brilhante no céu, de onde vem uma voz, a de Deus. Pensa ele que é uma visão do próprio Apocalipse.

Daniel também usa a Bíblia como instrumento de cura. Quando a índia Ceji adoece, ele lê este trecho: “Tendo entrado Jesus na casa de Pedro, viu que a sogra deste estava de cama e com febre. E tocando-lhe a mão, a febre a deixou. Ela se levantou e o servia” (TS, p. 160). Como a se sentir o próprio Jesus fazendo o gesto, ele põe a mão sobre a testa da doente e repete tudo no amanhecer.

Pela casa, Catarina acostuma-se a escutar as histórias sobre a proximidade do Apocalipse, que Satanás estaria solto de sua prisão e sairia a seduzir as nações do mundo. Todos os que com ele convivem ouvem, para cada situação, rotineira ou extraordinária, que ocorre uma citação bíblica a explicar ou profetizar algo relacionado.

A fé de Daniel é revigorada pelo seu estado de isolamento no poço, que ainda produz nele loucura e artisticidade. Diz que ali nunca está só nem abandonado, pois tem a companhia da figura de Cristo, que reconstruiu só para si. Uma noite, mostra à esposa a imagem que mantém bem escondida: “Tirou os panos, surgiu um crucifixo de madeira entalhada, a figura de Cristo em lavor de artista, as chagas, os cravos, a cabeça inclinada, cada músculo das pernas, os tendões dos braços, até a expressão de dor do rosto crispado, parecendo mover-se pela luz irregular projetada do pavio mergulhado no óleo” (TS, p. 194). Para Catarina, tudo naquele momento é muito intenso, desde a impressão que a imagem lhe causa até os sentimentos em relação ao marido, chegando a pensar que ele recobrar a razão.

Para atender os protestantes, religião da família Schneider e da maioria dos imigrantes que fundaram São Leopoldo, há na colônia, nesses primeiros anos, o pastor João Jorge Ehlers e o pastor Frederico Cristiano Klingelhoefter. Ao grupo destinado a este último é que Catarina pertence, como sabemos pela menção que ela faz quando decide falar com ele sobre a situação em que se encontra o marido, à beira da loucura, pensa, pois até com os mortos diz que está conversando.

Sobre a atuação desses dois pastores na comunidade de São Leopoldo, os dados históricos dão conta de disputas e desavenças criadas, dentre outras razões, pela divisão de fiéis e território de atuação. Tramontini (2003, p. 225), buscando informações nos escritos do doutor Hillebrand, de abril de 1834, assim relata a divisão das paróquias protestantes:

Klingelhoefter possuía nove léguas, três picadas, três travessões e o distrito de Campo Bom, onde ele morava, somando 600 colônias e cerca de 4,5 mil habitantes com cinco capelas (Campo Bom, Dois Irmãos; Estância Velha e Picada Bernardino). Já o território de Ehlers seria compreendido entre o arroio Tiririca e a divisa de Sapucaia, com cerca de três léguas e meia, teria 130 Colônias, 2,5 mil habitantes e apenas uma capela provisória na Feitoria Velha.

Essa diferença fazia-se motivo de rivalidade e acusações. Klingelhoefter, com tantos a atender, sugeria Hillebrand, poderia justificar omissões e cobrança de indenizações de seus fregueses. Além disso, a educação das crianças, a cargo do pastor, ficaria prejudicada. Queria o doutor que fosse revista a divisão das paróquias, e mais, que fosse restituído o cargo de capelão da colônia de São Leopoldo a Ehlers.

À religião mesclavam-se, portanto, interesse político e acúmulo de capital. Como analisa Tramontini (2003, p. 226), que entende a religiosidade vivida em São Leopoldo nos primeiros anos da imigração como instância privilegiada da organização do mundo colonial,

as disputas pela liderança das “comunidades” se reforçam aqui como disputas verdadeiramente políticas, onde, inclusive, acusações sobre o “republicanismo” de Ehlers, da “violência” de Klingelhoefter, da imoralidade de Voges, além de envolvimento de Hillebrand, apresentando um abaixo-assinado ofensivo a Klingelhoefter, com apenas 13 assinaturas, ou de Tomás de Lima, integram as disputas pelo poder local com a discussão política provincial.

Há também o padre Antônio Nunes de Souza, lá colocado para atender os que seguem a religião católica. Gründling é um católico e chama-o para fazer seu casamento com Sofia.

As duas religiões, portanto, são praticadas pelas personagens do romance, porém à protestante pertence a maioria delas. Tramontini (2003) relata que os católicos formavam um grupo minoritário e cita o relato de Carlos L. Voges, pastor designado para Torres - e que pretendeu ser pastor em São Leopoldo -, à Sociedade Bíblica Britânica sobre a colônia em 1827, no qual informava que havia 108 famílias, que formavam um total de 1.380 almas, das quais apenas 280 eram católicas.

O mergulho na religião por parte de Daniel Abrahão, com o passar do tempo, só se aprofunda e o fanatismo é a sua medida. Ao chegar à velhice, a entrega é total. Como também se encontra doente, Catarina resolve levá-lo “até a casa de um tal João Jorge Maurer, um homem que tem feito muitas curas com as suas ervas, fica logo depois de Hamburgerberg, ao pé do morro Ferrabrás” (TG, p. 177-178), explica ela ao marido.

Daniel Abrahão, então, encontra sua maior interlocutora na fé incondicional a Deus, Jacobina Maurer, a esposa do curandeiro. Eles lêem a Bíblia com fervor; no livro de Deus está o inferno e o céu, diz ele. Trata-se da representação do início de uma vivência religiosa apontada por historiadores como fanática, a qual envolveria inúmeros alemães como adeptos ou opositores. Jacobina prega usando passagens bíblicas, envolve os frequentadores dos cultos com discursos ameaçadores, como o faz certa noite, quando “afirmava que dos céus se abriria um clarão de luz e de fogo e que a maldição divina atingiria os pecadores e os remissos, que sete anjos, montados em sete cavalos de nuvens, baixariam sobre a terra para com suas espadas vingarem as ofensas que contra Deus eram praticadas pelos ímpios” (TG, p. 261).

Aumenta, diariamente, o número de pessoas que procuram a cura de suas doenças junto ao casal Maurer. A atenção das pessoas, contudo, concentra-se cada vez mais na jovem mulher, chegando a se espalhar a idéia de que os remédios de João Jorge ajudam, mas são as orações de Jacobina que realmente curam. “Ela é a nossa santa” (TG, p. 263), diz uma mulher que trouxera a filha doente.

O romance sugere que a fé dos imigrantes é inabalável, a julgar pelo exemplo de Catarina, a qual, sempre a se orientar na vida pela razão, nunca deixa de citar a vontade de Deus nas dificuldade que enfrentara. E prova maior disso aparece no final de sua história de vida, quando fica muito doente e não procura o médico Hillebrand para cuidar de sua saúde, pois está convencida de que a fé resolveria tudo, e com essa crença vive seus dias conforme as palavras de Daniel Abrahão.

O marido a leva para a casa de Jacobina, onde é assistida. Os remédios de João Jorge, a leitura da Bíblia de Daniel Abrahão e as orações de Jacobina, tudo ao mesmo tempo, mais as orações dos presentes que Jacobina pede que façam destinam-se a manter Catarina viva. Nesse momento, chega seu filho Philipp, dez anos depois de ter ido para a Guerra do Paraguai, e é uma frase religiosa de impacto que Catarina pronuncia ao vê-lo: “- Eu sabia que Deus não podia me abandonar” (TG, p. 265).

3.5.4 - Espaço e deslocamento

O grupo alemão do romance emigrara para o Brasil pelo trabalho de recrutamento feito nos Estados germânicos por Schaeffer. O navio “Wilhelmine” trouxera-os até o Rio de Janeiro, de onde seguiram até Porto Alegre pela sumaca São Francisco de Paula. Seu destino final era o espaço da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, que viria a se chamar São Leopoldo.

Fixam-se, portanto, no local onde o imperador dom Pedro I determinara que se criasse a primeira colônia alemã da então província do Rio Grande de São Pedro, obedecendo ao que se anunciava na proposta de colonização das terras do sul do Brasil recém-independente de Portugal. Sobre esse espaço, que bem assim foi constituído na realidade em 1824, inicia-se a vida de imigrantes das personagens da narrativa.

A ocupação do local pelas personagens é preparada pelas autoridades, transferindo para o Rio de Janeiro o que era da feitoria e que não seria deixado para os novos moradores. Dentre os objetos e mercadorias, 321 escravos restantes dos mil que haviam trabalhado ali foram dados à venda na capital do Império. “Dali para a frente a terra seria dos alemães mandados buscar pelo imperador, senhor do continente; a eles caberiam as dores e as alegrias daquela beirada de serra onde índios e tigres espreitavam, enchendo as noites de rumores estranhos, de gelados silêncios” (TS, p. 10). Tudo seria dos patrícios da esposa do imperador, dona Leopoldina da Áustria.

Um inventário feito registra a situação da terra doada:

A capatazia arrolou móveis e imóveis, semoventes e mudas, ainda mais 269 pés de laranjeiras, 26 limeiras, 16 parreiras de pouca uva. Todo o Faxinal de Courita entrou no inventário com duas léguas de comprimento pela costa do rio dos Sinos; mais um campo fechado ao norte pelo mesmo rio, tudo somando seis ou sete léguas de circunferência; mais um mato que fazia frente ao mesmo campo, com uma légua de fundo para noroeste (TS, p. 10).

Nesse meio, é nos casebres de escravos que as famílias têm as suas primeiras habitações na nova terra. Seria algo provisório, mas que demoraria a ser alterado, pois o governo parecia ter se esquecido do que havia prometido quando oferecera as terras do local aos interessados germânicos, como nos explica o narrador: “Na brumosa manhã do dia seguinte, domingo, o seleiro Schneider e os outros trataram de voltar aos casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, onde há mais de três meses aguardavam que o governo

cumprisse com o que lhes fora prometido na Alemanha: uma colônia, de terras de papel passado, alguma ferramenta, sementes e animais domésticos” (TS, p. 9).

O clima da espera atribui ao espaço uma força sufocante, que age sobre o ânimo dos moradores inconformados com as explicações que recebem do intérprete dia após dia. São as desculpas transmitidas do juiz de sesmarias, Araújo Bastos, que mandam mensagens justificando que a mediação das terras seria adiada por causa das chuvas torrenciais, dos chuvisqueiros e do minuano; outra vez ele estaria impedido de fazer o trabalho devido às enxaquecas; ainda, era preciso esperar tempo limpo, preparar a viagem até a colônia. Meses assim se passavam. A irritação dos colonos aumentava, pois de julho as promessas se estendiam para novembro.

As personagens imigrantes formavam o estranho, o outro, naquele cenário que se desenhava à sua volta, não só ocupando os casebres que ainda mantinham o cheiro dos moradores de antes, os escravos. Ainda à chegada, quando haviam desembarcado em Porto Alegre, à presença do presidente, contrastaram com os pretos, que, espantados, largavam seus afazeres para olhar o grupo de gente branca como leite. Havia também os índios bravios, logo percebidos como uma ameaça, os gaúchos mirando-os do alto de seus cavalos e os soldados de prontidão para garantir a ordem.

Na colônia, no entanto, o ambiente forma-se entre conhecidos, pois que vivem na comunidade somente os da mesma etnia, falando sua língua de origem sem necessidade da outra, a portuguesa; socializam as mesmas preocupações com relação às terras de que seriam donos, as moradias, a alimentação. Da mesma forma, sentem as ausências que se fazem presenças, como o pão fresco da Europa, que ali não conseguem ainda fazer, cujo cheiro invade os sonhos noturnos de Daniel Abrahão, como o perfume das cucas açucaradas, das salsichas fritas e do chucrute. Essas ausências, para ele, transformam-se em promessas quando, ao amanhecer, preparando-se para ir à lavoura, “jurava para si mesmo que um dia, um dia não muito distante, ainda plantaria sementes de trigo na sua terra, terra de papel passado, e das sementes tiraria a farinha. Catarina e Philipp comeriam com ele o pão, um cesto deles, com o mesmo aroma que teimava em não esquecer” (TS, p. 11). São terras sem bonança que os recebem, porém à situação sem conforto não deixam se sobrepor o cansaço: alimentam a esperança de construir a auto-suficiência tão sonhada nas moradas européias que deixaram para trás.

Ao aviso de Gründling, a casa de Daniel Abrahão amanhece vazia. A família Schneider deixa a colônia de São Leopoldo, deixa o seu grupo, portanto, e muda-se para os lados do arroio

Chuí, onde, enganada em seus propósitos, passa a trabalhar como intermediária no negócio de contrabando de armas que os dois alemães ricos, Gründling e Schaeffer, mantêm. Ficam no meio da luta entre castelhanos e brasileiros pela posse das terras da região.

As dificuldades da viagem como que preconizam o que os aguarda no espaço que irão ocupar, o descampado: saem à noite, como determinara Gründling, a fim de que nenhum vizinho bisbilhote. Chuvas, trovões e relâmpagos são os primeiros problemas da caravana, que inicia o trajeto caminhando. Duas carroças juntas, com toldos, puxadas por bois, foram providenciadas por Gründling, uma das promessas que fizera para facilitar o deslocamento, e assim o restante da viagem é feito com elas.

Saem de São Leopoldo e vão em direção a Viamão. Passam por estâncias, seguem o caminho que leva para os lados de Rio Grande, atravessam a freguesia do Estreito e Bujuru, o arroio das Cabeças. Unindo estes pontos do caminho, só largos descampados, que deixam ver ao longe os sinais, pelas dunas, de que o mar está naquelas direções. Andam pela faixa do Albardão, sentindo o cheiro de maresia. O lugar que os espera é perto da fronteira. Antes de lá chegar, ainda passam pela lagoa Mirim e pela lagoa Mangueira.

Finalmente chegam à casa. Uma grande figueira caracteriza o lugar mencionado por Gründling. Há também “pequenos capões de mato ralo, um olho d`água na beira de um banhado, um córrego minguido correndo pelo campo, sinuoso, cobra molhada cercada por arbustos mais encorpados” (TS, p. 24).

Os Schneider olham tudo curiosos. É o cenário onde fundariam uma estância. A tarefa imediata que os aguarda é construir o rancho principal: “Paredes de varas trançadas, rebocadas de barro, cobertura de palha, duas peças” (TS, p. 25). Para os escravos, fazem uma outra choupana, mas Juanito não quer algo construído: prefere o chão duro, com a liberdade do céu e dos campos. É o índio que insiste no nome do local, seria “Estância de Jerebatuba” - difícil de pronunciar, dizem os novos donos.

Juanito, por gestos, conta ao casal a história trágica que marcara aquele lugar: soldados castelhanos tinham enforcado nos galhos da figueira o outro dono da estância, um francês de nome Delmont. Como castigo pela ação cometida, desobedecendo às ordens de seus chefes, os assassinos teriam sido também dependurados no mesmo galho maldito. Esse espaço ficava, portanto, no corredor de passagens dos invasores, causando, inevitavelmente, violências e perdas aos moradores. Mais tarde seria a família Schneider que sofreria enorme violência.

A água fresca para os moradores vem de um poço cavado pelos escravos, que o fazem “não muito fundo, as laterais forradas com pedras, dois postes sustentando a trave onde corria a corda de cânhamo, levando e trazendo o balde” (TS, p. 25-26). De resto, há o que sobrou da viagem: metade das galinhas, milho que seria plantado, meio saco de trigo em grão que viera da Tapera, o qual também seria plantado. É arrebanhado gado xucro das redondezas para fazer um rebanho próprio.

A estância, portanto, logo toma forma de morada, a despertar sentimento de perenidade nos donos. Com o trabalho dedicado, logo produzem o que necessitam para viver bem, apesar daquela solidão do descampado. Na história real que se conta sobre os primeiros anos da imigração, há relatos sobre a persistência diante do trabalho duro a realizar, a adaptação à casa provisória em meio à mata, o enfrentamento da solidão. Pelas palavras de Umann (1981, p. 64), podemos concluir algo a respeito:

A escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com o facão, exigia de nós um serviço árduo e não habituado. (...) Mais difícil que para o homem, foi o começo para as mulheres. Na pátria de origem elas eram pobres e moravam em espaço limitado, mas podiam ter tudo escrupulosamente limpo. (...) Como era tudo diferente aqui! Erguida a primeira choupana, minúscula e improvisada, recebia os baús e pertences indispensáveis que haviam sido trazidos, constatando-se logo que ela era por demais reduzida para acomodar os objetos e permitir um lugar para dormir. O leito era geralmente feito de varas de palmito. Como mesa serviam os baús, e para cadeiras usavam-se pequenos troncos de árvore, que levavam a vantagem de não quebrarem e espaldar ao cárem. Em vez de polido fogão, espetavam-se duas forquilhas no chão e sobre elas se deitava uma pequena vara e se dependurava uma ou duas chaleiras. Nos primeiros tempos este fogão ficava no relento, porque faltava tempo e também tabuinhas lascadas para erguer uma cobertura provisória.

Para essa parte dos colonos que experienciou algo semelhante ao que Umann relata, havia, ainda, que enfrentar a estranheza do espaço físico: desafiavam, sem tréguas, as noções de natureza, de terra a cultivar, de recursos a utilizar que haviam dominado no lugar de origem. A inadequação falava mais alto. Porém, a cultura acumulada dispunha de conceitos de dominação da natureza, de desejo de adaptação, de elaboração de sentimentos relativos ao trabalho. Com isso, sustentaram-se sentimentos práticos na relação do imigrante com o meio. Assim, como boa parte dos discursos históricos enfatiza, a rudeza foi o contraponto, o sinal de superação do colono. Era preciso viver e vencer, pois com esses objetivos é que haviam partido da Alemanha.

“Muitos teriam regressado à pátria, se tivessem tido os meios para tal. Mas esta hipótese estava fora de cogitação, e por isso só restava pegar no duro,” lembra Umann (1981, p.55).

Urgia realizar a primeira colheita. Então, partes da mata virgem foram se transformando em lavoura e terra fértil e, aos poucos, “cresceu o bem-estar junto à maioria dos moradores, e com ele, a alegria de viver” (UMANN, 1981, p. 54). Com essas e outras experiências de adaptação à nova terra, muitas também produtoras de lembranças alegres, dadas pelo sucesso na agricultura, no comércio e na indústria, áreas principais de atuação dos alemães no Rio Grande do Sul desde os primeiros tempos da imigração, os imigrantes foram se tornando cidadãos rio-grandenses.

Na história sobre os Schneider, as dificuldades e o sofrimento no espaço ocupado não vêm somente dos elementos mencionados, mas também de algo alheio a qualquer sentimento e objetivo com que tinham resolvido emigrar de seu estado alemão: as guerras que marcavam a região fronteiriça. Sua morada fica no meio do caminho das tropas que cruzam o solo, tanto as brasileiras quanto as castelhanas, o que vem a mudar cenários e sentimentos da família.

A primeira mudança decorreu da chegada dos “gringos”. Com isso, um espaço novo, insólito, passa a ser a morada do dono da casa: o poço. Com a proximidade da tropa, ao amanhecer, Catarina lá o coloca a fim de escondê-lo dos inimigos e evitar seu enforcamento, fato que previa acontecer. Ela ordena ao marido que desça pela corda e fique lá dentro.

Catarina cuidaria do que viria a acontecer fora do poço, na estância. Às tropas, que logo chegam, indica, com gestos, já que não fala a língua deles, que o marido havia seguido para o norte. O índio Juanito ajuda a explicar que o homem da casa tinha ido para os lados de Rio Grande, preso. Porém, diante da descoberta do arsenal de espingardas guardado no galpão, os oficiais deixam de se interessar pelo destino do marido e só exigem explicações do índio sobre a mercadoria. Daniel Abrahão, ouvindo toda a algazarra, o espancamento de Juanito, permanece no esconderijo, tremendo de medo.

Como alguns soldados mantêm-se nas redondezas, agindo como sentinelas, Daniel não pode sair do poço e o buraco vai, aos poucos, tornando-se uma morada habitável: recebe comida através da corda, faz ali suas necessidades - motivo que leva Catarina a construir outro poço para que todos tenham água boa -, cava um buraco ao lado para nele entrar e melhor se acomodar. Sua condição lá embaixo é semelhante à de um tatu: cava e cava; crava as unhas nos vãos das pedras;

ao falar, grunhe ou rosna; fica dentro da caverna com as pernas encolhidas, curvado como um feto; a moradia ganha cobertura; ele recebe um cobertor para se aquecer.

Dias depois, “Daniel cavara mais, escorara as paredes e já podia dormir com as pernas estendidas. Tinha até o conforto de garrafas com água, charque cozido e pão” (TS, p. 43). E quando os soldados castelhanos vão para a fronteira, esvaziando o lugar, ele diz a Catarina que a morada está boa, que ela não se preocupe, pois já consegue até ficar sentado. Neste dia toma um mate, e “jamais esqueceria o sabor daquele primeiro mate tomado nas trevas. Sua vida ganhava, agora, uma nova rotina. Fazia as necessidades numa lata (...). Conseguia dormir no seco, sentindo o corpo murcho e os membros lassos. Como um bicho. Lembrou-se da frase de Gründling ‘cavar a terra como uma toupeira’. Um verme” (TS, p. 43).

A tropa seguinte que aparece é de soldados brasileiros, que procuram pelo alemão fugido da colônia São Leopoldo que trafica armas para os castelhanos, um tal de Schneider. Juanito diz ao oficial que Daniel Abraão havia sido levado de arrasto, preso, pelos castelhanos. Vasculham tudo e, como não encontram o homem, deixam dito, antes de partir, que, se o encontrarem, ele será passado pelas armas. “Ou degolado” (TS, p. 44). Catarina avalia que, por enquanto, a solução é o marido permanecer no poço; ela enfrentará tudo e se preocupará com a sobrevivência da família. Como já havia acontecido com os soldados castelhanos, é violada também pelos brasileiros, ao que já nem dá importância. É algo que mais alimenta o ódio que nascera dentro dela e que, a essas alturas, se faz plenitude em sua alma.

A estância ainda receberia as tropas que disputavam aquelas terras de ninguém. “Ainda não era bem uma guerra. Os piquetes avançados dos castelhanos invadiam a terra gaúcha, eram enxotados pelos batalhões que partiam de Rio Grande. Arrebanhavam mais soldados, corriam com os brasileiros. A terra de ninguém era, ora de um, ora de outro bando” (TS, p. 46).

A guerra estoura, a Cisplatina, e há o dia em que um cavaleiro alemão vem de Montevideu e pára na Jerebatuba. Seu destino é o Rio Grande. Diz estar a serviço de um tal de Frederico Bauer, um alemão que aparecera em Buenos Aires e que se dissera ser emissário dos alemães do Brasil, conta Catarina ao marido. Envolvido com essa guerra também está outro alemão que pela estância passa, Valentim Oestereich, que era de São Leopoldo e fora obrigado a servir ao exército brasileiro.

Ao terminar a guerra, Oestereich volta para a estância. Em conversa com ele, ao ouvir que os soldados ansiavam por voltar às suas casa, rever filhos, mulher, amigos, Catarina sente algo

que, depois de se estabelecer na estância, mesmo com o sofrimento que as tropas lhes haviam causado, jamais imaginara sentir: o desejo de voltar para São Leopoldo, o seu local de destino quando emigrara. À vontade de nunca abandonar a terra do descampado, onde tanto trabalhara e muitas coisas construía, sobrepõe-se a desmotivação de ali permanecer. “Lutei o que pude por estas terras, jurei a mim mesma que daqui ninguém me arrancaria com vida. Hoje, não vejo mais motivos para isso” (TS, p. 106), afirma ela.

Faz negócio com o soldado alemão Oestereich. Ela lhe deixa a terra e ele lhe dá uma casa na colônia. Conta-lhe toda a história vivida na estância, a enganação de Gründling, a inocência do marido no negócio do contrabando e pede ao patrício que limpe o nome de Daniel Abrahão junto às autoridades.

Ocorre, então, poucos dias depois, a troca de lugares: a família de Oestereich instala-se no Chuí e a de Catarina, em São Leopoldo, na rua do Sacramento, sem número, numa casinha de pau-a-pique, duas janelas e uma porta, paredes caiadas de branco, tudo muito pequeno. Por isso, a primeira providência, tomada pela mulher, visto que o marido está acuado e sem iniciativa, é aumentar a casa e construir um abrigo para os negros que ficaram com eles; ainda, um galpão para as carroças.

O marido não consegue mais dormir sobre a terra. Então:

Num pedaço de chão do telheiro, Daniel Abrahão cavou um grande buraco, fez sobre ele uma cobertura de madeira e bem ao centro engendrou uma porta de alçapão. Catarina nem perguntou para que serviria aquele buraco. Sabia muito bem. Pronta a nova toca, o marido cobrira o fundo com palha seca, ajeitou uma cama com varas finas de eucalipto, forrou o tramado com um grosso cobertor, encheu uma fronha com feno, escondeu lá embaixo suas varas-calendário, suas pedras trazidas de Jerebatuba, seu lampiãozinho de óleo de peixe. Acabado o dia, lá se enfurnava ele, tomando o cuidado de prender a porta do alçapão por dentro (TS, p. 128).

Muitos anos depois, quando à família Schneider já haviam chegado genros, noras e netos, Daniel Abrahão continuaria morando debaixo da terra. E quando Catarina resolve derrubar a casa bastante velha e, no mesmo lugar, construir outra, ele avisa: “que se fizesse a casa dali para a frente, daquele lado para o outro, que não tocassem na sua moradia, só ele e Deus sabiam por que a sua casa era aquela, viessem os tempos que viessem” (TG, p. 169).

Entretanto, a nova casa é planejada e construída sem poço para Daniel Abrahão, que, a partir de então, entraria em mais uma fase de aprofundamento de sua religiosidade, iniciada com

seu contato com Jacobina Maurer, no Ferrabrás, onde passa também a residir, não sentindo mais falta de sua toca.

Outros deslocamentos dos imigrantes foram as saídas da colônia e de Porto Alegre para os campos de combate da Guerra Cisplatina, da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai, onde lutaram, adoeceram, morreram, outros retornaram para São Leopoldo.

3.5.5 – Contatos

Assim que o bergantim “Protetor” lança âncora, os colonos entram em contato com a autoridade maior da província brasileira que os recebe, o presidente Fernandes Pinheiro. Este aperta a mão de cada um e diz-lhes coisas incompreensíveis, ou seja, palavras em português que não transmitem nada a quem só entendia a língua alemã.

A língua falada é a alemã, restringindo, assim, ao máximo, a comunicação verbal com os brasileiros, como fica bem claro já no início da narrativa: quando o capataz, que “não entendia uma palavra de alemão” (TS, p. 11), faz o inventário da feitoria, ameaça os imigrantes com o chicote ou com os punhos ao entender, pelos gestos ou pela cara deles, que haviam dito algum palavrão na língua de origem. Reclamar, portanto, sobre alguma coisa que julgassem indevida no inventário não adianta, como pensa Daniel Abrahão, pois não sabem usar as palavras em português.

Entre os da colônia, então, é a forma fácil de conversar, ninguém ali exige o domínio da outra língua. O convívio maior é mesmo com os compatriotas. Até Gründling, com contatos já há mais tempo com pessoas de língua portuguesa, como os da capital e da corte, sabe ainda poucas palavras deste idioma e, mesmo assim, pronuncia-as mal. Não se preocupa em usá-las para impressionar os colonos de São Leopoldo quando aparece por lá. Seus objetivos seriam mais bem alcançados se ele se fizesse um igual no uso da língua. Além do mais, não há nenhuma necessidade de ali, na colônia, falar em português. É, portanto, em alemão que fala a Daniel Abrahão sobre a ajuda que está dispondo a ele e a sua família, uma oportunidade de saírem daquelas péssimas condições nas quais o governo vem mantendo-os. E em alemão familiar vai se fazendo próximo, dizendo que “podia ajudar o amigo, tinha influência no palácio da Província, sócios na Corte, em Hamburgo, São Petesburgo, na Prússia, além da grande amizade que o ligava

a um agente secreto da imperatriz, um homem vivido, de nome Major Jorge Antônio Schaeffer” (TS, p. 13).

Gründling entra em contato com a família Schneider com o objetivo bem claro de usá-la para realizar seus negócios de contrabando, a forma de ganhar muito dinheiro que o mundo novo oferece sem muita resistência. Instalara-se aqui para lucrar, em parceria com o major Schaefer, responsável direto pela vinda dos colonos há pouco instalados. Assim, acerca-se dos novos moradores de São Leopoldo de forma a seduzir-lhes e a ganhar a sua confiança, pagando-lhes muitas cervejas nas noites de diversão na miserável cervejaria da praça do Cachorro, bem como ostentando riqueza e satisfação conseguidas na nova terra, apontando para as possibilidades que os compatriotas têm de chegar ao mesmo nível.

No meio das taperas, um dia, chega parecendo

um rei com sua grossa fatiota de lã, vistoso colete de veludo bordado, chapéu de feltro peludo, pajeado por homens que lhe lambiam as botas, quatro negros carregando coisas, um índio mestiço zelando pelo grande cesto de comes e bebes; dois outros escravos que se apressavam em abanar mosquitos e varejeiras que importunavam o patrão, armando-lhe os assentos mal demonstrasse vontade de parar. Ainda levavam consigo uma rede trazida do Rio de Janeiro para quando ele quisesse repousar mais demorado (TS, p. 12).

É dessa maneira que se apresenta no rancho de Daniel Abraão e Catarina: parece um imperador, diz Philipp à mãe. O impacto da aproximação deixa a família Schneider desconcertada. Submetida a muitas dificuldades, a aparência externa de Gründling indica que viver bem, fazer fortuna, enriquecer é possível. Portanto, a visita inesperada leva a família a visualizar as marcas do dinheiro que, esperançosa, ela saíra da terra natal para aqui encontrar.

Gründling e Schaeffer têm um plano para ganhar muito dinheiro, comercializando mercadoria que se faz necessária nesta terra que se caracteriza por guerras: as armas. Daniel Abraão é escolhido para servir-lhes no negócio, certamente depois de Gründling analisá-lo durante as cervejadas. Para isso, a família Schneider deixaria a velha feitoria e passaria a morar nas bandas do Chuí, sendo posteira a receber o produto vindo da Banda Oriental.

Enquanto ouve a proposta, Daniel recolhe-se em si mesmo para refletir sobre o que o desconhecido lhe traria: Onde moraria? E os perigos do descampado? Onde haveria outro ser vivente naquele local? Mas o proponente esforça-se em convencê-lo: teriam terra a perder de vista, pois eram devolutas, ainda sem dono; em troca, faria um trabalho fácil: só receber mercadorias e armas, “arminhas passarineiras de pregar susto em bugre selvagem” (TS, p. 16).

Daniel não se convence. É Catarina quem decide dizer sim a Gründling. “- Pode mandar preparar o prometido, Her Gründling. Nós vamos” (TS, p. 18). E o futuro que passa a se desenhar para a família Schneider, tornando-se real a cada dia vivido, fica atrelado a esse instante de enfrentamento da mulher.

Gründling cumpre as promessas de arranjar os recursos para o deslocamento da família Schneider. Dá-lhe o índio Juanito, dois casais de escravos, negros solteiros, cavalos, bois, vacas, carroças com toldos, produtos alimentícios, palitos de fogo, velas de sebo, cordas de cânhamo, galinhas. Ele mesmo espera pela família no local combinado na noite da fuga de São Leopoldo, onde lhe entrega tudo sem descer do cavalo, dizendo apenas: “- *Alles in Ordnung*, Daniel Abrahão?” (TS, p. 20), promete-lhes notícias de Porto Alegre e avisa que em dois meses começariam a chegar as mercadorias a serem guardadas. Em seguida, desaparece sob a grossa chuva. Os Schneider não o veriam mais nem teriam mais notícias dele enquanto a morada da família permanecesse sendo o descampado.

Juanito é um contato fundamental aos Schneider desde a decisão de se mudar para a Banda Oriental. Ele está na comitiva de Gründling e é por este doado à família de Catarina para orientá-la na viagem e servir-lhe na nova morada. Fora ele quem trouxera o bilhete de Gründling que informava sobre os procedimentos para a saída de São Leopoldo. Desde então, entrara na vida da família e fizera-se necessário, fiel, dedicado. A viagem acontece sob a sua guia e seu exemplo de andar pelos caminhos que oferecem perigo.

Na estância, é sempre fiel à família diante das ameaças dos soldados invasores. Solícito, ajuda em tudo e se faz muito próximo a Philipp, passando ao menino alemão costumes gaúchos, como montar em pêlo e só de bridão, preparar braseiro para assados, capinar a horta. Passa também para os adultos o hábito do chimarrão, a técnica de fazer o charque, o churrasco, assimilado pelos alemães.

Por esse índio, uma índia também se aproxima da família, Ceji, uma minuano que morava na fazenda Medanos-Chico, a mais próxima da Jerebatuba. Juanito casa-se com ela e ambos passam a morar com os Schneider, vindo com eles para São Leopoldo. Tempos depois, Ceji adoeceria e seria muito bem cuidada por Catarina, numa demonstração de que o casal de índios é como familiar seu. A índia morre e recebe um enterro cristão, pelas mãos do pastor Klinghøfer, numa exigência de Catarina. Juanito permanece na família, tendo sido o fiel seguidor de Philipp na Revolução Farroupilha, onde morre em combate.

Com os soldados, os Schneider têm um primeiro encontro ainda na viagem para chegar às terras da Banda Oriental. É na estância Medanos-Chico, na noite em que lá pernoitam, quando dois homens montados em cavalos chegam dos lados de Uruguaiana e falam com o dono do lugar, José Mariano, sobre “um movimento estranho na fronteira, assim como se estivessem em preparativos de guerra” (TS, p. 23). Dirigiam-se a Rio Grande para avisar o comando da guarnição.

Nessa mesma viagem também cruzam com espanhóis, perto da fronteira. São homens de pele queimada pelo sol, de olhos espremidos de índio, que usam chiripá. No entanto, o contato decisivo em suas vidas já construídas na estância Jerebatuba dá-se com um outro da mesma etnia que fora envolvido nos negócios de Gründling na Banda Oriental: Frederico Harwerther. Este faz o transporte da mercadoria contrabandeada e tem a incumbência de depositá-la na morada de Daniel Abrahão. Frederico lá chega com cinco carroções carregados, ajudado por dois índios e muitos castelhanos. É o primeiro carregamento do amigo Gründling, explica ele, que ainda diz como tudo aquilo chegara ali: tinha vindo com o major Schaeffer, o qual deveria encontrar-se, àquela hora, na corte, com Gründling, num rega-bofes: “- Esta mercadoria foi descarregada em pleno mar. Passou de uma galera para uma sumaca e eu ali depois do Chuí, esperando” (TS, p. 28).

Aqueles caixotes fechados intrigam o casal e Daniel Abrahão quer saber que mercadoria está recebendo, ao que Frederico lhe responde que nada deveria perguntar a Gründling e ao major Schaeffer. Basta aceitar, pois eles pagam bem e patrões assim é difícil de encontrar. Afinal, são dois homens de lei e são os postos necessários aos negócios desses ilustres patrícios. “- Eu aqui e você do outro lado, se estou entendendo” (TS, p. 28), diz Daniel Abrahão. Sim, é isso. E ainda havia mais pessoal de São Leopoldo envolvido, que viria ali buscar a carga. Melhor seria construir um galpão maior para resguardar o carregamento. Está iniciada, assim, na vida desta família germânica, enganada, a atividade ilegal para a qual fora convidada.

Não tarda a chegar o contato de São Leopoldo. O líder da caravana que levaria a mercadoria é outro integrante do grupo de imigrantes instalado na feitoria, João Carlos Mayer. Com sua chegada, mais algumas coisas ficam claras para Daniel Abrahão: então, as noites passadas na companhia de Gründling na Praça do Cachorro, com cervejadas pagas por ele, tinham sido momentos de preparação e escolha da sua gente para as tarefas do seu negócio. Estabelecera ali, utilizando os patrícios recém-chegados, os prepostos necessários.

Até então, nada de prejudicial aos que trabalham no negócio. Os Schneider não sabem o que há na carga. O que sabem é coisa boa, pois dentro de quatro caixas endereçadas a eles estão mercadorias necessárias na estância e que deixam a todos muito felizes. Ganham “ferramentas para trabalhar a terra, sacos de sementes de hortaliças, pratos, xícaras e talheres, cobertores da melhor lã, agulhas de aço, fazendas e caixas com linhas de várias cores. Quatro espingardas e caixas de munição. Espingardas não mais de pederneiras, mas de cartucho com espoletas, tipo *Forsyth*. Dois sacos de farinha de trigo, alva como a neve. Vidros com fermento especial” (TS, p. 29). De tudo, o que mais emociona Daniel Abrahão são a farinha e o fermento, pois podem, agora, ter pão igualzinho ao que comiam em Hamburgo.

Não abririam os caixotes que continham as coisas a serem carregadas por Mayer. É como se a satisfação do que haviam ganho suprisse qualquer necessidade de saber mais sobre o negócio, ou de usar a razão e procurar descobrir o que realmente Gründling e o major Schaeffer comercializam e que os colocara no trabalho de receber e despachar os caixotes fechados.

São quatro carregamentos ao todo, envolvendo os trabalhos determinados para Harwerther, Schneider e Mayer. Com os caixotes sempre chegam produtos para a família. Só na quarta carga é que Daniel Abrahão fica sabendo que o negócio de que participava é comércio ilegal de armas. Harwerther, preocupado com o movimento de tropas no outro lado da fronteira, sobre o qual ouvira falar na viagem, diz que seria uma desgraça se Mayer não chegasse a tempo de retirar dali as duzentas espingardas. Os soldados chegariam e puniriam os envolvidos à sua maneira.

Daniel Abrahão e Catarina espantam-se com a descoberta de que, no galpão, escondem armas e munição. Apreensivos, temem que Mayer não chegue antes dos “gringos”. Catarina já supõe que, se os soldados castelhanos descobrirem as armas, tomarão a todos dali como inimigos e o marido será dependurado num galho da figueira, como o fora o antigo dono do lugar.

Mesmo que desejassem dar as armas aos soldados e explicar que nada daquilo pertencia à família, em que língua fariam? Como se fariam entender se só sabiam o alemão? Daniel Abrahão, na noite de medo e angústia, depois da última carga depositada no galpão, prevendo a chegada dos inimigos castelhanos, que tinham fama de serem mais bandidos do que soldados, até elabora um texto para dizer-lhes: “Deixaram isso aí, nem sei de quem é essa coisa, podem levar, tomem conta. Fala-se com o chefe deles, com o general, podem levar as armas, elas são de vocês. A gente conversando se acerta” (TS, p. 34). Mas a esposa Catarina, sempre racional, a agir de

forma a não confiar em soluções cuja decisão dependesse de outros, e, sim, a encaminhar tudo com as próprias mãos, dependendo apenas de suas ações para resolver os problemas que surgem, aponta a inutilidade da idéia do marido: “- de vez em quando eu não te entendo, Daniel Abrahão. Em que língua vais falar com eles?” (TS, p. 34) . É verdade, reflete ele, dizendo que o melhor, então, é ir embora.

Catarina decide que enfrentará o que vier para defender o seu espaço. E quando as tropas chegam, como temia, e o arsenal é descoberto, ela, que já havia escondido o marido no poço, diz, em alemão, aos soldados que “foram uns homens que deixaram essas armas aí” (TS, p. 36). Mas ninguém a entende, nem mesmo Juanito, que, embora convivendo com a família há tempos, ainda não assimilou aquela língua estranha.

Os militares castelhanos causam medo, espancam Juanito, destroem muitas coisas da morada, roubam outras e levam as espingardas que estão nos caixotes de Gründling. Além disso, o que a passagem deles pela estância faz de mais marcante para a família Schneider é estabelecer um novo espaço para Daniel Abrahão viver, o poço, um espaço subterrâneo do qual ele não se livraria até a velhice, e estuprar Catarina, como se também seu corpo fosse um lugar de passagem como a terra dali o era. Com essa experiência, ela sente que

algo se rompera no seu mundo. De dentro para fora. Algo que ela jamais saberia dizer o que havia sido. Pensou, naquele momento, na figura alta e agitada de Gründling, a cara de fisionomia indefinida, os seus olhos sem nenhum calor humano. Soqueou em pensamento a figura imaginária, cortou-lhe o rosto com as unhas, como faria um gato ou um tigre, arrancou-lhe os olhos, viu as suas órbitas vazias. Um ódio que nunca sentira em toda a sua vida e que jamais imaginara pudesse ter. Pensou em Deus e pediu a Ele que a ajudasse a alimentar aquele ódio, dali para a frente ele passaria a ser a razão de sua vida (TS, p. 40).

Os planos que ela passa a traçar a partir de então são resultado desse ódio que nela se instalara. Outros estupros viriam, também de soldados brasileiros, mas ela já pouca importância dá ao ato. Aquilo é passageiro, circunstancial. O que lhe alimenta a sobrevivência não é lutar contra isso, e, sim, a favor da permanência da família, do progresso, e da vingança a Gründling.

Na noite em que os soldados brasileiros a possuem, ela não mais chora:

Um soldado qualquer, não importava. Para Catarina, ela estava sendo violada por Gründling. Seu bafo azedo seria mais ou menos o mesmo. O mesmo cheiro de suor de cavalo. Quando as esporas se entrecrocavam, ela tornava a ouvir o retinir das moedas naquele dia; enxergava no escuro a sacola de couro cru, a frase de Gründling “dentro de três dias a senhora terá tudo pronto”. Não conseguia lembrar-se de nenhuma frase da

Bíblia, alguma que lhe desse conforto ou que justificasse a sua passividade. Não pensava nela, por Deus Nosso Senhor. Não sentia mais nada a não ser ódio e nojo, inclusive de si própria. O homem ficou de pé, com seu vulto tapou a fraca claridade da lua e falou com outro. O retinir, agora, era de esporas diferentes. Sentiu-se novamente agarrada, outro bafo, um cheiro diferente, mais uma vez Gründling insaciado, uma besta no cio, um touro execrando a bufar, as suas carnes e entranhas massacradas, um fogo por dentro e, finalmente – um minuto depois, meia hora, duas – a solidão (TS, p. 45-46).

Na época dos primeiros movimentos que vêm a resultar na Guerra Cisplatina, ainda em 1825, são muitos os soldados, das duas bandas que repetem a mesma história de violentar Catarina. Daniel Abrahão, da sua caverna, sentidos aguçados, busca por um ruído qualquer da esposa nessas horas de violação, e um arrastar de esporas leva-o ao desespero.

Essa guerra traz também à família Schneider soldados alemães que haviam sido recrutados pelo exército brasileiro. Oestereich é um deles, acompanhado por uns vinte companheiros. Em conversa com Catarina, explica como se dera a participação dele e de muitos outros colonos no exército: o primeiro grupo de voluntários para ajudar as tropas brasileiras fora oferecido pelo doutor Hillebrand; depois, para aumentar o efetivo, o próprio presidente da província recrutara grande número de homens, criando a Companhia de Voluntários Alemães. Parte deste grupo fora mandada para Rio Grande, a fim de atacar qualquer incursão de inimigos naquela faixa de terras brasileiras; outra parte formava o grupo de batedores que avisava aos da cidade sobre algum movimento suspeito.

O doutor Johann Daniel Hillebrand chegou a São Leopoldo em novembro de 1824, como informa Gilson Justino da Rosa em seu livro *Imigrantes alemães – 1824 – 1853: Codice C333 do AHRIS* (2004). Exercia o papel de diretor-geral das colônias da província. A formação da companhia de que trata o romance teve, de fato, a sua participação. Josué apresenta o médico como recomendado à imperatriz Leopoldina. Dentre os seus serviços junto à colônia, estava a necessidade de auxiliar o governo em seus interesses. Nesse sentido, com o advento da Guerra Cisplatina

redige um memorial endereçado ao Brigadeiro Salvador José Maciel, colocando os alemães a serviço da causa nacional. Trinta e sete colonos marchariam como voluntários para os campos de batalha. O presidente achou pouco. Finalmente havia cinquenta deles, treze dos quais no laço, arrancadas das suas mãos as enxadas e colocadas no lugar delas velhas espingardas de carregar pela boca (TS, p. 53).

Assim se forma a Companhia de Voluntários Alemães, grupo que passa a ter um contato direto com os militares brasileiros, falando em português. Ordens e instruções numa língua que

os alemães não entendem são passadas, exigindo-se o seu cumprimento. Como é impossível obedecer, já que não sabem o que devem fazer, são castigados com chibatadas. Além da dor, sofrem a humilhação de apanhar na frente dos companheiros. Mais tarde, em plena batalha, alguns alemães ainda apanhariam dos homens do exército brasileiro e um deles, Mayer, inclusive, seria fuzilado.

A isso reage o doutor Hillebrand, que faz chegar ao presidente outro memorial com o relato do tratamento dado aos alemães na tropa. Formam-se, então, os Lanceiros Imperiais Alemães, sob o comando de oficiais que falam o idioma alemão, e os sobrenomes germânicos ocupam as listas dos postos de guerra: lanceiro Mayer, cirurgião-mor Knapp, quartel-mestre Dörnte, capitão de Friederichsen, capitão Plewets, capitão de Marsey, capitão Bülow, tenente-comandante Gatiker, tenente Bormann.

Assim constituídos, lutam contra o exército do general Lavalleja, encontrando no campo de guerra outros alemães que formam o grupo dos lanceiros do Barão Heine. Ao se enfrentarem, dizem um ao outro que não querem se matar, que não têm nada a ver com a briga (TS, p. 77), como diz no Passo no Rosário o soldado Peter Sem Ludwig, que era de Badenbach-Trier e servia aos castelhanos, a João Carlos Mayer, que servia aos brasileiros.

Quando o general Lavalleja, à frente de seu Estado Maior, torna mais intensa a luta pela tomada das terras uruguaias em favor dos interesses de Buenos Aires, os Schneider, na continuidade do que havia se tornado rotina, vêem-se, mais uma vez, ameaçados pelas forças militares. A concentração de tropas castelhanas vizinha com a estância, e desta vez, pelo movimento aumentado e grande número de soldados, o melhor, julga Catarina, é fazer descer para o poço também as crianças. O lugar é preparado para virar morada temporária dos três filhos que já haviam nascido, Philipp, Carlota e Mateus: é feito o entulhamento do resto da água que havia, armazenam-se sacos de mantimentos, corotes com água fresca. Então, lá fica uma “gente subterrânea” (TS, p. 86), livre do contato com os inimigos.

Na manhã seguinte à descida dos filhos para o poço, passam por lá os soldados. Ouvem do índio que a mulher alemã mora só, pois o marido e os filhos haviam sido levados pelos brasileiros. Dizem: “- Volveremos a vernos, comadre” (TS p. 87) e rumam para a estância Medanos-Chico, onde tudo destroem e matam quem encontraram. Resta viva a índia Ceji, estuprada. Juanito encontra-a e leva-a até Jerebatuba, onde a cuidam. Ela também passa um

tempo no poço, quando as tropas voltam por ali, mas desta vez estão debandando e nada fazem aos moradores. Atrás deles estão grossos contingentes da cavalaria imperial brasileira.

Acabada a Guerra Cisplatina, o que ocorreu na realidade em 1828, o contato último da família Schneider na Banda Oriental é com o compatriota Oestereich, com quem negociam as moradas, vindo Catarina e os seus a se fixar novamente na colônia alemã de São Leopoldo. Neste lugar, Daniel continua levando uma vida de quase completo alheamento em relação à sociedade, às coisas do cotidiano e aos contatos com os outros, como também tem necessidade de se manter vivendo num buraco. Catarina, como fazia antes, toma conta de tudo, e o primeiro contato que faz para dar início a um trabalho que garanta a sobrevivência da família é com o doutor Hillebrand.

Designada a ele a direção da colônia e, por isso, concentrando o poder de decisão, Catarina o consulta para saber se podem, afinal, começar a vida na colônia, o trabalho. Recebe, para tanto, a aprovação do médico, que a informa nada mais haver contra o marido. Então, “era arregaçar as mangas, baixar a cabeça e tocar o barco” (TS, p. 129).

Quando os Schneider já estão com dois empórios, um em São Leopoldo e outro em Portão, e uma bem-sucedida oficina, onde fabricam carroças e serigotes, Gründling vem até eles. Catarina, ao vê-lo se aproximar acompanhado de um desconhecido – Schiling - posta-se na porta do empório com a espingarda: “- Se atravessar a rua, *herr* Gründling, recebe uma bala” (TS, p. 167). Ele quer se mostrar amigo e diz que alguém deveria ter feito intriga entre eles. Juanito, que havia acompanhado todo o sofrimento de Catarina e sua família em consequência das mentiras de Gründling, também aponta uma espingarda para o visitante indesejado. Mas este segue a caminhada e, diante de tal impetuosidade, Catarina dispara a arma, fazendo os dois estacar. Gründling ainda insiste com Daniel Abrahão na versão de inocente, que diga à esposa que ela está enganada. Daniel, porém, amparado na Bíblia, sentencia que ele é o Satanás que havia se soltado.

Como ele ainda continua a impor o discurso de amigo, dizendo que teria feito muito por eles, Catarina, com voz decidida, resume o mal que ele causara ao levá-los para o Chuí: “- Nos largou no meio de dois inimigos com as suas malditas armas de contrabando. Arruinou as nossas vidas e a cabeça de Daniel Abrahão. Você só quer dinheiro, Herr Gründling. Só o dinheiro tem valor para você” (TS, p. 168).

Às razões que intensificam o ódio e o desprezo de Catarina por Gründling soma-se a desconfiança dela de que era ele quem estava por trás das prisões, torturas e mortes que alguns homens da colônia sofriam depois de serem presos por militares sem justificativas claras. Lucks, Sperling e Richter tinham sido espancados; Schlaberndorf, Agner, Krieger, mortos. Ainda, por brigas e acusações, João Thomaz Stottenberg matara João Stenzel; Germano Klinghoefer matara Frederico Weber. Para Catarina, quem deveria dar satisfação disso tudo, esclarecer a verdade, era Gründling. Diz ela: “Para mim, nisso tudo há dedo de Gründling, uma coisa aqui dentro me diz isso, não posso estar enganada, nunca estive, a vida me ensinou certas coisas que não vêm nos livros” (TS, p. 234). E com essa intuição que se faz certeza dentro dela, segue, de madrugada, para Porto Alegre à procura de Gründling, levando consigo uma espingarda com a qual pretende vingar-se.

Chegando à rua da Igreja, onde fica a casa cor-de-rosa de Gründling, o primeiro a falar com ela é o doutor Hillebrand, que havia ido assistir Sofia. Este, ao ouvir dela que está ali para ajustar uma velha dívida com o dono da casa, segura os cavalos para impedi-la, dizendo-lhe que está enganada a respeito das atitudes do inimigo. Contudo, ela não quer lhe dar ouvidos. Então, avista Gründling à frente do caixão que está sendo carregado. Dentro dele, a esposa Sofia. Desfaz-se, nesse momento, dentro dela a resolução tomada na ânsia de vingar-se e não mais prossegue em seu ódio.

Um novo contato entre eles, bem mais tarde, viria resultar num acordo comercial, proposto por Gründling, tendo em vista os empórios dos dois. Ele queria trocar mercadorias importadas por produtos coloniais. Isso aconteceu durante a Revolução Farroupilha, quando o empório de Catarina, aquele que ficava no caminho Novo, foi esvaziado e fechado e seus funcionários, presos. Ela receberia farinha branca como neve, cassinetas, agulhas, musselinas, lampiões, novelos de linha, pratos, panelas, e entregaria a Gründling carne de porco, milho, batata, toucinho, ovos. Sem muitas tratativas e abreviando o encontro, Catarina disse-lhe que estava fechado o negócio.

Os bugres eram ameaça constante às famílias. Uma das atingidas é a do Francisco Hormann, casado com Maria Cristina. Depois do ataque, ficara viúvo e seu filho de dois anos não fora mais encontrado. Franz Bohrer matara um. Muitos alemães tiveram suas residências saqueadas e as choupanas queimadas. Leopoldo Petry (1964) estudou o período inicial da

colonização alemã e relata ataques dos bugres. Tomemos a síntese deste relato feita Tramontini (2003, p. 92):

os índios atacaram, em 26 de fevereiro de 1829, a Picada de dois Irmãos, matando três colonos e ferindo um outro com flecha, e outra em 8 de abril de 1831, com três colonos mortos e outros dois feridos, sendo uma criança raptada e resgatada mais tarde nos campos de Cima da Serra. Como também em 15 de maio do mesmo ano, na Picada do Hortêncio, com 11 mortos e dois feridos. Sendo que este teria sido o último grande ataque dos “bugres”.

Ainda, em 1847, houve um ataque de índios à picada de Feliz. Lá houve um confronto, pois os colonos, que vinham sendo roubados há tempos, organizaram uma defesa. (TRAMONTINI, 2003).

Na colônia representada no romance, com as terras já delimitadas pelo governo, tornando-se propriedade de cada colono, nem tudo é harmonia. O pastor João Jorge Ehlers anda pelas ruas a catar assinaturas para um abaixo-assinado em favor da expulsão do falso doutor Carlos Godofredo Von Ende; outros preenchem um memorial para expulsar do povoado o pastor. Oestereich, pronto para se mudar dali e viver com a família nas terras de Catarina, na fronteira, diz: “Amanhã de manhã partimos daqui e nem olho para trás, há muito ódio solto, ninguém se entende. Não agüento mais” (TS, p. 110).

De fato, Johann Georg Ehlers foi o primeiro pastor da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, e a história registra muitos problemas provocados por ele ou que o envolveram. Tramontini (2003) relata que o inspetor de São Leopoldo, Tomás de Lima, em 1925, ao informar o presidente sobre as investigações de um assalto que houvera na casa do pastor, acaba transformando Ehlers de vítima em acusado – desconfiava, baseado em conversas de muitas pessoas, de que o próprio pastor havia mandado realizar o roubo -, caracterizando-o como um provocador de intrigas e patifarias. Chegou a afirmar que não havia um só colono que não fosse seu inimigo. Tramontini, baseado em ofícios das autoridades da época, ainda traz a informação de um abaixo-assinado com 36 assinaturas dos colonos acusando o pastor de não pregar e não dar aulas às crianças. E com o doutor Carlos Von Ende as acusações eram mútuas. Tramontini relata que o pastor acusava o médico de ser mau profissional e preguiçoso. No romance, o médico “dizia que desde Hamburgo a principal e predileta ocupação de Ehlers era a calúnia, e que já naquela cidade foi em consequência de más ações por ele praticadas, publicamente demitido do

posto eclesiástico que ocupava, além de que já teria o pastor perdido a estima e o respeito de todos e que quase ninguém freqüentava suas práticas” (TS, p. 158-159).

Conflitos na comunidade, com ou sem a participação do pastor, aconteciam nos primeiros tempos. Ferdinand Schröder (2003, p. 64-65), que fez pesquisas nos documentos escritos pelos próprios alemães que viveram em São Leopoldo, como o diretor da colônia, doutor Hillebrand, e o pastor Ehlers e Bösche, que lá esteve como visitante, assim sintetiza as informações contidas no relatório de Hillebrand, as quais confirmam algumas dificuldades por que passaram os colonos:

Algumas dificuldades e inconveniências são mencionadas nos relatórios do diretor da colônia ao Presidente do estado, p. ex. Ver. Do Arch. Publ. 1924, p. 40, dificuldades de adaptação e temores ante animais selvagens (1825, p. 60), o presidente tem a impressão negativa quando de visita à colônia (‘em sua maioria são gatunos’) (1826, p. 129), fuga de colonos (1825, p. 134), o governo ameaça os que têm mau comportamento com duras penas (1825, p. 197). Dois colonos atacaram o pastor Ehlers (1825, p. 200), queixas a respeito do pastor Ehlers (1825, p. 221). Severas acusações contra o padre Antônio Nunes da Silva (cura católico em São Leopoldo) (1828, p. 231), queixas decorrentes da falta de subsídios (1829, p. 237). Incômodos por causa de indígenas (1830, p. 240), queixas pelo não-pagamento de subsídios (1830).

Portanto, Josué Guimarães, ao mencionar relações conflitadas entre os colonos germânicos, faz uma clara referência ao real da época. Relata que, quando da Revolução Farroupilha, os colonos não ficaram neutros nem foram unânimes em suas opções políticas, havendo adesão a ambos os grupos em luta: parte deles ficou do lado dos imperiais – liderada por Hillebrand - e parte defendeu a causa dos rebeldes – liderada por Von Salisch. Esses envolvimento em campos opostos intensificaram o ambiente conflituoso, como relata Joahann Carl Dreher em suas memórias, ele que viera para São Leopoldo em 1940:

O aspecto de São Leopoldo era muito triste e esta característica havia se estampado no semblante de todos os moradores de então. Inveja e traição haviam levado a que ninguém confiasse em seu vizinho. Em consequência do cerco a Porto Alegre, bem como a divisão em partidos opostos entre os alemães, os moradores de São Leopoldo e das colônias careciam até do mais necessário. As pessoas estavam empobrecidas e o plantel de gado era carneado ora por um, ora por outro partido; os cavalos eram roubados a dia claro contra o que não se podia reagir para evitar o pior pois de muitos dos desumanos partidários não se podia esperar nada de bom. (WEIMER, 1988, p. 25).

O romance também faz referência à conspiração, revolta, conjura (TS p., 141) entre os colonos. Havia vizinhos brigando por divisas de terras mal definidas, tendo havido até mortes por causa disso: Joaquim Hinrichsen assassinara seu lindeiro Fried Helms; Franz Elvers levava um

tiro de um desconhecido ao atender a batidas na porta, à noite. Era um mal-estar geral que tomava conta do povoado, pondo todo mundo a viver apreensivo, desconfiando dos patrícios.

Gründling e o major Schaeffer, apesar de serem importantes contatos com autoridades brasileiras, em nada se preocupavam com a situação da colônia. Podia ser o fato de o governo não cumprir o que prometera por escrito, do que o próprio major fora agente na Alemanha; ou as desavenças internas que se criavam entre os vizinhos; ou, ainda, qualquer outra dificuldade a atingir a comunidade germânica, razão para que eles não se sentissem comprometidos. Importavam-lhes apenas os negócios e os lucros. Nesse sentido, não só a sociedade no comércio de armas da Alemanha tornava-os cúmplices, mas também a forma de ver os colonos como um grupo de necessitados, uma massa possível de ser manipulada. Na visão de Schaeffer, aquelas famílias não passavam de uma “gentinha caçada” pelos arredores de Hamburgo (TS, p. 49).

O agente de imigração explica ao amigo Gründling que nenhum problema da colônia diz respeito a ele: “Sua missão terminava quando o barco levantava âncoras” (TS, p. 49). Assim, o fato de o governo não ter enviado aos colonos os animais e recursos prometidos não o afeta e de nada é culpado. No entanto, colonos e o próprio doutor Hillebrand atribuem-lhe, sim, uma boa parcela de culpa. Isso que está representado no romance também é fato registrado no relatório que o médico e diretor da colônia remete ao presidente da província em 1854, no qual aparece um exame de questões conflituosas há muito surgidas na comunidade germânica. No documento, ele ataca Schaeffer por este ser o responsável pelos contratos de imigração, conforme registra Tramontini (2003, p. 53), os quais, “além de conterem promessas irreais, seriam ilegais ou desautorizados.”

Entretanto, o governo brasileiro suspendeu a imigração dos germânicos por falta de verba, após a votação da Lei de Orçamento de 1830, que proibia quaisquer gastos com a colonização. Este fato também é representado no romance, tornando-se a causa de uma visível mudança na vida do major. Deixando de trabalhar como agente especial, Schaeffer, que já era dado a bebedeiras, mergulha profundamente no vício. Quando chega da Europa, a fim de discutir o assunto da imigração com o imperador, manda chamar seu melhor contato aqui no Brasil, Gründling, para encontrá-lo no Rio de Janeiro. A essa altura, seus outros contatos já haviam cessado, restando-lhe hospedar-se num casarão “caindo aos pedaços”, na Armação, onde ficava bêbado todo o tempo. Gründling, ao chegar ao local, não reconhece o amigo de tempos atrás: diante de seus olhos aparece uma sombra do que fora Schaeffer. Nele tudo é abandono.

Acontece que, apesar do trabalho encomendado que realizara para a imigração, é tido como criminoso. Ele conta ao amigo Gründling: “Andam me caçando como quem caça animal do mato” (TS, p. 149). De fato, o governo brasileiro, ao ter de se justificar ao ministro prussiano Eichmann que havia feito cobranças diante das informações contidas no relatório de 1854 do doutor Hillebrand, afirmara que, quanto às vantagens oferecidas nos contratos, não tinha responsabilidades, “uma vez que Schaeffer teria atuado sozinho, sem nenhuma autorização oficial” (TRAMONTINI, 2003, p. 64). Sua vida está reduzida à humilhação e ao desprezo. Restam-lhe somente as lembranças dos tempos em que o general Brant pagava os seus serviços com barras de ouro e a imperatriz Leopoldina mandava-lhe cartas pessoais dizendo-lhe que era seu único amigo. Seu fim é entre os índios, com quem passara a viver quando se lançara em busca de pedras preciosas e ouro.

Numa seqüência cronológica da história, encontramos no romance, depois da Guerra Cisplatina, a representação da participação de colonos alemães na Revolução Farroupilha. Como dado histórico, lembremos que os alemães foram chamados pelo governo brasileiro em épocas anteriores ao início da imigração para atuar em lutas no território do Rio Grande do Sul. Ainda no século XVIII, de 1774 a 1777, houve a participação de militares alemães na Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, na qual Portugal enfrentou os espanhóis nas disputas pelas terras, como relata Cláudio Moreira Bento em seu livro *A Guerra da Restauração do Rio Grande: 1763-77* (1994). Contudo, por se tratar de uma narrativa sobre a imigração de colonos alemães para a região de São Leopoldo, considerando os anos de 1824 a 1870, são incluídos no enredo apenas os fatos que aconteceram nesse período da história brasileira.

Nesse sentido, para além da abordagem das guerras em si como imagens históricas passadas, a participação dos colonos nos revela, na compreensão do autor, muitos dos seus contatos políticos. A organização de grupos de soldados para combater a favor do governo imperial e a ação daqueles que preferiram a ala dos revolucionários para se integrar à luta, no caso da farroupilha, são dois lados da organização da colônia em relação aos interesses da nação adotada.

Quando se armam os atos primeiros da Revolução Farroupilha, Hillebrand, mais uma vez a favor do Império, logo se coloca a trabalho. Mantém-se fiel ao governo, pois pensa: “É sempre melhor lidar com gente que já se conhece, pelo menos se sabe o lado de montar. E isso é muito importante” (TG, p. 3). Sua missão é comandar sua tropa legalista.

Catarina, em conversa com ele depois do enterro de Sofia, ainda em Porto Alegre, posiciona-se contrariamente a essas idéias. Enquanto ele julga errada a atitude de alguns compatriotas que se envolvem com os revolucionários, como Oto Heise, Klinghöfer, Kerst, von Salisch, ela diz que, se esses homens estão na briga, é porque o lado deles é o certo de se ficar.

O major Heise, que fora combatente do governo na Cisplatina, exerce liderança dentro da colônia nas questões militares e arregimenta vários homens voluntários para lutar contra o governo e a favor de Bento Gonçalves. Já estão em São Leopoldo as armas enviadas pelo presidente Braga para serem usadas pelos alemães na luta contra os revolucionários. No entanto, o general Bento Gonçalves manda apreendê-las. Já está ele como presidente da província, depois do ato de 20 de setembro de 1835, o que levara o governo legal a se refugiar em Rio Grande. O major defende junto ao grupo que “deveriam ficar do lado da revolução, aquele governo não lhes dera nada do que havia prometido” (TG, p. 17). São as lembranças dos materiais e pagamento dos subsídios que o governo não mandara aos colonos e dos soldos de guerra que não pagara aos soldados da Cisplatina. A causa rebelde é o motivo de lutar. Sabem que o governo farroupilha não quer estrangeiros em seu exército. Porém, há algo concreto a fazer ali mesmo em São Leopoldo e que se alinha com as razões de Bento Gonçalves: limpar a colônia de inimigos da sua causa.

Philipp, voluntariamente, inclui-se no grupo de soldados de Heise, pega em armas e segue com a tropa a Porto Alegre. Tem apenas dezesseis anos, é muito menino, e o major julga uma loucura admiti-lo na guerra. Determinado, dizendo a Heine que sua mãe apoiaria a sua decisão de ajudar os rebeldes, recebe cavalo e lança e parte com os demais que se dispõem no caminho em formação de guerra. A idéia é agir em favor da permanência do novo governo no poder. Não chegam, contudo, a realizar tal intenção, pois são estrangeiros e, por isso, indesejados pelo general Bento Gonçalves. Logo voltariam para São Leopoldo.

A missão de guerra é retomada mais tarde, quando o grupo do Heise se une às forças de Lima e Silva para, em Rio Grande, encontrar a gente de Onofre Pires e desalojar o ex-presidente Araújo Ribeiro. Os alemães revolucionários têm o seu primeiro combate, que é contra o grupo do Juca Ourives e do Pinto Bandeira. Era 22 de abril. A este se seguem outros combates, mais intensos, com mortes, muitas de companheiros alemães.

Philipp chega a ser preso pelos imperiais, permanecendo dias num porão do arsenal da praia, de onde sairia por meio de um pedido de Gründling aos legalistas, o qual interfere tendo

em vista já ser sócio de Catarina no negócio dos empórios. Depois disso, retorna para casa, restabelecendo novamente o contato com a família e sossegando o coração da mãe, que o esperava meses e meses.

Encontra os irmãos crescidos e um novo membro na família, Jacob. O pai havia envelhecido, marcando, assim, o tempo longo que ocupara lutando pela causa revolucionária. Esse tempo o marcara também fisicamente, pois voltara com barba na face, o que surpreende a mãe. Sobre a guerra diz pouco, sugerindo que com ela também acontece de se acostumar e, até, de esquecer algumas coisas. O que quer mesmo não é relatar os fatos e, sim, descansar, dormir, como a estabelecer uma linha divisória, pelo sono, entre o que vivera na guerra e o que viveria no seio da família. A cama o espera e ele só acorda quando a manhã está alta. Tempos depois, essa estada com a família viraria passado, pois o contato de Philipp com a guerra voltaria a acontecer. Era a Guerra do Paraguai.

Do lado dos legalistas também fica Gründling, que organiza um grupo fiel para ajudar o major Marques de Souza a sair do 8º BC, onde está preso por ordem dos revolucionários. O que faz de melhor é reativar sua velha experiência nas negociatas ilícitas de armas, a melhor forma de lucrar em tempo de guerra. Fornece muitas delas ao major brasileiro, que as solicita para levantar o quartel, soltar todos os presos e recuperar os postos tomados pelos rebeldes. É o período da volta dos legalistas ao palácio, o que se dá pelo retorno do presidente Araújo Ribeiro de Rio Grande. Para São Leopoldo, confiando a missão ao alemão Schirmer, envia no lanchão *Dresden* homens, armas e informações a serem repassadas ao doutor Hillebrand, que deverá passá-las a Menna Barreto.

Os lanchões são o meio de transporte das mercadorias de Gründling para seus empórios. As armas são escondidas no meio da carga. Cumprindo uma ordem rotineira da revolução, as tropas rebeldes param o barco, fiscalizam-no e o apreendem. O comércio da colônia, que utilizava a navegação no rio dos Sinos, foi, de fato, controlado durante a Revolução Farroupilha. Aliás, qualquer transporte, não só o comercial, só podia ser feito com licença por escrito da autoridade máxima da província (WEIMER, 1988).

A atitude de von Salisch, que estava do lado dos revolucionários, de fazer um grupo de soldados agir auxiliando os farrapos no enfrentamento das forças de Menna Barreto às margens do rio dos Sinos, na altura da feitoria, é também considerada no romance. Salisch, com um número bem menor de homens do que os legalistas, faz-se estratégico e evita um massacre de sua

tropa: pede autorização a Menna Barreto para falar aos alemães legalistas. Depois da conversa, que se dá em alemão, os soldados abandonam as fileiras, retornando às suas casas ou mesmo se integrando aos farroupilhas. O resultado é a fuga dos imperiais e a frustração da sua tentativa de atacar a capital.

À guerra os alemães do romance parecem já estar acostumados. Philipp, depois de tempos em casa e de ter constituído família, segue com Frederico Bornemann, João Franke, Jorge Lemmertz e Martin Luft, todos voluntários, para a revolução. Vão se encontrar com o comandante Jacinto Guedes. Outros alemães fazem parte da tropa e, nos ataques, são sempre o grupo de vanguarda, “carne para canhão”, como diz o comandante Oto Heise. Desta vez perdem a batalha no Cati. Philipp, agora cabo do exército, recebe a função de comandar o grupo. Na luta, é perfurado no ventre por uma lança. Muitas perdas de companheiros alemães, muita dor, e no campo de batalha, “aos poucos, muito lentamente, chegava o sono incoercível, tranqüilo, suave, definitivo” (TG, p. 146). Assim permanece até receber a ajuda de outros soldados, também alemães, que levam os feridos até o médico no acampamento.

Outra guerra surge. Desta vez os imigrantes alemães que passam a ser soldados defendem a causa do Brasil contra o Paraguai. Agora não formam mais dois grupos como aconteceu na Revolução Farroupilha. O uniforme de todos é o do Império e muitos que haviam sido inimigos na revolução estão lutando lado a lado. Philipp, nesta guerra, já não é mais tão moço como na outra – tem quarenta anos - nem seu papel é de simples soldado ou cabo. É tenente. Outros ferimentos o marcam e com mais outros tantos alemães combatentes tem contato.

No Paraguai se encontra com Gründling, que também é voluntário da pátria. Já está velho e com netos. Passam pela derrota de Itaquí, onde enfrentam Estigarríbia; vivem os desastres de São Borja e das margens do Mbutuí; lutam também em Curuzu; recebem a visita do imperador dom Pedro II e sua comitiva; participam da rendição de Uruguaiana; atacam os paraguaios em seu território; pegam cólera; são feridos; muitos morrem; seguem ordens de Caxias, do Conde D’Eu; constroem e destroem pontes. Enfim, fatos, locais, deslocamentos, derrotas, dor, sofrimento, tudo está historiado nas vozes das personagens alemãs que conseguem se encontrar e conversar nos acampamentos, antes ou depois das batalhas.

Muitos são os sobrenomes alemães citados na narração da Guerra do Paraguai, remetendo a figuras históricas que, de fato, fizeram parte dos Voluntários da Pátria. Houve também contratação de militares alemães para essa guerra – os *brummers* -, mas o romance não se refere a

esse acontecimento, dando ênfase somente aos que já eram imigrantes. As contratações qualificaram o exército brasileiro, ainda bastante precário na época. A esse respeito, afirma Schwarcz (1999, p. 314): “Em primeiro lugar, o combate fez nascer uma nova instituição no cenário brasileiro: o Exército. Se em 1865 – antes da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança – o Exército brasileiro possuía 18 mil homens, um ano depois os números variavam entre 38 mil e 78 mil.” Muitos que se somaram a esse número eram da etnia alemã.

Em São Leopoldo, a família Schneider estabelecia um outro contato muito importante, que viria a redefinir as vidas de Daniel Abrahão e de Catarina. É o encontro com um curandeiro alemão chamado João Jorge Maurer, que usa ervas para curar pessoas doentes. Catarina vê o marido já doente piorar a cada dia, porque não aceita remédios. Quando fica dois dias sem sair do poço, ela decide levá-lo até a casa de Maurer para uma consulta. É quando fecham a morada subterrânea, apesar das súplicas de Daniel Abrahão para impedi-los do ato.

Catarina e o marido, acompanhados pelo filho Mateus, chegam à casa de João Jorge Maurer no dia de seu casamento com Jacobina, filha de André Mentz e da viúva Maria Elizabeth Muller. O curandeiro pede que esperem alguns dias para serem atendidos. Apresentados à noiva, Daniel Abrahão diz-lhe: “- Deus ouve as súplicas dos seus servos enfermos e só Ele nos dá ajuda e misericórdia, só a ele rendemos graça” (TG, p. 208). Está iniciada a relação entre o casal e Daniel, relação esta marcadamente religiosa, que mais se concentra em Daniel e Jacobina, a qual lhe diz que havia sido Deus quem o guiara até ali.

Quando Daniel volta à residência dos Maurer, sela-se a união religiosa com Jacobina, cujo elo é a Bíblia, instrumento de vida para ele há muitos anos e de curiosidade e interesse para ela, que “desde menina sempre tivera um desejo enorme de saber ler bem e de ganhar uma Bíblia” (TG, p. 230). Concordam no entendimento do que é o mundo terreno - “um vale de lágrimas” (TG, p. 231) - e que há um outro mundo, um lugar só de paz e de amor.

A convite de João Jorge, o já velho e doente Herr Schneider permanece na casa dos Maurer para tratar da sua saúde. No tempo que passa lá, ensina muito a Jacobina sobre a Bíblia, lendo e interpretando seus textos para ela. Um dia Catarina explica ao filho Jacob que o pai parece “se dar muito bem lá, nem tanto pelos remédios mas porque encontrou em Jacobina alguém que não quer saber de outra coisa senão ouvir a leitura da Bíblia, ela própria mal sabe ler, e com isso ele se sente mais confortado” (TG, p. 249).

O romance sugere que assim Jacobina se preparava para pregar a seus fiéis, que formaram o grupo que a seguiria, chamado de *Mucker* pelos opositores, pelos outros grupos da mesma etnia e também por brasileiros, os quais se levantaram contra a prática religiosa e social comandada por Jacobina. Seria o principal conflito da colônia alemã, tido como movimento messiânico pela historiografia, o conhecido movimento *Mucker*.

A representação desse movimento é incluída no final da narrativa de *A ferro e fogo: tempo de guerra*, de tal forma que podemos imaginar uma história possível sobre o início de tudo, com a referência aos primeiros contatos de fiéis com a religiosidade de Jacobina. Um indicativo disso é o que Catarina encontra na residência dos Maurer quando para lá retorna para encontrar seu marido: vê quatro carroças paradas debaixo das árvores; Jacobina aparece na porta, vestida de branco; muitas pessoas na sala; Daniel Abrahão pregando com a Bíblia aberta nas mãos; uma mulher de faces lívidas permanece deitada sobre uma enxerga no meio da sala; um homem, possivelmente seu marido, ao lado e uma criança dormindo entre os dois; Jacobina, transfigurada, de joelhos em frente a Daniel Abrahão.

Nesse tempo, em terras paraguaias, a guerra termina: “Num dia claro de abril, a primavera se fazendo presente nas árvores e nos campos, aquele troço dos Voluntários da Pátria levantava acampamento (...) o objetivo era alcançar Montevideú, a guerra havia terminado, Lopes resistira até à morte cercado por dez batalhões e seis regimentos, num total de quinhentos homens, nenhum oficial” (TG, p. 255). A tropa chega a Rio Grande, com o coronel Genuíno à frente. Os alemães, representados por Philipp em sua reação, sentem-se como em uma distante e estranha terra quando são saudados pela população da cidade. Porto Alegre inteira também está nas ruas quando os soldados chegam. Ali muitos alemães encontram amigos e familiares. Philipp, por exemplo, é recebido pelo irmão Jacob, a cunhada Sofia Maria e o filho Abrahão; Jorge Antônio, filho de Gründling, e sua esposa Clara também foram esperá-lo.

Os anos nos campos de batalha haviam transformado a todos. Contudo, é realidade a ser esquecida, como diz Philipp ao irmão Jacob: “É a mais pura verdade, esqueci de tudo o que se passou na guerra e ainda há pouco, quando experimentava essas roupas que vocês mandaram buscar para mim, cheguei à conclusão de que não houve guerra, de que tudo isso não passou de uma grande invenção” (TG, p. 259). A ânsia de esquecer o sofrimento assemelha-se à de querer saber sobre os amigos que haviam ficado na colônia, os negócios, a família. Dali por diante, interessar-lhe-ia só isso não o passado de guerra.

Assim, ainda na casa do irmão em Porto Alegre, o que quer é dormir em cama limpa e travesseiro macio. E “quando assoprou a chama do lampião de bela manga lavrada e afundou a cabeça nos panos macios, dormiu logo, como se fizesse aquilo pela primeira vez na vida” (*TG*, p. 259). O dormir, como o fez no retorno da Revolução Farroupilha, em casa de sua mãe, é para Philipp o encerramento de um passado dolorido, de perdas, e o acordar significa o início de uma outra vida. No tempo da revolução, acordara para a construção de sua própria família; agora, acorda para a inclusão nesta mesma família, dez anos depois de sair de casa e permanecer nos campos de guerra.

Pelo deslocamento dos Schneider do Chuí para São Leopoldo, pelo trabalho honesto e contínuo de Catarina, pelo dormir depois da guerra do Philipp, pela adesão ao grupo dos *Mucker* por parte dos protagonistas da ação, pela mudança de vida de Gründling, desprende-se que a tragédia que marcou por um certo tempo o imigrante pode ser apagada dos sentimentos e neles se incluir novos encontros, estes que levem à paz.

“A verossimilhança é muitas vezes toda a verdade”, já dizia Machado de Assis. É com verdade literária que Josué reinventa uma trajetória verossímil dos alemães pioneiros no Rio Grande do Sul, criando, no processo discursivo, uma história da formação do estado. Assim, em seu texto, articula rigor dos historiadores e as suas invenções de ficcionista. O efeito totalizante dessa articulação é o alargamento da história possível dos imigrantes alemães que colonizaram grande parte do Rio Grande do Sul e nele criaram e desenvolveram o comércio e a indústria, os quais foram vivificados em *A ferro e fogo: tempo de solidão* e *A ferro e fogo: tempo de guerra*.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não estamos feridos de morte, e sim, feridos de vida.

Mempo Giardinelli

4.1 – Contextualização dos romances

Neste trabalho, ao traçar as considerações finais, cabe fazer uma breve contextualização para apontar alguns elementos externos que podem ser relacionados aos cinco romances, tendo em vista o momento em que foram escritos.

Nesse sentido, destaco que Caldre e Fião estava afastado fisicamente do Rio Grande do Sul enquanto escrevia seu romance: cursava medicina no Rio de Janeiro. É possível que ele estivesse vivendo num momento de idealização da figura do alemão que emigrara para o sul do Brasil, bem como de expectativa em relação à contribuição destes para a colonização da província, pois 1847 era ainda o reinício do processo imigratório, que havia sido interrompido em 1830 por força da Lei de Orçamento do Império. Os acontecimentos da Revolução Farroupilha (1835 a 1845) também foram decisivos no prolongamento dessa interrupção, que se manteve até 1844.

Esse momento do autor também estava vinculado a uma lógica romântica, a lógica da pureza de caráter, do processo de integração que acaba bem com o casamento, o que se reflete na construção das personagens e das relações entre elas, como vimos no capítulo correspondente à análise deste romance. Nessa lógica já está também arraigada a idéia de os intelectuais falarem bem do que é nacional, exaltando, dentre outros elementos, os habitantes da terra. De acordo com

isso, observamos no romance de Caldre e Fião o elogio aos lusos e aos alemães e a tentativa de evidenciar a harmonia do encontro das duas etnias.

Pensemos que a questão de lógica narrativa interna de *A divina pastora*, com um tipo idealizado (alemão) que o autor elaborou é bem diferente ao que os outros quatro autores sustentam como questão a conduzir a lógica narrativa interna: estes tiveram uma preocupação explícita de conferir o que elaboravam na matéria narrativa ficcional com um dado real, confirmando-o ou questionando sua verdade; aquele, por sua vez, imaginou livremente a caracterização e as ações das personagens alemãs. Entretanto, de correspondência com o real, no que se refere aos alemães imigrantes, há duas questões de fundo: a assimilação de costumes do gaúcho e a miscigenação. Essa era uma idéia que sustentava a defesa do governo a favor de imigrações de povos europeus para o Brasil, como explica Gertz (2006, p. 2):

Todos aqueles que têm algumas informações gerais sobre a política de imigração e colonização no país sabem que um dos objetivos visados pela política de imigração era o “branqueamento” da raça. Imaginava-se que com a mistura do sangue imigrante branco o sangue do conjunto da população brasileira seria gradativamente depurado da influência negra, considerada maléfica. Isso exigia, evidentemente, a miscigenação.

Assim, por meio do harmonioso casamento interétnico que se realiza em *A divina pastora* fica representada essa vontade governamental e expressada a sugestão de que é possível a convivência de etnias diferentes e, conseqüentemente, a construção de uma outra sociedade.

O autor revela-se o mais abstrato de todos, dando forma a um imaginário que nasce da falta de opinião formada por historiadores sobre o processo vivido pelos imigrantes. Como ele está vivendo os primeiros anos da imigração, ainda lhe falta racionalização sobre o contexto. Pela sua ficção, fica sugerido algo do imaginário pré-imigração, no sentido de o Rio Grande do Sul ter uma etnia européia diferente da lusa e, assim, haver não só a ocupação e o cultivo da terra, mas também a diversificação cultural do meio, a integração com os nativos e a harmonia social. Estas duas últimas expectativas são as priorizadas por Caldre e Fião no seu enredo.

Mais de setenta anos depois, a ficção de Vivaldo Coaracy encontrar-se-ia com uma vasta experiência da imigração alemã no estado, a qual já resultara na formação de núcleos socioeconômicos sólidos e bem reconhecidos em Porto Alegre, haja vista a consolidação do comércio no espaço central da capital pela iniciativa dos alemães, mas também resultara na construção de relações sociais conflituosas. Ocorria que, do processo de colonização já eram passados quase cem anos desde o seu início e estavam em plena discussão questões cruciais que

envolviam alemães e brasileiros, como o “perigo alemão” e a repercussão na sociedade teuto-brasileira dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), além de o país estar às vésperas da campanha de nacionalização.

Estava, então, instalado um ambiente que refletia a crença de gaúchos na possibilidade de um domínio alemão sobre o estado (tese do perigo alemão), a qual já era percebida há algum tempo, e sentimentos vingativos dos mesmos gaúchos despertados pela prática alemã na guerra, de modo especial o bombardeio contra quatro navios mercantes brasileiros em 1917, causando o seu afundamento. Este ato do Império Alemão causara muita comoção entre os brasileiros, vindo a determinar que o governo do Brasil deixasse a neutralidade que vinha adotando em relação ao conflito e decidisse entrar na luta. Nessas circunstâncias, as pessoas da etnia alemã que viviam no Rio Grande do Sul sofreram variadas agressões e foram submetidas a perseguições de parcelas da população gaúcha, de órgãos da imprensa, de instâncias políticas e governamentais.

Acordada a paz na Europa e limitado o poder da Alemanha, no Rio Grande do Sul, aos poucos, a hostilidade foi cedendo espaço para uma convivência mais civilizada, retomando-se a aceitação dos teutos e tendo lugar um processo de reconhecimento de sua contribuição para o desenvolvimento do estado.

Em 1924, ano em que Coaracy escreveu *Frida Meyer*, muito dessa realidade que envolvera os alemães já era apenas um acontecimento do passado. Esse foi, também, o ano do centenário da imigração e, para festejá-lo, foram inúmeras as atividades, as quais expressaram o reconhecimento público do papel da etnia junto à sociedade gaúcha. Certamente, isso foi uma trégua, como a história nos mostrou, pois, com a campanha de nacionalização e com a Segunda Guerra Mundial, os conflitos entre alemães e gaúchos novamente se acentuariam.

Por ter vivido e trabalhado em Porto Alegre, tendo colegas de origem alemã, o autor contava com a referência de sua convivência pessoal com a comunidade alemã no momento da representação daquele universo teuto-brasileiro em seu romance. Tinha também à sua disposição uma já consolidada história do romance brasileiro, que havia levado os intelectuais e artistas de todas as áreas para o modernismo. Voltando para esta história, percebemos que ele adequou os seus alemães a um modelo já experimentado no período literário anterior e que trazia consigo a transposição de vivências de lusos: é com *Casa de pensão* (1894), de Aluísio Azevedo, que *Frida*

Meyer tem vínculo. Em ambas as histórias a família vai se desagregando e hóspedes participam desse desagregamento.

A envolver o romance *Frida Meyer* também há uma referência literária brasileira da década de 1920 que serve de contraponto e que conta para a produção literária sul-rio-grandense: em termos de data, é anterior a *Amar, verbo intransitivo*, de Mario de Andrade, que foi publicado em 1927. Este romance tem uma personagem alemã, “Elza”, cujo papel é a iniciação sexual de rapazes da elite de São Paulo.

Vianna Moog, por sua vez, está mergulhado num universo de teutos e destaca a parte deles que morava, trabalhava e enriquecia no Rio Grande do Sul, denominando-se “alemã”, irradiando orgulho pelo pertencimento à etnia - principalmente nesse tempo em que Hitler impregnara nos seus a idéia de que eram superiores a outras etnias -, não pela condição de brasileira. Na identidade étnica que esta parte aqui construiu prevalecia o caráter germânico, cultivado, especialmente no uso da língua materna, no ensino em escolas particulares de propriedade de alemães e na reverência ao que a Alemanha ditava em termos de cultura e de política na época.

O Brasil, entretanto, tanto por parte do governo quanto por parte da população em geral, reclamava mais brasilidade dos alemães. Acontece que, com o poder de Hitler ameaçando a autonomia das nações e submetendo algumas etnias a um bárbaro sofrimento, mas conservando, mesmo assim, a imagem de herói para muitos da sua etnia que viviam no Rio Grande do Sul, a ponto de se unirem na captação de recursos para enviar à Alemanha,⁹⁷ os teutos chegaram a ser temidos como possíveis agentes de enfraquecimento da nação brasileira em favor dos ditames de Hitler.

Diante disso, formularam-se várias ordens capazes de impor uma transformação: escolas e sociedades alemãs foram fechadas, o culto em língua alemã foi proibido, o idioma alemão não mais pôde ser usado em público, não foi mais permitida a circulação de jornais alemães. Essas ordens foram traduzidas na campanha de nacionalização liderada pelo governo e apoiada por boa

⁹⁷ Sobre os recursos que os imigrantes alemães e descendentes enviavam do Rio Grande do Sul para a Alemanha, os estudiosos da imigração empreendem discussões que se confrontam: para alguns, eram remessas que auxiliariam a causa nazistas; para outros, eram suprimentos para os parentes que lá viviam. Schreiner (1996, p. 46), por exemplo, assim se posiciona quanto à questão: “Os descendentes de imigrantes, preocupados com seus amigos e parentes na guerra, enviaram-lhes alimentos, especialmente café, chocolate e cigarros, que tinham bastante valor na Europa destruída e lá propiciavam a aquisição de alimentos. Tais envios muitas vezes foram realizados com sacrifício e não foram compreendidos por autoridades e população de descendência lusa, que viam neles, não a preocupação por prestar auxílio a pessoas amigas, mas antes um auxílio à causa do nazismo.”

parcela da população “não estrangeira”, que deflagrou perseguições sistemáticas aos imigrantes e seus descendentes, visando à assimilação dos mesmos.

As ações da nacionalização, os sentimentos de aversão aos alemães e a Hitler, a crítica ao racismo alemão, as conseqüências da visível persistência da não-assimilação encontraram um aliado em *Um rio imita o Reno*. Nesse sentido, o romance representou a mesma voz do senso comum brasileiro num tempo em que o nacionalismo era a ordem. A obra circulou entre as pessoas num momento em que as palavras que orientavam a sociedade eram “brasilidade” e “nacionalização”. O sucesso da ficção, portanto, passando para o imaginário do público leitor como um relato histórico, encontra aí a sua razão de ser nos anos finais da década de 1930.

No universo da teoria da literatura, *Um rio imita o Reno* pertence ao grupo de romances de tese, em razão da constituição do “pano de fundo mental em que as coisas acontecem”, explica Luís Augusto Fischer na “Apresentação” à edição de 2005 do romance (p. 8). Em primeiro lugar, a sustentar o significado da obra estão as idéias, não a narrativa em si. E nesse espaço de idéias ocorre uma espécie de confronto de perspectivas entre Geraldo (brasileiro) e os Wollf (alemães), cujo ponto de reflexão é a convivência das etnias.

Uma referência de romance-ensaio ou de tese é *Canaã*, de Graça Aranha (1902), o primeiro romance brasileiro a tratar da imigração alemã. Neste, as duas personagens principais são os alemães Milkau e Lentz, que discutem sobre a fixação dos imigrantes nas terras do estado do Espírito Santo, apresentando diferentes idéias sobre a assimilação. Vianna Moog liga-se a este autor em termos de temática, da delimitação desta temática - ambos tratam dos problemas referentes ao processo de integração dos alemães à sociedade brasileira - e da classificação do romance.

Erico está de acordo com a concepção intelectual do pós-guerra de buscar a identidade regional, que voltaria a ser uma preocupação importante para a literatura; por isso, segue o caminho mimético de (re)criar o ambiente histórico como cenário acolhedor das personagens de ficção. O ambiente recriado é aquele que formou o Rio Grande do Sul com a participação do imigrante alemão. Menton (1993, p. 34) registra: “Tal vez la más sobresaliente de las novelas históricas criollistas es *O continente* (1949) del brasileño Erico Veríssimo”. Gabriel Garcia Márquez percebeu a inovação, a engenhosidade da forma romanesca em *O tempo e o vento*, tomando-o como uma referência de criação para escrever o seu *Cem anos de solidão* (1967).⁹⁸

⁹⁸ Conforme Luis Fernando Verissimo (2000)

A exemplo dessa crítica internacional, no Brasil Erico é amplamente reconhecido como o escritor que, após anos de existência do romance histórico (desde Alencar), encontrou a forma madura desse subgênero literário. A esse respeito, assim argumenta Flávio Loureiro Chaves (2000, p. 70):

Ocorre que o mural representativo da nossa formação, fixando tanto os mitos fundadores quanto a seqüência dos fatos, também não era uma idéia nova. Vinha do romantismo nacionalista (leia-se Alencar) e reapareceu em diversas correntes do modernismo a partir dos anos 20, rodando até a concepção do *Macunaíma* de Mário de Andrade. O volume inaugural de *O Tempo e o Vento*, em 1949, não incorporou, pois, à ficção o “projeto” do romance histórico, que já era antigo. Erico Verissimo ofereceu, isto sim, a chave da sua resolução formal que, fossem quais fossem os antecedentes, não havia sido encontrada até então. Afinal, o triunfo da criação não residia na mera descoberta de um tema, mas na sua expressão ótima, que acaba por incluí-lo definitivamente na nossa visão do mundo.

Como podemos observar, também para este estudioso com *O tempo e o vento* temos o exemplo da forma de fazer o romance histórico.

Erico inicia a sua leitura dos alemães no Rio Grande do Sul num período histórico em que a cultura do imigrante alemão e seu trabalho eram reconhecidos como essenciais na mudança do estado, que deixou de ser patriarcal e agrário e passou a se desenvolver pelo comércio e indústria. Porém, muitos sentimentos contrários à etnia eram superiores a esse reconhecimento, pois havia recém terminado a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, antes disso (1930) – e isto serve para contextualizar também o momento de Vianna Moog - já se vivia uma das experiências maiores de enfrentamento interno aos teuto-brasileiros: a campanha de nacionalização deflagrada pelo governo de Getúlio Vargas causou uma mudança visível que iria culminar na assimilação. Lembremos que Getúlio fazia parte do sistema americano, dependendo, portanto, dos Estados Unidos, contudo seguia as diretrizes de Hitler e de Mussolini para levar o Brasil à ascensão econômica. Os três líderes construíram uma política econômica a partir da instituição de um Estado indutor do desenvolvimento.

O mundo, no entanto, passou a conhecer os resultados da ação de Hitler pelas barbáries cometidas contra etnias consideradas inferiores. Irrompendo a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas determinou que o Brasil seria um país aliado, passando para o lado dos Estados Unidos na luta contra a Alemanha. Assim, o enfrentamento aos da etnia alemã podia ter a ver com a imagem e a ação do Brasil para com os Estados Unidos. Era como se se considerasse que existiam inimigos dentro do país.

O nacionalismo alemão, então, que serviu até mesmo de rumo para o governo brasileiro levar a nação ao desenvolvimento almejado, teve como culminância o nazismo. A literatura rio-grandense, nessas circunstâncias, instalou um debate sobre questões determinantes na construção da parte da identidade étnica alemã vista como negativa, resultando em críticas sérias ao comportamento daqueles que, em denúncia do racismo praticado por muitos da etnia, ironizavam a forma de expressão dos sujeitos, quer pelo uso da língua alemã, quer pelas manifestações culturais, explicitando conflitos com os brasileiros, propagando, enfim, uma imagem repulsiva dos imigrantes e seus descendentes, numa contraposição à imagem positiva dos nacionais. Assim o fizeram Vianna Moog e Erico Verissimo.

A situação dos teuto-gaúchos era bem outra quando Josué Guimarães escreveu sobre a imigração alemã: eles não só já não estavam mais sob a suspeita dos luso-brasileiros, como também já ocupavam os principais espaços no poder político. Basta tomar como exemplo a elevação do general Ernesto Geisel à presidência do Brasil em 1974, este um descendente de imigrantes alemães, nascido em Bento Gonçalves, de confissão luterana. Isso, definitivamente, confirma uma mudança de mentalidade do Brasil em relação à imagem do imigrante alemão e de seus descendentes.

Acompanhando esse *status* positivo conferido à etnia na época, grandes homenagens foram feitas aos alemães por ocasião do sesquicentenário da imigração, com o apoio e atenção especial do presidente da República e do governador do estado, Euclides Triches. A contribuição alemã estava, a essas alturas, definitivamente admitida como parte assencial da vida gaúcha. E Josué, nesse contexto, volta-se para tempos heróicos da formação do Rio Grande do Sul nos quais viveram e trabalharam os primeiros imigrantes, reconstruindo a epopéia daqueles que estavam sendo propagados como heróis da colonização do estado e protagonistas da sua ascensão econômica. Nesse sentido, seu romance constitui um depoimento sobre uma época e seus fatos, marcado por uma visão construída num tempo presente bastante rico em relação ao tema, como foram os primeiros anos da década de 1970.

A ferro e fogo marca a estréia de Josué como romancista e, a julgar pela opção do tema, confirma a atenção que o escritor tinha – talvez sagacidade – em relação ao momento histórico em que vivia, no qual se afirmava o interesse pela interpretação do papel dos alemães na formação social, política e econômica do Rio Grande do Sul, formulando-se uma imagem positiva do imigrante.

É nesse contexto que também muitos intelectuais de diversas áreas do conhecimento passam a se dedicar a pesquisas sobre a presença dessa etnia no Rio Grande do Sul. Dentre esses intelectuais podemos destacar René E. Gertz, Martin Dreher, os autores dos textos constantes em *RS: imigração e integração*, livro organizado por Sérgio Gonzaga e José Hildebrando Dacanal, também os autores dos textos de *Nós, os teuto-gaúchos*, livro organizado por Luís Augusto Fischer e René E. Gertz, Renate Schreiner, Magda Roswita Gans, Marcos Justo Tramontini, Lucio Kreutz, Telmo Lauro Muller. Hoje, seus estudos continuam sendo referências para a compreensão do processo desenvolvido pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, incluindo questões como germanismo, educação, religião, política, economia, perigo alemão, construindo uma renovação da pesquisa e da interpretação da imigração alemã.

O fato de Josué escrever uma história sobre um acontecimento bastante afastado no tempo resulta num desprendimento da realidade, o qual se efetiva no ato de conceber uma história fora do seu ambiente, fora da perspectiva real do presente, diferentemente dos romancistas anteriores aqui estudados, com exceção do Erico Veríssimo. Estes, como já referi, escrevem sobre algo de seu tempo presente e que acontece no ambiente onde vivem (Vianna Moog) ou onde haviam vivido há pouco tempo (Caldre e Fião e Vivaldo Coaracy).

Josué, por sua vez, volta-se para um período do século XIX, 150 anos antes de seu presente. Dessa forma, coloca-se na tradição de outros tantos grandes ficcionistas que criaram obras clássicas sobre temas históricos do passado de um país, de uma sociedade, a exemplo de Tolstoi (*Guerra e paz*), Stendhal (*O vermelho e o negro*), Erico Verissimo (*O tempo e o vento*) e Vargas Llosa (*A guerra do fim do mundo*).

Os romancistas, colocados na linha do tempo em que se construiu o caminho dos alemães no Rio Grande do Sul, estiveram envolvidos em contextos culturais marcados por acontecimentos históricos que fizeram do processo da imigração uma evolução de compreensões da identidade étnica e da importância da contribuição dos alemães para o desenvolvimento do estado. Nesses contextos criaram com suas narrativas ficcionais um efeito de verdade, conforme o sentido dado por Jen Marie Goulemot (1990, p. 398): “A verdade está no fim de uma procura que é uma ascense social e moral.” Embora exista muito de real nas histórias, a verdade contada emerge do íntimo, por isso age sobre o sujeito que lê, levando-o a reconhecer no narrado um mundo possível dos alemães imigrantes do Rio Grande do Sul.

Mesmo que os autores analisados tenham visões particulares dos alemães e se diferenciem, por isso, no tratamento do conteúdo “imigração alemã”, eles se aproximam quanto à forma de elaborar seus romances, são destaques disso os seguintes aspectos: os cinco textos têm uma forma que está vinculada à terceira pessoa; revelam uma espécie de distanciamento da matéria narrada; demonstram um apego à verossimilhança; têm um vínculo com a matéria-prima histórica (referências reais - pouco presentes em *A divina pastora* no que respeita aos alemães) e existe uma prioridade do objeto analisado.

Todos os romancistas refletem em seus trabalhos a questão da diferença étnica, abordando, à exceção de Caldre e Fião, certos conflitos advindos dos contrastes que se formaram na convivência entre alemães e brasileiros. A história já narrou com insistência que, diante dos desafios a que os imigrantes se viam expostos no Rio Grande do Sul, no que se referia à situação econômica, social e política dos primeiros tempos nas suas colônias, bem como pela necessidade íntima de preservarem o sentimento de pertencimento à cultura germânica e, ainda, por serem, em sua maioria, da religião protestante e priorizarem a escolaridade dos filhos, limitaram as intervenções externas – dos brasileiros, autoridades ou vizinhos - em suas organizações familiar e comunitária. Nesse sentido, a assimilação era algo difícil de ser realizada na prática cotidiana.

Essa realidade tornou possível até mesmo a criação de certos conceitos sobre essa etnia. De fato, é possível que, por colonizarem áreas do Rio Grande do Sul até então pouco conhecidas, mostrando aos brasileiros uma outra forma de organização social e do trabalho, pautada na pequena propriedade, no culto protestante, na prioridade à educação escolar, na determinação para o trabalho, na língua alemã e em muitas outras características que os identificavam e os faziam diferentes no contexto, os alemães tenham sido caracterizados como fortes, desbravadores, trabalhadores incansáveis, inteligentes, racionais, econômicos.

Segundo o pensamento de uma parte representativa dos historiadores da imigração, esses conceitos, ao contrário do que se possa pensar, não foram simplesmente atribuições vagas dos “de fora”. Os próprios alemães, pela necessidade de se estabelecerem firmemente na nova pátria, ofereceram condições para que os nacionais se sentissem, ao observá-los, diante de verdadeiros heróis de epopéias. Ainda, reunidos em colônias homogêneas nas primeiras décadas de imigração, com sua cor, língua, vestes, casas, alimentação, foram inevitáveis certos distanciamentos em relação aos nacionais, o que ajudou, pensamos, a povoar o imaginário de quem, de fora, observava o grupo.

Muito disso ganhou maior força na fase de colonização vivenciada até a década de 1870, quando se fundou a maior parte das colônias homogêneas, oficiais ou particulares, as dos vales dos Sinos, do Caí, do Taquari, do Jacuí e do Pardo. Segundo Roche (1969, p. 113), “todas essas colônias foram estabelecidas na orla florestal, que limitara a penetração luso-brasileira. Disso resultou grande unidade de gênero de vida, que veio fortalecer a unidade de origem desses grupos humanos, restringindo-lhes o horizonte ao pedaço de terra e às comunidades locais, permitindo-lhes conservar a língua materna.”

Pelas informações de Roche, foi nessas condições de formação de colônias, de modos de vida e comportamentos dos habitantes que se instalou no governo e na população a preocupação de que os alemães viessem a exercer domínio de poder capaz de ameaçar a supremacia política e social que os “brasileiros” julgavam deter. Roche (1969, p. 130) afirma: “O Governo e a opinião pública da Província preocuparam-se com essa homogeneidade de povoamento, que se estendia por uma zona cada vez mais vasta. Receou-se ver formar-se no Rio Grande uma *pequena Alemanha*⁹⁹. Desejou-se banir uma língua e tradições que há pouco eram consideradas fonte de disciplina ou de atividade e quebrar uma solidariedade local e étnica que primeiro se encorajara.” E quando se formaram os vários núcleos coloniais particulares na região do Planalto, já no final do século XIX e primeiros anos do século XX, tal visão sobre as comunidades germânicas se renovou.

Mesmo sendo colônias mistas, ou seja, com habitantes de várias etnias, a aglomeração de alemães que compartilhavam as mesmas características de origem (religião, língua) não foi evitada, como explica Roche (1969, p. 130):

Essas colônias apresentam, aliás, características um pouco diferentes das colônias oficiais. Fundadas por particulares ou sociedades, que não tiveram o mesmo cuidado que o Governo em desenvolver os meios de comunicação, esses núcleos estão mais isolados do que os do estado; alguns receberam muitos imigrantes, mas todos contam, pelo menos, 50% de antigos colonos que restringem, na mesma proporção, o campo da imigração posterior; reúnem, sobretudo, homens da mesma origem étnica e, muitas vezes, da mesma confissão: os italianos convergiam para o Norte e Nordeste do Planalto, os alemães para o Norte-Noroeste; entre estes, os católicos agruparam-se em colônias como Boa Vista e Cerro Azul, criadas por organismos ao mesmo tempo profissionais e confessionais (Deutsche Bauer Verein), conservando o zelo tanto pela religião como pelas tradições germânicas, ao passo que os protestantes se dirigiram, de preferência, para Neu Württemberg e seus satélites, as colônias-modelo fundadas por H.

⁹⁹ Roche informa que essa expressão aparece no Relatório do Presidente, 1849, 1856; *Anais da Assembléia*, 22 de julho de 1869: Discurso do deputado Berlinck contra a má orientação dada pelo governo à colonização provincial.

Meyer. A força que esses blocos homogêneos adquiriram não deixou de causar preocupações à administração.

O registro histórico de que havia olhares atentos dos nacionais voltados para os alemães, por serem grupos que trabalhavam de modo diferente, que falavam uma língua estranha, que tinham outras tradições culturais, que eram protestantes e priorizavam as escolas, dá conta das muitas investidas de uma etnia contra a outra (lusa e alemã), as quais têm seus auges nas duas guerras mundiais e na campanha de nacionalização do governo Getúlio Vargas. Isso tudo nos remete à etnicidade teuto-brasileira que foi construída na prática dos imigrantes e nos discursos de e sobre eles, cujos principais substratos são a religião, a língua, a nacionalidade e a capacidade de trabalho alemã.

No contexto cultural rio-grandense, com a presença da etnia alemã, passou-se a conviver com a noção de *Deutschtum*, nas acepções explicadas por Seyferth (1999, p. 1):

A palavra *Deutschtum* tem dois sentidos que convergem para compor a etnicidade teuto-brasileira: expressa o sentimento de superioridade do "trabalho alemão" — e, neste caso, remete ao progresso trazido pelos pioneiros à "selva" brasileira — e define o pertencimento à etnia alemã, estabelecendo seus critérios — língua, raça, usos, costumes, instituições, cultura alemães.

O primeiro sentido tem relação com o processo histórico de colonização associado à idéia de *Heimat*: o trabalho "pioneiro" de construção de uma sociedade nova e progressista, literalmente a edificação de uma nova pátria no Brasil ou, mais restritamente, no Vale do Itajaí. Daí o emprego da palavra *Heimat* (pátria), derivada de *Heim* (lar) — no seu sentido mais particularista a pátria deve coincidir com o lugar onde o indivíduo tem o seu lar. Ou pode ser, simplesmente, a comunidade étnica que, para ser alemã, deve expressar *Deutschtum* — e aí está o segundo sentido, englobando a idéia de raça, língua, cultura e espírito. Desse modo, define-se o pertencimento à etnia/nação alemã pelo *jus sanguinis*, instituindo uma germanidade materializada por intermédio da "colônia alemã"¹⁰⁰.

Nos romances tudo isso aparece como uma expressão social que acompanhava os alemães nas colônias e nas cidades. E a referência a essas condições existenciais dos imigrantes, destacando o diferente, na maior parte das vezes sugere que o diferente é problema, é defeito da etnia. Assim, tratando dessa questão, os escritores inserem-se num longo debate que ocupou, e ainda ocupa, muitos intelectuais brasileiros que analisaram a imigração. Sempre os preocupou qual seria a dimensão do efeito desse "diferente" da etnia alemã sobre a formação social e cultural do país. Esse assunto já se colocava aos intérpretes do Brasil do século XIX, dentre os

¹⁰⁰ Disponível no site www.scielo.br. Acesso em: 10 fev. 2007.

quais as maiores expressões do pensamento sobre a colonização alemã no sul do Brasil foram Tobias Barreto (1839-1889) e Silvio Romero (1851-1914), que se revelaram admiradores da Alemanha. Com suas idéias, eles instalaram uma problematização sobre as questões miscigenação e germanismo.

O efeito das interpretações de Tobias Barreto pode ser dimensionado pela observação do pastor Hermann Dohms, que o considerou “o brasileiro que mais profundamente compreendeu a essência alemã e que com maior ardor ajudou a construir a ponte do pensamento alemão para a maneira de ser brasileira” (apud GERTZ, 2006). Teria sido Barreto, segundo Gertz, precursor do germanismo cultivado entre os intelectuais e políticos brasileiros, o qual se diferencia daquele cultivado pelos imigrantes e seus descendentes em suas famílias, sociedades, escolas, igrejas, cujas características foram antes apontadas. Guilhermino Cesar também assim considera Tobias Barreto, por entender que seu trabalho de defesa e divulgação das idéias alemãs caracterizou-se como “um verdadeiro apostolado cultural” (CESAR, 1971, p. 253-254). Nesse sentido, parece-lhe certo reivindicar para esse sergipano, a exemplo do que fez Silvio Romero, “a iniciativa da primeira campanha sistemática em prol do pensamento germanista no Brasil” (p. 253).

Silvio Romero deu continuidade ao legado de Tobias Barreto e interpretou a presença dos alemães como um impulso para o desenvolvimento do país. Com essa concepção, e de acordo com a ideologia do branqueamento, “pensava que, quanto maior fosse a importação de cultura e sangue alemães, mais o país se desenvolveria” (GERTZ, 2006, p. 2). Seu pensamento em relação a esse desenvolvimento pressupunha mudanças definitivas da relação dos imigrantes com a Alemanha, como também a sua assimilação. Assim Gertz (2006, p. 2) explica:

Para Romero, os efeitos benéficos da imigração alemã só se fariam sentir se os imigrantes rompessem de forma total seus vínculos com o país de origem, se ao pisarem em território brasileiro abrasileirassem seu sobrenome, se não falassem mais nenhuma palavra em alemão, se casassem com uma pessoa de origem étnica “antípoda”, o que quer dizer preferencialmente uma pessoa negra. O caráter metafísico dessa concepção estava no fato de que se acreditava no e louvava piamente o valor da cultura e do sangue alemães¹⁰¹, mas seus efeitos benéficos sobre a sociedade brasileira só se efetivariam caso se diluíssem e desaparecessem de forma total no sangue e na cultura brasileiros. Nosso sangue e nossa cultura seriam tanto mais beneficiados, quanto maior fosse a diluição do sangue alemão. Isso significa que Romero foi um fervoroso “germanista”, admirador e cultor da Alemanha e dos alemães, mas, na sua opinião, se um imigrante alemão ou descendente manifestasse apego à cultura e à etnia alemãs, defendesse um germanismo tal como era defendido por ideólogos de origem alemã, estaria

¹⁰¹ Numa nota, Gertz (2006, p. 2) explica: “Seu mestre Tobias Barreto chegou a editar um jornalzinho em língua alemã na caatinga nordestina.”

descumprindo a função que se lhe atribuía pela política de imigração.¹⁰² O resultado dessa concepção refletiu-se no conhecido livro *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*, publicado em 1906. Pelo título, pode-se aquilatar a avaliação que fazia da imigração alemã no sul do Brasil tal qual ela, na sua opinião, efetivamente se dera.

Essa forma de pensar o modo como os alemães que vieram para o Brasil e seus descendentes deveriam ser e agir foi também cultivada pela literatura. Em *Um rio imita o Reno* e em *O tempo e o vento*, mais do que nos outros romances desta pesquisa, observamos a presença dessa leitura de Romero, que indica a defesa da assimilação. Todavia, é possível fazer uma observação que cabe para todos os romances: paralelamente ao tratamento das diferenças, aparece o reconhecimento do papel dos alemães na instituição e no fortalecimento da pequena propriedade rural e no desenvolvimento do comércio e da indústria do Rio Grande do Sul. Considerando isso, a literatura analisa e questiona o processo da colonização alemã, mas sem deixar de demonstrar que a corrente imigratória foi de grande importância para o estado.

Por meio dos romances estudados, tive contato com instigantes pontos de vista sobre o objeto de estudo. Como afirma Carlo Ginzburg (2002, p. 43), “todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”. Nesse sentido, os cinco escritores, diferenciando-se quanto à época histórica e à visão de mundo, acabam por tecer uma narrativa totalizante da imigração e colonização alemã no estado, pois contemplam, como grupo que formam, as mais diferentes características que identificam a etnia, como espaços ocupados – campo e cidade –, atividades econômicas desenvolvidas e vivências culturais e religiosas.

Observamos, então, que a literatura gaúcha, embora tendo produção ainda pequena quando a imigração iniciou, não demorou a dar atenção à nova realidade de colonização. Como vimos, já no primeiro romance sul-rio-grandense de que temos conhecimento, *A divina pastora*, os alemães aparecem como personagens importantes. Desde então, tem-se escrito ficção como leitura possível do mundo fundado por esses imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul. A literatura tomou como seu o desafio da representação dos alemães em terras gaúchas, garantindo, nessa escrita, o lugar da dimensão humana.

¹⁰² Gertz (2006, p. 2) observa que “esse tema foi abordado recentemente no capítulo O alemanismo no sul do Brasil do livro *Silvio Romero, hermenêutica do Brasil*, de Alberto Luiz Schneider (São Paulo: Anablume, 2005, p. 155-189).”

Mesmo que constantes nos registros históricos e sentenciadas várias verdades sobre a imigração alemã, foi fundamental a atuação dos escritores ficcionais para a formação de conceitos sobre a “etnia”, como também para interpretar as imagens desta elaboradas pela história em diferentes épocas. Pelos romances nos são oferecidos elementos para realizarmos uma preciosa reflexão acerca da vida alemã e sobre a importância das suas representações deles nas obras para o imaginário dos leitores.

Dessa forma, a literatura acentua elementos que nos sugerem a dimensão do alcance da iniciativa do governo imperial, que se desdobra em realidades brasileiras matizadas de estrangeiras desde o início do século XIX. Não fica restrita, por exemplo, a sangue e língua para particularizar a etnia alemã. Enfatiza, ao invés disso, uma luta de humanos em meio à natureza estranha, impositiva, e a outros grupos humanos já há muito assimilados e dizendo-se donos da terra e do modo de ser rio-grandense. Enfatiza também cultura própria, cultura assimilada, críticas a comportamentos, preconceitos na convivência com os brasileiros e formação de núcleos rurais e urbanos. Enfim, dessa forma é que os romances tornam singular a história dos alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. E a visão de cada escritor nos vem pela conjugação de conteúdo selecionado e da forma construída. Como afirma Fredric Jameson (1992, p. 9), “a produção da forma estética deve ser vista como um ato ideológico em si próprio, com a função de inventar soluções imaginárias ou formais para as contradições sociais insolúveis.”

4.2 - Mapas literários

Uma boa interpretação do real acontece quando o texto representa o sujeito em questão, conduzindo a que sua história concreta e seus sentimentos sejam objetivados em palavras. É algo assim que ocorre nos romances estudados neste trabalho. Alguns estão mais presos ao real, outros um pouco menos, mas todos se aproximam por trazerem características de romances documentais, formalizando, dessa forma, uma leitura possível do processo por que passou a etnia alemã no Rio Grande do Sul ao longo de 150 anos (1824 – 1974).

São os inúmeros aspectos dessa leitura que podem ser representados por meio de mapas literários, conforme designação de Franco Moretti. Apresento neste estudo dois mapas: no Mapa Literário 1 destaco os municípios reais do estado do Rio Grande do Sul em que foram

ambientadas as personagens dos romances estudados; no Mapa Literário 2, os deslocamentos das personagens do campo para a cidade.

Observe'mos que os municípios destacados no Mapa Literário 1 são os espaços que efetivamente os imigrantes alemães reais colonizaram. Nesse conjunto, São Leopoldo é o mais contemplado nas histórias dos romancistas, tendo, assim, ressignificada pela literatura a sua condição de berço da colonização alemã, a qual aconteceu desde quando ainda era feitoria (*O tempo e o vento* e *A ferro e fogo: tempo de solidão*), passando pelos primeiros anos de sua criação como povoado de características germânicas (*A divina pastora*, *O tempo e o vento* e *A ferro e fogo: tempo de solidão*), pela época da Revolução Farroupilha (*A divina pastora* e *A ferro e fogo: tempo de guerra*) e chegando à situação de alvo dos discursos e de muitas ações da população gaúcha e das autoridades governamentais, quando, no Estado Novo, pouco antes de se iniciar a Segunda Guerra Mundial, quis-se neutralizar o poder da cidade e de seus habitantes, ambos vistos como extensões hitleristas, bem como denunciar o comportamento racista que caracterizava parte de sua comunidade (*Um rio imita o Reno*).

Porto Alegre é o segundo espaço mais representado pelos romances, onde as ações mais importantes e a fixação das personagens são concentradas na praça Quinze e nos seus arredores. Tudo é descrito de forma muito próxima do real, com o desenho das ruas onde se concentraram os alemães com suas moradias, suas casas de comércio, seus clubes e bares (*A ferro e fogo: tempo de solidão*, *A ferro e fogo: tempo de guerra* e *Frida Meyer*).

A Cruz Alta que aparece no mapa está no lugar de Santa Fé, a cidade imaginária de Erico Verissimo. Pela descrição que dela aparece no romance, sabemos que o escritor a localizou próxima de Cruz Alta, cidade onde nasceu e que também recebeu levas de colonos alemães. Há uma compreensão corrente entre os estudiosos da obra *O tempo e o vento* de que Erico criou Santa Fé tendo como referência as características sociais e culturais de Cruz Alta, bem como a sua localização geográfica.

A construção visual do Mapa Literário 1 mostra um padrão de exclusão, visto que um grande número de colônias não aparece nos romances. É um espaço de colonização alemã muito pequeno o que os escritores refletem em suas obras, se considerarmos a grande região que compreendeu as antigas e as novas colônias. Assim é que nenhuma colônia dos vales do Caí e do Taquari recebeu a atenção dos romancistas que recontam a história dos imigrantes nos primeiros 150 anos de sua presença no estado. Temos, assim, uma informação importante que a geografia

oferece para a história do romance sobre a imigração alemã, a exemplo do que registra Franco Moretti (2003): o que poderia estar nos romances estudados e o que realmente está neles. Dessa forma, este mapa torna-se o mapa literário do espaço onde moram as personagens alemãs que fazem parte dos romances gaúchos escritos durante os 150 anos da imigração no Rio Grande do Sul.

No Mapa Literário 2 o aspecto textual selecionado é o deslocamento dos alemães do campo para a cidade, trocando o trabalho na agricultura pelo trabalho no comércio. Os romances que têm dados relativos a esse aspecto são *Frida Meyer*, *O tempo e o vento* e *A ferro e fogo*.

No primeiro temos o jovem Germano Weiss, um teuto-brasileiro que deixou a sua família em Santa Cruz do Sul, uma das colônias antigas. A atividade da família Weiss era a produção de fumo, espécie que, no mundo real, identificava a atividade dos colonos naquele espaço. Ele emigrou para Porto Alegre a fim de trabalhar como arquiteto. Pela trajetória de vida que implementa em Porto Alegre – trabalhar desonestamente, enganar as pessoas e não progredir economicamente – sugere-se no romance que a saída da colônia e do círculo familiar torna o indivíduo um desajustado, um “perdido”.

No segundo, há as famílias Schultz, Spielvogel e Kern, que emigraram da Alemanha e compraram terras aqui para nelas fazer a lavoura. A Schultz fixou-se próximo ao povoado de Santa Fé e a Spielvogel e a Kern, em Nova Pomerânia. Com o passar do tempo, seus descendentes fixaram-se na cidade de Santa Fé (representada no mapa por Cruz Alta) e lá montaram suas casas de comércio. O desenho que as famílias imaginadas por Erico permitem fazer no mapa remete ao tempo das primeiras décadas do século XX, quando se intensificou a migração dos descendentes de imigrantes alemães à cidade, saindo das colônias criadas pelos seus pais. Com isso, o Rio Grande do Sul ascendeu economicamente, desenvolvendo fortemente seu comércio e sua indústria.

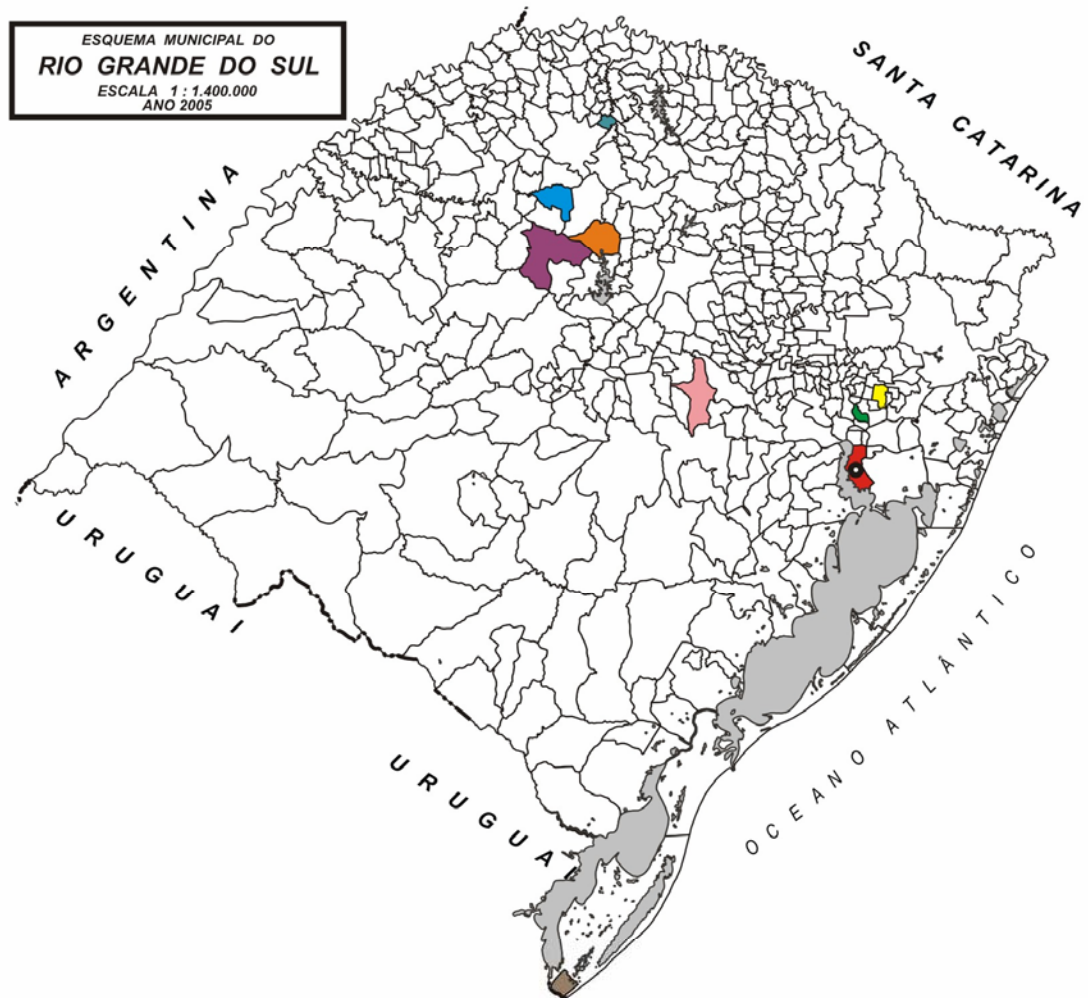
No terceiro temos os Schneider, que saíram de São Leopoldo para serem colonos no Chuí, mas, quando terminou a Guerra Cisplatina, voltaram para São Leopoldo, onde montaram seu primeiro empório, ainda em 1828. Assim, é representado o início do comércio dos alemães, com produtos excedentes dos colonos dentro do período inicial da imigração, o que a história chama de “primeira fase” (1824-1830).

A família alemã constituía-se na célula de produção na pequena propriedade, como está representado nesses romances. Muitos discursos históricos que elevam a capacidade para o

trabalho que particularizava o alemão destacam que todos os membros se empenhavam no desenvolvimento das estratégias de sobrevivência e progresso e tinham assimilada uma divisão social do trabalho. Primeiramente, era necessário atingir a auto-suficiência; posteriormente, os excedentes da produção familiar passariam a ser vendidos aos comerciantes, também conhecidos como “vendeiros”, embasando, assim, o forte comércio que se desenvolveu e se consolidou no estado pelas mãos dos alemães.

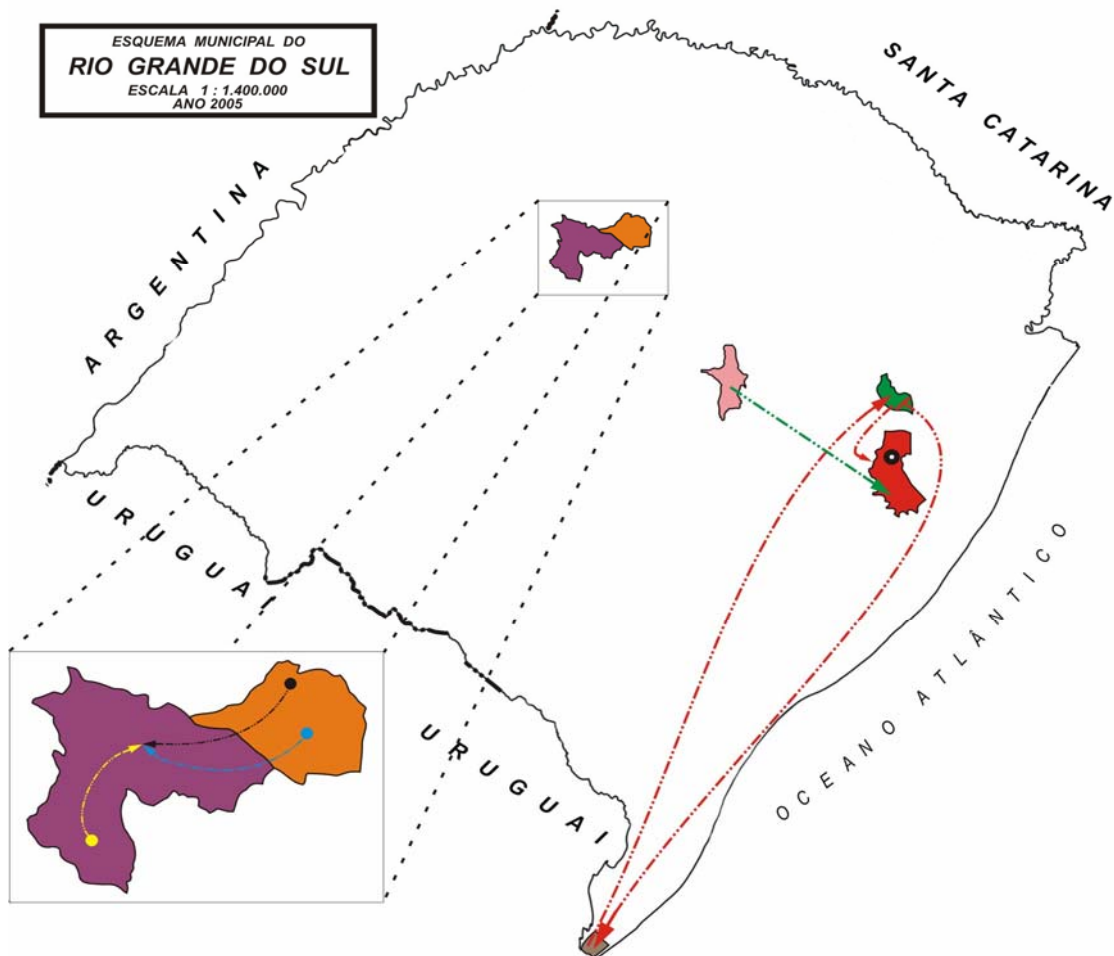
Diferentemente do que é sugerido por Vivaldo Coaracy por meio do deslocamento da personagem Germano Weiss, os romances de Erico e Josué propõem que o trabalho na cidade leva ao progresso. Os alemães que estão ricos na história de *O arquipélago*, quer dizer, no fim da trajetória da formação do estado, não estão no campo: eles fizeram a modernidade das cidades com seu comércio e indústria. O campo é visto por Erico como decadente. Na página 202 do v. 1, Rodrigo Cambará diz ao irmão Toríbio: “O mundo progride, mas o Angico fica para trás, atolado no passado.” Sabemos que o Angico é a representação do mundo rural. Em Josué a idéia se repete: os Schneider têm maior progresso econômico, ampliando os negócios, a partir do retorno do Chuí a São Leopoldo, onde não mais trabalham como colonos, mas como artesãos e comerciantes.

Mapa Literário 1



- | | |
|---|--|
|  CHUÍ
- A Ferro e Fogo: Tempo de Solidão |  Santa Cruz do Sul
- Frida Mayer |
|  Cruz Alta
- O Tempo e o Vento |  São José das Missões
- A Ferro e Fogo: Tempo de Solidão |
|  Ibirubá
- O Tempo e o Vento |  São Leopoldo
- A Divina Pastora
- Um rio imita o Reno
- O Tempo e o Vento
- A Ferro e Fogo: Tempo de Solidão
- A Ferro e Fogo: Tempo de Guerra |
|  Panambi
- O Tempo e o Vento | |
|  Porto Alegre
- Frida Mayer
- A Ferro e Fogo: Tempo de Solidão
- A Ferro e Fogo: Tempo de Guerra |  Saporanga
- A Ferro e Fogo: Tempo de Guerra |

Mapa Literário 2



Família Schneider



A Ferro e Fogo: Tempo de Solidão
A Ferro e Fogo: Tempo de Guerra

Germano Weiss



Frida Mayer

Família Spielvogel



O Tempo e o Vento

Família Kern



O Tempo e o Vento

Família Schultz



O Tempo e o Vento

Chuí



Cruz Alta



Ibirubá



Porto Alegre



Santa Cruz do Sul



São Leopoldo



4.3 – Idéias conclusivas

A literatura sul-rio-grandense, ao longo do tempo compreendido na pesquisa, foi criando imagens sobre a família, o trabalho, a religião dos alemães imigrantes e dos seus descendentes, bem como ressignificou espaços do estado que foram por eles ocupados, tanto no campo quanto na cidade, recriou os seus deslocamentos entre esses espaços e reconstruiu contatos mantidos com os da mesma etnia e com os brasileiros. Nesse sentido, com o trabalho dos romancistas Caldre e Fião, Vivaldo Coaracy, Vianna Moog, Erico Verissimo e Josué Guimarães, institucionalizou-se, no universo ficcional, a existência social de um dos povos que formaram o Rio Grande do Sul. Dessa forma, foi fundado um mundo possível da gente que deixou a Alemanha para trabalhar no extremo sul do Brasil, participando, assim, da formação social, religiosa, política e econômica desta região.

Os escritores acompanharam a longa caminhada da história da imigração num período de 150 anos, tomando-lhe alguns trechos e fazendo destes o fermento para seus romances. Eles recriaram o mundo do imigrante alemão no plano do imaginário, buscando para isso, às vezes, narrações feitas por historiadores, incluindo, assim, em suas construções discursivas visões e fatos pertencentes ao real. E as escolhas do que havia no real foram entretecidas à imaginação dos autores, com o que surgiram histórias sobre a etnia, histórias estas carregadas de imagens dos indivíduos, sejam eles figuras históricas, sejam personagens puramente ficcionais. Mais que tudo - para dizer do jeito que Octávio Paz disse sobre o gênero romance em *Signos em rotação* (1996) - eles reviveram instantes ou uma série de instantes e suas obras não são outra coisa senão uma imagem.¹⁰³

Os romances estudados permitem afirmar que no Rio Grande do Sul se praticou, com ênfase, uma literatura de cunho documental, como observamos no restante da produção romanesca nacional. Essa característica indica uma busca de diferenciação em relação ao romance europeu, modelo primeiro apropriado pelos escritores que iniciaram o gênero no Brasil (Alencar), no sentido de representar a nacionalidade. Os rio-grandenses voltam-se para a representação do que é do estado. E a parte da produção romanesca gaúcha que representou os imigrantes alemães até Josué Guimarães estreitou, visivelmente, a relação de proximidade com a pesquisa e a escrita da história.

¹⁰³ Octávio Paz diz que um romance inteiro é uma imagem. O romancista, “por um lado, imagina, poetiza; por outro, descreve lugares, fatos, almas” (PAZ, 1996, p. 69).

No início, os romances sobre os imigrantes alemães são urbanos; depois, com Erico e Josué, são rurais, o que tem a ver com a história da literatura nacional. Como por exemplo, o primeiro romance gaúcho, *A divina pastora*, foi escrito no romantismo, quando Macedo e outros faziam também romances urbanos. E assim seguem-se os outros dois – *Frida Meyer* e *Um rio imita o Reno* –, que têm seus correspondentes no modernismo, como *Amar, verbo intransitivo* e os urbanos de Erico, respectivamente. Quando Erico e Josué escreveram sobre a imigração alemã, no Brasil outros romancistas importantes ajudavam a definir os rumos das narrativas rurais, como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Quando o campo deixa de existir como único centro produtor e a cidade começou a tomar o seu lugar, a vida rural tornou-se assunto de romance. O movimento que se dá na literatura é um paradoxo em comparação com o do mundo real: foi da cidade para o campo, ao passo que, no tempo cronológico do processo de colonização do estado, o movimento que os alemães fizeram foi do campo para a cidade.

Dentre os romances, aquele que mais aponta para as possibilidades da integração dos alemães é *A divina pastora*. Nele, a caracterização que o autor faz da personagem Clarinda representa uma vontade de integração, talvez a realidade de Porto Alegre, que tinha, na época, bastantes imigrantes alemães urbanos, os quais, provavelmente, conviviam bem com os luso-brasileiros. Essa integração acontece pela língua portuguesa adotada pela família, pelo casamento com um luso-brasileiro, pela culinária gaúcha e pelo chimarrão, pelas amizades com os do local, pela religião católica praticada.

Entretanto, o que os romances analisados mais destacam é a diferença dos alemães em relação aos brasileiros. Não que não houvesse semelhança, mas esta não se sobrepõe à diferença. Como já disse, foi Caldre e Fião quem mais deu espaço para ações e comportamentos parecidos entre as personagens de origem germânica e luso-brasileira; aos demais romancistas, parece não ter interessado destacar o que faz dos indivíduos ou grupos alemães iguais aos de outras etnias, mas confirmar a idéia de que a identidade étnica é construída pelo contraste.

São sugestões dessa visão dos escritores as características do grupo hegemônico da região da Praça XV no início do século XX que aparece em *Frida Meyer*, todas as questões de relacionamentos interétnicos; os comportamentos apresentados pelos alemães de Blumental (São Leopoldo) de *Um rio imita o Reno*, juntamente com o espaço germânico ali reproduzido; a apresentação dos descendentes como se fossem pequenas ilhas em *O tempo e o vento*, sendo tolerados pela aristocracia local, mas nunca considerados como partes constituintes “do grupo”; a

língua alemã que se torna problema sério para os soldados nas guerras de que participaram, sendo motivo até mesmo de agressão física por parte dos soldados brasileiros, a iniciação do comércio na colônia e o abastecimento da capital com produtos coloniais, o trabalho artesão e a vivência religiosa em *A ferro e fogo*. Em síntese, o que os romances mais fazem é trazer imagens dos estrangeiros imigrantes no espaço estrangeiro por eles formado dentro do Rio Grande do Sul. E essa é uma evidente questão de identidade.

Mapeando os contatos entre imigrantes e seus descendentes com a sociedade nativa, temos os seguintes focos principais: Em *A divina pastora* é um namoro; em *Frida Meyer*, é um caso amoroso às escondidas e agressões em virtude da primeira Guerra Mundial; em *Um rio imita o Reno*, é um amor proibido e convívio de crianças, também proibido; em *O tempo e o vento*, são dois casos de amor às escondidas e agressões por causa das duas guerras mundiais; em *A ferro e fogo*, é a humilhação dos colonos no campo de guerra em razão do não-entendimento da língua portuguesa. O trabalho e a família não aparecem nos quatro últimos como elementos de integração; são, antes, visões admiradas.

Os romances constroem personagens femininas com papéis fortes, que buscam sua dignidade e seu espaço no grupo em que convivem, tendo significativa inserção social. Pela representação que fazem, temos imagens de mulheres alemãs com responsabilidades tanto no interior do grupo familiar quanto na sociedade onde estão inseridas. Acompanhamos uma desestabilização de outras representações de mulheres feitas pela literatura, como as que as interpretam como sendo seres frágeis e mais suscetíveis a serem atingidos física e emocionalmente do que os homens, ou as que as caracterizam como alguém que necessita de permanente supervisão de outro (pai, irmão, marido). O modo de viver a vida das personagens femininas significa mais uma expressão de diferença com a sociedade luso-brasileira. Os romancistas colocaram-nas no papel de agentes provocadores de rupturas, capazes de desarticular as relações vigentes no meio da comunidade.

Outra questão que perpassa os romances, com exceção de *A divina pastora*, é a existência de um sentimento de nativismo dos brasileiros que interfere na sua relação com o imigrante, fato este que leva muitas vezes à repulsa do estranho, do outro (alemão). Por certo, a expectativa dos “nativos” rio-grandenses era de logo observar nos imigrantes um envolvimento emocional com a pátria brasileira tanto quanto o que eles cultivavam. Contudo, “nenhum estrangeiro vê jamais um país como os autóctones gostariam que fosse visto” (BRUNEL et al., 1990, p. 53).

Os três primeiros autores escreveram sobre o tempo presente e os dois últimos, sobre o tempo passado. Disso resultou que os do tempo presente expressaram melhor suas expectativas, seus pensamentos em relação aos alemães, pois constituíram suas visões pela observação direta do real. Por sua vez, os demais ficaram presos a versões da historiografia ao exprimirem suas visões, porém, com a liberdade que a distância temporal permite e a recorrência ao conhecimento acumulado sobre a etnia e sua atuação no estado, criaram personagens mais fortes, além de seus textos serem mais bem estruturados e terem muito de épico.

Mais do que Erico, Josué Guimarães é quem faz isso, conseguindo preencher uma lacuna da literatura sobre a imigração alemã que até então persistia. Assim, *A ferro e fogo* também significou uma resposta à reclamação feita por um dos maiores historiadores dos imigrantes, Jean Roche, em 1969. Os livros anteriores existiam nesse período histórico reclamado por Roche, mas suas particularidades ao representar o mundo dos alemães, sempre em partes, não permitiram que fossem vistos como histórias que dessem conta da abrangência que os alemães, efetivamente, atingiram sobre a terra, o comércio, as manufaturas (a origem da indústria gaúcha) e a sociedade do Rio Grande do Sul. E isso Josué fez.

As razões disso podem estar na própria limitação do tempo da ação dos romances, o que de fato é possível afirmar, pois não tomam uma época prolongada para representar nem narram uma saga; dirigem-se a algo mais pontual, num espaço mais reduzido e num tempo mais curto. Erico até se aproxima de Josué, mas com uma diferença fundamental: os alemães não são os protagonistas principais da história nem da formação do Rio Grande do Sul. Todavia, as razões também podem estar na relativa imaturidade da questão da imigração quando os outros romances apareceram, quer dizer, pelo fato de a imigração ainda não ter completado o ciclo de 150 anos de presença no estado, que era um tempo longo e, por isso, que produziu mais elementos que proporcionavam contar uma história abrangente sobre um passado já assimilado, com muitas das diferenças da etnia diluídas entre as demais.

Além dessas possíveis razões, a lacuna mencionada ainda apresenta outra questão: pode ter a ver com o fato de os escritores, com exceção do Vianna Moog, não serem teutos - e mesmo ele era meio luso. A esse respeito, podemos pensar, apenas como uma hipótese, que era necessário tomar distância do fato, razão por que os teutos não escreveram sobre sua história. Sendo teuto, ficava mais difícil ou comprometedor escrever um romance histórico sobre os ascendentes, pois poderia, até mesmo, surgir a dúvida sobre como contar a história.

E mais: quando o romance *A ferro e fogo* apareceu, já na década de 1970, estava enterrada, definitivamente, a vigência histórica da oligarquia dos fazendeiros e charqueadores gaúchos, um ciclo que começara no século XIX, talvez na Revolução Farroupilha mesmo, alcançando a República modelar inventada aqui, depois Vargas e aí o fim. Nesse processo, a evolução histórica dos alemães no Rio Grande do Sul chega à ocupação do espaço maior, a presidência da República brasileira: em 1974, a lista dos generais-presidentes que dirigiram o Brasil, durante a ditadura, teve um inédito sobrenome, Geisel, um gaúcho filho de imigrante alemão.

Diferenciação e assimilação são questões sempre vivificadas pelos romances estudados. Um grupo em relação a outro grupo produz a diferença. Se os grupos estão assimilados, há quem reclame a ausência de etnia. Ser cidadão brasileiro, como foi possível aos imigrantes, não elimina a condição de estrangeiro. Para além do discurso teórico, devemos observar a prática: o processo desenvolveu-se de tal forma que hoje o belo, o desejado, é visitar cidades típicas, que expressam, principalmente na arquitetura e na cultura, as particularidades de uma etnia, como o fazem as cidades conhecidas como de alemães no Rio Grande do Sul, que se constituem em verdadeiros espaços étnicos.

4.4 – Questões que persistem

A epopéia dos alemães que se fixaram no Rio Grande do Sul no século XIX e as histórias de vida de seus descendentes não são tema somente dos romances estudados neste trabalho; constituem o marco principal da produção romanesca sul-rio-grandense sobre imigração, seguida pela italiana, mas não ainda superada. Nesse sentido, para termos uma idéia do volume de obras literárias que já se produziu no estado sobre a temática, cito, além dos romances que formam o *corpus* desta pesquisa, as seguintes: a partir de 1975, temos Lya Luft com os seus primeiros livros, que em certos aspectos estão impregnados da cultura alemã, tais como *As parceiras* (1980) e *A asa esquerda do anjo* (1981); depois, Charles Kiefer, com *Valsa para Bruno Stein* (1986) e *A face do abismo* (1988); ainda, Rui Nedel, em 1986, lança *Te arranca alemão batata*; Ivo Bender, em 1988, *Trilogia perversa*; Roberto Velloso Eifler, também em 1988, surge com *Os 40 anos do Doutor Stummer*; em 1990, Assis Brasil com *Videiras de cristal*, e Valesca de Assis, com *A valsa*

de medusa e, em 1991, novamente Valesca de Assis com *A colheita dos dias*; em 1993, com Fernando Neubarth, *Olhos de guia*, e, em 1999, *À sombra das tília*s; em 2001, Pedro Stiehl, com *Bárbaros no paraíso*. Na poesia, destaco, dentre os poetas, Paulo Becker.

Ficcionistas, portanto, continuam apresentando novas visões e formulando questões para se interpretar a imigração alemã com base em diversos aspectos. Inserem-se, assim, no contexto de discussão sobre integrar e conviver *versus* diluir e perder a identidade, que resultam em diferentes concepções sobre as relações interétnicas.

No futuro, talvez, a sociedade brasileira, por ter se constituído como uma sociedade miscigenada, tenha de voltar a discutir esse assunto como tema importante, porque resguardar a diferença é algo de muito significado para vários grupos. Talvez, ainda, precise começar a pensar em manter espaço para a preservação das identidades. A literatura produzida é uma das principais fontes para motivar reflexões sobre a questão das etnias, porque explicita diferentes posições, porém não é ela que tem de resolver o problema, embora registre tudo e pense sobre isso.

Esta tese despertou em mim a vontade de contribuir mais com a construção de conhecimentos relativos a questões que envolvem relações interétnicas, especialmente no que se refere à preservação da identidade. Procurarei, na medida do possível, incluir nos meus estudos futuros outras pesquisas sobre a literatura que trata do tema. Um elemento interessante de estudar, por exemplo, é a língua.

Tomando como base os romances estudados, posso afirmar que a ficção fala de vida em ação dos imigrantes alemães, levando, assim, até os leitores imagens que remetem ao sentido que a epígrafe deste capítulo sugere, ou seja, são imagens de sujeitos feridos de vida, não de morte.

REFERÊNCIAS

1 - Textos literários

1.1 – Romances estudados

CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

COARACY, Vivaldo. *Frida Mayer*. São Paulo: Companhia Graphico. Editora Monteiro Lobato, 1924.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de guerra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Parte I: O continente. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 1.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Parte I: O continente. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 2.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Parte II: O retrato. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v.1.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Parte II: O Retrato. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 2.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Parte III: O arquipélago. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. vol. 1.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. Parte III: O arquipélago. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. vol. 2.

VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*, parte III: O arquipélago. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v.3.

1.2 – Textos consultados

ASTÚRIAS, Miguel Angel. *O senhor presidente*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. 28.ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.

ANDRADE, Mario de. *Amar, verbo intransitivo*. 10.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2 ed., 1991.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*. São Paulo: Ática, 2000.

BASTOS, Augusto Roas. *Eu, o supremo*.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: 1998.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. 35. ed. Trad. Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Record, 1967.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *O outono do patriarca*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1975.

MERCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

VERÍSSIMO, Erico. *Solo de clarineta*. 10. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v.I.

2- Textos teóricos

ABRANTES, Visconde de (Miguel Calmon du Pine e Almeida). *Memórias sobre os meios de prover a colonização*. Berlin: Typographia de unger & Irmãos, 1846. CORSBHBC – Unicamp.

D'AGUIR, Rosa Freire. Erico Veríssimo: um solo de clarineta. *Manchete*, Rio de Janeiro, ago. 1973.

- ALARCON, Evaldo. *E o sangue correrá....* Porto Alegre: Du Barry, 1942.
- ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. vol. III.
- ASSIS, Valesca de. Uma frau construída com palavras. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1998. p. 65-67.
- BECKER, Klaus. Apontamentos sobre os judeus alemães no Rio Grande do Sul no tempo do império (1822-1889). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 1º Anais... São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1974. p. 183-190.
- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: Editora Hilgert, 1968.
- BENTO, Cláudio Moreira. *A Guerra da Restauração do Rio Grande: 1763-77*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.
- BENTO, Cláudio Moreira. Os “brummer”, os primeiros pontoneiros do exército brasileiro. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 1º Anais... São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1974. p. 333-354.
- BRUNEL, P.; PICHOS, CL.; ROUSSEAU. *Que é literatura comparada?* São Paulo: Perspectiva /USP; Curitiba: UFPR, 1990.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. *Erico Verissimo*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fonte, 1969. v. 2.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1985.
- CARNEIRO, José Fernando. *Karl Von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.
- CARNEIRO, J.F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, Publicação Avulsa, 2., 1950.
- CEM ANOS DE GERMANIDADE NO BRASIL. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923.
- CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- CEM ANOS DE GERMANIDADE NO BRASIL. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. 1994. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 97-113, 1994.

- CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: realismo e sociedade*. Porto Alegre: Globo / SEC, 1976.
- CHICERO, Lorenzo. *L'imigrazione agli Stati del Brasile*. Cinquantenario della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud:1875-1925. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1925. P..313C.
- COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida* (memórias). Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- COSTA, Maria Ignez Corrêa da. Um gaúcho sem esporas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, dez.1968
- DACANAL, José H; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: imigração e integração*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- DOHMS, Hermann. Von brasilianischen Katholizismus. *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, São Leopoldo, ano 7, n. 10, p. 134-141, 1925.
- DREHER, Martin N. (Org.). *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. Caxias do Sul/Porto Alegre/São Leopoldo: UCS/EST/Sinodal, 1984.
- DREHER, Martin N. *Um rio imita o Reno ou Longe do Reno também se é feliz: considerações sobre uma obra de Clodomir Vianna Moog e uma resposta de Bayard de Toledo Mercio*. (não publicado) In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, Anais... São Leopoldo, 2006.
- EGGERS, José C. *Sociedade Orpheu: a poesia estética de suas origens no contexto leopoldense*. SãoLeopoldo: Pallotti, 1998.
- EPSTEIN, A.L. *Ethos and identity*. London: Tavistock, 1978.
- FISCHER, Luís Augusto. Apresentação. In: MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.
- FISCHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- FISCHER, Luís Augusto. O Chalé e a Praça XV na cultura de Porto Alegre. In: SCHMITT, Ricardo Morem. *O Chalé e a Praça XV: histórias de Porto Alegre*. Porto Alegre: Telos, 2006.
- GALVÃO, Manoel Antônio. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Typ. Do A. de J.G. Barreto, 1847.

- GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX: 1850 – 1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.
- GERTZ, René E. Colônias mistas (não publicado). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, Anais... São Leopoldo, 2006.
- GERTZ, René E. (Org.). *Karl Von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- GERTZ, René E. O ciclo Vargas segundo Veríssimo. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria/ Bauru: Ufsm/Edusc, 2000. p. 199 - 205.
- GERTZ, René E.. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GINSBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOULEMOT, Jen Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada III*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: LANDO, Aldair Marli (Org.). *RS: imigração x colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47-66.
- HELENA, Lucia. Josué Guimarães, o resgate da solidão. In: REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs / Edipucrs, 1997.
- HOEPER, Dinorá. Novo Hamburgo: a Europa que nós perdemos. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1998. p. 48-50.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *Protestantismo no sul do Brasil: nos quinhentos anos de Lutero*. Porto Alegre e São Leopoldo: EST e Editora Sinodal, 1983.
- INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 2006. (Coleção Autores gaúchos).
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

- KENNEDY, PAUL. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- KLAJN, Elisa Maria. *Vidas a ferro e fogo: um diálogo entre a história e a literatura*. Passo Fundo: UPf, 2000.
- KOTHE, Flávio R. Teuto-gaúchos: a irredutível diferença. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Org). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1998. p. 205-215.
- KREUTZ, Lúcio. A imigração alemã em O tempo e o vento. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria/ Bauru: Ufsm/Edusc, 2000. p. 149-179.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: imigração e integração*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- LANG, Guido. A colonização westfaliana. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Org). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1998. p. 15 – 20.
-
- LAYTANO, Dante de. A imigração açoriana no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, IV., São Paulo: Anpuh, 1969. *Anais*.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Editorial Presença, 1962.
- LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Trad. de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MACEDO, Helder. As telas da memória. In: CARVALHAL, Tânia Franco; TUTIKIAN, Jane (Org.). *Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ Ufrgs, 1999.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875 – 1914*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MOOG, Clodomir Vianna. Breve história de um romance. In: MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005, p. 15-21.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.
-

MÜLLER, Telmo Lauro. A memória dos teuto-gaúchos. In: FISCHER, Luís Augusto e GERTZ, René E. (Org). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs, 1998. p. 243 – 248.

OBERACKER JR, Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

PAZ, Otávio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul; monografia: 1864-1964 centenário da cidade*. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 1964.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

PRZYBYLSKI, Susana. Erico Verissimo, o homem de Antares, *Correio do Povo*, 24 out. 1971, p. 21.

RAMOS, Heloísa Elena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS / Edipucrs, 1997.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papiros, 1997. v. 3

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMERO, Sílvio. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro, 1906.

- ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes alemães – 1824 – 1853: Codice C333 do AHRS*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, USP, 1974.
- SANSEVERINO, Antônio Marcos V. Videiras de cristal: Jacobina Maurer – a identidade do imigrante. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994. p.129 – 136.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Cantineiros e colonos – a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: imigração e integração*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, hermenêutica do Brasil*. São Paulo: Anablume, 2005.
- SCHREINER, Renate. *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*. Lajeado/Santa Cruz do Sul: Fates/Unisc, 1996.
- SCHÜTZ, Liene Maria Martins. Imigração alemã: processo, costumes e influências. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. 1º Anais... São Leopoldo: Gráfica Rotermund, 1974. p. 271-318.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEYFERT, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro. v.5, n. 2, Rio de Janeiro, Oct. 1999.
- SEYFERT, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Antropologia*, n. 29, 1986.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.
- SODRÉ, Nelson W. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- STRELIAEV, Leonid. *O Rio Grande de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Leonid Streliaev Editor, 2004.
-

- TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.
- THEODOR, Erwin. Martius e seu único romance. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 44, p. 103-122, jul. / ago. / set. 2005
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Trad. Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- VERÍSSIMO, Erico Um escritor diante do espelho. *Realidade*. São Paulo, nov. 1966.
- VERÍSSIMO, Erico. Sou contra a censura. *Opinião*, Rio de Janeiro, jan. 1973.
- VIOTTI, Emília da Costa. *Da senzala à colônia*. Rio de Janeiro: Grijalbo, 1977. p. 69.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- WEIMER, Günter. *As memórias de Joahann Carl Dreher e de Heinrich Georg Bercht*. Coleção Imigração Alemã. Coordenação Rovílio Costa, Porto Alegre, 1988.
- WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1946.
- ZILBERMAN, Regina. Saga familiar e história política. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria/Bauru: Ufsm/Edusc, 2000. p. 25-42.

3 - Sites

www.brasilalemanha.com.br
www.comciencia.br/reportagens/migracoes
www.mluther.org.br/Imigracao/imigracao
www.scielo.br
www.sindileo.com.br/museu